



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA TERRA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



TAIANA CISCOTTO MARTINS LOURENÇO

DE DESTERRITORIALIZADOS SEM TERRA A DESTERRITORIALIZADOS  
COM TERRA? Uma análise dos assentamentos rurais no nordeste mato-grossense

Rio de Janeiro

2020

**TAIANA CISCOTTO MARTINS LOURENÇO**

DE DESTERRITORIALIZADOS SEM TERRA A DESTERRITORIALIZADOS  
COM TERRA? Uma análise dos assentamentos rurais no nordeste mato-grossense

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção  
de título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Júlia Adão Bernardes

Rio de Janeiro

2020

## CIP - Catalogação na Publicação

L892d Lourenço, Taiana Ciscotto Martins  
DE DESTERRITORIALIZADOS SEM TERRA A  
DESTERRITORIALIZADOS COM TERRA? Uma análise dos  
assentamentos rurais no nordeste mato-grossense /  
Taiana Ciscotto Martins Lourenço. -- Rio de Janeiro,  
2020.  
293 f.

Orientador: Júlia Adão Bernardes.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, 2020.

1. assentamentos rurais. 2. agricultura  
familiar. 3. fronteira agrícola. 4.  
desterritorialização na imobilidade. 5. Território da  
Cidadania Baixo Araguaia. I. Bernardes, Júlia Adão,  
orient. II. Título.

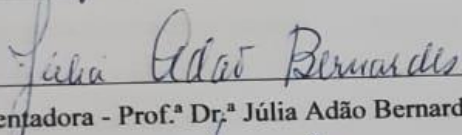
## FOLHA DE APROVAÇÃO

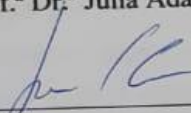
TAIANA CISCOTTO MARTINS LOURENÇO

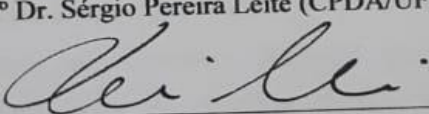
DE DESTERRITORIALIZADOS SEM TERRA À DESTERRITORIALIZADOS  
COM TERRA? Uma análise dos assentamentos rurais no nordeste mato-grossense"

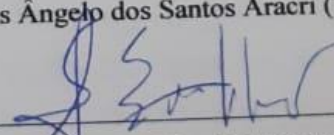
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção  
de título de Doutor em Geografia.

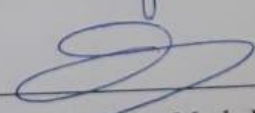
Aprovada em 19 de fevereiro de 2020

  
Orientadora - Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Júlia Adão Bernardes (PPGG/UFRJ)

  
Prof.<sup>o</sup> Dr. Sérgio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ)

  
Prof.<sup>o</sup> Dr. Luis Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eve Anne Buhler (PPGG/UFRJ)

  
Prof.<sup>o</sup> Dr. Frédéric Jean Marie Monié (PPGG/UFRJ)

## AGRADECIMENTOS

Finalizar uma tese de doutorado exige dedicação, paciência e disciplina. É fruto de uma caminhada que encontra diversos percalços e angústias até sua finalização que, particularmente, foram superados pelo desejo em contribuir para a maior visibilidade da ciência brasileira e da importância da Universidade Pública para a sociedade.

Neste sentido, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os professores e colegas que estiveram comigo durante esses quatro anos. Ao Nuclamb e, em especial, à professora Júlia Adão Bernardes pelas oportunidades, contribuições e incentivos.

Agradeço igualmente à disponibilidade dos professores Sérgio Pereira Leite, Frédéric Monié, Luís Ângelo dos Santos Aracri e Eve Anne Buhler em aceitar compor a banca e avaliar esta tese. A esses dois últimos professores, também agradeço pelas contribuições na banca de qualificação.

Não poderia deixar de agradecer à professora Martine Guibert que me recebeu durante o doutorado sanduíche na Université Toulouse Jean Jaurès. Seu acolhimento e sugestões enriqueceram minhas reflexões e foram fundamentais nessa trajetória. *Merci beaucoup!*

Agradeço também a toda a população do Araguaia que me acolheu e me permitiu que eu contasse um pouco da realidade dessa região nessas páginas. Em especial agradeço a Dom Pedro Casaldáliga pela inspiração e exemplo de luta por justiça social!

À turma de doutorado de 2016 pelas trocas e, em especial, à Thalita e ao Sérgio, amigos que fiz durante essa trajetória e que seguirão em minha vida.

Às “*les filles*” de Toulouse, muito obrigada! Sem vocês eu não teria conseguido atravessar o ano mais desafiador desse doutorado. À minha família pela confiança e ao Diogo pelo amor, companheirismo e parceria na vida.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa durante três anos e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que através do programa Cofecub viabilizou minha permanência na França durante um ano, o que foi fundamental para o fortalecimento de redes profissionais e enriquecimento pessoal. Torço para que muitos outros pesquisadores tenham a mesma oportunidade, alargando os horizontes e a diversidade da Universidade Pública.

## RESUMO

LOURENÇO, Taiana Ciscotto Martins. “**De desterritorializados sem terra a desterritorializados com terra?** Uma análise dos assentamentos rurais no nordeste mato-grossense”, 2020. 293f. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta tese busca identificar e analisar os principais desafios e repercussões do avanço da fronteira agrícola sobre os assentamentos rurais do Território da Cidadania Baixo Araguaia (TCBA), localizado no nordeste mato-grossense, entre as bacias do Rio Xingu e Araguaia. Esta região concentra 70 assentamentos rurais e, desde meados dos anos 2000, a fronteira agrícola, representada principalmente pela expansão das lavouras de soja, tem se fortalecido, atraindo novos atores e acelerando mudanças no território. Parte-se do pressuposto de que os assentamentos são territórios da agricultura familiar construídos a partir de um processo histórico de lutas no campo e ocupações de terra que modificaram a correlação de forças no âmbito do poder estatal, levando à formalização e legitimação desses territórios. A principal hipótese sustentada nesta pesquisa é que o avanço do agronegócio sobre estes assentamentos enfraquece a autonomia dos agricultores familiares assentados, tornando-os atores desterritorializados na imobilidade. Para verificar essa hipótese, foram definidos três aspectos gerais: físicos/ambientais, políticos/econômicos e sócio-identitários que possuem variáveis analíticas definidas a partir das entrevistas realizadas nos trabalhos de campo. Além dos dados primários, foram levantados dados secundários complementados por uma extensa revisão bibliográfica e conceitual que forneceu subsídios para a análise proposta. Embora a expansão das *commodities* ainda não seja generalizada em todos os assentamentos do TCBA, seus efeitos indiretos já são sentidos pelos assentados, como a deriva dos agrotóxicos, que prejudica as produções familiares, e a valorização das terras, que incide no aumento da venda de terras dentro dos assentamentos. Esses impactos, somados a outros desafios que repercutem sobre a agricultura familiar, como a precária assistência técnica e os insuficientes instrumentos de escoamento da produção, fragilizam os assentados e os assentamentos, levando-os a recorrerem a estratégias que possibilitem a reprodução social familiar. Uma dessas estratégias é o arrendamento das terras para terceiros, que convertem os lotes para a produção de *commodities*. Em outros casos, há uma desistência, justificando a alta rotatividade dos lotes nos assentamentos. Todavia, diversas experiências encontradas permitem concluir que os assentados buscam manter sua autonomia por meio da produção orgânica, de encontros com outros assentados e cursos de capacitação, do estabelecimento de redes de apoio locais que,

além de fortalecê-los individualmente, indicam que, na maioria dos casos, os assentamentos mantêm-se vinculados à prática da agricultura familiar no TCBA.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais, agricultura familiar, fronteira agrícola, desterritorialização na imobilidade; Território da Cidadania Baixo Araguaia.

## ABSTRACT

LOURENÇO, Taiana Ciscotto Martins. **From deterritorialized landless to deterritorialized?** An analysis of rural settlements in the northeast of Mato Grosso. 2020. 293p. Department of Geography Graduate Program in Geography. Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The goal of this thesis is to identify and analyze the main challenges and repercussions of the advance of the agricultural frontier on the *assentamentos rurais* of the Território da Cidadania Baixo Araguaia (TCBA), located in the northeast of Mato Grosso, between the Xingu and Araguaia basins. This region concentrates 70 *assentamentos rurais*, and, since the mid-2000s, the agricultural frontier, represented mainly by the expansion of soybean crops, has been strengthening, which attracts new players and accelerating changes in the territory. We start assuming that the *assentamentos* are family farming territories built from a historical process of struggles in the countryside and land occupations that modified the correlation of forces within the scope of state power. It leads to the formalization and legitimization of these territories. The main hypothesis sustained in this research is that the advance of the agribusiness over these *assentamentos* weakens the autonomy of settled family farmers, making them actors deterritorialized in the immobility. To verify it, we define three general aspects: physical/environmental, political/economic, and socio-identities that have analytical variables defined from interviews carried out in the fieldwork. In addition to the primary data, secondary data were collected, complemented by an extensive bibliographic and conceptual review that provided subsidies for the proposed analysis. Although the expansion of commodities is not yet widespread in all TCBA's *assentamentos*, their indirect effects are already felt by the settlers, in the form of pesticides affecting family production, and the appreciation of land, which affects the increase in the sale of land within the *assentamentos*. We find that these impacts are weakening the settlers and the settlements, leading them to resort to strategies that enable family social reproduction. One of these strategies is the lease of land to third parties, which convert the lots for the production of commodities. In other cases, there is a withdrawal, which justifies the high turnover of the lots in the *assentamentos*. Several events lead us to conclude that the settlers seek to maintain their autonomy through organic production, meetings with other settlers, and practicing training courses. The establishment of local support networks strengthens them individually, indicating that, in most cases, the *assentamentos* remain linked to the practice of family farming in the TCBA



**Keywords:** *assentamentos*, family farming, agricultural frontier, deterritorialization in immobility; *Territorio da Cidadania Baixo Araguaia*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Reportagem divulgada no site da Câmara dos Deputados.....	78
Figura 2– Elementos formadores do assentamento enquanto território. ....	90
Figura 3– Posto da Mata: ruínas das construções com monumento do Cristo localizado ao fundo. ..	112
Figura 4 – Entrada da casa de Dom Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia. ....	114
Figura 5 – Duas vidas e uma causa: Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga. ....	117
Figura 6 -Murais da Libertação na Igreja de Santa Terezinha. ....	119
Figura 7 - Murais da Libertação na Igreja de Ribeirão Cascalheira.....	119
Figura 8 – Confissões do Latifúndio: poema escrito por Dom Pedro e pintado no muro de uma organização ligada à Igreja em São Félix do Araguaia. ....	120
Figura 9– BR-158: fim do trecho pavimentado em Alô Brasil .....	148
Figura 10– São José do Xingu: bateria de silos para armazenagem dos grãos. ....	152
Figura 11– São Félix do Araguaia: carregamento de abacaxi vindo do PA Dom Pedro e chegando na Araguaia Polpa de Frutas. ....	158
Figura 12 - PA Dom Pedro: plantação de abacaxi. ....	158
Figura 13- Oficina de pneus reciclados no PA Mãe Maria. ....	175
Figura 14- Riacho parcialmente assoreado pelo pisoteamento do gado num lote do PA Mãe Maria. ....	177
Figura 15- Armazém da Louis Dreyfus Company (LDC) na MT-430, próximo à estrada de acesso ao PA Canta Galo.....	182
Figura 16- Parte do casarão que servia de sede para a antiga fazenda Bordon S/A Agropecuária, atualmente PDS Bordolândia. ....	185
Figura 17- Lote com braquiária e ao fundo uma árvore nativa preservada.....	194
Figura 18 - Lote recém-aberto no PA Brasil Novo. ....	196
Figura 19 - Lote recém-queimado no PA Dom Pedro.....	200
Figura 20 - Placa oferecendo serviços de aplicação de agrotóxicos em Confresa. ....	205
Figura 21 - Efeitos do agrotóxico no pé de mangaba no lote da entrevistada 40.....	209
Figura 22 - Efeitos do agrotóxico no pé de ipê no lote da entrevistada 40. ....	209
Figura 23 - Atividade na VII Mostra Socioambiental do Araguaia. ....	230
Figura 24 - Produção de hortaliças no PA Pingos d'Água.....	233
Figura 25- Entrada da Araguaia Polpa de Frutas. ....	235
Figura 26 - Maquinários da Araguaia Polpa de Frutas.....	236
Figura 27 - Armazenamento das polpas de frutas na câmara fria da Araguaia Polpa de Frutas. ....	236
Figura 28 - Trator da prefeitura de São Félix do Araguaia fazendo gradeamento do solo no PA Dom Pedro. ....	241
Figura 29 - Maquinário de um assentado do PA Pingos d'Água. ....	245

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: número de conflitos por terra, conflitos gerais* e assassinatos no campo (1985-2000). .....	45
Gráfico 2 - Brasil: número de ocupações de terra de 1987 a 2018.....	46
Gráfico 3 - Brasil: número de imóveis e área desapropriada (ha) por meio de decretos desapropriatórios nos mandatos presidenciais de 1995 a 2018.....	52
Gráfico 4 - Brasil: % total de contratos e recursos do PRONAF (custeio e investimento) por mandato presidencial de 1999 a 2010. ....	55
Gráfico 5 - Brasil: número de assentamentos criados de 1985 a 2017.....	69
Gráfico 6- Brasil: distribuição dos assentamentos por fase de implementação (2017).....	73
Gráfico 7 - Brasil: formas de obtenção de terras para a criação de assentamentos rurais.....	74
Gráfico 8- Brasil: número de créditos liberados nas modalidades Apoio Inicial e Fomento Mulher de 2014 a julho de 2019. ....	77
Gráfico 9– TCBA: índice pluviométrico e temperatura média de 2010 a 2018.....	123
Gráfico 10– TCBA: evolução temporal da área (ha) de floresta, agricultura e pastagem (1985-2017).....	125
Gráfico 11 – Municípios: População residente total e situação do domicílio em 2010. ....	131
Gráfico 12– TCBA: Número de estabelecimentos por forma de obtenção.....	144
Gráfico 13 – Mato Grosso e TCBA: projetos de assentamentos criados de 1979 a 2017.....	145
Gráfico 14 – TCBA: fases de implementação dos assentamentos. ....	146
Gráfico 15 – TCBA: número de máquinas por tipo (2006 e 2017).....	153
Gráfico 16 – TCBA: evolução da produção leiteira e do número de vacas ordenhadas de 2000 a 2017. ....	159
Gráfico 17 – Mato Grosso: Evolução da participação dos agentes no funding do custeio da soja em MT nas safras de 2008/2009 a 2018/2019 (% do total). ....	164

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1– Localização e municípios do TCBA .....	99
Mapa 2– TCBA: distribuição dos biomas .....	122
Mapa 3– TCBA: classificação pedológica .....	124
Mapa 4– TCBA: capacidade de armazenagem (ton) x quantidade produzida (ton) em 2017.....	151
Mapa 5– TCBA: periodização da incorporação dos municípios ao cultivo da soja.....	161
Mapa 6– TCBA: distribuição espacial das principais <i>tradings</i> em 2018 .....	165
Mapa 7- TCBA: localização dos projetos de assentamentos visitados .....	173
Mapa 8 - Evolução do uso e ocupação do solo no PA Dom Pedro (2008 e 2018).....	174
Mapa 9- Evolução do uso e ocupação do solo no PA Mãe Maria (2008 e 2018) .....	176
Mapa 10- Evolução do uso e ocupação do solo no PA Pingos d'Água (2008 e 2018) .....	180
Mapa 11 - Evolução do uso e ocupação do solo no PA Brasil Novo (2008 e 2018) .....	181
Mapa 12- Evolução do uso e ocupação do solo no PA Canta Galo (2008 e 2018).....	183
Mapa 13 - Evolução do uso e cobertura do solo no PA Independente I (2008 e 2018) .....	184
Mapa 14- Evolução do uso e ocupação do solo no PDS Bordolândia (2008 e 2018).....	187

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aspectos e variáveis de análise. ....	27
Quadro 2- Grupos e modalidades de assentamentos criados e reconhecidos pelo Incra.....	75
Quadro 3– TCBA: projetos de colonização privados aprovados pelo INCRA/MT (1979-1989).....	104
Quadro 4– TCBA: empresas revendedoras.....	166

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: propostas, famílias atendidas, área e valor contratado dos projetos Cédula da Terra e Banco da Terra* de 2000 a 2003.....	49
Tabela 2- Brasil: número de estabelecimentos (unidades) e área dos estabelecimentos (hectares) agropecuários por grupos de área total (1985).....	57
Tabela 3- Brasil: número de estabelecimentos (unidades) e área dos estabelecimentos (hectares) agropecuários por grupos de área total (2006).....	57
Tabela 4- Brasil: número de estabelecimentos (unidades) e área dos estabelecimentos (hectares) agropecuários por grupos de área total (2017).....	57
Tabela 5 – Brasil: número, área e valor da produção dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares - 2006.....	58
Tabela 6- Brasil: cortes previstos com o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2018.....	61
Tabela 7 – Brasil: número e tipo de ocorrências de conflitos no campo nos anos de 2000, 2010 e 2017..	61
Tabela 8 - Variação do número de conflitos por terra e área plantada de soja (hectares) entre 2010 e 2016 nas principais fronteiras agrícolas brasileiras.....	66
Tabela 9– Brasil: número de assentamentos e famílias assentadas por região em 2019.....	71
Tabela 10 – Brasil: Valores da Terra Nua (R\$/ha) para titulação nos assentamentos de 2017 a 2019.	80
Tabela 11 – Total de títulos emitidos pelo Incra até 2018 por região do Brasil e por modalidade de contrato. ....	81
Tabela 12- TCBA: ano de criação dos municípios.....	105
Tabela 13 - Municípios: área de floresta (ha) (1987; 1997; 2007; 2017).....	126
Tabela 14 - Municípios: área de pastagem (ha) (1987; 1997; 2007; 2017).....	127
Tabela 15 - Municípios: área de agricultura (1987; 1997; 2007; 2017).....	128
Tabela 16 – Municípios e TCBA: área desflorestada até 2018.....	129
Tabela 17– Brasil e TCBA: índice de pobres e de vulnerabilidade à pobreza em 2010.).....	132
Tabela 18 – Brasil e TCBA: Índice de Desenvolvimento Humano (2000 e 2010). ....	133
Tabela 19 – Municípios: Produto Interno Bruto (PIB) e participação dos principais setores de atividades econômicas em 2016. ....	134
Tabela 20 - TCBA: índice de concentração de terras 2006/2017.....	135
Tabela 21 – TCBA: variação do número e área dos estabelecimentos entre 2006 e 2017. ....	136
Tabela 22 - TCBA: variação (%) do número dos estabelecimentos entre 2006 e 2017 por município.137	137
Tabela 23 - TCBA: variação (%) da área dos estabelecimentos entre 2006 e 2017 por município. ....	139
Tabela 24 - TCBA: Evolução do preço da terra entre 2013 e 2017 (R\$/hectare). ....	140
Tabela 25– TCBA: área plantada e quantidade produzida de produções agrícolas entre 2000 e 2017.156	156
Tabela 26 – TCBA: área ocupada com soja dentro dos assentamentos em 2015. ....	162
Tabela 27 – TCBA: evolução da área plantada e quantidade produzida de soja e milho de 2000 a 2017.	162

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMPAZ - Associação Agroecológica Caminhos da Paz  
AMCA - Associação de Mulheres Camponesas Agroecológica  
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil  
ANSA - Associação Nossa Senhora da Assunção  
APF - Autorização Provisória de Funcionamento  
AXA - Articulação Xingu Araguaia  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CAR - Cadastro Ambiental Rural  
CDRU - Concessão de Direito Real de Uso  
CEASA - Central de Abastecimento de Goiânia  
CIB - Conselho de Informações sobre Biotecnologia  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CIRAD - Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CCU - Contrato Concessão e Uso  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias  
EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IICA - Instituto Internacional de Cooperação para a Agricultura  
IFMT - Instituto Federal de Mato Grosso  
IMEA - Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INDEA - MT - Instituto de Defesa Agrícola de Mato Grosso  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
ISA - Instituto Socioambiental  
LDC - Louis Dreyfus Company  
Mdic - Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
MPF - Ministério Público Federal  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável  
PEAF - MT - Plataforma da Agricultura Familiar de Mato Grosso  
PIN - Programa de Integração Nacional  
PLADESCO - Programa de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste  
PNAE - Programa Nacional da Alimentação Escolar  
PNRA - Programa Nacional da Reforma Agrária  
POLOAMAZONIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia  
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar  
PRONAT - Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste  
PTC - Programa Territórios da Cidadania  
SAF – Sistemas Agroflorestais  
SEAF- MT - Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários  
SEMA – MT – Secretaria de Meio Ambiente  
SINDAG - Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SFA – São Félix do Araguaia  
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste  
TCBA – Território da Cidadania Baixo Araguaia  
TD – Título Domínio  
TI – Terra Indígena  
UA - Unidades Armazenadoras  
UDR - União Democrática Ruralista



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	18
2 O PAPEL E OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA AGRÍCOLA: DA COLONIZAÇÃO AO CENÁRIO PÓS 2016 .....	30
2.1 A agricultura familiar nas bordas da grande lavoura do período colonial .....	32
2.2 Da luta pela terra e pela reforma agrária à institucionalização da agricultura familiar no Brasil ..	39
2.3 A conjuntura política nacional e as perspectivas para a agricultura familiar: o cenário pós <i>impeachment</i> .....	59
2.3.1 A Bancada Ruralista e o pacto de fortalecimento do agronegócio.....	62
3 A GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS .....	68
3.1 Mediações e aspectos institucionais na política de assentamentos .....	69
3.1.1 A titulação nos projetos de assentamentos .....	78
3.1.2 A MP 759 e seus impactos sobre os projetos de reforma agrária.....	82
3.2 De pontos no espaço a territórios da agricultura familiar .....	85
3.2.1 A dimensão funcional.....	91
3.2.2 A dimensão simbólica .....	92
3.3 Assentados: sujeitos ativos na territorialização dos assentamentos .....	94
4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA BAIXO ARAGUAIA .....	99
4.1 Histórico fundiário e projetos de desenvolvimento do nordeste mato-grossense .....	100
4.1.1 Os conflitos e as práticas na territorialização dos projetos agropecuários .....	106
4.1.2 Dom Pedro Casaldáliga e a Prelazia de São Félix do Araguaia .....	113
4.2 Caracterização do Território da Cidadania Baixo Araguaia.....	120
4.2.1 Características físicas .....	121
4.2.2 Características socioeconômicas .....	130
4.2.3 Estrutura fundiária.....	135
4.2.4 Valorização fundiária .....	139
4.2.5 Formas de acesso à terra, assentamentos e titulação .....	142
4.2.6 A dimensão logística .....	147
4.3 A territorialização dos sistemas produtivos no TCBA .....	155
4.3.1 A territorialização da agricultura familiar .....	156
4.3.2 A territorialização do agronegócio .....	160
4.3.3 <i>Tradings</i> e empresas revendedoras.....	163
5 DE DESTERRITORIALIZADOS SEM TERRA A DESTERRITORIALIZADOS COM TERRA? 171	

5.1 Os assentamentos visitados .....	172
5.1.1 PA Dom Pedro e PA Mãe Maria .....	173
5.1.2 PA Pingos d'Água e PA Brasil Novo.....	177
5.1.3 PA Independente I e PA Canta Galo .....	181
5.1.4 PDS Bordolândia.....	184
5.1.5 PA Jacaré Valente e PA Manah .....	187
5.2 A desterritorialização na imobilidade .....	188
5.3 Fatores de desterritorialização na imobilidade .....	191
5.3.1 Aspectos físicos/ambientais .....	193
5.3.2 Aspectos políticos/econômicos .....	214
5.3.3 Aspectos sócio-identitários .....	248
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	260
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	266
ANEXOS.....	278
Anexo A - Questionário para atores institucionais.....	278
Anexo B – Lista de entrevistados.....	279
Anexo C– Dossiê resumido – a violência da PM, UDR e para-militares contra os sem terra (1989)	281
Anexo D – A CPT e o PNRA.....	282
Anexo E: Brasil - Indicadores das linhas de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundário (PNCF) - 2002 a 2017.....	284
Anexo F: Fases de implementação dos projetos de assentamentos rurais.....	285
Anexo G: Modalidades, valores e objetivos dos créditos de instalação de projetos de assentamentos .....	286
Anexo H- TCBA: Relação dos Projetos de assentamentos com ano de criação, famílias assentadas, fase de implementação, forma de obtenção e município.....	287
Anexo I - Projetos agropecuários aprovados pela SUDAM no nordeste mato-grossense .....	289
Anexo J- Nota do Ministério Público Federal sobre as tentativas de invasão à T.I. Maraiwãtsédé...	292
Anexo K: TCBA- cobertura e uso da terra nos anos 2000 e 2016 .....	294

## 1 INTRODUÇÃO

Em texto publicado em 1999, Milton Santos explorou as principais categorias de análise que ele considera importantes para compreender o território na era da globalização. De acordo com ele, o território vem sendo transformado e a sua gestão é cada vez menos realizada por instâncias políticas e cada vez mais por instâncias econômicas. Em sua perspectiva, o meio rural seria fortemente impactado com essas mudanças, pois este espaço “é extremamente vulnerável ao grande capital, já que tem que transigir, se quiser oferecer o produto que o mundo pede, nas condições em que pede” (SANTOS, 1999, p.25). Uma das consequências dessa vulnerabilidade é que o agricultor que se encontra em áreas com presença de uma agricultura tecnificada teria que obedecer às demandas e ordens das cadeias produtivas, o que criaria comportamentos regulados que reduziriam o lugar da solidariedade “porque o processo de vida, a produção de sua existência, de alguma maneira, supõe preocupações menos altruístas” (p.24).

Partindo disso, a motivação inicial que direciona essa tese é compreender se é possível que modelos distintos de agricultura coexistam num mesmo espaço, tendo em mente o modelo de agricultura praticado por um lado, pela agricultura representada pelo agronegócio e, de outro, pela agricultura familiar. Hervieu e Purseigle (2013) defendem que as mudanças nos últimos sessenta anos nas sociedades agrícolas permitem que haja a coexistência de diferentes formas de produção, com a maior integração da agricultura familiar à economia de mercado. Para os autores, o próprio agricultor familiar não é mais somente um objeto de estudo, “mas também a forma social de uma produção que vai além do modelo socialista e do modelo produtivista” (HERVIEU e PURSEIGLE, 2013, p.134, tradução da autora).

Já para Merlet (2017), o desenvolvimento de uma forma de agricultura em um território quase sempre significa uma ameaça à existência da outra, não havendo, portanto, espaço para todas. Além disso, segundo o autor, “a coexistência entre grande produção e pequena produção não atinge um ótimo social (emprego, produção) nem um ótimo ambiental para a humanidade” (MERLET, 2017, p. 114, tradução da autora).

Tendo em vista esses posicionamentos antagônicos, buscaremos avançar nessa investigação adotando os projetos de assentamentos rurais como instrumento central da análise. Institucionalmente, um assentamento é definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como “um conjunto de unidades agrícolas

independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (INCRA). No entanto, a nossa abordagem nos impulsiona a problematizar um pouco mais essa definição e ir além.

A nosso ver, a característica primária definidora dos assentamentos é que eles são territórios construídos através de diferentes processos de domínio e apropriação, onde a luta de classes e a ação do Estado são determinantes para sua realização. São expressões da territorialização da luta pela terra e da organização da classe trabalhadora sem terra, o que confere a eles um significado. É preciso esclarecer neste momento que entendemos que o assentamento não se constitui num território por ser espacialmente delimitado e, portanto, ser portador de traçados e limites que poderiam, num primeiro momento, ser associados a fronteiras, ainda que invisíveis se não dispostas sobre um mapa. Entendê-lo tomando essa referência, que nada mais é do que o substrato material, como única, seria o que Souza (2008, p.61) classificou de “coisificação do território”.

Entendemos que se trata de um território, pois os assentamentos foram construídos devido às pressões exercidas pelos movimentos sociais do campo por meio das ocupações de terra e acampamentos que modificaram a relação de poder no âmbito estatal, levando à sua formalização e legitimação, sobretudo a partir de meados da década de 1990, com a política de assentamentos, que permitiu a construção de territórios da agricultura familiar (SOBREIRO FILHO, *et al*, 2018). Isso mostra que a materialidade do espaço, visível através dessas ocupações, é importante para a construção do território, mas não se resume a ela. Ao mesmo tempo, também consideramos que os assentamentos são lugares onde a dimensão das identidades, das intersubjetividades e das trocas simbólicas se fazem presentes na sua construção e apropriação, o que nos aproxima de uma perspectiva integradora do território (HAESBAERT, 2011). Em resumo, considera-se que os assentamentos são parte da recente configuração do meio rural brasileiro e fruto do processo de reterritorialização que representa as conquistas políticas do trabalhador expropriado, entendido como um “sujeito coletivo em movimento” (FERNANDES, 2008, p.120).

O recorte espacial escolhido para esta tese são os assentamentos rurais do Território da Cidadania Baixo Araguaia (TCBA) que se localizam na mesorregião nordeste mato-grossense. Tal região tem sido considerada como uma das últimas fronteiras agrícolas do estado de Mato Grosso (BARROZO, 2016; BERNARDES, 2006) e tem como principal eixo logístico a BR-158. Segundo Bernardes (2006), a consolidação da atual fronteira agrícola, que representa uma fronteira do capital, teve início na fronteira técnica dos anos 1970, período no qual a região do TCBA e, mais amplamente, o cerrado brasileiro, foi ocupado pela cadeia

carne/grãos. Essa fronteira possui algumas características que remodelam o espaço e o refuncionalizam de acordo com suas necessidades, a exemplo: são espaços dotados de altas densidades técnicas; há forte interdependência entre os atores (*tradings*, produtores, revendedoras agrícolas, empresas de assistência técnica, Estado, etc); concentração de terras, poder, informação e capital; mantém conexão com o sistema econômico mundial; atuação nos mercados futuros; estabelecimento de *lobbys* políticos; criação de fixos e fluxos para atender à produção, escoamento e comercialização das *commodities* (BERNARDES, 2009; 2015).

Essas características nos permitem afirmar que as atuais fronteiras agrícolas são espaços que contribuem para a afirmação e fortalecimento do agronegócio, que projeta valores, discursos e símbolos sobre o espaço geográfico (SILVA, 2011). Todavia, isso não elimina a existência de outros territórios, como os dos assentamentos. Ambos os territórios são construídos e mantidos através de territorialidades, práticas de territorialização e da produção de uma psicosfera e tecnosfera (SANTOS, 2012) particulares a cada um. Isso significa que esses territórios possuem um significado e alguma forma de poder atuando sobre eles.

Poder e significado são aspectos fundamentais para a construção e manutenção de um território (DELANEY, 2005). Para esse autor, o poder é um complexo fenômeno social que pode ser exercido de diversas formas, podendo ele ser opressivo, coercivo, assimétrico, constrangedor ou emancipador. Outra forma de poder é a dominação, entendida por Weber (1995) como uma vontade de influenciar as ações de outras pessoas. Para Hannah Arendt (1969), a característica primordial do poder é o consentimento e sua capacidade de conferir legitimidade às ações, distinguindo-o da violência. Para Claude Raffestin, o poder é multidimensional, uma vez que ele está presente em toda relação social, e “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”<sup>1</sup> (RAFFESTIN, 1993, p.58).

Sabendo disso, podemos pensar na permanência de uma agricultura de base familiar praticada nos assentamentos nessa área de avanço da fronteira agrícola, cujo carro chefe é a produção de soja? Ou podemos pensar que, dadas as características dessa fronteira, ela representa uma ameaça à agricultura praticada nos assentamentos, uma vez que reforça o poder desterritorializador do agronegócio e do capital que “ignora o espaço vivido das comunidades locais e busca refuncionalizá-lo em função da acumulação capitalista” (SILVA,

---

<sup>1</sup> Para o autor, há uma distinção entre Poder e poder. O primeiro carrega uma concepção unidimensional do poder. É aquele exercido pelo Estado. O segundo se esconde atrás do primeiro. O poder está presente em toda relação social e em cada ação. Segundo o autor, este seria o poder mais perigoso porque é aquele que não se vê, enquanto o primeiro é identificável (RAFFESTIN, 1993).

2011, p.297)? Ou ainda podemos pensar num movimento em direção à cooptação da agricultura familiar pelo agronegócio a partir do consentimento?

Ao propor essa análise partimos de alguns pressupostos, a saber:

- a) mais do que dividir e colocar em lados opostos dois modelos de agricultura, a fronteira também é o *locus* do encontro entre eles e, por isso, considerar que seus atores e mecanismos de poder e atuação serão afetados neste encontro torna-se pertinente;
- b) entendemos que o território é portador de uma dupla conotação que conjuga aspectos da materialidade e da imaterialidade (material/simbólico; objetivo/subjetivo) e é resultado da apropriação de um espaço e do seu uso social (HAESBAERT, 2011; PECQUEUR, 2009);
- c) a apropriação de um espaço se refere à capacidade dos grupos utilizarem um espaço natural, que já foi modificado, para atender às suas necessidades e possibilidades (LEFEBVRE, 2000), e não pode ser entendida sem a compreensão dos tempos e ritmos de vida, sendo ela construída tanto no movimento quanto na fixidez;
- d) o Estado é um agente fundamental na construção/transformação do território, uma vez que suas ações impactam, direta ou indiretamente, tanto o avanço da fronteira agrícola quanto a política de assentamentos;

Partindo desses pressupostos, resgatamos uma pergunta encontrada em Souza (1995; 2008) que se traduz num percurso interessante para a compreensão de um território e suas transformações: quem domina ou influencia quem neste espaço, e como? Com base nela, duas questões de pesquisa são colocadas nesta tese:

- i) como o agronegócio, por meio do avanço da fronteira agrícola, influencia o território e as territorialidades que constroem e mantêm os assentamentos rurais?
- ii) em que medida o avanço da fronteira agrícola modifica a relação assentado x assentamento?

Tendo em mente essas duas questões norteadoras, a principal hipótese que direciona essa pesquisa é que o avanço da fronteira agrícola faz com que os assentados, que já foram desterritorializados e se reterritorializaram mediante a legitimação dos assentamentos, retornem novamente à condição de desterritorializados, mas dessa vez, na imobilidade. Isso ocorre quando há uma perda da apropriação do território por meio de “uma precarização das suas condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural”

(HAESBAERT, 2011, p. 251). Essa desterritorialização não implica somente na fragmentação territorial dos assentamentos, mas também na identidade, modo de vida e sobrevivência dos assentados. A partir disso, os assentados podem vir a optar pela conversão produtiva do seu lote ou pelo seu abandono.

Entendemos que a conversão da produção familiar praticada nos lotes dos assentamentos para a produção de soja se configura na captura e desarticulação de uma importante materialidade que caracteriza o assentamento: a produção de gêneros da base alimentar familiar. A conversão para a lavoura de soja é a expressão do poder exercido pela fronteira agrícola e pelo agronegócio sobre os assentados, o que antes de significar uma supressão do território do assentamento, significa a superposição dos territórios (SOUZA, 2000). Esse poder é efetivado a partir do convencimento e do consentimento (ARENDR, 1969) ou, nos termos de Santos (2014) e Ribeiro (1991), da produção de uma psicofera. Assim, ainda que a conversão do lote para a produção de soja não represente uma eliminação do território representado pelas lutas sociais e cristalizado na forma assentamento, não podemos deixar de supor que haverá uma transformação do território através dos poderes e influências que passam a atuar sobre ele, por meio das redes que passam a ser estabelecidas pelos assentados.

Sendo assim, o objetivo geral definido para essa tese é identificar as repercussões territoriais do avanço da fronteira agrícola sobre os assentamentos, colocando em perspectiva duas forças que se organizam de maneiras distintas: o agronegócio e a agricultura familiar. Como desdobramento desse objetivo, definem-se quatro objetivos específicos:

1. Relacionar o processo de construção do território dos assentamentos ao histórico da formação territorial da região e as formas de acesso, luta e apropriação da terra;
2. Evidenciar as formas de poder que incidem sobre os assentamentos e que influenciam as decisões dos assentados;
3. Identificar os fatores que levam os assentados a se tornarem desterritorializados na imobilidade;
4. Compreender as estratégias de re-territorialização e fortalecimento dos assentados e as possíveis mudanças sobre a identidade desses atores.

A partir dos objetivos e das questões norteadoras da pesquisa, a metodologia deste trabalho é composta por técnicas de pesquisa qualitativa, a partir da observação das dinâmicas, participação, descrição e análise. Segundo Ramires e Pessoa (2013, p.25), “a

pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito” e preocupa-se mais com a trajetória da investigação do que simplesmente com os resultados. Sabendo disso, uma das ferramentas que se mostrou de particular importância para essa abordagem foi o trabalho de campo, tão caro à ciência geográfica.

O trabalho de campo em geografia humana é um processo, e não uma simples busca por dados e informações, que exige uma imersão participante do pesquisador (SOUZA e PESSÔA, 2013). Por certo, a complexidade do tema que propomos para esta tese não permitiria um trabalho de campo superficial. As dificuldades de várias naturezas existiram e são próprias desse tipo de pesquisa e, devido a muitas delas, alguns planejamentos iniciais tiveram que ser readaptados e, nesse fazer, a própria desterritorialização e reterritorialização defendida por Haesbaert (2011) foi materializada e vivenciada pela autora.

Foram realizados quatro trabalhos de campo para o TCBA entre 2016 e 2019. O primeiro, de caráter exploratório, foi realizado em 2016, em conjunto com um grupo com professores e alunos, não somente da UFRJ, mas também da UFG (Jataí) e UFMT (Rondonópolis). Considero este campo como exploratório, pois ainda no início do doutorado, a busca pelo tema central da pesquisa ainda estava se delineando, embora o recorte já estivesse definido. Neste campo, a ênfase principal foi dada aos atores do agronegócio, como grandes produtores e funcionários de empresas de revenda agrícola, mas as contradições foram observadas mediante o contato com duas etnias indígenas, os Tapirapé, da aldeia Urubu Branco, e os Xavantes, da terra indígena Maraiwatsédé. Esse primeiro contato com a região do Vale do Araguaia foi fundamental para elucidar as características gerais e a complexidade da região que seriam, posteriormente, objeto de reflexões até o segundo trabalho de campo, ocorrido em outubro de 2018<sup>2</sup>.

Já com o tema dos assentamentos definido e em meio ao fervor político decorrente das eleições presidenciais de 2018, o segundo trabalho de campo realizado propiciou a entrada e permanência no PA Dom Pedro, em São Félix do Araguaia, por um período de cinco dias. Nesta ocasião, diversos assentados foram entrevistados, mas os questionários previamente elaborados não foram aplicados por diversos motivos, e uma primeira adaptação à pesquisa precisou ser realizada, como a abordagem dos entrevistados com questões chave que pudessem ser respondidas de maneira mais direta. Conforme será demonstrado no capítulo 4,

---

<sup>2</sup> O longo intervalo entre o primeiro trabalho de campo e o segundo se deu em função da realização do período de doutorado sanduiche realizado pela autora entre setembro de 2017 e agosto de 2018 em Toulouse (França).



a ida a esse assentamento foi garantida com a ajuda da equipe da Associação Nossa Senhora da Assunção (ANSA) e, em minha condição de acompanhante, era necessário que eu enquadrasse o tempo das entrevistas ao tempo da visita do técnico da organização, que buscava auxiliar e conversar com os assentados sobre os plantios para o próximo ano.

Muitas dessas primeiras entrevistas foram realizadas somente com as mulheres que, frequentemente me convidavam para um café ou uma água, enquanto os homens conversavam sobre os plantios com o técnico em outro local da propriedade. Esse convívio para um café, ainda que breve, permitiu que certa confiança fosse estabelecida e, foi possível reencontrar muitas delas em outras ocasiões. Essa confiança é fundamental para que os entrevistados se sintam à vontade para, como bem aponta Poupart (2012), verdadeiramente falar, de forma espontânea e sem receios. Com isto em mente, os questionamentos em geral partiram das primeiras impressões sobre as condições da família no lote e tentaram, na medida do possível, evidenciar a realidade do assentamento através das lentes desses atores. Na tentativa de garantir a confiança dos entrevistados antes de adentrar ao tema central da pesquisa, algumas questões de cunho pessoal eram inicialmente lançadas, como: “como é a vida no assentamento? Tem contato com seus vizinhos? Quais as principais produções do seu lote? Há quanto tempo está aqui? Como foi a chegada?”.

Em diversas oportunidades, os entrevistados direcionavam a entrevista e discorriam sobre assuntos pertinentes ou não para a pesquisa, mas era importante deixá-los livres para contribuir, cada qual à sua maneira, sobre aquilo que eles julgavam mais importante naquele momento; afinal, parte do trabalho do pesquisador é ler as entrelinhas e selecionar aquilo que for mais conveniente para seu estudo. Em momento oportuno, outras questões eram gradativamente inseridas, como: “quais são as principais dificuldades da vida no assentamento? A sua família já pensou em vender o lote? O que significa para você ter terra? Qual o significado do assentamento para você? Qual sua opinião sobre o avanço do agronegócio?”, sustentando sempre o cuidado para manter aberto o canal de comunicação. Essa abordagem com os assentamentos se mostrou exitosa, pois no decorrer do diálogo outras informações mais problemáticas eram indiretamente mencionadas pelo assentado, facilitando a abordagem posterior, como a questão da titulação dos lotes, de arrendamentos dentro do assentamento, do uso de agrotóxicos, da relação com o Incra e outras instituições e dos conflitos.

À medida que foi pertinente, outras observações metodológicas foram enfatizadas no decorrer dos capítulos, mas é preciso ressaltar que a dificuldade logística foi a principal barreira para a visita de outros assentamentos. Em geral, os assentamentos são distantes mais

de 100 km dos núcleos urbanos dos municípios, sendo que são integralmente percorridos em estradas sem pavimentação. Além disso, por se tratar de uma região afastada de grandes centros, a presença de uma mulher, jovem, pesquisadora e sozinha, raramente passou despercebida, o que definitivamente impôs alguns limites ao trabalho de campo. Neste sentido, encontrar outras estratégias foi fundamental para o êxito dos campos, e a principal delas foi buscar parceiros nos movimentos sociais e organizações não-governamentais que, em geral, estavam mais alinhados aos objetivos da pesquisa.

Assim como o primeiro trabalho de campo, o terceiro (ocorrido em janeiro de 2019), também foi realizado em grupo e não foi possível a ida aos assentamentos. Todavia, importantes contatos foram estabelecidos e auxiliaram na realização do último trabalho de campo, considerado o mais produtivo em termos de acesso aos assentamentos e qualidade das entrevistas realizadas. Nesta oportunidade, que perdurou durante todo o mês de maio e início de junho de 2019, cinco assentamentos foram visitados e assentados de outros assentamentos puderam ser entrevistados durante três momentos: no Curso de Agroecologia, em Porto Alegre do Norte, na VII Mostra Socioambiental de São Félix do Araguaia e no curso promovido pela Comissão Pastoral da Terra no PDS Bordolândia.

A participação nesses três eventos foi fundamental para a pesquisa, pois possibilitou o contato com um maior número de assentados num mesmo local, uma vez que o deslocamento para os assentamentos se mostrou, em alguns casos, impraticável. O contato com os assentados num ambiente externo ao assentamento, e a convivência diária com eles durante as refeições e em momentos de descanso, permitiu que diversas conversas informais fossem realizadas, enriquecendo mais ainda a análise proposta e também a visão da pesquisadora. Neste sentido, concordamos com Souza e Pessoa (2013), que afirmam que a metodologia participante é potencialmente construtiva na medida em que seus resultados assumem uma maior validade explicativa sobre a realidade vivenciada. Dessa forma, além de ter permitido a coleta de dados primários e a vivência com os principais atores para pesquisa, o trabalho de campo se mostrou um instrumento dialético que contribuiu para a construção compartilhada dos resultados apresentados ao longo desta tese.

Além dos assentados, outros atores, também importantes para a pesquisa, foram entrevistados. Em geral, essas entrevistas foram realizadas nas sedes das instituições representadas por eles e mediante agendamento prévio, o que permitia uma maior tranquilidade para a aplicação dos questionários (Anexo A). Mas, mesmo se mostrando um recurso metodológico interessante, em diversas entrevistas, a exemplo do que ocorreu com os assentados, esses entrevistados também guiaram a conversa, ressaltando os aspectos que eles

consideravam mais importantes do seu ponto de vista, deixando a conversa menos limitada ao questionário.

Vale ressaltar que, em todos os trabalhos de campo, os cadernos de campo se mostraram ferramentas preciosas para o registro de falas, reflexões pessoais, impressões e ideias que, em momento posterior, foram revisitadas com um olhar crítico somado aos referenciais teóricos definidos para a pesquisa. As fotografias selecionadas e inseridas ao longo da tese também foram fundamentais na medida em que permitiram que o leitor se familiarizasse um pouco com as características da região, cumprindo a função de consolidar ou complementar uma ideia ou um fato descrito textualmente. No terceiro e quarto trabalho de campo, a maior parte das entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, totalizando aproximadamente 31 entrevistas. Para o conjunto da tese 55 atores foram entrevistados, e sua relação encontra-se no Anexo B. Diante da complexidade das questões tratadas na pesquisa, o nome desses entrevistados foi mantido em sigilo, trazendo mais segurança e privacidade às informações que eles confiaram à pesquisa.

Aos dados primários obtidos nos trabalhos de campo descritos anteriormente somam-se os dados secundários, que contribuíram para a análise proposta. Dentre as principais fontes consultadas destacam-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), Mapbiomas, Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Instituto de Defesa Agrícola de Mato Grosso (INDEA-MT), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (SEAF-MT), dentre outras. Não menos importante para o estudo, também foi realizada uma pesquisa documental que forneceu subsídios para, sobretudo, a construção do capítulo 1, que é composto por elementos históricos sobre os conflitos fundiários.

Na impossibilidade de analisar todas as situações encontradas durante os trabalhos de campo, e complementadas ao levantamento de dados secundários, tornou-se necessário realizar uma seleção das variáveis que mais recorrentemente apareceram nas falas dos entrevistados, o que deu origem ao quadro abaixo. Para tornar mais compreensível, as variáveis foram agrupadas em três aspectos (físicos/ambientais; políticos/econômicos; sócio-identitários) que, no entanto, não devem ser lidos de maneira isolada, uma vez que eles se

encontram inter-relacionados na realidade dos assentamentos. Entendemos que essas variáveis analíticas impactam o território dos assentamentos e da agricultura familiar e são indicadores da presença – ou não- da desterritorialização na imobilidade.

Aspectos	Variáveis de Análise	
<b>1. Físicos/ambientais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• desmatamento;</li> <li>• agrotóxicos;</li> <li>• sistemas agroflorestais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• disponibilidade hídrica;</li> <li>• queimadas;</li> </ul>
<b>2. Políticos/econômicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• presença de arrendamentos e/ou parcerias nos lotes;</li> <li>• controle da produção;</li> <li>• redes locais;</li> <li>• assistência técnica;</li> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• acesso ao crédito;</li> <li>• disponibilidade de maquinário;</li> <li>• localização;</li> </ul>
<b>3. Sócio-identitário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• tempo de moradia;</li> <li>• relações de parentesco e/ou vizinhança;</li> <li>• presença/participação de associações comunitárias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• forma de ocupação da terra e formação do PA;</li> </ul>

Quadro 1 - Aspectos e variáveis de análise. Elaboração: Lourenço (2019).

A análise dessas variáveis e dos dados primários e secundários selecionados para a pesquisa foi amparada por uma revisão bibliográfica que buscou cercar as principais noções, categorias e conceitos discutidos ao longo da tese. Assim, autores como Martins (2003; 2010; 2012), Oliveira (2007; 2016a; 2016b), Delgado (2012; 2017), McMichael (2016) e Fernandes (2014, 2017a; 2017b) foram importantes para as questões relacionadas à questão agrária e conflitos fundiários. Para amparar a discussão referente aos assentamentos e à agricultura familiar no Brasil, utilizamos autores como Leite, Medeiros e Heredia (2004), Alentejano (2004), Fernandes (1998; 2001; 2014), Medeiros e Leite (1999), Neves (2016), Picolotto (2012), Roux (2012), Van der Ploeg (2008; 2009), Sabourin (1999), Tonneau e Sabourin (2009) e Wanderley (2009). No que tange à temática da fronteira agrícola e ao agronegócio, os estudos de Bernardes (2003; 2006; 2015), Silva (2011), Bampi et al (2017), Becker (2015), Bruno (2016), Castillo (2007) foram particularmente importantes. Além desses, a discussão teórica sobre o território foi sustentada por autores como Haesbaert (1997; 2004; 2011a; 2011b; 2014) Raffestin (1993), Bonnemaïson et Cambrèzy (1995; 1996); Debarbieux (2009),

Medeiros (2008) e Souza (2000; 2008). Trata-se de uma seleção de autores de diferentes campos de estudo, o que permitiu uma abordagem interdisciplinar do tema.

Todo esse percurso metodológico levou à construção da presente tese que está dividida em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. O primeiro intitulado “O papel e os desafios da agricultura familiar na fronteira agrícola: da colonização ao cenário pós 2016” busca, a partir de um resgate histórico, demonstrar a contribuição da agricultura familiar na construção da fronteira agrícola, e mostrar seus desafios no período mais recente, em termos de conflito pelo acesso à terra, reivindicação de reforma agrária e desdobramentos sobre esta categoria, dos impasses políticos vivenciados no Brasil desde 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

O segundo capítulo, cujo título é “A geografia dos assentamentos rurais”, direciona seus esforços para fornecer ao leitor um panorama elucidativo sobre a construção dos projetos de assentamentos numa perspectiva da política brasileira e na abordagem teórica utilizada para a tese. Conforme mencionado anteriormente, parte-se do entendimento de que os assentamentos são territórios da agricultura familiar e, neste capítulo, os aspectos teóricos são aprofundados para ampliar o entendimento acerca da abordagem territorial. Assim como no capítulo 1, os principais instrumentos para a elaboração deste capítulo foi a utilização de dados secundários e a revisão bibliográfica.

O terceiro capítulo, “Contextualização histórica e caracterização do Território da Cidadania Baixo Araguaia”, tem como objetivo aproximar o leitor do recorte espacial delimitado para a pesquisa através da descrição e análise dos seus aspectos físicos, sociais e econômicos. Além disso, ele traz importantes resultados da pesquisa no que tange à diferenciação da agricultura familiar e do agronegócio nessa região, e demarca espacial e temporalmente os distintos processos de territorialização desses dois modelos de agricultura. Os principais subsídios que construíram esse capítulo foram os dados secundários, que possibilitaram o mapeamento de diversas elementos, mas quando pertinente, recorreremos a alguns dados primários para a validação das informações.

Na sequência, o quarto capítulo, cujo título assemelha-se ao da tese, esforça-se em identificar e descrever as variáveis analíticas da desterritorialização na imobilidade, apresentadas no quadro anterior. Este capítulo condensa-se em torno do conjunto dos resultados obtidos durante os trabalhos de campo e privilegia as falas dos entrevistados como um recurso para subsidiar a análise empírica e teórica dos processos descritos. Por último, nas considerações finais os principais resultados e temas discutidos ao longo da tese são resgatados para a elaboração de uma avaliação e sugestão de possíveis propostas futuras, uma

vez que entendemos que esta pesquisa não encerra a discussão sobre os assentamentos no Território da Cidadania Baixo Araguaia.

## **2 O PAPEL E OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA AGRÍCOLA: DA COLONIZAÇÃO AO CENÁRIO PÓS 2016**

A fronteira agrícola brasileira não é um fato acabado ou a-histórico. Ela está aberta e ainda em construção e para entendê-la é necessária uma abordagem histórica, em que os processos sociais e políticos sejam colocados em perspectiva. Essa fronteira, de acordo com Bertha Becker (2015), representa uma expansão do povoamento e destina-se à produção agropecuária para consumo interno e para a exportação e se situa nas bordas das zonas efetivamente ocupadas. Nesta mesma fronteira, cuja uma das possibilidades é permitir o desenvolvimento do agronegócio, existe também outra forma de agricultura praticada pelos agricultores familiares baseada em uma relação social e forma de organização do trabalho e da produção diferente daquela sobre a qual se sustenta a agricultura capitalista (FERNANDES, 2014).

Parte-se da ideia de que o processo de expansão de frentes demográfica e agrícola consolidou uma história territorial do Brasil que ainda está em andamento e que tem no conflito o seu caráter constituidor (MARTINS, 2012). Tal história envolve a disputa pelo acesso à terra para consagrar modelos de produção diferentes e também pelo território, sem que uma camufle ou minimize a outra. Ao contrário. Considera-se que a luta pela terra é uma demanda da classe camponesa, trabalhadora e das populações indígenas e tradicionais e que a ameaça à apropriação dessa terra se configura em uma ameaça territorial e, por extensão, à sua identidade. Em outras palavras, admite-se que o acesso à terra faz parte da construção do território para essas categorias sociais.

É sabido que o acesso a terra é extremamente desigual no mundo, mas precisar esse fato é difícil não somente devido às fragilidades estatísticas sobre as estruturas agrárias dos países, mas também pela combinação de variadas formas de acesso, que incluem direitos individuais e direitos coletivos num mesmo espaço (MERLET, 2010). O acesso desigual, por sua vez, acentua a concentração de terras o que impede um desenvolvimento econômico e social mais equilibrado nos países. Segundo o relatório da OXFAM (2016), a América Latina é a região do mundo mais desigual no que se refere à distribuição de terras, que é medida através do Índice de Gini<sup>3</sup>. Para essa região, o indicador é de 0,79, sendo que na América do Sul o índice é de 0,85 e na América Central ele equivale a 0,75. Enquanto isso, o mesmo

---

<sup>3</sup> O Índice de Gini é um indicador que varia de 0 a 1, onde 1 representa a máxima desigualdade.

índice da Europa é de 0,57, na África é de 0,56 e na Ásia é de 0,55. No Brasil, o Índice de Gini em 2006 era de 0,87 (OXFAM, 2016).<sup>4</sup>

Esse contexto acentua os conflitos por terra que, na perspectiva adotada, é uma das características de uma fronteira inacabada. Apesar da atuação política dos movimentos sociais pela criação e reconhecimento de assentamentos da reforma agrária no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980, esses conflitos têm ganhado novos contornos diante de fenômenos recentes como as crises alimentar, financeira, energética e ambiental. Um desses fenômenos vem sendo denominado por pesquisadores como *land grabbing* (FLEXOR e LEITE, 2017; BORRAS Jr, et al, 2012; COTULA, 2012; FAIRBAIRN, 2014; 2015; REYDON e FERNANDES, 2015; CLAPP, 2014). Esse novo panorama, recoloca a terra como parte fundamental de disputas geopolíticas e incentiva o avanço da fronteira agrícola provocando transformações agrárias e impactos sobre o uso da terra (SAUER, 2016).

Uma vasta bibliografia discute o papel do agronegócio como indutor da expansão da fronteira agrícola sobre áreas consideradas sub-utilizadas, sobretudo áreas de floresta e reservas indígenas (BERNARDES, 2006; 2009; 2015; BERNARDES, BUHLER e COSTA, 2016; McMICHAEL, 2016; HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010; entre outros). Contudo, acreditamos que a agricultura familiar sempre esteve presente neste processo e isso está atrelado à dois fatores: 1) a forma como foi feita a distribuição e o acesso à terra no Brasil; e 2) aos vínculos dessa fronteira a uma ordem territorial nacional/global que fragmenta os espaços e provoca desterritorializações. É sobre isto que este primeiro capítulo discute e seu objetivo é mostrar que a agricultura familiar faz parte da contradição presente na expansão da fronteira agrícola brasileira e que a internacionalização dos processos que movem essa fronteira implica em novos desafios à agricultura familiar e reacende o debate sobre a questão agrária<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> O relatório Dataluta (2017) também disponibiliza os dados da estrutura fundiária brasileira para os anos de 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014. No primeiro ano dessa análise, registra-se que o Índice de Gini era de 0,838 e no último ano pesquisado, ou seja, 2014, o índice foi de 0,860. Mesmo sabendo das possíveis diferenças na metodologia em cada um dos relatórios, é possível afirmar que a concentração fundiária no país permaneceu inalterada.

<sup>5</sup> De acordo com Oliveira (2007, p.6) “não há como encerrá-la [a questão agrária] no mundo político, ideológico ou teórico, pois sempre haverá um novo texto para reavivá-la, ou mesmo, o devir da história para (re) ou propô-la”.



## 2.1 A agricultura familiar nas bordas da grande lavoura do período colonial

Discutir a formação territorial brasileira carece de uma abordagem histórica que leve em consideração o processo de exploração sofrido pelos países da América Latina, dominados pelos países europeus. A colonização espanhola e portuguesa redefiniu as regras de acesso a terra em suas colônias, marcando o início da instauração de um regime fundiário fundado sobre a distribuição de títulos de propriedade pela autoridade colonial. Segundo Merlet (2010), as sucessivas revoluções ocorridas na Europa e que mudaram os estatutos fundiários daquele continente levaram séculos para se concretizar, enquanto que nas colônias isso foi feito em questão de décadas, impondo uma forma violenta de acesso à terra, extremamente desigual.

Essa forma violenta é fruto de relações de poder político-econômicas desiguais entre Coroa e Colônia que repercutiram territorialmente por meio da formação de latifúndios. Tal modelo de colonização foi acompanhado por casos de violência direta e indireta perpetrada pelos colonizadores e também pela disseminação de epidemias que dizimaram as populações indígenas. No caso brasileiro, o regime de Sesmarias, instituído no século XVI, foi a forma encontrada pela Coroa portuguesa para assegurar o controle do território através da produção de cana de açúcar para exportação, distribuindo para poucos proprietários grandes extensões de terra.

Porém, além dessa distribuição, a ocupação das terras livres e a posse também foram importantes formas de acessar a terra no século XVII. A posse é, segundo Bueno e Reydon (2017), um direito fático que, com o tempo acabou se tornando um modo originário de aquisição de propriedade oficializado a partir dos registros paroquiais. A posse e o posseiro são, de acordo com Musumeci (1988), categorias jurídicas incorporadas ao discurso dos camponeses inseridos num contexto de disputa pela terra e de ameaça aos seus direitos de ocupação. Pode ser entendida como uma territorialidade que visa o controle de uma extensão de terra onde a sua legitimidade somente era obtida através do poder político da Coroa. Atualmente, no início do século XXI, tal estratégia ainda é utilizada para o acesso à terra daqueles que não possuem condições de comprá-la e que sofrem com os processos de expropriação.

De acordo com Roux (2012), o período colonial brasileiro teve duas características principais: o controle da força de trabalho e o uso da terra. No primeiro caso, o autor se refere à escravidão e no segundo ao desmatamento para posterior cultivo da cana de açúcar e, mais tarde, do café. Estima-se que, somente no Brasil, 3,6 milhões de escravos foram trazidos

desde o século XVI até a abolição da escravatura em 1888 (MERLET, 2010), sendo a mão de obra escrava um recurso muito mais importante para esse regime do que a própria terra, uma vez que somente através da figura do escravo seria possível explorar as riquezas das colônias. Dessa forma, a escravidão foi o principal recurso institucional para garantir aos fazendeiros uma oferta de força de trabalho compatível com a demanda de seus empreendimentos.

Em *O cativo da terra*, José de Souza Martins (2010) discute a substituição da mão de obra provinda do tráfico negreiro pela mão de obra livre do imigrante europeu (sobretudo italiano e espanhol)<sup>6</sup> nas lavouras de café. Ele relaciona esse processo à mudança da forma da propriedade da terra e à expansão da fronteira agrícola para outras regiões, sobretudo do Vale do Paraíba. De acordo com ele, essa substituição não foi iniciada a partir de interesses nacionais. Sua origem está na dinâmica comercial internacional e nos interesses da Inglaterra em reduzir os custos de reprodução da sua mão de obra industrial, o que gerou pressões para a extinção do tráfico negreiro, que se concretizou em 1850.

Segundo Martins (2010), o escravo negro<sup>7</sup> tinha um papel duplo na economia cafeeira: 1) enquanto fonte de trabalho, ele era o fator privilegiado da produção; e 2) ele era condição para o fazendeiro obter o capital necessário para o custeio da produção. Assim, o capital do fazendeiro não estava alocado na terra, que era praticamente destituída de valor. Seu “capital estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada” (MARTINS, 2010, p.38) e com o fim do tráfico negreiro houve uma elevação nos preços dos escravos, o que representou um grande aumento no capital disponível para os fazendeiros que puderam assim, intensificar a expansão dos cafezais para novas fronteiras. Contudo, de acordo com o mesmo autor, o Brasil

Inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. (MARTINS, 2010, p.5).

Em outras palavras, no momento em que o tráfico negreiro foi proibido houve uma mudança nas relações econômicas e sociais da sociedade brasileira com a ascensão do

---

<sup>6</sup> De acordo com Martins (2010) “a grande diferença entre a imigração espanhola e a imigração italiana está no fato de que esta última imigração estava estratificada em classes sociais: havia camponeses, sem terra, operários, comerciantes, capitalistas, artesãos, além de intelectuais. A imigração espanhola, ao contrário, foi predominantemente de camponeses. Mesmo os não-camponeses, que em certa proporção também imigraram para o Brasil, foram os que mais reemigraram” (p.102-103).

<sup>7</sup> Torna-se necessário agregar o negro ao escravo, pois também existiam os escravos indígenas. Esses, por sua vez, não eram obtidos através dos mesmos marcos mercantis que os primeiros, mas sim através da caça (MARTINS, 2010).

trabalho livre, levando a necessidade de controlar o direito de acesso à terra, que até então poderia ser ocupada livremente<sup>8</sup>. Dessa forma, foi preciso depositar o capital antes imobilizado na figura do escravo em outro bem, que passou a ser a terra. Assim, a Lei de Terras de 1850, sancionada por Dom Pedro II, permitiu a regularização do acesso privado às terras, acentuando a contradição entre terra de trabalho x terra de negócio e se tornou o instrumento legal que assegurou o monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas economicamente e que institucionalizou uma forma de acumulação primitiva no Brasil (MARTINS, 2010). Em outras palavras, tratava-se de um marco legal de ordenamento do regime de propriedade que demonstrava a capacidade do Estado em intervir sobre as terras devolutas do país (TEUBAL, 2009).

Tornou-se possível neste momento o estabelecimento de um mercado imobiliário de terras que revela a importância do regime de propriedade privada para o avanço das fronteiras de acumulação, antes realizadas pela cana e pelo café e hoje através, principalmente, da soja. A ênfase do fazendeiro deixou de estar sobre a produção do café em si (trato do cafezal e na colheita feita com o escravo) e passou a ser a formação da fazenda, o que promoveu um estímulo para a busca de outras regiões com terras mais férteis<sup>9</sup>. Concomitante a esse movimento e com a privação do acesso a terra e a crise da escravidão, as elites brasileiras encontraram no trabalhador migrante e livre (e não assalariado) o sujeito que passaria a ser dominado ideológica e moralmente para o trabalho nas fazendas de café.

Um dos problemas mais comuns para os fazendeiros após a extinção do tráfico negreiro foi a carência de mão de obra para a formação das fazendas. Num primeiro momento isso foi resolvido com o tráfico interprovincial de escravos do nordeste açucareiro para o sudeste cafeeiro. A mão de obra dos moradores das fazendas do Nordeste também foi um recurso importante utilizado antes da imigração subvencionada, embora, somente esta proporcionou de fato o volume necessário de trabalhadores para atender aos interesses dos fazendeiros de café. Esta mão de obra livre dos moradores do Nordeste solucionou momentaneamente os problemas dos fazendeiros de café que, ao incorporar na própria economia cafeeira os hábitos de itinerância dos lavradores pobres e seus costumes relativos a

---

<sup>8</sup> Martins (2010) afirma que embora o Regime de Sesmarias tivesse sido suspenso em 1822 e formalmente abolido com a Constituição de 1824, nenhum outro dispositivo foi criado para regular o acesso e ocupação da terra até 1850, deixando subentendido que isso poderia ocorrer livremente.

<sup>9</sup> Segundo Martins (2010, p. 46), “o capital que antes era pago aos traficantes negreiros passou a ser pago as companhias imobiliárias e aos grileiros que, com base em documentos falsos, depois de 1854, apossaram-se de extensas áreas devolutas ou ocupadas por posseiros, revendendo-as a novos e potenciais fazendeiros. A principal fonte de lucro do fazendeiro da frente pioneira (...) foi, nos anos da expansão, a renda diferencial da terra produzida pela maior fertilidade natural das terras novas, algo que não dependia de investimentos de capital”.

agricultura de roça (derrubada, queimada, cultivo por determinado número de anos e deslocamento para nova área de mata), retardou a necessidade da imigração de trabalhadores estrangeiros para a formação das novas fazendas de café. Segundo Martins (2010, p.128) “a itinerância por si mesma afastava esses lavradores dos cafezais em direção a terras virgens”, revelando a presença da agricultura familiar no avanço da fronteira agrícola.

Essa mão de obra, no entanto, não foi suficiente e em meados do século XIX tem início a imigração subvencionada. O regime de colonato era basicamente um regime de trabalho familiar, onde colonos e suas famílias eram atraídos pelo governo imperial que tinha a intenção de “organizar viveiros de mão de obra que se oferecesse as fazendas de café para o trabalho sazonal” (MARTINS, 2010, p.54).<sup>10</sup> Essa migração subvencionada funcionou como um incentivo econômico a expansão dos cafezais<sup>11</sup>, o que elevou o preço das terras que, segundo o autor, era formado por um conjunto de atividades lícitas e ilícitas, com destaque para a figura do grileiro de terras que, por sua vez, substituiu o antigo traficante de escravos (MARTINS, 2010).

Instalados em terras impróprias para a produção de café, os colonos e suas famílias se dedicavam à produção de alimentos para sua subsistência enquanto trabalhavam para os fazendeiros nas lavouras. Há casos relatados por Martins (2010) em que os colonos cultivavam sua roça dentro dos cafezais, entre as linhas do produto principal, com autorização do fazendeiro. Quando não havia condições para realizar o plantio de alimentos no meio do cafezal, o fazendeiro cedia um terreno à parte, geralmente nas regiões baixas da fazenda, para que cada família de colonos fizesse a sua roça. Além disso, a fazenda cedia casa de morada e quintal para plantio de hortas domésticas a cada família de colonos, além de autorizar que o colono mantivesse no pasto do fazendeiro alguns poucos animais de trabalho ou de montaria. Dessa forma, além de produzir os meios de vida necessários a sua reprodução familiar, os imigrantes também garantiam a força de trabalho da fazenda, sujeitando-se a uma dupla jornada de trabalho composta pelo:

- 1) tempo de trabalho necessário para a reprodução da sua força de trabalho, já que ele e sua família eram os responsáveis pela sua alimentação e subsistência;

---

<sup>10</sup> Estima-se que mais de 1 milhão e 600 mil imigrantes vieram para o Brasil entre 1886 e 1914 (MARTINS, 2010).

<sup>11</sup> Nas palavras de Martins (2010, p.257) “a verdade é que cada trabalhador imigrante, colocado na fazenda, representava de fato um subsídio governamental ao fazendeiro. Através da imigração subvencionada, o conjunto da sociedade brasileira, pagando o transporte e as despesas do imigrante de Gênova até a fazenda, pagava de fato o custeio de produção da força de trabalho da economia cafeeira. Evidentemente isso só era possível devido ao poder político de que os grandes fazendeiros de café dispunham, o que os levou a ministérios importantes, no Império, e à presidência, na República, a partir de 1894”.

- 2) tempo de trabalho nas lavouras, considerados por eles como tempo de trabalho excedente do qual o fazendeiro se apropriava a partir da produção do café.

Essa jornada dupla só foi possível porque o colono, embora não recebesse salário para trabalhar nas lavouras, se distanciava da figura do escravo em dois aspectos que estavam fundamentalmente relacionados ao seu trabalho. O primeiro era que o trabalho era a virtude da liberdade (enquanto para o escravo a virtude da liberdade era o ócio); o segundo era que o trabalho dele era condição para ele adquirir sua propriedade. Portanto, “‘trabalhar para vir a ser proprietário de terra’ foi a fórmula definida para integrar o imigrante na produção de café” (MARTINS, 2010, p. 48). Tal fórmula foi construída com base na ideologia da mobilidade através do trabalho cuja pedra fundamental era o sonho de autonomia do colono que seria conquistada através do trabalho árduo que, para o imigrante, não era considerado como uma atividade que enriquecia o seu patrão, mas como uma atividade criadora de riqueza própria e que o libertaria da tutela do fazendeiro (MARTINS, 2010).

O período da imigração subvencionada e o duplo trabalho dos imigrantes nas fazendas de café são importantes para os propósitos desse primeiro capítulo, pois eles nos mostram a existência de uma agricultura familiar que se instalava nos interstícios de uma fronteira agrícola empurrada, sobretudo, pelo café. Nos mostra também a necessidade dos fazendeiros em permitir essa atividade, pois somente através dela ele conseguiria reter os trabalhadores para a produção considerada por ele como principal. Porém, na medida em que houve uma maior valorização da terra constatou-se também uma mudança nas próprias condições do colonato, uma vez que a produção do colono para a subsistência aparentemente gratuita e sem custo passou a ter um custo regulado pela renda da terra. Assim, nas palavras de Martins (2010)

A agricultura intercalar do colono aparecia como um desperdício, como um uso antieconômico da terra que devia ser destinada a produção do café, uma vez que os cultivos de subsistência exigiriam ruas mais largas no cafezal e menos número de cafeeiros por área plantada (p.111).

Aos poucos essa atividade foi sendo empurrada para outras áreas, fora dos cafezais, incentivando o avanço da frente de expansão<sup>12</sup> que é essencialmente uma fronteira

---

<sup>12</sup> Sobre a frente de expansão e a frente pioneira, Martins (2012) ressalta que não se tratam de dois conceitos opostos, mas de duas formas diferentes de conceber a fronteira, duas formas de reconhecer tempos históricos diferentes. A primeira, comumente utilizada por antropólogos, se refere aos deslocamentos da população civilizada e de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista, pois o mercado opera através de relações de poder mediadas pela dominação pessoal. Já a frente

demográfica que se dá via expansão da rede de trocas e de comércio para além da expansão capitalista, pois envolve relações extra-econômicas, cujo poder é predominante (MARTINS, 2012). Nesse movimento, o espaço foi sendo produzido através de práticas sociais opostas que se concretizaram a partir da relação entre a desterritorialização da agricultura familiar e a mudança do regime de propriedade da terra. É nesse sentido que Berta Becker afirma que “a fronteira não deve ser entendida como lócus da reprodução da pequena produção, mas como parte do amplo processo de rearticulação da sociedade e do espaço pelo capital” (2015, p.22).

Caio Prado Jr (1963) em *Formação do Brasil Contemporâneo* também faz menção à agricultura de subsistência e sua coexistência às grandes lavouras (cana, tabaco e algodão) no Brasil Colônia. De acordo com o autor, a alimentação da população rural era garantida pela agricultura praticada tanto por escravos designados pelos proprietários e que não estão permanentemente comprometidos com a grande lavoura, quanto por escravos que se dedicam a essa tarefa por conta própria, em seu tempo livre ou dia de folga, geralmente aos domingos. Em todo o caso, a população rural conseguia se alimentar sem ter a necessidade de recorrer a outros meios, como a população urbana, mas ainda assim como uma cultura subsidiária à grande produção.

Do ponto de vista geográfico, Santos e Silveira (2006) mostram que a conquista do território brasileiro se deu através dos diferentes ciclos econômicos e isso justifica em cada momento a escolha pelas áreas de implantação. Assim, outro momento desse desbravamento territorial foi a expansão demográfica e agrícola para o interior Brasil, sobretudo para o Centro-Oeste e a Amazônia, no final do século XIX e início do século XX com o objetivo de “integrar para não entregar” através do discurso de ocupação de “espaços vazios”. O ciclo econômico da borracha, cujo auge se deu entre 1879 e 1912 e que levou milhares de migrantes para a Amazônia, e as subseqüentes políticas territoriais dos diferentes governos (com destaque para a Marcha para o Oeste durante o governo de Getúlio Vargas e a construção de eixos rodoviários como a Transamazônica e a Belém –Brasília) promoveram transformações econômicas, sociais e culturais nessas regiões, marcando um aprofundamento da inserção do Brasil na economia capitalista mundializada e modificando as relações fundiárias existentes no país.

---

pioneira, utilizada por geógrafos, pressupõe a expansão da reprodução ampliada do capital que ocorre por meio da reprodução extensiva e territorial mediante a conversão da terra em mercadoria, que induz à modernização e à formulação de novas concepções de vida e mudança social. Nos dois casos, é preciso estar atento à diferença entre o tempo histórico do camponês expropriado, do pequeno agricultor próspero, do índio, do grande empresário rural, do pistoleiro, etc.

Esse período marca um momento de forte interesse geopolítico do Estado na integração funcional e espacial das regiões brasileiras, utilizando para isso, critérios de eficiência econômica. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que era necessário proteger o latifúndio, também era importante assegurar a inserção econômica e o fortalecimento da industrialização e da urbanização em crescimento no país e assim, ao modificar buscava-se, na verdade, manter as estruturas fundiárias vigentes. De acordo com Bertha Becker (2015):

(...) a estratégia global do Estado no Brasil tem sido a de assegurar o monopólio da propriedade privada da terra representada pelo latifúndio voltado para a exportação de recursos. Conjunturalmente, pode apoiar a via camponesa, em função das prioridades do capital no momento, da necessidade de compatibilizar não só os interesses dos diferentes segmentos da sociedade nacional, como também o caráter complementar – em termos de mão de obra empregada na produção de alimentos – e contraditório – em termos de apropriação de terras – da pequena produção em face do latifúndio. A política fundiária – ora mais, ora menos distributiva – surge como regulador dessa complementaridade/contradição (BECKER, 2015, p. 238).

Ao tratar da ocupação de novas áreas na Amazônia, Oliveira (2016a) lembra que esse processo carregava consigo o caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira, uma vez que, ao investirem na fronteira de recursos, os grandes capitalistas e o Estado necessitavam de mão de obra para extraírem a riqueza ali presente. Essa mão de obra era a dos camponeses sem terra e migrantes que adentravam a essa região em busca de oportunidades e da terra liberta, atraídos pelos projetos de colonização privados<sup>13</sup> que, por sua vez, vendia terra aos camponeses. Havia também a presença de posseiros que, sem alternativas econômicas para comprar a terra, apenas a ocupavam, construindo assim o seu território.

Esses atores já foram, em algum momento anterior, atingido pela expropriação de suas terras e dos demais meios de produção, caracterizando uma desterritorialização que culmina na migração e na formação de uma fronteira geográfica que possui uma dimensão ideológica (OLIVEIRA, 2016a). Mais do que isso, culmina na produção do próprio espaço e de lugares propícios para a expansão da atividade capitalista (HARVEY, 2016; LEFEBVRE, 2000) que enxerga a terra como a mercadoria que comanda o processo de ocupação dessa fronteira. É por tais razões que não podemos considerar a fronteira completamente disponível às

---

<sup>13</sup> De acordo com Oliveira (2016a, p.157), tais projetos são “a alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e ao mesmo tempo suprir-se de força de trabalho para seus projetos de fronteira”.

necessidades da agricultura familiar, embora ela seja uma parte importante da sua configuração. Como nos diz Silva (2011)

A ideia de fronteira aberta às oportunidades e ao individualismo não se sustenta diante do controle social das terras e da territorialização produtiva e cultural sob o processo de reprodução capitalista. A fronteira é aberta e fechada ao mesmo tempo como traço das contradições socioespaciais e transformadoras do capitalismo sobre o campesinato, comunidades de quilombolas, indígenas e ribeirinhos. De fato, a fronteira capitalista é um fenômeno não somente espacial e histórico, mas de confrontação cultural e ideológica e de expansão econômica (p.285).

Esse contexto se aproxima bastante com o que foi descrito anteriormente a partir da análise de *O cativo da terra* (MARTINS, 2010). Porém, isso não deve ser entendido como uma coincidência. Trata-se, sobretudo, da forma de expansão do modo de produção capitalista que incorpora novas áreas para promover o movimento do qual ele necessita para se reproduzir. Assim, ao mesmo tempo em que a ocupação demográfica e de atividades agrícolas devem ser enxergadas pela ótica da expansão das relações capitalistas de produção e da propriedade privada da terra, a dinâmica da agricultura familiar e da pequena produção não pode ser desprezada desse movimento, uma vez que ela está em seu cerne. Afirma-se isso diante das evidências de que tanto o ciclo da cana de açúcar, quanto do café e atualmente da soja e da pecuária para exportação, a agricultura familiar foi e é um elemento fundamental para a consolidação dos diferentes momentos de constituição da fronteira e revela a dimensão do conflito por terra e por território nessas regiões. Tais conflitos estão diretamente relacionados à concentração de terras e à luta de classes.

## **2.2 Da luta pela terra e pela reforma agrária à institucionalização da agricultura familiar no Brasil**

O século XX foi o século de formação do campesinato brasileiro, onde as revoluções agrárias<sup>14</sup> ficaram mais intensas no Brasil e em outros países, sobretudo os da América Latina<sup>15</sup>, como resultado das transformações que ocorreram após a Segunda Guerra Mundial

---

<sup>14</sup> Oliveira (2007) ressalta a diferença entre os conceitos de reforma agrária e revolução agrária. Segundo o autor “a reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. A revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade.” (OLIVEIRA, 2016a, p.68)

<sup>15</sup> Miguel Teubal (2009) afirma que em seu conjunto, a América Latina se transformou no continente da reforma agrária no século XX, dada a sua formação e condição territorial, política, econômica e social. O autor destaca as reformas agrárias do México, da Bolívia, de Nicarágua e de Cuba como as mais importantes. Peru, Chile, Equador, Colômbia e Honduras apresentaram reformas agrárias mais moderadas.



(OLIVEIRA, 2007). O contexto político nacional estava inserido na discussão geopolítica e, para atender às exigências da política econômica norte-americana e a necessidade em frear os impulsos do comunismo e do “perigo vermelho” (BOMBARDI, 2005), o Estado brasileiro adotou ações que apontavam na direção de algumas políticas favoráveis às reivindicações de reforma agrária para conter os conflitos em crescimento.

Esse cenário também se fortalecia através do consenso que existia “entre comunistas, esquerdas nacionalistas e nacionalistas liberais a respeito da necessidade de uma reforma agrária no país” (MOREIRA, 1998, p.342) com vistas ao desenvolvimento da industrialização brasileira. Tais elementos levaram à formulação das primeiras propostas de lei sobre o tema da reforma agrária através da Constituição de 1946 que, no entanto, foram tardiamente aprovadas devido à maioria da elite fundiária no Congresso (OLIVEIRA, 2007).

Dois marcos institucionais ocorridos durante o governo de João Goulart (1961-1964) são importantes para entender os rumos da questão agrária e dos seus desdobramentos sobre o avanço da fronteira agrícola e sobre os conflitos por terra. O primeiro foi a promulgação do Estatuto da Terra em 1962 que previa a desapropriação para cumprimento da função social da terra. O segundo foi a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 que passou a permitir a implantação do sindicalismo rural. Apesar desses marcos legais e da aparente disposição política do Estado em promover a reforma agrária, a sua implantação não prosseguiu, já que, logo após assinar o decreto desapropriando para efeitos de reforma agrária as terras circundantes às rodovias e ferrovias nacionais, o presidente João Goulart foi deposto pelo golpe político-militar de 1964 que durou 21 anos (MOREIRA, 1998). Esse período desmantelou toda e qualquer proposta de reforma, mas, diante das pressões internas e externas, o primeiro governo militar, do General Marechal Castelo Branco, assinou a lei do Estatuto da Terra que, no entanto, só seria colocada em prática na década de 1980, quando houve a elaboração do I Plano Nacional da Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2007; 2016).

O Estatuto da Terra, de acordo com o Caderno de Estudos da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1984), era um Projeto Militar de Reforma Agrária e tinha como objetivo promover a expansão do capitalismo no campo através da “grande empresa agrícola ou da moderna empresa de produção familiar com alta produtividade” (CPT, 1984, p. 2) com o apoio do Banco Mundial. Em outro documento assinado por diversas entidades como a FASE e a CPT em 1979<sup>16</sup>, ou seja, quinze anos após a transformação do Estatuto da Terra em lei, é

---

<sup>16</sup> Disponível em “Reforma Agrária em dados”:

<http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1979%20E2%80%93%20Carta%20Manifesto%20contra%20o%20n%C3%A3o%20cumprimento%20do%20Estatuto%20da%20Terra%20no%20seu%2015%C2%BA%2>

ênfatisado que além de suas atribuições não terem sido executadas pelo regime militar, houve ainda um agravamento da situação fundiária com o aparecimento dos bóias-frias. Além disso, os resultados das ações desse projeto, para a organização, “estão às vistas de todo mundo”:

“Miséria e fome no campo. Desemprego, miséria e fome nas cidades. Sem ter meios – terra e recursos – para trabalhar no campo, milhões de lavradores vão se amontoando, ano após ano, na periferia das cidades. De fora da cerca estão 12 milhões de famílias sem terra. Do lado de dentro da cerca, estão 288 milhões de hectares sob o domínio do latifúndio. Desses 288 milhões, 17 milhões estão debaixo da cerca do latifúndio das multinacionais” (CPT, 1984, p.2-3).

Em 1965 também se fortalece a integração da agricultura com a economia urbana e industrial, tornado o setor agrícola mais dependente. Esse período, que se estende até 1985, ficou conhecido como a “modernização conservadora” da agricultura e o teve o Estado como o principal agente indutor desse processo que estava pautado em uma política fortemente centralizada, na construção de um mercado interno consumidor, na substituição das importações, na adoção dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, na proteção da grande propriedade e, sobretudo, na expansão do crédito rural para o financiamento e modernização dos sistemas agroindustriais<sup>17</sup> (DELGADO, 2012).

Embora farto, o crédito agrícola, não foi distribuído de maneira igualitária entre os demandantes, sendo fortemente “discriminante contra os pequenos produtores tradicionais das regiões mais pobres” (GUEDES e FLEURY, 2017, p. 274), o que evidencia a heterogeneidade da agricultura e a coexistência de modelos pautados tanto no assalariamento quanto no trabalho familiar e as implicações para esta última da adoção cada vez maior dos padrões contidos no projeto da modernização conservadora. Uma dessas implicações foi a expropriação desse grupo que se dirigia, espontaneamente devido aos processos de desterritorialização ou através de políticas do Estado, para áreas de fronteira, promovendo o encontro com outros grupos que já ali se encontravam, como os grupos indígenas. Foi nesse período de maior subsídio para a agricultura que a fronteira também avançou sobre regiões que até então não eram destinadas à produção agropecuária, como os cerrados do Centro-Oeste, considerados difíceis de serem cultivados.

Porém, o importante é ressaltar que a agricultura familiar é parte desse processo, que serve ora como mão de obra para o avanço dessa fronteira agrícola, ora como categoria

---

[0ano%20E2%80%93%20Agricultores%20do%20Agrego%20Meridional%20de%20Pernambuco-FASE-CPT.pdf](#). Acesso em abril/2018.

<sup>17</sup> De acordo com Guilherme Delgado (2012, p.16), “o crédito rural em 1976 ascendeu a mais de 20 bilhões de dólares, um valor quase equivalente ao Produto Interno Bruto da Agricultura de então”.

desterritorializada em busca de outro território (HAESBAERT, 2011a). Assim, a fronteira agrícola brasileira tem uma dupla função: a de ser uma fronteira de acumulação viabilizada através da incorporação de áreas para a produção destinada à exportação e realização da renda da terra e também a de ser produzida para responder às tensões e conflitos agrários. É neste espaço que há a reconstrução de um novo campesinato que é feito “de processos individuais ou familiares de migração, sem a complexa estruturação social que caracteriza as antigas comunidades agrárias em zonas de assentamento” (MERLET, 2010, p. 45, tradução nossa).

Se há a recriação dessa categoria, ainda que com diferenças e outras territorialidades (SACK, 1983), não seria correto afirmar que esses atores, enquanto grupo social e categoria política estariam fadados ao desaparecimento. Ao contrário, pois, de acordo com Roux (2012), em termos numéricos, a agricultura familiar aumentou consideravelmente durante o período da modernização conservadora, mesmo que “em condições de grande precariedade econômica devido ao bloqueio do acesso à terra” (ROUX, 2012, p.137, tradução nossa).

Ao longo de todo esse período, os conflitos por terra foram uma realidade para aqueles que buscavam acessar e se apropriar da terra, como parte da construção de sua identidade e de seu território. A transformação da terra em mercadoria induziu os camponeses e sem terra a duas lutas concomitantes: I) a luta pelo acesso à terra e II) a luta pela manutenção deste acesso, uma vez que houve (e continua havendo) um movimento de incorporação de todas as áreas agricultáveis à agricultura em grande escala. Indígenas, posseiros, grileiros e colonos eram os atores mais comumente envolvidos nessas disputas desde a década de 1970, sobretudo nas fronteiras da Amazônia. Porém, o Estado e suas instituições também são importantes atores que atuaram para acentuar esses conflitos, sobretudo a partir de três mecanismos: pela colonização direta; pela expropriação de populações já tituladas; e pela expropriação através da discriminação de terras públicas e regularização de títulos de terra. Esta última forma conta com a desinformação da população rural, sobretudo dos posseiros, que devido à falta de acesso aos gestores públicos e aos elevados custos da burocracia, acabavam perdendo suas terras (BECKER, 2015).

É neste contexto de disputas pela terra que há o aparecimento de diferentes movimentos socioterritoriais e outras organizações em defesa do direito a terra e da reforma agrária. Em 1950, nascem as Ligas Camponesas que tinham como objetivos centrais a distribuição e a posse da terra e foram os primeiros movimentos com força e abrangência nacional que conseguiram formar uma aliança operário-camponesa na luta pela reforma agrária e pelo socialismo no país (OLIVEIRA, 2007). A Associação Brasileira de Reforma Agrária, embora não seja um movimento socioterritorial e sim uma instituição sem fins

lucrativos, nasceu em 1967 no Rio de Janeiro, com o objetivo de concretizar a reforma agrária no Brasil através do estudo, pesquisa, divulgação, capacitação e treinamento nas questões referentes ao tema. Era composta por técnicos, estudantes, profissionais liberais e dirigentes de associações e sindicatos e trabalhadores rurais em âmbito nacional articulados a um grande grupo de entidades de apoio aos movimentos sociais rurais, e foi constituída em virtude da frustração da implementação do Estatuto da Terra, quadro se tornou bem nítido já durante o governo do general Artur da Costa e Silva (1967-1969).

A história da luta pela terra também passa pela criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 1964 como a primeira entidade sindical do campo de caráter nacional. De acordo com a página da confederação na internet “sua trajetória é fruto da organização, trabalho, articulação e mobilização dos mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e das 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) filiadas, que compõem junto com a Contag o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)”<sup>18</sup> e suas bandeiras de luta são pela reforma agrária, pela agricultura familiar, pelas políticas sociais no campo, por novas relações de gênero e geração no meio rural, pela agroecologia e pela reforma política. Medeiros (1989) afirma que dois compromissos foram firmados no momento da criação da Contag: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte<sup>19</sup>. Porém, esses compromissos foram dificultados com o golpe militar em 1964 que reprimiu duramente a sindicalização enquanto uma estratégia de organização da luta camponesa ao cancelar o registro de praticamente 80% dos sindicatos ativos, permitindo somente aqueles que eram vinculados com anticomunistas assumidos (WELCH, 2006).

Em 1972 e 1975 nascem, respectivamente, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizações da sociedade civil comprometidas com os direitos de posseiros, trabalhadores rurais sem terra, pequenos agricultores e indígenas. Voltaremos a essas duas organizações no capítulo 3. Mais tarde, na década de 1980, quando

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&ap=1&nw=1>. Acesso em 30 de abril de 2018.

<sup>19</sup> O Congresso Camponês de Belo Horizonte ocorreu em 1961 e é considerado um marco nas lutas camponesas tanto pela pauta da luta reforma agrária radical, feita “na lei ou na marra”, quanto pelo reconhecimento social e político da categoria “camponês” que passava a sintetizar um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo. Ao final deste encontro, definiram-se como medidas imediatas de reivindicação “modificações da Constituição no que se refere à exigência de indenização justa, prévia e em dinheiro; levantamento cadastral das propriedades com área superior a 500 ha; desapropriação das terras não aproveitadas desses imóveis, a partir dos centros urbanos; levantamento das terras devolutas; retombamento e atualização dos títulos de terra; imposto territorial progressivo; outorga de títulos a posseiros” (MEDEIROS, 1989, p.58).

houve o acirramento dos conflitos fundiários e maior repressão das forças da ditadura militar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge com uma nova forma de luta, através dos acampamentos e dos assentamentos, em resposta à chamada “modernização da agricultura”. Trata-se do maior movimento de massa e de contestação contra o não cumprimento pelo Estado da reforma agrária, cuja luta não somente se consolidava e se articulava nacionalmente, como também amadurecia qualitativamente do ponto de vista político (OLIVEIRA, 2007).

Wanderley (2014) também destaca a importante contribuição do Instituto Internacional de Cooperação para a Agricultura (IICA) e do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD) na realização de pesquisas sobre o meio rural. De acordo com a autora, a articulação entre essas instituições foram decisivas para o aprofundamento da reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento rural executado até então cuja expressão máxima é a modernização conservadora.

Neste contexto, as bandeiras contra o latifúndio improdutivo e as desigualdades que ameaçavam o modo de vida do camponês, ao mesmo tempo em que eram divulgadas, eram fortemente reprimidas pelas forças do Estado, mesmo após a redemocratização do país e instauração da República Nova. Isso pode ser observado através dos dados apresentados no gráfico 01 e também através da carta divulgada pelo MST em 23 de agosto de 1989, denunciando o aumento da violência no meio rural (Anexo C). De acordo com tal documento, grupos paramilitares, a Polícia Militar e a União Democrática Ruralista (UDR)<sup>20</sup> ameaçavam e agrediam, aberta e publicamente, camponeses e militantes que atuavam juntos as ocupações e acampamentos em diversos estados do país, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Pará, Minas Gerais, Rondônia, Maranhão, São Paulo, Espírito Santo e Bahia.

---

<sup>20</sup> De acordo com Bruno (1997), a UDR foi uma associação civil criada em 1985 por grandes proprietários de terras, com a finalidade de defender a propriedade privada e como expressão da radicalização patronal rural contra a política agrária promovida pelo governo federal no começo da administração do presidente José Sarney (1985-1990). Essa associação fundou uma nova prática política e funcionou como reorganizadora de novos símbolos de classe da grande propriedade fundiária e empresários rurais. Dentre as principais características da prática e do discurso da UDR, pode-se destacar: a mobilização de massa, a revalorização do rural e renovação da representação patronal, a defesa intransigente do monopólio fundiário e o uso da violência como principal instrumento de pressão contra a reforma agrária e as lutas por terra.

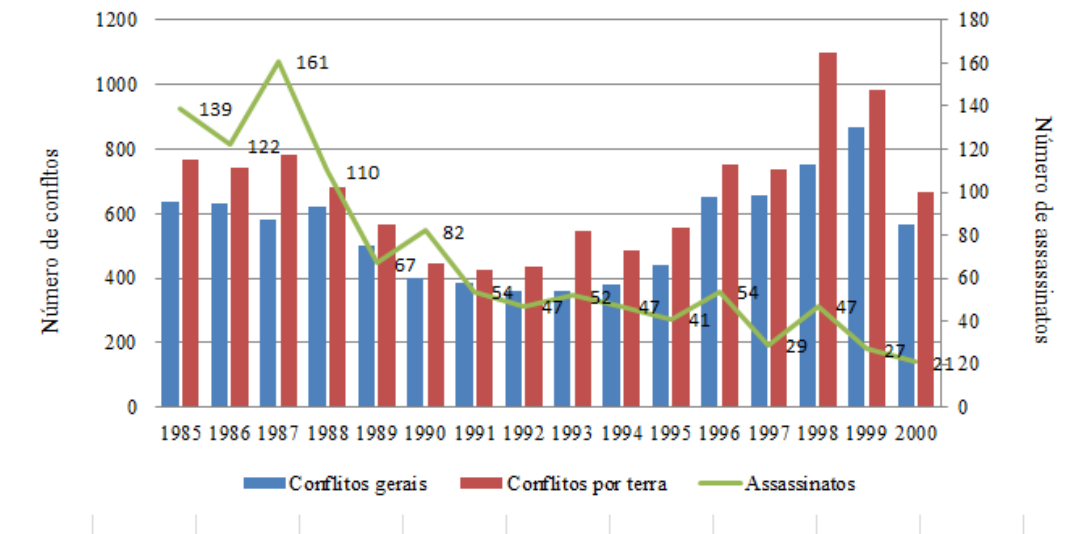


Gráfico 1 - Brasil: número de conflitos por terra, conflitos gerais\* e assassinatos no campo (1985-2000). Fonte: CPT, vários anos. Organização: Lourenço (2018).

\*Os conflitos gerais são referentes aos conflitos trabalhistas, trabalho escravo, seca, conflitos sindicais e políticas agrícolas.

As principais violações contra os camponeses e sem terras eram: perseguições, prisões sem ordens judiciais, participação de fazendeiros e pistoleiros nos interrogatórios de trabalhadores presos, maus tratos e tortura, despejo sem ordem judicial, invasões de secretarias administrativas do MST em diversas localidades, despejo de agrotóxicos sobre os acampamentos, incêndio de barracos e de roçados, atropelamentos propositais, sequestros e assassinatos de trabalhadores. Somente no período de 1985 a 1995, 922 trabalhadores foram assassinados no campo, segundo dados da CPT. Neste sentido, concordamos com Regina Bruno (2003) que diz que dois aspectos que marcam o perfil das classes e grupos dominantes no campo são: 1) a defesa da propriedade privada como direito absoluto; e 2) a violência como prática de classe, o que praticamente inviabilizou a implementação do PNRA, já que as forças políticas dos movimentos sociais “não conseguiram atingir a aliança entre capital e propriedade da terra” (FERNANDES, 1998, p.88).

Em outro documento, intitulado “A Comissão Pastoral da Terra e o Plano Nacional da Reforma Agrária” do ano de 1985 (Anexo D), a diretoria nacional da CPT se mostrava preocupada com a permanência dos conflitos no campo e endossava a insatisfação dos trabalhadores e dos movimentos sociais com o conteúdo do PNRA que deveria “ser mais arrojado para alcançar o objetivo de democratizar a estrutura fundiária do país, rompendo com o monopólio da terra”. Em plena República Nova, o tom de insatisfação, politizado e combatente pode ser encontrado em diversos trechos do documento que são transcritos a seguir:

“(…) a terra não deve permanecer concentrada nas mãos de uma classe de parasitas que não a utiliza produtivamente, mas com fins especulativos. O país, assolado pela fome, deve garantir aos trabalhadores a terra necessária para viver e produzir os alimentos necessários à população”.

“A reforma agrária só se faz com sustentação política, os proprietários são contra, não podem ser convocados como co-autores de um programa de reforma agrária. Por outro lado, para contar com trabalhadores é necessário reconhecer suas conquistas e ouvir suas sugestões, a fim de conseguir as modificações necessárias na estrutura agrária”.

Esse contexto levou ao aumento de outra importante forma de acessar a terra a partir da segunda metade dos anos 1990: as ocupações de terra (Gráfico 02). Isso demonstrou uma nova estratégia dos trabalhadores sem terra que reivindicavam, diante da grande imprensa<sup>21</sup>, que a reforma agrária fosse feita através de instrumentos de desapropriação de propriedades que não cumpriam sua função social. As ocupações seriam um sinal de ruptura com o sistema vigente e uma importante forma de construção da identidade coletiva do sujeito Sem Terra repleta de significados socioculturais que moldam o posicionamento dos indivíduos perante a realidade (COELHO, 2011).

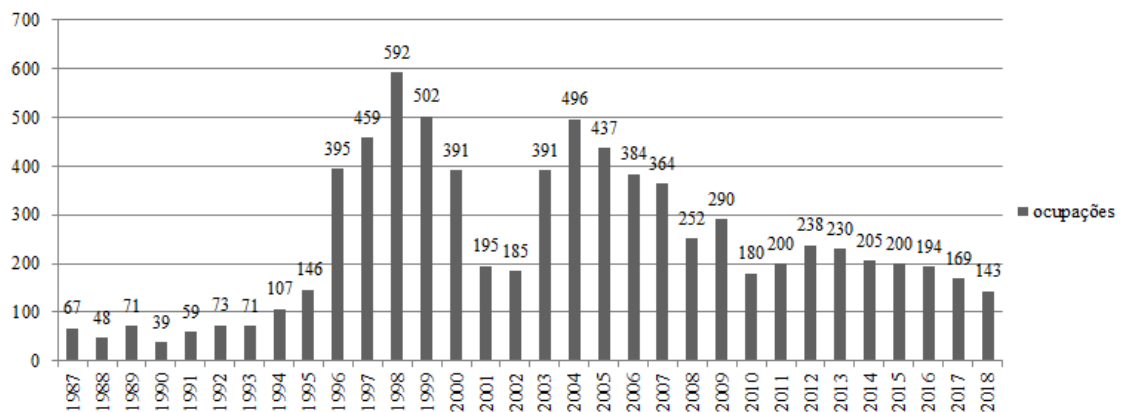


Gráfico 2 - Brasil: número de ocupações de terra de 1987 a 2018. Fonte: CPT, vários anos. Organização: Lourenço (2018).

Trata-se, portanto, de outra estratégia que mostra o amadurecimento político da luta travada pelo MST e por outros movimentos sociais, que não era realizada somente no campo

<sup>21</sup> Sobre o papel da imprensa, Bruno (2003) afirma que, embora ela tenha se posicionado ao lado das reivindicações patronais devido à “concorrência do mercado e também por força da própria disputa política, frequentemente deixou aflorar as tensões existentes e deu voz aos trabalhadores rurais e seus mediadores” (BRUNO, 2003, p. 293-294), o que teria sido importante para conquistar alguns setores da sociedade brasileira, dispostos a ouvir “o outro lado” da história.

através das ocupações, mas também nas cidades e em outros espaços de representação (LEFEBVRE, 2000) buscando dois objetivos: I) legitimar sua causa frente à opinião pública e, conseqüentemente, ganhar mais força nas demandas ao governo a partir das ocupações de terra; e II) construir e reforçar seu território através do controle da terra. A territorialização da luta pela terra foi, assim, acompanhada pela territorialização da violência que não diminuiu nos anos seguintes, pois, ao passo que ao mesmo tempo em que houve uma maior reivindicação manifestada pelas ocupações de terra houve também uma maior necessidade em garantir que a propriedade da terra e a manutenção do latifúndio fossem asseguradas, sobretudo em um período de ampla disponibilidade de crédito agrícola para os grandes e modernos complexos agroindustriais (GUEDES e FLEURY, 2017; DELGADO, 2012). Diante disso, o discurso dos proprietários de terra era o de contra-atacar toda e qualquer ocupação de terra, buscando, inclusive, reivindicar o direito legítimo de armamento para a defesa de suas propriedades (BRUNO, 2003).

Mesmo diante dessas ameaças, existia um consenso para o MST (1988) de que as ocupações, feitas em praticamente todos os estados brasileiros, era a única maneira de sensibilizar o governo para o cumprimento da reforma agrária, sendo elas consideradas vitoriosas. Tal constatação também é feita por Fernandes (2017a) que afirma que “a reforma agrária brasileira segue os passos das ocupações de terra” (p.259), o que para Stédile (2011) e Alentejano (2004) precisa ser relativizado, já que para ser uma verdadeira reforma agrária que combata o latifúndio improdutivo é preciso que haja a desapropriação dessas áreas que não cumprem sua função social. No caso dos assentamentos criados a partir de ocupações, o que ocorre é uma resposta do governo diante de uma ação direta dos movimentos sociais ao invés do cumprimento efetivo da legislação que prevê a desapropriação de áreas ociosas e de uma política agrária voltada aos interesses desses atores.

Nota-se, a partir da análise do gráfico anterior, que as ocupações de terra aumentaram expressivamente a partir de 1995, ano em quando ocorreu o massacre de Corumbiara,<sup>22</sup> já na gestão de Fernando Henrique Cardoso, levando-o a ampliar a política de assentamentos rurais. Essa medida pode ser lida como o reconhecimento do conflito fundiário e da existência de uma questão agrária ainda aberta no Brasil, mas não deve ser considerada como uma

---

<sup>22</sup> O massacre de Corumbiara ocorreu em 9 de agosto de 1995, em Corumbiara, Rondônia, quando policiais e jagunços atacaram centenas de famílias que haviam ocupado a fazenda Santa Elina menos de um mês antes. De acordo com Mesquita (2002), esse massacre, assim como outros como Canudos, Contestado e Eldorado Carajás explicitam a situação da questão agrária no país, cuja gênese se encontra nas políticas agrícolas que fortalecem o latifúndio e protegem os interesses das elites agrárias brasileiras.



verdadeira reforma agrária e sim como uma política de assentamentos rurais pontuais que não modifica a estrutura fundiária do país.

Além disso, o período que compreende o governo de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ou seja, de 1995 a 2002, foi marcado por cinco aspectos que conferem a ele um caráter anti-popular, permitindo que ele seja caracterizado como neoliberal: I) o aumento da dependência externa; II) aumento das privatizações realizadas sob a proteção e incentivo do Estado; III) prioridade ao sistema financeiro; IV) aumento das desigualdades resultante do aumento do lucro das empresas e a redução da renda dos trabalhadores; V) aumento do desemprego (ALENTEJANO, 2004).

Durante este governo, foi implementado o que ficou conhecido como a “reforma agrária de mercado” (MATTEI, 2017a; PT, 2000) que, de acordo com Borrás (2002), ao invés de ser coercitiva e centralizada, acaba deixando nas mãos dos compradores e vendedores a decisão sobre a negociação das terras, sendo fortemente descentralizada e excludente, uma vez que toda negociação implica necessariamente em uma relação de poder. Para este autor, este modelo de reforma agrária não visa à distribuição de terras, não é fundado sobre a justiça social e não é direcionado prioritariamente aos pobres e, por esse motivo, ele não deveria substituir a reforma agrária clássica realizada pelo Estado (BORRAS, 2002). Em documento de junho de 2000, intitulado “A falsa reforma agrária de FCH”, a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) assegurou, através de um linguajar coloquial, que estaria em curso a implementação de um projeto neoliberal imposto através da modificação das leis, de um “arrumadinho” no orçamento público e com apoio do Banco Mundial, dos latifundiários, dos banqueiros e da imprensa.

Isso foi feito basicamente através de dois projetos: a Cédula da terra e o Banco da terra. O primeiro foi um projeto piloto com apoio financeiro do Banco Mundial e que abrangeu os estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Seu objetivo era disponibilizar uma linha de crédito a juros reduzidos para grupos de, no mínimo, dez agricultores para aquisição de terras em caráter associativo. A partir da aprovação de um novo empréstimo com a instituição financeira internacional, o projeto “Cédula da terra” passa a ser de abrangência nacional e ganha o nome de Banco da Terra, em 2000. A tabela a seguir, revela alguns indicadores desses dois projetos até o ano de 2003. Percebe-se que o número de famílias atendidas é inferior a 50 mil, o que indica o baixo impacto e abrangência dessas políticas na efetiva distribuição de terras no país.

<b>Indicadores</b>	<b>Cédula da Terra</b>	<b>Banco da Terra</b>
Propostas	421	18 063
Famílias Atendidas	7 730	34 434
Área (hectares)	290 957	1 113 147
Valor Contratado (R\$)	42 765 129	1 031 312 590

Tabela 1 - Brasil: propostas, famílias atendidas, área e valor contratado dos projetos Cédula da Terra e Banco da Terra\* de 2000 a 2003. Fonte: SRA/Sead (2017). Organização: Lourenço (2018).

\* O projeto Cédula da terra teve início em 1997 e o Banco da terra em 2000. Ambos foram criados no governo de Fernando Henrique Cardoso sob a justificativa de agilizar a reforma agrária e torná-la menos onerosa para os cofres públicos.

Além desses, tem início também o Crédito Fundiário, em 2001, que era voltado para o combate da pobreza rural. Segundo Mattei (2017a)

A justificativa do governo para a implantação desses programas era dar maior agilidade ao processo de reforma agrária no Brasil, tornando-o menos oneroso aos cofres públicos. Além disso, o discurso governamental apresentava os mecanismos de mercado como instrumentos capazes de permitir o acesso a terra, sem conflitos sociais e disputas judiciais, e como instrumentos auxiliares na redução da pobreza (p.203).

A análise deste autor o leva a concluir que a reforma agrária de FHC foi uma reforma agrária fracassada que transferiu à sociedade, sobretudo aos pequenos agricultores, o ônus de solucionar o histórico problema da concentração fundiária. Além disso, ao escolher os mecanismos de mercado para realizar a reforma agrária em detrimento da desapropriação, FHC acabou “privilegiando os movimentos especulativos, que se explicitam por meio da elevação do preço das terras em praticamente todas as regiões do país” (MATTEI, 2017a, p. 206). Tal perspectiva também é encontrada em Alentejano (2004) que afirma que o programa Banco da Terra foi uma excelente alternativa de realização imediata da renda fundiária pelos proprietários de terra, especialmente para aqueles que adquiriram suas propriedades na década de 1970, período de elevada disponibilidade de crédito subsidiado pelo Estado, o que permitia o acesso a recursos baratos e fartos.

Oliveira (2007) e Alentejano (2004) ressaltam o caráter repressivo durante os dois mandatos de FHC. De acordo com o primeiro autor, a repressão foi realizada através de cinco estratégias: I) criminalização das lideranças do MST; II) mudanças na constituição; III) o incentivo ao surgimento de movimentos cuja linha de ação era a negociação e não a ocupação de terra; IV) realização de reuniões e seminários com intelectuais críticos aos movimentos sociais; e V) promoção de uma “sociedade do espetáculo” com o apoio da grande mídia com o objetivo de enfraquecer o MST e os outros movimentos sociais. Já Alentejano (2004)

destaca a aceleração do processo de emancipação dos assentamentos, retirando do Estado a responsabilidade pela execução da completa instalação do assentamento e a modificação da política de obtenção de terras e de financiamento da produção que, segundo ele, foram pensadas para

(...) minar as duas fontes básicas de oxigenação do movimento [MST], qual sejam, a concretização da desapropriação das terras ocupadas e o bom desempenho de alguns assentamentos vinculados ao MST, diante da situação de penúria generalizada da agricultura familiar (ALENTEJANO, 2004, p.8).

Foi durante a década de 1990 e de maior implementação de políticas de escopo neoliberais que o termo “agricultura familiar” passou a ser incorporado mais fortemente nas agendas e propostas de governo, deixando o conceito de camponês em segundo plano (FERNANDES, 2014). Isso não aconteceu somente no Brasil, mas em diversos outros países da América Latina, como Equador, Chile e Argentina, evidenciando o avanço do capitalismo no campo em escala regional e à adoção dos ideais do paradigma do capitalismo agrário (ABRAMOVAY, 1992) que enxerga o camponês e o capital como parte de uma totalidade, a sociedade capitalista. A única saída para esse sujeito seria a sua metamorfose em agricultor familiar, deixando para trás sua condição de atrasado, antigo e superado. A inserção desse sujeito no capitalismo seria, portanto, a sua salvação<sup>23</sup> (FERNANDES, 2014).

Neste mesmo viés, Oliveira (2007) afirma que a formulação do conceito de agricultura familiar é resultado de uma concepção neoliberal para interpretar a agricultura de pequeno porte, onde os camponeses e agricultores familiares estariam submissos às diretrizes do mercado, restando a eles “integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornando-se empreendedores, fazendo da sua produção agropecuária um agronegócio” (OLIVEIRA, 2007, p.149).

Não coincidentemente é durante este período que importantes políticas públicas são criadas e direcionadas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em 1996 e 1998, respectivamente. Destaca-se também a criação, no final do primeiro governo FHC, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para

---

<sup>23</sup> Em contrapartida, outra visão de desenvolvimento é buscada pelo paradigma da questão agrária que, segundo Fernandes (2014, p.25) “tiene como punto de partida las luchas de clases para explicar las disputas territoriales y sus conflictualidades en la defensa de modelos de desenvolvimiento que viabilicen la autonomia de los campesinos. Entiende que los problemas agrarios hacen parte de la estructura del capitalismo, de modo que la lucha contra el capitalismo es la perspectiva de construcción de otra sociedad”.

tratar especificamente das questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária. Isso reforça o que foi dito anteriormente sobre uma alteração na correlação das forças sociais, o que culmina no fortalecimento da categoria “agricultura familiar”, tanto enquanto modelo de agricultura como também de identidade política desses atores, mas também deve ser entendido como uma necessidade do governo em responder as demandas colocadas por uma expressiva parte do meio rural.

Em perspectiva oposta, Tonneau e Sabourin (2009) explicam que o fracasso das políticas para a agricultura familiar na década de 1990, o contexto de ajustes financeiros com a intervenção do Fundo Monetário Internacional na economia brasileira e a falta de um projeto político direcionado exclusivamente para os agricultores familiares, levou o Estado a se concentrar em políticas de assistência social, como saúde e educação, e que também foram transferidas para a responsabilidade da esfera municipal.

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república através da eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, trouxe a expectativa de que finalmente uma verdadeira reforma agrária começaria a ser implantada, visto o engajamento desse partido às causas populares desde sua fundação, em 1980 (OLIVEIRA, 2007). Esse período trouxe também aquilo que Delgado (2012) denominou de um “novo pacto da economia política do agronegócio” que seria “realizado através do relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado” (DELGADO, 2012, p.109) e que teve início ainda no final do segundo mandato de FHC.

Para que Lula se elegeisse foi necessária uma aliança político-partidária com setores contrários a implementação de políticas estruturais que pudessem modificar o grave quadro de concentração fundiária e da riqueza no Brasil, como a Bancada Ruralista (SAUER, 2017). Isso levou o governo a percorrer caminhos e buscar estratégias que não eram esperadas pelos movimentos socioterritoriais, na tentativa de não romper com essa aliança que era necessária para a aprovação e continuidade do governo. Um fator nessa direção foi o enfraquecimento de políticas de desapropriação, tornando mais frequentes outros instrumentos, como a compra e a regularização fundiária (sobretudo através do Programa Terra Legal<sup>24</sup>), como formas prioritárias de realização da reforma agrária (Gráfico 3).

---

<sup>24</sup> Criado oficialmente em 2009, o Programa Terra Legal tinha com o objetivo prioritário regularizar as ocupações de terra da Amazônia Legal. De acordo com dados do MDA (2015), de 2009 a 2014 foram expedidos 219.685 títulos de terra (inclui-se CCU, TD e CDRU) e 215.255 imóveis foram regularizados neste mesmo período pelas ações do Terra Legal.

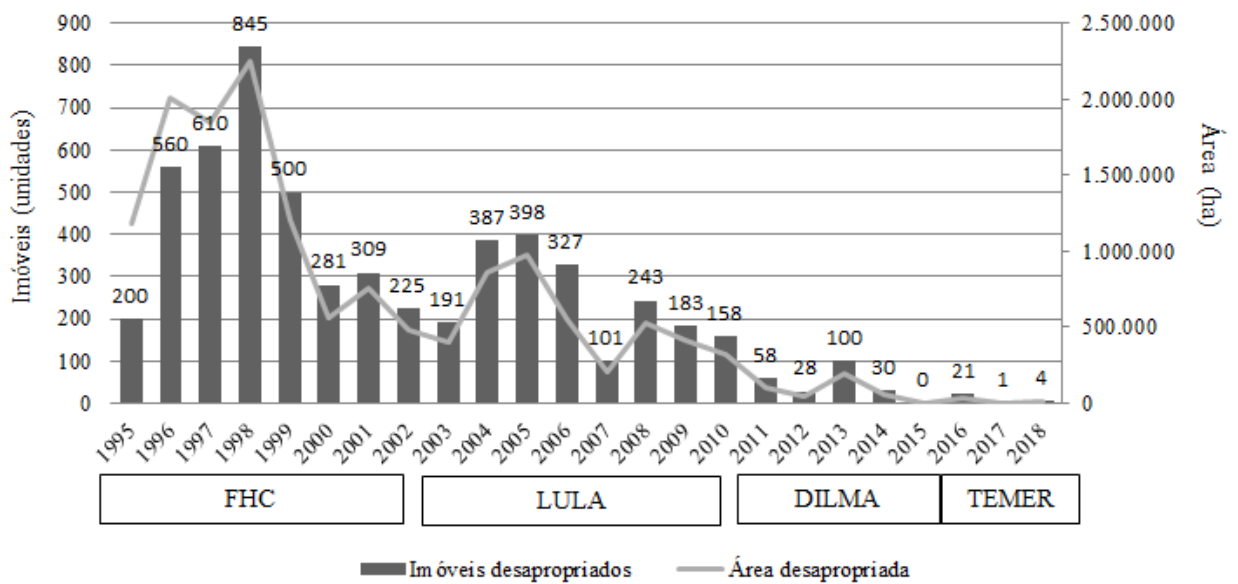


Gráfico 3 - Brasil: número de imóveis e área desapropriada (ha) por meio de decretos desapropriatórios nos mandatos presidenciais de 1995 a 2018. Fonte: INCRA (2018). Organização: Lourenço (2019).

No total, foram assinados 1988 decretos desapropriatórios durante o governo de Lula, correspondendo a uma área de aproximadamente quatro milhões de hectares, enquanto que no governo de Fernando Henrique Cardoso, esse mesmo instrumento foi utilizado 3530 vezes, desapropriando mais de 10 milhões de hectares e servindo como uma resposta ao aumento dos conflitos rurais nesse período. Nota-se ainda que esse instrumento ficou ainda mais subutilizado no segundo mandato do governo Lula, ou seja, entre 2006 e 2010 e tornou-se que foi praticamente inexistente no mandato de Dilma Rousseff (2011 a 2016) e de Michel Temer (2016 a 2018), o que se deve a fatores como: avanço da fronteira agrícola, desatualização dos índices de produtividade, limitação dos mecanismos e processos desapropriatórios, aumento do preço da terra nos últimos anos em decorrência do boom das *commodities* e posturas e decisões governamentais (LEITE, 2019). Além disso, priorizou-se a utilização de mecanismos de mercado para a execução de políticas, com a formulação de programas como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), criado em 2003 pelo MDA, o que aproxima esse governo das ações da reforma agrária do governo de FHC. Este programa dividiu-se em três linhas de financiamento: 1ª Combate à Pobreza Rural (CPR) que substituiu o Crédito Fundiário de FHC; 2ª Consolidação da Agricultura Familiar (CAF); e 3ª Nossa Primeira Terra destinados a jovens que quisessem comprar terra (SAUER, 2017).

Ao analisar os dados que constam no Anexo E, nota-se que 76% de todas as propostas da segunda linha de financiamento foram feitas entre 2006 e 2010, representando um valor de

mais de 1 trilhão de reais. Este período corresponde ao mais significativo em termos de número de famílias atendidas, área e valores destinados a esse público. Ressalta-se também a importância da primeira linha de financiamento, referente ao Combate à Pobreza Rural, que em todo o período analisado, ou seja, 2002 e 2017, recebeu mais de 433 trilhões de reais de investimento. Contudo, o resultado desse programa foi avaliado como negativo por Sauer (2017), já que segundo ele, foi constatado um elevado índice de abandono dos lotes devido à falta de condições mínimas de vida nas áreas dos assentamentos, além do aumento do endividamento das famílias (SAUER, 2017).

Por outro lado houve uma preocupação durante o governo Lula em promover o desenvolvimento territorial, o que foi importante para criar um ambiente institucional que buscasse através do fortalecimento do papel ativo dos agricultores familiares a melhoria das condições socioeconômicas do meio rural e a governança de seus territórios. Nesse sentido, Delgado e Leite (2015) afirmam que o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), do ano de 2003, e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), do ano de 2008, foram os principais programas com esses objetivos e serão tratados mais especificamente adiante.

Todo esse contexto culmina, no ano de 2006, na instituição da Lei 11.326 que estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. De acordo com essa legislação, ficou estabelecido no artigo 3º que

“considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividade no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:  
I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;  
II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;  
III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;  
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).

Enquadram-se também como agricultores familiares: silvicultores, aquícultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos incisos anteriormente identificados (BRASIL, 2006). Percebe-se a partir disso, que essa categoria é muito heterogênea e a criação da legislação reforça a importância institucional desses atores e oferece uma maior segurança aos programas de apoio a agricultura familiar, como o PRONAF, considerado como o principal instrumento de política agrícola direcionado aos

pequenos agricultores. Além disso, Picolotto (2012) ressalta que a promulgação da Lei 11.326/2006 também deve ser entendida como o reconhecimento dos agricultores enquanto cidadãos e não somente como produtores rurais. Segundo ele,

O reconhecimento alcançado com as políticas públicas no governo Lula não se dá somente nos aspectos produtivos, ligados à profissão e ao processo produtivo; mas incluem outras dimensões do mundo da vida, tais como: a habitação rural, a educação e a capacitação, o desenvolvimento dos territórios rurais pensados globalmente em suas diversas dimensões, a cultura local, etc. (PICOLOTTO, 2012, p.161).

Pelo consenso que existe na bibliografia especializada sobre a importância do PRONAF é interessante que dediquemos um espaço a ele neste momento. Conforme mencionado anteriormente, esse programa foi criado no final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de consolidar a agricultura familiar e, para isso, se guiou a partir de três linhas de ação: 1) o financiamento da produção agricultura familiar; 2) a formação e profissionalização dos agricultores familiares; 3) o financiamento de infraestruturas sociais e econômicas das regiões onde mais se concentravam esses atores. Sua importância extrapola os aspectos produtivos, conforme demonstrado por Grisa, Kato e Zimmermann (2017):

Trata-se da criação de um programa que ressignificou elementos da ruralidade brasileira, ao considerar a importância econômica e social da agricultura familiar, ao acreditar no desenvolvimento dos pequenos municípios marcados pela presença massiva desta categoria social (via linha Pronaf Infraestrutura e serviços municipais), e ao contribuir para a valorização do meio rural como “lugar de trabalho e de vida” a partir do incremento das possibilidades de reprodução social das famílias rurais (p.381).

De acordo com Tonneau e Sabourin (2009), nos primeiros anos de existência os créditos do PRONAF atenderam majoritariamente os agricultores do sul do país, em geral originários da imigração europeia, cujas características se aproximavam do produtor e empresa rural. Porém, essa distribuição geográfica começa a se modificar quando são levadas em consideração as diversidades de situações da agricultura familiar, promovendo uma diversificação das linhas de financiamento como o PRONAF Mulher; PRONAF Jovem; PRONAF Agroindústria; PRONAF Agroecologia; PRONAF Eco, etc... Embora esse seja um aspecto positivo dessa política, os autores afirmam que essa ampliação gerou dificuldades de coordenação e operacionalização entre essas linhas, que por vezes esbarravam em questões contraditórias como, por exemplo, a produção e conservação ambiental.

As informações do Banco Central do Brasil (2018) revelam que, de 1999 a 2010, mais de 17 mil contratos foram firmados com recursos do PRONAF superando um valor financiado de 67 trilhões de reais. O gráfico 4 nos permite afirmar que o ano de 2006 foi o mais significativo em termos de número de contratos firmados, correspondendo a cerca de 15% do total. Em números absolutos, isso significa mais de dois milhões de contratos. Em contrapartida, foi no ano de 2010, último do governo Lula, que o montante de recursos foi o mais elevado, correspondendo a quase 20% do total, enquanto o número de contratos sofreu uma significativa redução desde 2006, correspondendo a pouco de mais de um milhão de contratos. O valor dos recursos para o ano de 2010 foi de quase 12 trilhões de reais.

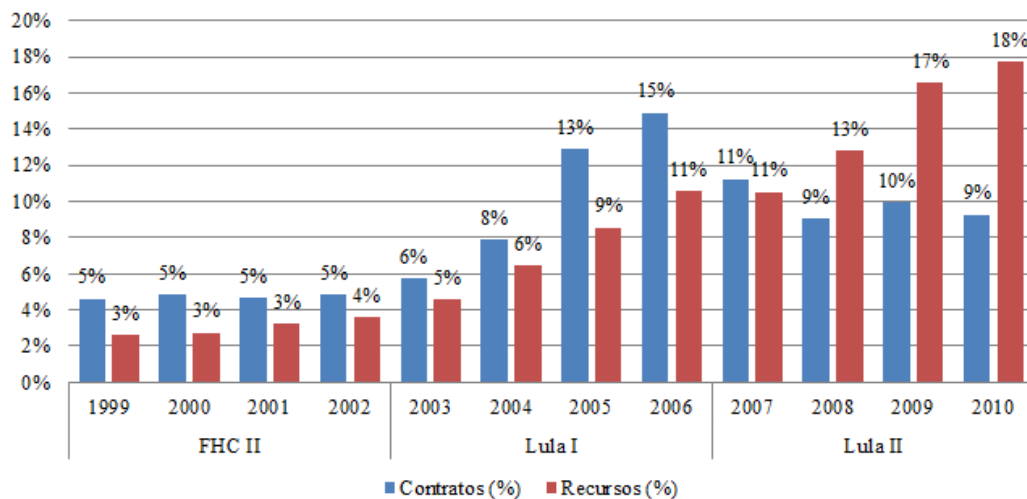


Gráfico 4 - Brasil: percentual total de contratos e recursos do PRONAF (custeio e investimento) por mandato presidencial de 1999 a 2010. Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos)/ Banco Central do Brasil. Organização: Lourenço (2018).

Além do PRONAF, outras duas políticas tiveram forte impacto sobre o meio rural e consolidação da agricultura familiar: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Aquisição de Alimentos (PAA). Em linhas gerais, o PNAE, reformulado no ano de 2009 através da Lei nº 11.947, se tornou um importante canal de escoamento da produção dos agricultores familiares, destinada à alimentação de alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Segundo Grisa, Kato e Zimmermann (2017) esse programa:

tem expressivas repercussões sobre a ruralidade brasileira seja no que concerne à garantia de mais um mercado institucional para a agricultura familiar (...seja em termos de reconhecimento e de ressignificação da categoria social, redefinição de modelos de produção e consumo (com suas possíveis repercussões na estrutura



agrária das diversas regiões brasileiras), e sinergias ao desenvolvimento territorial (p.351).

Já o PAA é dividido em cinco modalidades<sup>25</sup>, e foi criado em 2003 com o objetivo colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar<sup>26</sup>. Este programa, que tem como públicos beneficiários tanto os fornecedores quanto os consumidores de alimentos, se tornou uma importante política de comercialização para os agricultores familiares, constituindo em uma vitória para reivindicações históricas desses atores. Além disso, segundo Mattei (2017b, p. 172), o PAA “contribuiu decisivamente para que o Brasil fosse excluído recentemente do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU)”.

Embora seja preciso reconhecer os inúmeros avanços para a agricultura familiar durante a gestão do Partido dos Trabalhadores, sobretudo nos dois mandatos do presidente Lula, algumas críticas são colocadas. A primeira delas é a manutenção da aliança política com a bancada ruralista, o que dificultou (para não dizer que inviabilizou totalmente) qualquer modificação das estruturas agrárias que fortalecem o modelo de produção representado pelo agronegócio e defendido pela Bancada Ruralista.

A segunda crítica é a manipulação dos dados referentes à criação de assentamentos e famílias assentadas. Segundo Sobreiro Filho et al (2018), quando o governo regulamenta a lei 11.326, ele traz para o guarda-chuva da agricultura familiar segmentos que até então não estavam nela incluídos, o que fez com que “o governo inflacionasse os dados da reforma agrária” sem, contudo, “enfrentar a realidade agrária excludente e concentradora” (SOBREIRO FILHO et al, 2018, p. 16). Em relação a isso, Oliveira (2007) também pondera que tanto MDA quanto o Incra na gestão de Lula faltaram com verdade para com a sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito aos resultados do II PNRA.

O contexto em que as políticas públicas são elaboradas e executadas, bem como o acesso à terra e a fixação das famílias possuem uma dimensão institucional que varia de acordo com os governos e as políticas e isso implica necessariamente em uma intencionalidade e escolha. Porém, mesmo diante desses avanços, sobretudo no escopo das

---

<sup>25</sup> A saber: Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea; Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque; Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF; Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite; Compra Institucional. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>. Acesso em maio de 2018.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>. Acesso em maio de 2018.

políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, o quadro de concentração fundiária permanece no país, conforme pode ser visto nas tabelas a seguir.

<b>Ano</b>	<b>1985</b>		<b>1985 (%)</b>	
<b>Grupo de Área</b>	<b>Número</b>	<b>Área</b>	<b>Número (%)</b>	<b>Área (%)</b>
Menos de 100 ha	5 225 162	79 551 798	90,19%	21,21%
100 a menos de 1000 ha	517 431	131 432 667	8,93%	35,05%
1000 ha e mais	50 411	163 940 463	0,87%	43,72%
<b>Total</b>	<b>5 793 004</b>	<b>374 924 928</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Tabela 2- Brasil: número de estabelecimentos (unidades) e área dos estabelecimentos (hectares) agropecuários por grupos de área total (1985). Fonte: Censo Agropecuário (vários anos)/ IBGE. Organização: Lourenço (2018).

<b>Ano</b>	<b>2006</b>		<b>2006 (%)</b>	
<b>Grupo de Área</b>	<b>Número</b>	<b>Área</b>	<b>Número (%)</b>	<b>Área (%)</b>
Menos de 100 ha	4 448 751	70 692 756	90,41%	21,18%
100 a menos de 1000 ha	424 288	112 844 186	8,62%	33,81%
1000 ha e mais	47 578	150 143 096	0,97%	44,99%
<b>Total</b>	<b>4 920 617</b>	<b>333 680 038</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Tabela 3- Brasil: número de estabelecimentos (unidades) e área dos estabelecimentos (hectares) agropecuários por grupos de área total (2006). Fonte: Censo Agropecuário (vários anos)/ IBGE. Organização: Lourenço (2018).

<b>Ano</b>	<b>2017</b>		<b>2017 (%)</b>	
<b>Grupo de Área</b>	<b>Número</b>	<b>Área</b>	<b>Número (%)</b>	<b>Área (%)</b>
Menos de 100 ha	4 523 693	71 772 460	90,56%	20,49%
100 a menos de 1000 ha	420 136	112 029 612	8,41%	31,98%
1000 ha e mais	50 865	166 451 258	1,01%	47,52
<b>Total</b>	<b>4 994 694</b>	<b>350 253 330</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Tabela 4- Brasil: número de estabelecimentos (unidades) e área dos estabelecimentos (hectares) agropecuários por grupos de área total (2017). Fonte: Censo Agropecuário (vários anos)/ IBGE. Organização: Lourenço (2018).

Analisando os dados das tabelas, percebe-se que em 1985, os pequenos estabelecimentos, aqueles com menos de 100 hectares, correspondiam a 90,2% do total de unidades e controlava 21,21% das terras. Já os 8,9% dos estabelecimentos agropecuários de 100 a menos de 1000 hectares eram responsáveis pelo controle de 35% das terras, enquanto os 0,87% dos estabelecimentos enquadrados na faixa superior a 1000 hectares controlavam 43,7% das terras agricultáveis. Vinte e um anos depois, no censo de 2006, esse quadro se alterou de maneira praticamente insignificante. Houve uma redução de quase 1 milhão de

unidades totais, mas a área controlada por 90% dos pequenos estabelecimentos permaneceu em 21,18%. O número de estabelecimentos médios, de 100 a 1000 hectares, diminuiu, passando a ser 8,6% do total, e sua área passou a corresponder a 33,8% em 2006. Já os grandes estabelecimentos passaram numericamente a representar 0,97% do total de unidades e a controlar 45% da área.

No que se refere ao último censo agropecuário do ano de 2017, nota-se a continuidade e agravamento desse panorama fundiário, com elevada concentração de terras no estrato superior: 1,01% das unidades com mais de 10 mil hectares controlam 47,52% da área total. Nota-se uma redução de 4152 unidades no estrato entre 100 e menos de 1000 ha, enquanto há um aumento de 3287 unidades de grandes estabelecimentos. Os pequenos estabelecimentos correspondem a 90,56% das unidades e controlam apenas 20,49% da área.

Assim, se somadas as unidades agropecuárias contidas nos primeiro e segundo estratos de grupos de áreas, temos um panorama, em 2017, que nada se difere daquele de 1985. Pelo contrário. Se atentarmos para o aumento no número de grandes propriedades, observa-se um agravamento da concentração fundiária no país. Tudo isso, nos leva a concluir que mesmo com as políticas de assentamento, ainda existe uma forte concentração fundiária no Brasil, onde 98,97% dos estabelecimentos (primeiro e segundo estratos de área) controlam pouco mais de 52% da área total agricultável do país.

Esses dados podem ser mais detalhados quando são analisados concomitantemente às informações da tabela a seguir. Percebe-se que a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar é três vezes maior que a área dos estabelecimentos familiares, enquanto que, numericamente falando, esses correspondem a mais de 80% dos estabelecimentos totais do país. Os estabelecimentos não familiares também são responsáveis por mais de 60% do valor da produção total, o que, de acordo com Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013), é resultado de dois fatores: da distribuição da área total entre os estabelecimentos e das diferenças de produtividade da terra e do trabalho existente entre eles.

<b>Brasil</b>	<b>Estabelecimentos (número)</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>	<b>Valor da produção (mil reais)</b>	<b>%</b>
Agricultura familiar	4 366 267	84,36%	80 102 694	24%	54 494 117	33,23%
Não familiar	809 369	15,63%	253 577 343	76%	109 492 177	66,77%
<b>Total</b>	<b>5 175 636</b>	<b>100%</b>	<b>333 680 037</b>	<b>100%</b>	<b>163 986 294</b>	<b>100%</b>

Tabela 5 – Brasil: número, área e valor da produção dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares - 2006. Fonte: Censo Agropecuário (2006)/ IBGE. Organização: Lourenço (2018).

Na contramão do que é assegurado nos discursos políticos sobre a importância da agricultura familiar para a garantia da soberania alimentar e maior igualdade na distribuição e geração de renda no campo, o que se nota a partir dos dados do relatório Dataluta (2017) é uma redução de 88% do número de famílias assentadas no país no mandato de Dilma Rousseff, no período de 2011-2016 em relação ao período do governo Lula, de 2003 a 2010. Ao lado desses indicadores, percebe-se uma evolução de 42% da área plantada de soja nesse mesmo período, sobretudo em regiões do cerrado e da Amazônia (PAM/IBGE, 2018).

Isso nos leva a seguinte questão: qual é o lugar que os assentamentos e a agricultura familiar ocupam no debate sobre a questão agrária, no contexto de avanço da produção de *commodities*, sobretudo no a partir da década de 2000?

### **2.3 A conjuntura política nacional e as perspectivas para a agricultura familiar: o cenário pós *impeachment***

Sabe-se que os entraves de determinadas políticas são efeitos da instabilidade, ruptura ou reformas dos seus instrumentos de crédito, formação, etc. (TONNEAU e SABOURIN, 2009). Somado a isso, existe a divergência entre o tempo longo da ação e o tempo curto das políticas públicas, determinadas pelos ritmos das eleições que se repetem a cada dois anos, a depender da escala federativa. Diante disso, podemos afirmar que, mesmo reconhecendo os avanços para a agricultura familiar nos últimos anos, as políticas direcionadas a ela, foram decorrentes das manifestações em maior ou menor medida estimuladas pelos trabalhadores rurais, sem terra, movimentos sociais e outras organizações e a sua continuidade tem esbarrado em barreiras do contexto macroeconômico, do excesso de burocracia e da falta de vontade política em acelerar, por exemplo, os processos de desapropriação. O exemplo da política de assentamentos, como uma resposta ao aumento ocupações e a redução dos decretos de desapropriação (gráfico 3) são os exemplos mais claros neste sentido.

Porém, o presente momento da agricultura familiar no Brasil não se resume à política de assentamentos, embora consideremos que ela seja um bom indicador para demonstrar a permanência da questão agrária. Para avaliar as suas perspectivas é preciso levar em consideração a instabilidade política que vive o Brasil desde o ano de 2013 e que se acentuou com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016.

Dois anos após esse conturbado processo que levou Michel Temer à presidência do Brasil, o país segue em um rumo incerto com mais de 12 milhões de desempregados (IBGE, 2018), com drástica redução dos investimentos públicos nas áreas sociais (como educação,

segurança e saúde) através da PEC 55, aprovada em dezembro de 2016 e com forte inclinação a implementação de políticas consideradas de uma agenda neoliberal, representadas pelas controversas reformas trabalhista e previdenciária. De modo geral, Sobreiro Filho et al (2018) afirmam que, no campo, “esse período caracterizou-se como o momento de oportunidade política para a produção de vários retrocessos para as classes populares e avanços para o capitalismo agrário, especialmente o agronegócio” (p.3).

Especificamente em relação às ações com desdobramentos para o meio rural, assistiu-se, em 2017, a extinção do MDA e a aprovação da MP 759 que, entre outras questões, amplia a desregulamentação do domínio, uso e posse das terras do país. Além disso, diversos projetos de lei foram colocados em pauta, como o PL 6442/2016<sup>27</sup> e o PL 3482/2012<sup>28</sup> que dispõe sobre instrumentos de modificação do conceito e da fiscalização das ocorrências de trabalho escravo no meio rural. Mitidiero Jr e Feliciano (2018) afirmam que essas formas da atuação por meio do poder legislativo visa garantir segurança jurídica e legitimidade ao agronegócio, o que significa, “insegurança territorial a homens e mulheres que vivem na/da terra” (p.241). O núcleo agrário do Partido dos Trabalhadores (PT), representado por Gerson Teixeira e João Marcelo Intini, elaborou um documento intitulado “Análise sobre a Proposta de Lei Orçamentária 2018: os ‘cortes rasos’ nas ações estruturantes das áreas agrícola, agrária e ambiental” que cumpre o objetivo de informar e denunciar os profundos cortes propostos pelo governo Temer nas ações essenciais para a reforma agrária e agricultura familiar, via o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2018. A tabela 06 organiza o montante dos principais cortes.

Dentre esses cortes, aqueles que atingem mais diretamente a política de assentamentos são: o de infraestrutura de assentamentos, com redução de 71% e a obtenção de terras para a reforma agrária, com corte de 96% em relação a 2015. Porém, igualmente preocupante é a redução de quase 90% das ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, grande parte dela desenvolvida nos projetos de assentamentos. Mais do que o claro esvaziamento das ações para esse público, esses cortes representam uma ameaça aos territórios simbolizados pelos assentamentos rurais, pois sem estrutura física, apoio creditício para habitar e produzir e mecanismos de escoamento da produção, as possibilidades de abandono dos lotes são muito grandes.

<sup>27</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2116421>. Acesso em janeiro/2019.

<sup>28</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544185>. Acesso em janeiro/2019.

<b>Ações estruturantes</b>	<b>2015</b>	<b>2018</b>	<b>% (2015-2018)</b>
Obtenção de terras para a reforma agrária	800.000.000	34.291.986	-96%
Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária	355.367.085	12.636.521	-96%
Promoção da educação no campo	32.550.000	2.053.682	-94%
Desenvolvimento dos Assentamentos - infraestrutura	261.934.900	75.349.622	-71%
Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	29.500.000	1.846.611	-94%
Organização da Estrutura Fundiária	35.920.999	8.092.364	-77%
ATER para a agricultura Familiar	607.367.389	133.042.299	-78%
Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar	83.199.461	10.217.540	-88%
Apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais	372.464.399	25.127.200	-93%

Tabela 6- Brasil: cortes previstos com o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2018. Fonte: TEIXEIRA e INTINI (2017). Organização: Lourenço (2018).

Ao lado desses cortes orçamentários, verifica-se um aumento da violência no campo nos últimos anos (tabela 7). Esse indicador deve ser entendido como uma das formas de poder utilizadas pelas elites econômicas para manter o seu controle sobre a sociedade. Mas, além disso, deve ser compreendida como sendo uma violência estrutural que guarda especificidades de cada período, mas que se mantém presente durante todo o processo de formação territorial e social do Brasil (MITIDIERO Jr e FELICIANO, 2018).

<b>Ocorrência</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2017</b>	<b>% (2000-2017)</b>
Conflitos por terra	564	638	989	75%
Conflitos gerais	669	1186	1431	114%
Assassinatos	21	34	71	238%
Ocupações	391	180	169	-57%

Tabela 7 – Brasil: número e tipo de ocorrências de conflitos no campo nos anos de 2000, 2010 e 2017. Fonte: CPT (vários anos). Organização: Lourenço (2018).

De acordo com a CPT, em 2017, ocorreram 74 tentativas de assassinatos e 200 ameaças de morte no campo brasileiro. Destaca-se o aumento no índice de assassinatos que aumentou em 238% nesses 17 anos e tudo indica que esse cenário não irá amenizar, já que, somente em 2017, ocorreram quatro massacres no campo: 1º massacre de Pau D'Arco, no Para, com 10 assassinatos; 2º massacre de Colniza, em Mato Grosso, com 9 assassinatos; 3º massacre em Vilhena, em Rondônia, com 3 mortos; 4º massacre em Lençóis, na Bahia com 6 mortos. Mitidiero Jr e Feliciano (2018) sugerem que esses assassinatos não devem ser tratados individualmente e nem como decorrências apenas de disputas e conflitos territoriais. Eles devem ser compreendidos como crimes políticos que possuem uma repercussão coletiva, pois

“visam destruir organizações sociais de luta por justiça social” (p.238). Em relação ao número de ocupações, importante estratégia utilizada pelos movimentos socioterritoriais para reivindicar o cumprimento da função social da terra, nota-se uma redução de mais da metade dessas ações no período analisado. Sobreiro Filho et al (2018) explicam que a redução do número de ocupações está relacionada com o aumento do número de assassinatos e no maior temor e precaução por parte dos camponeses sem terra.

Entende-se que essas consequências são igualmente fruto do fortalecimento do agronegócio e da Bancada Ruralista, que tem forte apoio (financeiro e institucional) do poder Executivo desde o início dos anos 2000. Embora não seja possível fazer conclusões sobre os impactos imediatos dessas medidas sobre a agricultura familiar, visto a atualidade desses fenômenos, os próximos itens serão dedicados a eles, na tentativa de demonstrar que a questão agrária persiste e se agrava no Brasil.

### **2.3.1 A Bancada Ruralista e o pacto de fortalecimento do agronegócio**

Com grande potencial de organização e mobilização na defesa dos seus interesses, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como Bancada Ruralista, representa um grande desafio ao fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos, assim como a manutenção e segurança dos direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Criado oficialmente em 2002, esse grupo tem seus traços de formação advindos do período da República Nova e da UDR e se reuniu diante de duas necessidades: i) maior reconhecimento e visibilidade de classe junto ao Estado e ii) garantir presença em espaços de decisão (BRUNO, 2017). De acordo com o que está disposto no *site* da FPA<sup>29</sup>,

seu objetivo é estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Dentre as prioridades atuais estão a modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor (FPA, 2018).

Contando com 228 representantes no poder legislativo<sup>30</sup> e, portanto, sempre presente em importantes decisões políticas, sobretudo àquelas referentes às questões ambientais e

<sup>29</sup> Disponível em: <http://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em maio de 2018.

<sup>30</sup> De acordo com o site da FPA, em 2018, bancada ruralista é composta por 228 deputados signatários e 55 deputados não signatários. Se esses dois grupos foram somados, a categoria conta com uma representação

trabalhistas, a bancada ruralista aumentou sua influência a partir do relançamento do agronegócio, iniciado no segundo governo de FHC e estimulado durante os dois mandatos de Lula (DELGADO, 2012). Esse modelo de produção, na acepção brasileira, se baseia na “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária” realizada sob “uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (DELGADO, 2012, p.94). Ao se apoiar sobre este modelo, toda e qualquer manifestação que conteste os direitos de propriedade, como as ocupações de terra, as demarcações de terras indígenas e a criação de assentamentos rurais, são vistas como uma ameaça à categoria e, por isso, devem ser controladas.

Com o *impeachment* de Dilma Rousseff concretizado em 2016, a FPA buscando reafirmar a importância do agronegócio e sua função de responsável pelo desenvolvimento econômico do país, elaborou um documento denominado “Pauta Positiva – Biênio 2016/2017”, onde esclarece alguns pontos que deveriam ser atendidos pelo novo governo. Dentre as reivindicações estão: o fortalecimento do Ministério da Agricultura e a exigência da “presença de um líder diferenciado que tenha conhecimento profundo do setor e que tenha, principalmente, estreito relacionamento com as entidades representativas e com as lideranças políticas” (FPA, 2016). Essa exigência revela uma elevada capacidade dessa bancada em indicar seus próprios representantes, uma importante estratégia para o alcance dos seus objetivos.

Além dessas duas exigências, outras demandas são colocadas cujos desdobramentos recaem diretamente sobre a agricultura familiar e territórios tradicionais. As principais são:

- a) Reincorporar as atividades do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
- b) Transferir os programas sociais do MDA e do extinto Ministério da Pesca para o Ministério do Desenvolvimento Social;
- c) Revisão das recentes demarcações de áreas indígenas/quilombolas, bem como de desapropriações para fins de reforma agrária;
- d) Revisão das funções do INCRA e do sistema de cadastramento das propriedades rurais;

Da elaboração desse documento em 2016 até 2018, vê-se que muitas dessas exigências foram atendidas, sendo a principal delas a extinção do MDA através da Medida Provisória

---

composta por 283 deputados. Sabendo que o congresso é formado por 513 membros, não é exagero afirmar que a bancada ruralista compõe mais da metade do congresso nacional brasileiro.



726 de 2016<sup>31</sup>. Foi criada então a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), que passou a congregar as seguintes secretarias: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF); Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); e Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, responsável pelo programa Amazônia Legal. O Incra também passou a ter suas funções subordinadas à essa secretaria.

De acordo com Mattei (2017b), toda essa modificação institucional não alterou e nem reduziu os custos da estrutura da administração pública (justificativa sobre a qual ela foi lançada), uma vez que os novos departamentos criados “nada mais são do que a estrutura institucional anteriormente existente no âmbito do MDA, que apenas receberam um nome distinto (MATTEI, 2017b, p.173). Porém não é desprezível a simbologia do rebaixamento do ministério que tratava dos assuntos da agricultura familiar à categoria de secretaria, revelando o lugar subalterno desse tema na agenda do atual governo.

Além disso, essa modificação, ainda que aparente, demonstra a inclinação do executivo em atender os interesses da bancada ruralista, explicitamente presentes no documento supracitado. Bruno (2017) explica que desde a sua criação, a bancada, ciente da sua maioria parlamentar, busca através de mecanismos como a chantagem, obter garantias e facilidades do governo em troca da aprovação de temas de interesse dele.

Como também é perceptível através dos objetivos da FPA citados anteriormente, há uma preocupação da categoria em garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor. Isso se deve porque, conforme reconhece a FAO (2002), existe uma estreita relação entre a segurança jurídica e os conflitos agrários, o que acaba repercutindo sobre o preço das terras que, por sua vez, relaciona-se com a maior ou menor competitividade do setor. Nesse sentido, não é de se estranhar que haja um direcionamento no discurso desses atores para deslegitimar tanto as ocupações de terra quanto as demarcações dos territórios indígenas, de comunidades tradicionais ou mesmo os assentamentos, pois estas comunidades não estariam vinculadas à prática implementada pelo agronegócio, por conferir a terra e ao território significados diferentes. Elas estariam, portanto, ocupando uma terra que a seu ver está sendo subutilizada, o que justificaria o questionamento sobre a viabilidade desse tipo de propriedade.

---

<sup>31</sup> Transformada na lei 13.341 em 29 de setembro de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm). Acesso em maio de 2018.

Este questionamento, em momentos de acentuada participação da bancada ruralista nas decisões do governo, pode se transformar numa real ameaça a esses territórios, por meio da revisão das demarcações indígenas e da paralisação completa da política de assentamentos rurais. Como afirma Bruno (2016, p. 151), “a propriedade da terra só estará protegida e garantida para aqueles agricultores familiares que estiverem identificados com o projeto patronal dos dominantes do campo”.

Para ganhar o apoio popular nesses questionamentos, a bancada ruralista também investe na modernização da imagem do setor através de recursos publicitários, como “o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo” e estratégias que buscam transmitir que “a terra tem perdido seu valor estratégico enquanto fator de produção, uma vez que a tecnologia tornou-se mais importante que o trabalho e a terra” (BRUNO, 2017, p.163). Esse é o caso do discurso fundamentado na “era da agro inteligência”. Todavia, de acordo com Bruno (2017), o discurso progressista, na verdade, disfarça uma concepção de mundo conservadora que além de enxergar a propriedade privada como direito absoluto, desconsiderando a função social prevista na Constituição, segue reproduzindo relações de dominação na política e no campo.

O fortalecimento do agronegócio também passa pelo papel que o Brasil assumiu na primeira década deste século, como um dos principais exportadores de *commodities* agrícolas. De acordo com dados da USDA/EUA (2018), em maio de 2018, o Brasil foi responsável por 44%, 34% e 19% da exportação mundial de soja, carne de frango e carne bovina,<sup>32</sup> respectivamente, o que coloca esse setor em uma posição confortável por ser considerado a grande aposta da economia brasileira, responsável pelo crescimento de 1% do PIB do país em 2017 (IBGE).<sup>33</sup>

Essa condição traz consigo a necessidade de incorporar novas áreas para a produção agrícola, ainda que o discurso da Bancada Ruralista e seus representantes destaquem o aumento da produtividade por hectare através da adoção de tecnologias modernas. Ainda assim, o que se verifica é o incremento da área plantada das principais *commodities* agrícolas, como a soja, que de 2000 a 2016 viu sua área crescer em 143% (IBGE, 2018), promovendo o avanço da fronteira agrícola e uma mudança na forma de uso e ocupação do solo. Não por acaso, estados como as novas fronteiras agrícolas que compõe o MATOPIBA (ou seja, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e Mato Grosso e Pará aumentaram expressivamente sua

<sup>32</sup> Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/home/statsByCountry>. Acesso em junho de 2018.

<sup>33</sup> <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes.html>

área plantada de soja entre 2010 e 2016 e também viu crescer o índice de conflitos no campo, conforme pode ser visto na tabela a seguir.

UF	Conflitos por terra	Área plantada de soja
Maranhão	5%	58%
Tocantins	378%	140%
Piauí	162%	64%
Bahia	137%	51%
Mato Grosso	150%	47%
Pará	3%	408%

Tabela 8 - Variação do número de conflitos por terra e área plantada de soja (hectares) entre 2010 e 2016 nas principais fronteiras agrícolas brasileiras. Fonte: PAM/IBGE(2018); CPT (2016). Organização: Lourenço (2018).

Esses dados nos permitem constatar que houve um aumento nos dois índices apresentados, o que nos leva a afirmar que a expansão da fronteira agrícola está relacionada ao aumento do número de conflitos por terra. Embora o Pará e o Maranhão tenham registrado o menor percentual de aumento de conflitos no período analisado, os números absolutos não deixam dúvidas sobre a violência no meio rural desses dois estados, que registraram respectivamente 606 e 1117 conflitos por terra, sendo os mais violentos do Brasil. Destaca-se também o grande aumento a área plantada de soja no Pará, evidenciando a utilização da terra para a produção de *commodities*.

Esse contexto também está relacionado com mudanças na conjuntura internacional, sobretudo após a conjunção das crises ambiental, energética e financeira em 2008 e o aumento do preço das *commodities* agrícolas. Dentre outros efeitos, isso provocou uma busca por terras agricultáveis, o que iniciou uma corrida por terras, colocando a terra como parte fundamental das disputas geopolíticas (FAIRBAIRN, 2015; 2014; SAUER, 2016; FLEXOR e LEITE, 2017; BORRAS Jr et al, 2012 e McMICHAEL, 2014; 2016).

O Brasil se viu em grande vantagem nesse novo contexto, visto a sua disponibilidade de terras para a expansão da atividade agrícola. Como efeito têm-se o fortalecimento do agronegócio e da Bancada Ruralista que também solicitou no documento supracitado a aprovação em regime de urgência da PL 4059/2012, cujo principal objetivo centra-se na possibilidade de aquisições de imóveis rurais por empresas brasileiras com maioria do capital estrangeiro. Tais dinâmicas demonstram que há uma internacionalização da fronteira agrícola e que a sua expansão não deve ser pensada somente na escala nacional, uma vez que os

seus ritmos também são ditados na escala internacional. Contudo, conforme afirma Sassen (2016) é na escala local que os efeitos se tornam mais visivelmente apreendidos.

### 3 A GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

É a prática da agricultura familiar desenvolvida em áreas de fronteira ou em áreas tradicionais que dá vida às áreas rurais (WANDERLEY, 2009). Conforme mostrado no capítulo anterior, no contexto de luta pela terra e conflitos agrários, a apropriação do território pela agricultura familiar se efetivou através das ocupações que, embora representem um sistema de posse juridicamente precário, são fundamentais em várias dimensões, dentre as quais, a construção de uma identidade coletiva. Diferenciando-se da agricultura capitalista em termos de relações sociais de produção, a agricultura familiar também expressa na paisagem uma organização territorial própria, já que é praticada em propriedades de até quatro módulos fiscais, muitas delas distribuídas dentro de Projetos de Assentamentos (PA's).

O presente capítulo visa dar continuidade à discussão sobre a importância da agricultura familiar, enfatizando agora os assentamentos rurais enquanto formas espaciais que se constituem em territórios da agricultura familiar. Segundo os dados mais recentes do Inca, no ano de 2017 existiam no Brasil 9.374 assentamentos ocupando uma área de 87.978.041,18 hectares e atendendo a 972.289 famílias. A Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) divulgou em 2016 um diagnóstico dos assentamentos brasileiros, concluindo que a forma assentamento, enquanto expressão da reforma agrária possível e executada no país, falhou diante de fatores como ineficiência governamental e relações sociais baseadas num Estado patrimonialista e clientelista. Esses elementos levaram a uma falta de dinamização produtiva dentro dos assentamentos, que repercutiu em altos níveis de pobreza e desigualdade entre os assentados. Nesse cenário, o autor do diagnóstico faz uma dupla proposta: 1ª a interrupção do assentamento de famílias; e 2ª que se deem outras oportunidades às pessoas, sobretudo em atividades não-agrícolas (MELLO, 2016).

Por outro lado, existem experiências satisfatórias de assentamentos e assentados que mesmo em situações de carência, conseguiram “viver da terra”. Estudos como o de Leite *et al* (2004), reconheceram as dificuldades enfrentadas pelos assentados, mas constataram que os assentamentos, enquanto pontos de partida, possibilitaram “ a afirmação de novas identidades e interesses, o surgimento de formas organizativas internas (e também mais amplas) e a busca de lugares onde se façam ouvir” (p.258).

De maneira geral, reconhecemos que existem inúmeras dificuldades na vida e no acontecer do assentamento, bem como dos assentados. Todavia, acreditamos que não é plausível desconsiderar o fato de que a política de assentamentos foi efetivamente responsável pelo reconhecimento social de uma parte da população rural composta por milhares de

famílias que eram atingidas por diferentes formas de desterritorialização ao longo de sua trajetória. Por essa importância e pela representatividade dessa forma, este capítulo abordará inicialmente o processo institucional envolvido na criação dos assentamentos. Em seguida defenderemos, a partir de uma abordagem conceitual, que os assentamentos são territórios construídos através de diferentes processos de domínio e apropriação, onde a autonomia produtiva e social do assentado obrigatoriamente precisa estar presente, como única forma de prática de cidadania e de não incorrer em novas sequências de desterritorialização. Por último, destacaremos o surgimento do assentado enquanto categoria política resultante do processo de institucionalização do assentamento.

### 3.1 Mediações e aspectos institucionais na política de assentamentos

Assim como não é possível desvincular a instituição Estado dos conflitos agrários que fazem parte da formação territorial brasileira, igualmente não há como desvincular Estado de assentamento, pois sua existência formal depende do reconhecimento e da legitimidade fornecida através de instrumentos jurídicos e legislativos. Atualmente existe um total de 9.374 projetos de assentamentos da reforma agrária no Brasil e 63% deles foram criados entre 1995 e 2005, ou seja, durante os dois governos de FHC e no primeiro governo Lula (gráfico 5). De 2007 a 2017, o ritmo na criação de novos assentamentos diminuiu consideravelmente, tornando-se praticamente inexistente.

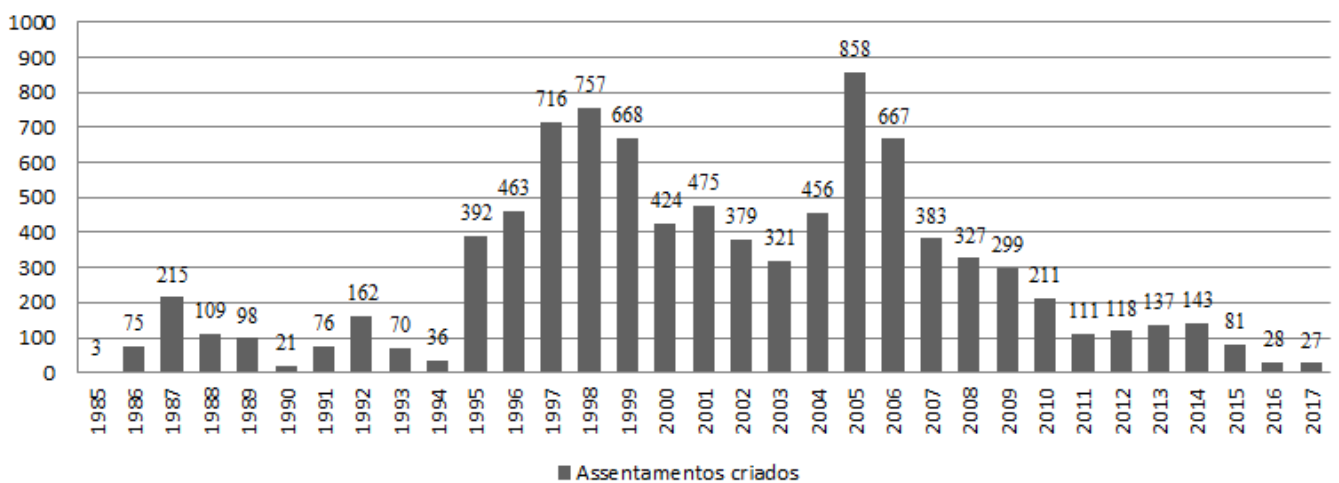


Gráfico 5 - Brasil: número de assentamentos criados de 1985 a 2017. Fonte: Incra (2019). Organização: Lourenço (2019).

A política de assentamentos rurais é de natureza redistributiva, polarizada e formada por conflitos e consensos entre diversos atores sociais (Estado, trabalhadores rurais, movimentos sociais, proprietários de terra e etc.) (MONTE, 2013) e seu fortalecimento no primeiro governo de FHC está atrelado ao agravamento dos conflitos agrários e às ocupações de terra analisados no capítulo anterior. Diante disso, não se trata de uma mera coincidência o fato de que 29% dos assentamentos estão localizados nos estados que compõem a Amazônia Legal, ou seja, em regiões de difícil acesso e onde ocorreu grande parte dos conflitos por terra a partir da década de 1980, como é o caso do Pará e Mato Grosso. De acordo com Oliveira (2007), a localização desses assentamentos serve aos propósitos de expansão da fronteira agrícola e de incorporação dessa agricultura às cadeias produtivas do agronegócio, sobretudo durante o governo Lula. Nas palavras do autor

A distribuição pelas regiões brasileiras e seus respectivos estados, mostra que a política de reforma agrária do governo Lula está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la nas áreas onde ela possa ajudar o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no país (OLIVEIRA, 2007, p.177-178).

Estamos inclinados a concordar com esse autor na medida em que analisamos a conjuntura política brasileira após 2016, ano em quando houve o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Dentre as inúmeras medidas do governo de Michel Temer, destacou-se o esforço em acelerar a distribuição de títulos domínio para os assentados, o que pode ser lido como uma maior disponibilidade de terras regularizadas passíveis de serem lançadas no mercado de terras. Essa conjuntura tem relação com a valorização das terras de fronteira e com a crescente financeirização de *commodities* agrícolas, acelerada a partir dos anos 2000 (NIEDERLE e WESZ Jr, 2018, DELGADO, 2012).

A atual distribuição dos assentamentos e famílias assentadas pode ser observada na tabela a seguir que, dentre outras informações, revela que a região Nordeste é a que mais possui projetos dessa natureza, totalizando 46% do total de assentamentos do país. Nesta região, destaca-se o estado do Maranhão que possui 1.028 projetos, ou seja, 24% dos assentamentos do Nordeste. O maior número de famílias assentadas, no entanto, está concentrado na região Norte, que corresponde a 44% das famílias totais, mesmo possuindo apenas 23% dos assentamentos do país, o que pode ser explicado pelo histórico dessa região. Em contrapartida, a região Sul possui a menor população assentada, enquanto que a região Sudeste agrupa o menor número de assentamentos.

<b>Região</b>	<b>Número de assentamentos</b>	<b>Número de famílias</b>
Nordeste	4.324	326.184
Norte	2.161	430.962
Centro-Oeste	1.268	135.867
Sul	835	36.360
Sudeste	786	42.916
<b>Total</b>	<b>9.374</b>	<b>972.289</b>

Tabela 9– Brasil: número de assentamentos e famílias assentadas por região em 2019. Fonte: Incra. Organização: Lourenço (2019).

Nesse sentido, embora seja preciso reconhecer que os assentamentos resultam da luta dos agricultores sem terra, é forçoso perceber que eles são a expressão do poder de controle do conflito pelo Estado que implementa e legitima os assentamentos em regiões de difíceis condições de acesso e infraestrutura, como o Norte e o Nordeste, e também em regiões de fronteira, mas que não propõe mudanças efetivas nas políticas fundiárias e nem na distribuição de terra, o que foi evidenciado no capítulo 1.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o órgão responsável pela instalação de um projeto de assentamento que, de acordo com a definição disposta no *site*<sup>34</sup>, é “um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário”. Além disso, “cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias”.

Sobre o funcionamento dos assentamentos, o órgão dispõe que “os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar”. Por fim, atenta para que “até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiários não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros”. Ainda, conforme as diretrizes institucionais, “os assentamentos da reforma agrária dão condições de moradia e de produção familiar e garantem a segurança alimentar de brasileiros das zonas rurais que, até então, se encontravam sob risco alimentar e social”.

<sup>34</sup> Disponível em: [www.incra.gov.br/assentamento](http://www.incra.gov.br/assentamento). Acesso em abril de 2018.



Cabe ao Incra desenvolver todas as ações programáticas e operacionais concernentes à política de assentamentos, o que inclui desde a obtenção de terras (preferencialmente através de mecanismos de desapropriação), a criação e implementação dos projetos de assentamentos e fornecer meios para a estruturação de atividades sócio produtivas através da concessão de crédito às famílias assentadas, infraestrutura, assistência técnica e capacitação, fomento à agroindústria, à comercialização e à pluriatividade etc. Segundo o órgão, são necessárias três fases iniciais para a viabilização de um assentamento:

1ª criação: feita através da publicação de uma portaria no diário oficial da União, onde constam os dados do imóvel a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para a sua implantação;

2ª instalação das famílias: etapa considerada pelo Incra como o marco inicial de vida no assentamento, em que cada família recebe seu lote para trabalho e moradia;

3ª estruturação dos assentamentos: realizada através de investimentos em infraestrutura, como a construção de casas, abertura de estradas, instalação de energia elétrica e liberação de créditos para a produção e assistência técnica para o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas.

Após essas fases, o Incra ainda prevê outras quatro fases de estruturação dos assentamentos até que eles sejam considerados consolidados (Anexo F). Oliveira (2010), devendo-se esclarecer que a preocupação com a consolidação e emancipação dos assentamentos ficou mais clara no 2º governo FHC, visto que “nem o orçamento, nem a estrutura do Incra comportariam a perspectiva indefinida de aumento no número de famílias assentadas no âmbito da reforma agrária no país” (2010, p.69). Isso levou à criação do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC) no ano de 2000, que foi firmado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cuja execução seria de responsabilidade do Incra. O objetivo, segundo disposto no *site* do órgão, era “consolidar e desenvolver os assentamentos para que sejam independentes e integrados ao segmento da agricultura familiar”, o que seria feito através “de investimentos em infraestrutura socioeconômica, assessoria técnica e treinamento, promovendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como a estabilidade social e a conquista da cidadania”<sup>35</sup>. Tais objetivos não

---

<sup>35</sup> Disponível em: [http://www.incra.gov.br/pac\\_consolida](http://www.incra.gov.br/pac_consolida). Acesso em maio de 2018. Ainda de acordo com essa fonte, o PAC seria implementado em oito estados (Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe) e atenderia 12 mil famílias distribuídas em 75 assentamentos.

diferem substancialmente dos objetivos propostos na criação dos assentamentos, evidenciando apenas a necessidade e urgência em consolidar esses territórios.

Ao criar um assentamento, o Estado se responsabiliza em viabilizá-lo e a dotá-lo de meios para a melhoria das condições de vida dos assentados, e se o seu desempenho for aquém do esperado, isso é resultado de uma falta de presença e suporte estatal (LEITE et. al, 2004). Assim, ao declará-lo como consolidado, o Estado simboliza o término do seu vínculo com a intervenção fundiária naquele assentamento e o insere em outro contexto econômico e social (OLIVEIRA, 2010) e isso, por sua vez, abriria possibilidades para o Estado investir em outras ações, seja na criação de novos assentamentos, seja no investimento em subsídios agrícolas para o fortalecimento da agricultura familiar nesses territórios.

Contudo, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, em 2017, apenas 6% dos assentamentos eram considerados consolidados pelo Incra, o que equivale a somente 503 assentamentos. Porém, mesmo nos assentamentos consolidados, Oliveira (2010) afirma que existia um “baixo nível de bem estar, níveis incipientes de produção e condições de difícil sustentação das famílias” (p.78), o que culminaria na venda e abandono dos lotes. No mais, 38% dos assentamentos rurais ainda se encontravam na Fase 3, referente à fase “assentamento criado” e a mais baixa depois da criação do assentamento. Esses dados indicam uma grave ineficiência do Estado em dotar os assentamentos de condições de vida e de produção satisfatórias.

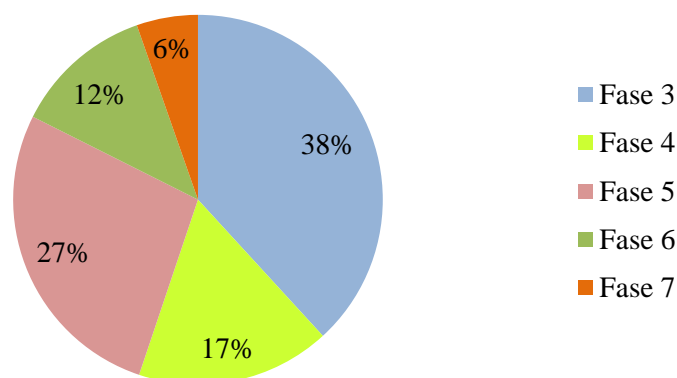


Gráfico 6- Brasil: distribuição dos assentamentos por fase de implementação (2017). Fonte: Incra. Organização: Lourenço (2019).

Ainda é de responsabilidade do Incra propiciar a execução de programas atrelados diretamente aos assentamentos rurais, como o programa ‘Paz no Campo’, com assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas, e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com ações de educação de jovens e adultos, concessão de bolsas de capacitação profissional em assistência técnica e a formação de profissionais de nível médio e superior, adaptados à reforma agrária e à agricultura familiar (MONTE, 2013).

Em que pese à importância da política dos assentamentos rurais, é preciso salientar que ela não tem sido capaz de modificar a concentração fundiária e tampouco a estrutura fundiária brasileira, conforme demonstrado no capítulo anterior. Isso se deve, em grande medida, à forma de obtenção das terras para a criação dos assentamentos que, segundo Sobreiro Filho et al (2018, p.18) “é baseada no reconhecimento das ocupações e da situação possessória em terras públicas”, ou seja, em políticas de regularização fundiária. Tal constatação também é encontrada em Oliveira (2007) e Alentejano (2004). No entanto, analisando os dados do Incra (2017) sobre a forma de obtenção das terras, chega-se a outra conclusão: 60% dos assentamentos foram criados a partir de desapropriações e 17% são fruto de reconhecimento pelo órgão (Gráfico 07).

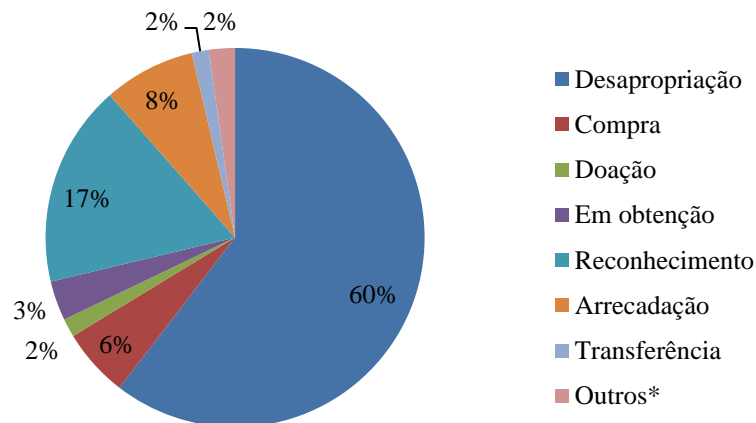


Gráfico 7 - Brasil: formas de obtenção de terras para a criação de assentamentos rurais. Fonte: Incra (2017). Organização: Lourenço (2019).

\*Outros se referem a: adjudicação, cessão, confisco, desafetação, discriminação, escritura, incorporação e reversão.

Esses dados, no entanto, nos parecem discutíveis diante da redução dos decretos desapropriatórios e da persistente concentração fundiária apresentada no capítulo anterior. Ferreira, Fernandez e Silva (1999) afirmam que em muitos casos há a denominação de desapropriação, mas o que realmente é verificado é a regularização fundiária, ou seja, quando os beneficiários já habitam uma determinada área, o lote já está demarcado e o Incra apenas

reconhece e formaliza a posse. Uma hipótese é que esse processo pode ter se acelerado com o Programa Terra Legal e a distribuição de títulos de terra por meio de regularização.

Os assentamentos são divididos em dois grupos que enquadram os diferentes tipos de projetos reconhecidos pelo Incra, conforme disposto no quadro abaixo. A modalidade Projeto de Assentamento Federal (PA) é a mais relevante em termos numéricos, correspondendo a 76% do total de projetos. Segundo Moreno (2007), essa modalidade foi desenvolvida em áreas de conflito já ocupadas por posseiros e caberia ao Incra consolidar essas ocupações, integrando-as na região de sua localização para emancipação do projeto a curto prazo, o que corrobora com a tese da legitimação dos assentamentos por meio de regularização fundiária.

<b>Grupo</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Sigla</b>
<b>1º Grupo - Assentamentos criados pelo INCRA</b>	Projeto de Assentamento Federal	PA
	Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE
	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS
	Projeto de Assentamento Florestal	PAF
	Projeto de Assentamento Casulo*	PCA
	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	PDAS
<b>2º Grupo - Assentamentos reconhecidos pelo INCRA</b>	Projeto de Assentamento Estadual	PE
	Projeto de Assentamento Municipal	PAM
	Programa Nacional de Crédito Fundiário**	PCT
	Reservas Extrativistas	RESEX
	Territórios Remanescentes Quilombolas	TRQ
	Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto	PFP
	Reassentamento de Barragem	PRB
	Floresta Nacional	FLONA
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS

Quadro 2- Grupos e modalidades de assentamentos criados e reconhecidos pelo Incra. Fonte: Incra (2018). Organização: Lourenço (2018).

\*Modalidade revogada em 2017.

\*\*Antigo Programa Cédula da Terra.

Cada uma dessas modalidades tem um uso próprio e a titulação dos lotes varia de acordo com o modelo de assentamento. Ademais, a diferença nos modelos de assentamentos tem sua essência vinculada “aos sistemas produtivos e às ancoragens políticas e ideológicas que os animaram e suportaram” (NEVES, 2016, p.234). No PDS, por exemplo, a titulação é coletiva e não há individualização dos lotes. De acordo com Neves (2016), esse modelo de assentamento representa uma inovação pela recusa, firmada na lei, do uso do agrotóxico. Todavia, conforme será discutido nos próximos capítulos, essa recusa, na prática, não pode ser generalizada. Já nos PA’s, PAE’s e PAF’s o contrato de concessão de uso é individual e

de responsabilidade do Incra. Nos PE's a titulação fica a cargo das unidades federativas responsáveis pela criação do assentamento. A nível municipal, o mesmo ocorre com os PAM's. As RESEX, FLONA e RDS, que são unidades de conservação de responsabilidade do IBAMA e reconhecidas pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o que permite o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção.

Uma vez homologados junto ao Incra e instalados nos assentamentos, os beneficiários da reforma agrária têm à sua disposição algumas linhas de crédito cujo objetivo é auxiliá-los no desenvolvimento do lote e das atividades produtivas. De acordo com Leite et al (2004), esses créditos são fundamentais para a inserção social, econômica e produtiva das famílias no momento de chegada ao assentamento, pois, na maioria das vezes, o lote demanda grandes investimentos iniciais e “os primeiros rendimentos a serem retirados (monetários e de alimentos) só virão a partir da primeira colheita” (LEITE, et al, 2004, p.87). O decreto nº 9.424/2018 elenca os créditos de instalação (Anexo G) e regulamenta as condições de acesso, dentre elas a necessidade de apresentação do Contrato de Concessão de Uso, do Título Domínio ou da Concessão Real de Direito de Uso. Para algumas modalidades, como Florestal, Recuperação Ambiental e Fomento Mulher é exigida do requerente a elaboração de um projeto técnico que deveria ser realizado por profissionais habilitados, como os técnicos de assistência técnica rural (ATER).

De 2014 a julho de 2019, foram disponibilizados 141.929 créditos nas mais diversas modalidades (INCRA, 2019). Desse total, a maior parte foi destinada para a superintendência regional do Amazonas, que possui 145 projetos de assentamentos e 57.234 famílias assentadas. O gráfico a seguir indica que não há um padrão nos acessos aos créditos de instalação nas modalidades Fomento Mulher e Apoio Inicial, uma vez que eles continuam sendo liberados mesmo com a drástica redução da criação de assentamentos, observada no gráfico 5. Uma explicação para esses dados está relacionada à demora do Incra em liberar tais recursos para os assentados. Entretanto, como pode-se observar, o Fomento Mulher tem sido bastante acessado, o que revela um protagonismo das mulheres assentadas que cada vez mais reivindicam seu lugar enquanto agricultoras.

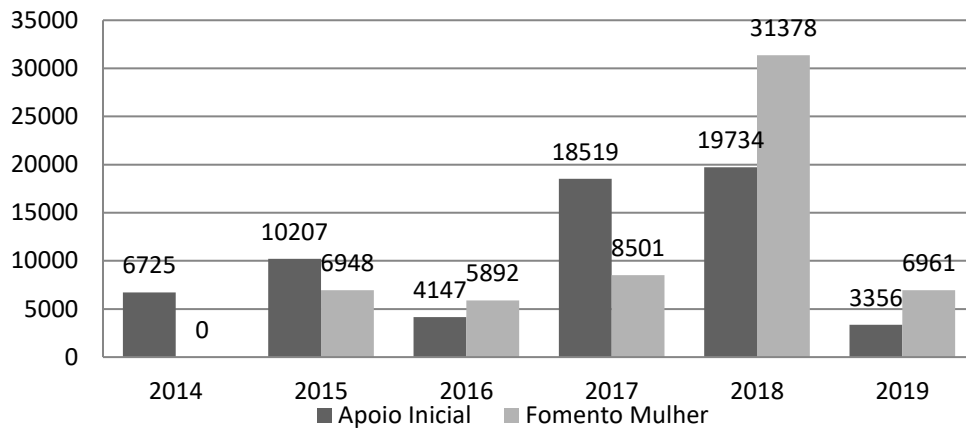


Gráfico 8- Brasil: número de créditos liberados nas modalidades Apoio Inicial e Fomento Mulher de 2014 a julho de 2019. Fonte: Incra (2019). Organização: Lourenço (2019).

Segundo o estudo realizado por Leite et al (2004), os créditos de instalação não são créditos produtivos propriamente ditos (como o Pronaf<sup>36</sup>, por exemplo) por não vigorarem sob o mesmo conjunto de regras que estes últimos. Isso faz com que muitas vezes haja um mal entendimento entre os assentados, acreditando muitos tratar-se de uma doação do Estado, provocando problemas de inadimplência. Ainda de acordo com este estudo, existe um impacto econômico local significativo após a liberação desses créditos que leva ao “esgotamento de estoques de materiais (de construção, insumos agrícolas, matrizes de animais, etc), ocasionando ‘processos inflacionários’ momentâneos e locais, que algumas vezes levam os assentados a pagarem preços mais elevados pelos produtos” (LEITE, et al, 2004, p.226).

Em 2019, o cenário político brasileiro gera dúvidas sobre a continuidade da política de assentamentos, o que é acentuado a partir da divulgação de notícias sobre os caminhos planejados pelo governo de Jair Bolsonaro (figura 01). Os dados apresentados no gráfico 5 mostram que, desde 2010, o ritmo de criação de novos assentamentos vem diminuindo, o que se agravou de maneira preocupante em 2017, quando apenas 1207 famílias foram assentadas (Incra, 2018). Essa informação, lida conjuntamente com o dado de conflitos apresentado no capítulo anterior, nos apresenta uma contradição, pois é sabido que, historicamente, a política de assentamentos é fortalecida em períodos de aumento da violência no campo. Estamos diante, portanto, de um novo cenário em que há um nítido acirramento das disputas no campo

<sup>36</sup> Por se tratar de uma política de abrangência maior que a escala dos assentamentos, envolvendo a agricultura familiar em sua totalidade, optamos por discuti-la no capítulo anterior. Neste capítulo, a ênfase é dada somente aos temas diretamente relacionados à política de assentamentos rurais.

com formas de violência simbólica e física e o abandono de uma política que se coloca como uma estratégia de controle dos conflitos pelo Estado.



Figura 1- reportagem divulgada no site da Câmara dos Deputados. Fonte: Câmara dos Deputados (04/07/2019) < <https://www.camara.leg.br/noticias/561587-presidente-do-incra-descarta-novos-assentamentos-e-desapropriacoes-de-terras-improdutivas/>>. Acesso em julho de 2019.

Em outras palavras, podemos entender que o atual período não só está sendo marcado pela falta de ações e políticas concretas para solucionar a crescente violência no campo, como também pela conivência do Estado com esses atos. Todos esses números, no entanto, precisam ser personificados, pois estamos diante do completo abandono de uma política que é sinônimo de esperança para milhares de famílias e trabalhadores sem terra. Tal postura governamental vincula-se ao contexto político e econômico acelerado com o *impeachment* de Dilma Rousseff que foi apresentado no capítulo anterior. Dentre as medidas adotadas pelo governo sucessor, muitas delas estão ligadas à titulação nos assentamentos, como a Lei 13.465 de julho de 2017.

### 3.1.1 A titulação nos projetos de assentamentos

De acordo com a FAO (2003), a indefinição jurídica da titulação da terra contribui para a insegurança alimentar, a limitação de oportunidades de subsistência e, portanto, para o aumento da vulnerabilidade social e pobreza. Assim, a titulação dos lotes dos assentamentos cumpre não só a função de conferir os direitos de uma família ou grupo a usufruir de uma área para o seu pleno desenvolvimento, mas também de garantir a segurança jurídica da terra. Na visão do Incra (2018), além de proporcionar essa segurança, a titulação garante dignidade para

os assentados que deixariam a condição de ocupantes de um lote para se tornarem pequenos produtores rurais, além de beneficiar o setor rural como um todo. Por outro lado, a titulação também se converte num fator de valorização fundiária que pode ocasionar processos de desterritorialização que atingem, sobretudo, os pequenos núcleos que praticam a agricultura familiar. Existe, portanto, um paradoxo relacionado à titulação das terras e o significado que esse processo adquire precisa ser analisado num contexto de luta de classes onde o direito à propriedade privada não deve ser colocado acima da soberania do direito ao acesso à terra.

Em tese, ao serem instaladas nos projetos de assentamentos federais (PA's) e terem sido homologadas como beneficiárias do projeto, as famílias recebem gratuitamente um título provisório, denominado Contrato Concessão e Uso (CCU), conforme estabelecido na Lei 13.001/2014<sup>37</sup>. Esse instrumento lhes garante o direito de acesso à área do imóvel e aos demais benefícios do PNRA. Neste caso, a terra continua sendo da União, concedendo esta os direitos de uso, com algumas restrições, às famílias. Dentre as obrigações das famílias ao firmar o CCU estão: o comprometimento de explorar o lote, direta e pessoalmente, ainda que por meio de cooperativas; preservar o meio ambiente, inclusive áreas de reserva legal e de preservação permanente; não negociar ou transferir a terceiros a posse ou os direitos do imóvel por 10 anos (Instrução Normativa nº30 de 2006 do Incra).

Para obter o título definitivo, que pode ser o Título Domínio (TD) ou a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), algumas condições são necessárias, como: que já tenha transcorrido cinco anos de vigência do CCU e que a área do projeto e das parcelas, se for o caso, estejam devidamente medidas, demarcadas e georreferenciadas. Por meio desse título, o Incra transfere à família, mediante pagamento, o domínio e a posse do imóvel e fica autorizado o seu uso como hipoteca, em garantia de financiamentos concedidos por entidades de crédito, para exploração e/ou melhoria do imóvel (Instrução Normativa nº30 de 2006 do Incra). Mesmo neste caso, fica vedada a negociabilidade do título (e conseqüentemente da terra) por um prazo de 10 anos.

O Título Domínio não pode ser outorgado aos beneficiários do PDS, do PAE, e do PAF. Para esses casos, o título adequado é o CDRU, por se tratar de uma área de exploração coletiva. De acordo com a o § 1º do 5º artigo da Instrução Normativa nº 97 de dezembro de

---

<sup>37</sup> Lei 13.001 de 20 de junho de 2014: Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária. Altera as leis Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113001.htm)



2018, “a titulação definitiva por meio da CDRU individual ou coletiva, ou por meio de TD na modalidade coletiva, somente será concedida ao beneficiário que a requerer, por manifestação formal, e desde que a soma do total de requerimentos atinja, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos interessados de um mesmo projeto de assentamento”. Esse percentual mínimo deve ser devidamente registrado em Ata de Assembleia deliberativa dos beneficiários do projeto de assentamento, constando expressamente quais os interessados pleitearam o instrumento de titulação. Porém, conforme se constatou durante os trabalhos de campo (e que serão mais discutidos nos capítulos 4 e 5), uma das principais dificuldades encontradas para a dinamização sócio produtiva do assentamento é a organização dos assentados, o que se ampliado para a escala nacional, poderia explicar a baixa emissão desse instrumento de titulação pelo Incra.

Algo recorrente em diversos discursos é que os assentados ganham gratuitamente a terra do Incra. Tal discurso é falacioso e, muitas vezes, é utilizado como uma forma de atacar os movimentos sociais que atuam no campo reivindicando terra para a reforma agrária. Na verdade, uma das condições para a obtenção do título definitivo da terra é o pagamento desse título em até 20 parcelas, cujo valor varia segundo as especificidades regionais<sup>38</sup> e que é determinado pelos Valores da Terra Nua (VTN), que expressam o custo médio da terra rural obtida pelo Incra. Esse custo não se refere ao preço praticado no mercado de terras e sim ao valor histórico da terra nua dos imóveis rurais obtidos pelo Incra. Assim, o VTN é, de acordo com o Incra (2019), uma referência adequada para a valoração das parcelas dos assentamentos a serem tituladas. A tabela a seguir evidencia os VTN's mínimo, médio e máximo para o Brasil, entre os anos 2017 e 2019.

<b>Valor da Terra Nua (R\$/ha)</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
VTN Mínimo	1891,24	2060,33	2181,28
VTN Médio	2528,62	2747,11	2908,37
VTN Máximo	3165,41	3433,88	3635,47

Tabela 10 – Brasil: Valores da Terra Nua (R\$/ha) para titulação nos assentamentos de 2017 a 2019. Fonte: Incra, vários anos. Organização: Lourenço (2019).

<sup>38</sup> Para definir esses valores, o Incra adota a divisão das “Regiões Rurais Brasileiras” do IBGE onde são consideradas a dinâmica geográfica traçada pela produção agroindustrial, os fluxos e as funções das cidades e dos campos, relativizado também os grandes centros consumidores e produtores de insumos.

No período analisado houve um aumento de 15% nos valores das terras a serem tituladas, o que significa que houve um encarecimento do valor dos títulos de 2017 a 2019. O menor VTN médio em 2019 foi de R\$132,36/ha encontrado na Região Rural do Centro Sub-regional de Picos, no Piauí. Em contrapartida, o maior VTN médio para esse mesmo ano foi registrado na Região Rural da Capital Regional de Ribeirão Preto (SP), onde o valor foi de R\$19.831,28/ha. Teoricamente, isso quer dizer que um assentado com um lote de 100 hectares em Santa Cruz do Piauí pagaria o equivalente a R\$ 13.236,00 pelo título, enquanto que outro assentado instalado no município de Ribeirão Preto pagaria pelo título definitivo o valor médio de R\$ 1.983.128,00.

Até janeiro de 2018 já haviam sido expedidos pelo Incra um total de 341 159 títulos (tabela 11), dos quais 82% se referiam aos CCU's, 12% aos TD's e apenas 6% às CDRU. Observa-se que a maior parte desses títulos estão localizados no Nordeste, sobretudo no Maranhão, que concentra 34% dos títulos emitidos para a região. Embora o Centro-Oeste só apareça como a terceira região em número de títulos, o estado de Mato Grosso é o que concentra a segunda maior parcela dos títulos de terra do país, com um total de 32 246 documentos até o início de 2018. Em contrapartida, o Rio de Janeiro é o que possui menos títulos emitidos, com apenas 1664 títulos.

<b>Região</b>	<b>Título Domínio</b>	<b>Contrato Concessão e Uso</b>	<b>Concessão de Direito Real de Uso</b>	<b>Total</b>
Nordeste	8980	124877	695	134552
Norte	25172	54651	18873	98696
Centro-Oeste	7071	63211	495	70777
Sul	514	18465	0	18979
Sudeste	792	17225	138	18155
Brasil	42529	278429	20201	341159

Tabela 11 – Total de títulos emitidos pelo Incra até 2018 por região do Brasil e por modalidade de contrato. Fonte: Incra (2018); Organização: Lourenço (2019).

Do total de títulos mencionados, 142 362 foram expedidos a partir de 2017, ou seja, cerca de 42% do total, o que é um desdobramento das políticas neoliberais que começaram a ser implementadas após o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT). A MP 759 é uma dessas políticas que tem repercussão direta sobre a titulação dos assentamentos.

### 3.1.2 A MP 759 e seus impactos sobre os projetos de reforma agrária

Em 11 de julho de 2017 a então MP 759 foi convertida na lei 13.465 que, dentre outras atribuições, amplia as possibilidades de regularização fundiária em áreas urbanas e rurais e expande o Programa Terra Legal para todo o Brasil. Com essa medida, várias leis e dispositivos com desdobramentos sobre o mercado de terras, como por exemplo, o aceleramento da distribuição de títulos definitivos de terras, foram modificadas através de três decretos expedidos em 15 de março de 2018: 9.309<sup>39</sup>, 9.310<sup>40</sup> e 9.311<sup>41</sup> (SAUER, 2018; MATTEI, 2017; PAULINO, 2018). De acordo com o Incra (2018), uma das metas dessa MP era a de “não haver um só assentado sem o CCU e de conceder o TD a todo beneficiário que já tivesse direito à documentação” (p.63), o que se tornaria muito difícil sem a mudança no marco legal da política agrária. Um dos benefícios dessa política seria a redução dos conflitos no campo, já que com o documento de posse “o assentado garantiria a segurança jurídica sobre os limites de seu lote, evitando eventuais disputas” (INCRA, 2018, p.64).

Ainda de acordo com a autarquia, essa medida foi pensada e proposta como uma maneira de corrigir graves distorções na política fundiária, já que existiam inúmeros assentados que nem sequer possuíam o CCU do lote, o que o impediria de acessar políticas de crédito e de assistência técnica (INCRA, 2018). No entanto, autores como Sauer (2018) e Leite (2018), apontam os riscos que essa medida pode vir a desencadear para a agricultura familiar, especialmente aquela praticada nos projetos de assentamentos rurais. Isso se deve a maior facilidade de negociação das terras desde a firmação do Contrato de Concessão e Uso e não mais a partir de decorridos dez anos da obtenção do Título Domínio. Conforme explicitado no §16 do documento intitulado Exposição de Motivos, a MP 759:

dispensará o beneficiário do TD ou da CDRU de ter que esperar por mais 10 anos, após a expedição do instrumento de titulação ou concessão, para eventual negociação dos citados títulos, mas resguarda a manutenção de um período de inegociabilidade tal como previsto no art. 189 da Constituição Federal (ARAÚJO, OLIVEIRA e PADILHA, 2016, s.p).

---

<sup>39</sup> Decreto 9.309/2018: Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Decreto/D9309.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9309.htm)

<sup>40</sup>Decreto 9.310/2018: Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis a Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação para imóveis da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9310.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9310.htm)

<sup>41</sup> Este último é de fundamental relevância para o presente trabalho. Decreto 9.311/2018: Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9311.htm)

Na prática, os 10 anos de inegociabilidade passam, com a nova legislação, a serem contados a partir da homologação do CCU, que é fornecido no momento de instalação das famílias nos lotes. Finalizado o cumprimento desse período, os lotes podem ser negociados livremente. A concessão de títulos, em caráter provisório e em caráter definitivo, cumpre uma importante função de assegurar a posse a conferir segurança jurídica da terra àqueles que a detém. Porém, outro lado da concessão dos títulos é a introdução de grandes parcelas no mercado formal de terras (FAO, 2002) e a sua valorização. Diante da ineficiência do Estado em regular ativamente o mercado de terras, acaba se criando um quadro de forte especulação fundiária (REYDON, 2007; BUENO e REYDON, 2017).

Atrelada a essa modificação, deve-se considerar o decreto 9.311/2018 que, dentre outras questões, se manifesta sobre a consolidação dos assentamentos rurais, dispondo que:

Art. 47 - Independentemente do cumprimento dos requisitos de concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, considera-se consolidado o projeto de assentamento após quinze anos de sua implantação, exceto se decisão fundamentada do Inca dispuser de forma diversa (DECRETO 9.311/2018).

Em outras palavras, ainda que com um parecer contrário do Inca, o governo procura, através desse dispositivo, se eximir da sua responsabilidade em dotar o assentamento de todas as infraestruturas necessárias para sua efetiva consolidação, restando apenas que tenha mais de 15 anos desde a sua criação. Tal artigo é complementado pelo § 7º que diz que: “os assentamentos que, em 1º de junho de 2017, contarem com quinze anos ou mais de criação, deverão ser consolidados em até três anos”. Sabendo disso e analisando os dados do Inca (2017), nota-se que mais de 5 mil, ou seja, 55% dos assentamentos rurais estariam cronologicamente aptos a serem classificados como consolidados.

Levando em conta os dados apresentados no gráfico 6, onde apenas 6% dos assentamentos já receberam sua emancipação e 55% ainda estão nas fases 3 e 4, percebe-se que há uma grande divergência entre a realidade dos assentamentos e o que fica regulamentado com essa lei. Isso nos leva a concordar com Sauer (2018, p.2) que afirma que “os principais objetivos da MP foram desobrigar e inviabilizar ações do Estado, por um lado, e regulamentar o mercado formal para comercialização de terras públicas, por outro”. Ainda de acordo com este autor, essa medida amplia de maneira considerável a área das ocupações a ser legalizada, inclusive em regiões de expansão da fronteira agrícola, passando de no máximo dois (confirme era previsto pela Lei 13.001/2014) para até quatro módulos fiscais. Porém, conforme ressalta Leite (2018), a maioria dos lotes dos assentamentos do país

possui dimensões menores do que um módulo fiscal e a regularização de áreas maiores, que não necessariamente sejam ocupadas por núcleos familiares com atividades próprias, pode resultar em processos de concentração fundiária dentro dos assentamentos, ameaçando o território construído e apropriado desses atores. Isso pode ser constatado através do exemplo encontrado em Leite (2018) sobre o do PA Tapurah/Itanhangá em Mato Grosso:

(...) em 2014, a Polícia Federal realizou a operação “Terra Prometida” que identificou uma quadrilha que realizava a compra e venda de lotes, reconcentrando irregularmente terras da União destinadas à reforma agrária. De acordo com o inquérito, fazendeiros, empresários e grupos do agronegócio (incluindo o irmão do ex-Ministro da Agricultura e outros políticos da região) fizeram uso de influência e poder econômico para aliciar, coagir e ameaçar famílias assentadas, ambicionando os lotes de 100 hectares (área equivalente a 1 módulo fiscal no município), cada um avaliado em cerca de R\$ 1 milhão (LEITE, 2018, p.4).

Outra pertinente preocupação que está relacionada com a regularização de grandes áreas e com o exemplo supracitado é referente aos cálculos e aos valores pagos durante esse processo. Segundo Sauer (2018) e Leite (2018), os valores efetivados são irrisórios e existem muitas facilidades para o pagamento que estimularão a ocupação ilegal de terras públicas, além de aquecer o mercado de terras, incentivando a especulação imobiliária. Com isso, “a mensagem transmitida pelo governo nesse caso é de que a terra é, e deve ser, simples mercadoria, em um movimento claro de privatização das áreas dos projetos de assentamentos, via regularização da grilagem” (LEITE, 2018, p. 5).

Por último, consideramos que uma frontal ameaça aos territórios constituídos pelos assentamentos é a abertura para a celebração de contratos de integração afirmada no Art. 21 da Lei 13.465/2018. Conforme nos explica Sauer e Leite (2017), na prática, essa modificação, “abre a possibilidade que as famílias assentadas celebrem, ainda que de forma disfarçada, contratos de arrendamento, o que contraria a proposta original da Lei Agrária” (p.26). Podemos ainda encontrar um maior detalhamento dos problemas dessa abertura em Leite (2018), que afirma que “muitas modalidades de contrato de integração são, na realidade, verdadeiras terceirizações, sem qualquer interferência ou trabalho das ‘famílias integradas’” (p.3). Além disso, “esses contratos rompem com o espírito constitucional do direito à terra, ou seja, a condição de explorar o imóvel diretamente como forma de geração de trabalho e renda para as famílias” (LEITE, 2018, p.3).

A nosso ver, esse contexto é como uma nova fase da “reforma agrária de mercado”, antes realizada com instrumentos creditícios e agora com a distribuição de títulos de terra, deixando que o mercado atue no sentido de promover a especulação fundiária e a acumulação

por despossessão (HARVEY, 2011) através da expropriação dos agricultores familiares. Trata-se uma inovação dos mecanismos de acumulação cujos efeitos somente poderão ser mais bem avaliados a médio prazo. Mas, de fato, os indícios apontam para uma ruptura da, já deficiente, política agrária do governo brasileiro, sobretudo no que diz respeito à redistribuição de terras, modificação da estrutura agrária, cumprimento da função social da propriedade e melhoria das condições dos assentamentos que, acima de tudo, são territórios da agricultura familiar.

### **3.2 De pontos no espaço a territórios da agricultura familiar**

A definição jurídica e formal do que é um projeto de assentamento foi apresentada anteriormente. No entanto, acreditamos que essa definição carece de uma problematização a partir de uma perspectiva geográfica, pois, entendemos que o assentamento é a forma utilizada para a consolidação de territórios da agricultura familiar no campo brasileiro. Conforme afirma Santos (2014), toda forma possui uma função que é determinada pelo seu conteúdo e que é subordinada ao modo de produção vigente que, por sua vez, agrega a um só tempo “as relações sociais que tomam uma forma material e também de seus aspectos imateriais, como dado político ou ideológico” (SANTOS, 2014, p.32). Sabendo disso, não seria conveniente tratar os assentamentos apenas enquanto formas espaciais desprovidas de significado. Igualmente, não deve ser tratado como coincidência que o aumento do número de assentamentos demonstrado no gráfico 5 corresponda ao período de intensificação da violência e dos conflitos no campo brasileiro retratado no capítulo anterior. Esses dois elementos estão relacionados e nos levam a entender que, por um lado, os assentamentos são formas criadas/legitimadas pelo Estado para responder às necessidades impostas pelo acirramento dos conflitos no campo.

Todavia, entender os assentamentos considerando apenas a atuação do Estado pode invisibilizar o papel fundamental dos movimentos sociais, trabalhadores sem terra, posseiros e agricultores familiares numa verdadeira política de auto-assentamento iniciada com as ações representadas pelas ocupações e acampamentos enquanto parte do processo de reterritorialização praticado por esses atores. A dupla perspectiva da construção de um assentamento, isto é, a via institucional e a via dos sujeitos que se apropriam deste espaço é igualmente descrita por Fernandes (1998), que define o assentamento como um “espaço político da realização da diversidade de experiências e estratégias” (p.121). Segundo o autor:

Do ponto de vista dos movimentos sociais, o assentamento é a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência. Do ponto de vista do Estado, o assentamento é um projeto social, resultado da política de reforma agrária, em que o mesmo intervém numa determinada área para regularizar problemas de ordem fundiária. Por essas definições, o assentamento é uma fração do território, é um trunfo da luta pela terra. (FERNANDES, 1998, p.119).

Ainda conforme este autor, trabalhador sem terra e assentamento são noções que estão historicamente associadas aos conceitos de campesinato e pequena produção (FERNANDES, 1998). Diante disso, consideramos que a característica primária definidora dos assentamentos é que eles são territórios construídos através de diferentes processos de apropriação, onde a luta de classes é determinante para sua realização. Segundo Henri Lefebvre (2000), dominação e apropriação são dois processos formadores do espaço e que se separaram pelas forças produtivas do capitalismo, que inseriu a noção do direito à propriedade, modificou os ritmos espaço-temporais antes estabelecidos e firmou a contradição entre valores de uso e valores de troca.

A dominação, segundo o autor, estaria vinculada ao valor de troca adquirido por um espaço transformado através de uma prática e por uma técnica. Tal dominação “cresce com o papel das forças armadas, da guerra, do Estado e do poder político” (LEFEBVRE, 2000, p.193, tradução nossa) e faz com que um espaço dominado seja “geralmente fechado, esterilizado, vazio” (p.191), ou seja, um espaço sem multiplicidade cujos tempos são ditados pelo tempo da técnica e pelo tempo do capital.

Já a apropriação de um espaço, de acordo com Lefebvre (2000), se refere ao valor de uso e à capacidade dos grupos utilizarem um espaço natural que já foi modificado para satisfazer suas necessidades e possibilidades e, por isso, esse espaço carrega marcas que estão fortemente ligadas às relações socioespaciais produzidas pelo uso nas práticas cotidianas que conformam o plano do vivido e que constroem a identidade e o sentimento de pertencimento dos indivíduos. Nas palavras do autor:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica ‘apropriação’ e não ‘propriedade’. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos ‘agentes’ que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 2000, p.411-412, tradução nossa).

Embora Lefebvre (2000) não use o termo território e, sim, espaço, é preciso ressaltar que o espaço por ele analisado não é um espaço abstrato. Trata-se de um espaço que é

socialmente construído, composto pelo espaço vivido, concebido e percebido e que pode ser analisado sob a ótica territorial quando se coloca a ênfase adequada nas relações de poder que o constrói. Nesse sentido, percebe-se que há a indicação de uma dicotomia entre o território construído a partir do tempo vivido e o território produzido pela lógica capitalista. Enquanto o primeiro é marcado pela multiplicidade, o segundo é unifuncional e padronizado e, portanto, menos apto às diversas necessidades que permeiam a apropriação dos territórios. O resultado dessa dicotomia é a produção de espaços dominados e de espaços apropriados, onde “a dominação pela técnica tende para a não-apropriação” (LEFEBVRE, 2000, p.396, tradução nossa) e destruição das particularidades dos lugares.

De acordo com Pecqueur (2009), a apropriação de um espaço é condição para o surgimento de um território. Já Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) afirmam que o conceito de território, enquanto um espaço apropriado, é frequentemente mal compreendido em função de duas perspectivas diferentes (uma moderna e uma pós-moderna) que evidenciam uma contradição entre valores distintos, o que resulta em conflitos. Segundo esses autores “não são os territórios ou suas fronteiras a causa de problemas geopolíticos atuais, e sim problemas históricos de identidades mal vividas” (1996, p.9). Essa perspectiva parte de uma abordagem culturalista que compreende que o território é, antes de tudo, um valor e que deve ser entendido como um espaço fundador das identidades e de sobrevivência dos grupos, que desapareceriam em caso de interferências externas sobre esse espaço (BONNEMAISON, 2012; BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996). De acordo com essa abordagem

O território não se define por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identidade e, se preferirmos, de pertencimento. Ele não pode ser percebido somente como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. Ele é uma parcela da identidade, fonte de uma relação cuja essência é afetiva. (...) O território não se resume simplesmente à função do ter, mas de ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se expor a não compreender a violência das lutas e dos conflitos que acontecem no mundo atualmente: perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996, p.13).

Percebe-se, no entanto, que para esses autores a noção de apropriação é diferente daquela usada por Lefebvre (2000), referindo-se mais ao aspecto material e físico do termo. Claude Raffestin (1993; 2008) admite que a apropriação de um espaço pode ser realizada tanto concreta quanto abstratamente e essa ação territorializa o espaço, transformando-o em território. Para este autor, a apropriação, em suas várias formas, é o elemento central de controle do território que, por sua vez, é um produto das ações e interações humanas inseridas num campo de poder, este entendido não como uma necessidade natural, mas como “a



capacidade dos homens de transformar a natureza através de seu trabalho” (RAFFESTIN, 1982, p.168, tradução nossa).

Na argumentação desenvolvida por Souza (2000; 2008) encontramos ainda uma dimensão política da apropriação do espaço enquanto um elemento constituidor do território. De acordo com ele, o território é o espaço social delimitado e apropriado politicamente por um grupo e sua definição passa obrigatoriamente pelas relações de poder responsáveis pelo controle desse espaço. Nas palavras do autor “o que define o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e nesse sentido, a dimensão política é aquela que antes de qualquer outra define o perfil” (SOUZA, 2008, p.59). Como apontado por ele, as relações de poder são fundadoras do território, embora ele admita que as dimensões culturais e econômicas também podem coexistir. No entender desse autor, o poder é uma relação social que “implica na capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou materiais não deveria ser reduzido a algo ruim” (SOUZA, 2008, p.68).

A partir dessas abordagens, podemos concluir que existem ao menos três modos de apropriação do espaço e que ambos são responsáveis pela transformação deste em território. O primeiro modo se dá através de mecanismos simbólicos, identitários e de sentimento de pertencimento; o segundo ocorre através do trabalho humano que modifica o espaço para atender as necessidades dos grupos; por último, o terceiro modo de apropriação se dá através de relações de poder político que delimitam um espaço social. Diante disso, é pertinente afirmar que as relações sociais são fundamentais para a constituição do território, bem como o contexto histórico em que elas estão inseridas.

Poderíamos, enfim, entender que o território é formado pelo agrupamento desses três modos que podem ser expressões em duas dimensões: uma simbólica e outra funcional e isso nos aproxima da perspectiva teórica de Haesbaert para quem o território “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (2011, p.95). Ou ainda, conforme afirma Escobar (2014, p.91, tradução nossa), o “território é material e simbólico, biofísico e epistêmico, mas, além disso, é um processo de apropriação sociocultural da natureza e dos ecossistemas que cada grupo efetua desde a sua ‘cosmovisão’ ou ‘ontologia’”. Em resumo,

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, (...) uma dimensão simbólica, cultural através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar (e político-econômico, deveríamos acrescentar): a apropriação e

ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2011a, P.94).

Dimensão simbólica e funcional estão, portanto, imbricadas e são as prerrogativas necessárias para a consolidação de qualquer território, inclusive o território representado por um assentamento. É partindo dessa fundamentação que defendemos que os assentamentos são territórios da agricultura familiar, onde a apropriação em seu sentido abstrato é consagrada através dos valores simbólicos e das relações afetivas estabelecidas pelos agricultores. Por outro lado, este espaço também possui uma dimensão política fundamental, especialmente pelo seu papel enquanto recurso. Assim, o assentamento enquanto território possui um caráter simbólico, identitário e organizacional próprio que o distingue de outros territórios. Essa ancoragem se concretiza a partir de um conjunto de práticas econômicas, políticas e culturais que é o que permite que o assentamento seja entendido como um território da agricultura familiar.

Assim, se por um lado, o assentamento é o espaço vivido, o “lar”, a “terra conquistada”, também devemos considerá-lo enquanto um recurso apropriado por uma categoria política: a dos agricultores familiares, sujeitos coletivos que buscam garantir sua autonomia através desse território. Isso nos permite entender que o assentamento é o instrumento cujo potencial permite aos agricultores produzir, viver, morar, resgatar conhecimentos perdidos, e de retomar através da produção, da cultura e da organização política, econômica e social de seu território uma autonomia que lhes foi negada mediante sucessivos processos de desterritorialização. Partindo disso, poderíamos dispor alguns dos elementos envolvidos no processo de formação e manutenção do território representado pelo assentamento através da figura abaixo.

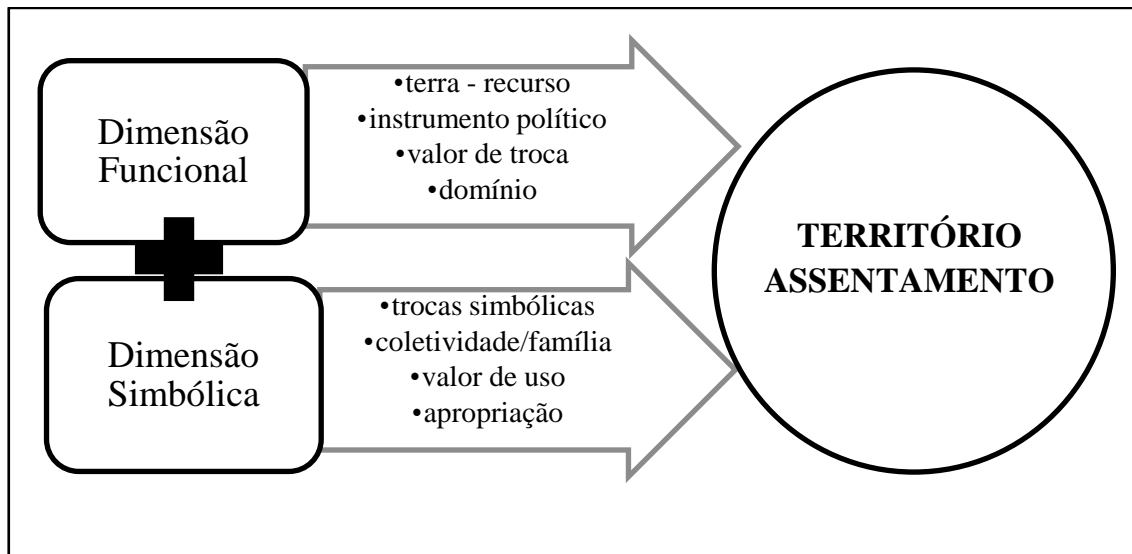


Figura 2– Elementos formadores do assentamento enquanto território. Elaboração: Lourenço (2019).

Enquanto territórios da agricultura familiar, os assentamentos são constantemente disputados pelos atores do agronegócio através de diferentes relações sociais (arrendamento, venda, expulsão, consentimento e etc.) com o objetivo de monopolizar o valor de troca que esse território possui enquanto recurso. Nesse caso, o território deixaria de ser formado pela soma das dimensões simbólicas e funcional e passaria a existir apenas na condição de espaço dominado pela técnica, e, portanto, vazio e padronizado, como nos lembra Lefebvre (2000). Além disso, admite-se que a agricultura familiar é a base que sustenta a governança do assentamento e seu enfraquecimento indica o processo de desterritorialização dos assentados e a modificação deste território. Nesse sentido, consideramos que a efetiva dominação-apropriação do assentamento é condicionada pelas práticas da agricultura familiar que se constituem em função da referência ao patrimônio familiar, ao pertencimento à comunidade rural e das relações econômicas e redes estabelecidas por esses atores.

É conveniente lembrar que as perspectivas funcional e simbólica também são importantes quando se tem em vista os números de criação dos projetos de assentamento que, conforme já discutido, aumentaram significativamente a partir da década de 1990. Porém, estudos como o de Alentejano (2004) e Medeiros e Leite (1999) nos mostram que esse aumento quantitativo não foi acompanhado pela dimensão qualitativa dos assentamentos que, em muitos casos, ficaram desassistidos de políticas de assistência técnica e creditícia, levando muitas dificuldades aos agricultores para produzir, comercializar e melhorar suas condições de vida. Esses dois indicadores qualidade x quantidade lidos conjuntamente permitem apreender a essência dessas duas dimensões que existem com a construção e a importância de um assentamento. Para garantir a autonomia dos agricultores dos

assentamentos é preciso que ambas as dimensões de sua construção sejam levadas em consideração nas políticas públicas e demais mecanismos de fortalecimento territorial, correndo o risco de provocar desenraizamentos ou desterritorializações pela falta de perspectiva, opções e caminhos para as famílias.

### **3.2.1 A dimensão funcional**

Compreender a dimensão funcional do assentamento enquanto um território da agricultura familiar parte do entendimento de que essa forma de produção não se constitui em um conjunto de unidades de produção isoladas, embora a divisão em lotes pode, num primeiro momento, levar a essa constatação. No entanto, empiricamente, o que se percebe é que o assentamento é um sistema territorial complexo onde as relações de localização, proximidade, associação e aglomeração são fundamentais para seu desenvolvimento e autonomia. Neste sentido, aquilo que estamos chamando de dimensão funcional do assentamento é composto por elementos econômicos e produtivos e encontra na terra enquanto recurso o principal fator de sua constituição.

O território representado pelos assentamentos tem uma função política de delimitar fronteiras e limites entre práticas espaciais divergentes que permitem a manifestação de múltiplas identidades (dimensão simbólica). Essa fronteira, no entanto, não é rígida, embora ela possa cartograficamente ser delimitada. Como nos lembra Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), a existência de fronteiras não significa somente a divisão espacial do território, mas expressam uma relação com este, outra visão de mundo, da moral e do direito. O limite, sobretudo nas regiões de avanço da fronteira agrícola, representa também a possibilidade do encontro (e, por que não pensar em sobreposição dentro do próprio assentamento) entre a agricultura familiar e o agronegócio e, tais limites, “são portadores de uma informação que consome energia para ser criada, controlada e mantida” (RAFFESTIN, 1993, p.169). Esse encontro pode ser evidenciado na paisagem através das diferentes formas de uso e ocupação do solo onde a produção agrícola de gêneros típicos da agricultura familiar (como mandioca, frutas, arroz, feijão e pecuária leiteira) estabelece a relação de poder que esse grupo mantém com essa porção do espaço, que leva à demarcação do território e permite a existência, continuidade e legitimidade do assentamento.

Essa diversidade produtiva é característica de estabelecimentos de agricultura familiar e contribui para a segurança alimentar do assentamento ao atender as necessidades

alimentares das famílias. Praticada, sobretudo nos quintais<sup>42</sup> e enxergada como uma informação que identifica um modo de vida, a produção de um assentamento rural também demanda uma energia constante para sua realização, e pode ser entendido como a própria expressão do poder exercido a partir dela. Embora a principal função da diversificação produtiva seja fornecer alimento para o consumo próprio da família durante todo o ano, em muitos casos, ela produz um excedente que é comercializado de forma direta e que gera uma renda mensal para as famílias. Esses dois fatores combinados (segurança alimentar + geração de renda) nos leva a entender que a diversificação produtiva típica da agricultura familiar praticada nos assentamentos é uma das expressões do poder dessa categoria que busca variadas estratégias, traduzidas em ações e comportamentos, para manter o controle e apropriação desses espaços.

Essa dimensão também se apresenta quando, por exemplo, as famílias utilizam sua condição de categoria da agricultura familiar como instrumento político para acessar linhas de crédito diferenciadas, reverberando na organização, uso e ocupação do assentamento.

### **3.2.2 A dimensão simbólica**

Atrelada à dimensão funcional, a dimensão simbólica é vislumbrada quando levamos em conta que o assentamento é um espaço de sociabilidade, de reconhecimento, de encontro de vivências e trocas e fortemente ancorado na “família”. Segundo Martins (2003, p.55), essa instituição é “ampla e complexa e nem mesmo se limita às relações de parentesco de sangue. É uma rede de direitos e deveres referidos às obrigações dos vínculos de sangue e também dos vínculos sagrados da afinidade e do parentesco simbólico”. Observa-se que, para além dos laços familiares, os laços de amizade, compadrio e de vizinhança ajudam a compor a dimensão simbólica do assentamento e se desdobram em instrumentos de poder, na medida em que uma das formas de organização interna dos assentamentos é por meio dessas relações sociais entre os assentados, como bem analisado por Martins.

Os laços de amizade e parentesco constituem (...) a base de circulação de informações, além de revelarem um estado de prontidão para receber esse tipo de natureza patrimonial. Ao mesmo tempo revela que vizinho é um parente potencial. A comunidade existe não no espaço imediato, mas na rede de parentesco, amizade,

---

<sup>42</sup> Conforme Carneiro et al (2013), o sistema de quintais é um sistema praticado nas adjacências da residência familiar e que consiste, de forma geral, em uma combinação de árvores, arbustos, herbáceas e, algumas vezes, está associado à criação de pequenos animais.

vizinhança e, sobretudo, na rede dos que participam da notícia. A concepção de vizinho não deixa de ser importante, porque nos revela um quase parentesco que obriga a incluí-lo na lista de distribuição de notícias de circulação e da distribuição de notícias relativas à possibilidade de restituir a espacialidade do comunitário, de reconstituir a comunidade também como território comunal, como no caso de permitir que o outro trabalhe no lote de um assentado até que obtenha seu próprio lote (MARTINS, 2003, p.72-73).

É comum encontrar nos assentamentos grupos de famílias que migraram e se encontraram na luta pela terra que, num primeiro momento, era mais pela busca de direitos de moradia, ou, nos termos de Scott (1976), eram guiados pelo princípio da segurança em primeiro lugar. Juntos, esses grupos se estabeleceram enfrentando as dificuldades iniciais da chegada à terra e isso, sem dúvida, é um componente que reforça o vínculo entre esses atores e fortalece aquilo que estamos denominando de território da agricultura familiar que concilia concomitantemente, terra de trabalho e terra de moradia. Esse componente também foi encontrado por Leite et al (2004), que indicam que, para o recorte selecionado na pesquisa desenvolvida, 70% dos assentados já conheciam outras famílias antes da instalação no lote, evidenciando a existência de redes de solidariedade que estão na raiz do processo de organização do assentamento. A partir desse vínculo, um sentimento de pertencimento e um princípio de identificação também são criados, o que de acordo com Bonnemaison e Cambrézy (1996) também estão na raiz da construção do território.

A dimensão simbólica do assentamento adquire outros elementos de pertencimento quando aproximamos a análise para a escala do lote, que é a unidade de produção e moradia de uma família assentada. O sítio, nomenclatura popular para o lote, é geralmente delimitado por cercas de madeira que demarcam os limites de uma propriedade. Todavia, o lote não pode ser considerado apenas como um meio de produção, uma vez que nele é incorporado o lugar da moradia e o lugar do trabalho da família. Esse espaço se converte em território a partir desse trabalho familiar que o organiza para preencher duas necessidades: para ser o lugar onde se realiza o trabalho diário e para ser o lugar do descanso e do lazer. Sua organização varia de acordo com as experiências que cada família carrega, mas de modo geral segue alguns padrões que determinam importantes funções, como bem observado por Miranda (2008, p.187)

A casa, o espaço da horta, a roça e o pasto obedecem a uma concepção que mistura sua funcionalidade e os princípios da estética camponesa. A paisagem que compõe o sítio não é apenas produto e meio de trabalho dos seus moradores, é também objeto de contemplação e de prazer. Plantar árvores frutíferas próximas das casas não tem apenas a funcionalidade de fornecer frutas para o consumo da família, mas também a de proporcionar sombras agradáveis e refrescantes para um bate-papo com vizinhos e amigos em dias de calor e espaços lúdicos para os jovens e as crianças.

Segundo Leite et al (2004), as atividades ligadas à vida social das famílias assentadas acontecem no interior do assentamento, enquanto que a vida comercial está ligada aos centros urbanos próximos que atendem às necessidades de compra e venda de produtos, assistência médica e educação, quando esses serviços não são disponíveis dentro do assentamento (o que pode ocorrer se a distância entre assentamento e cidade for pequena). Isso pressupõe uma divisão espacial do cotidiano dos assentamentos e o estabelecimento de novas redes pelos assentados o que se configura em um importante componente de fortalecimento ou enfraquecimento do território do assentamento.

### **3.3 Assentados: sujeitos ativos na territorialização dos assentamentos**

O agravamento dos conflitos no campo desencadeou a um só tempo a aceleração na política de reforma agrária e a territorialização dos assentamentos, o que pressupõe um avanço do território da agricultura familiar indicativa de uma mudança na correlação de forças entre os atores envolvidos nos históricos conflitos fundiários do campo brasileiro. Indica também as posições espaciais estabelecidas por esses atores e que são disputadas por aqueles que almejam adquirir o controle desses espaços e de seus elementos (RAFFESTIN, 1993). A territorialização, de acordo com Haesbaert (2011b), possui cinco objetivos: 1º abrigo e segurança física; 2º fonte de recursos materiais e/ou meio de produção; 3º identificação de grupos sociais através de referentes espaciais; 4º controle e/ou disciplinarização através de espaços individualizados; 5º controle e/ou direcionamento da circulação, de fluxos, através de conexões e redes. Tais objetivos podem ser acumulados e/ou distintamente valorizados ao longo do tempo. No caso dos assentamentos, é possível enxergar que a sua territorialização de imediato visa o alcance dos três primeiros colocando-nos, o terceiro deles, diante dos protagonistas dessa territorialização: os grupos sem terra que se tornam assentados.

Concomitante à criação do assentamento, surge outra categoria política: o assentado. De acordo com a Portaria nº 80 de 2002 do MDA<sup>43</sup>, um assentado “é o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso no Programa Nacional da Reforma Agrária, sendo-lhe concedido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa”. Esse candidato traz consigo reivindicações, sonhos,

---

<sup>43</sup> Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=184224>. Acesso em maio de 2018.

aspirações e novas aberturas políticas, o que nos leva a também compreender o assentamento como a concretização de um espaço político que abre novas possibilidades e que inaugura outra fase da luta pela terra. Nesse sentido, concordamos com Leite et al. (2004), quando nos dizem que o assentamento é um ponto de chegada, mas também um ponto de partida para esses atores.

De acordo com Neves (2016), antes de serem categorias políticas, tanto assentado quanto agricultor familiar eram vistos como problemas sociais, e sua ascensão a sujeitos politicamente ativos “corresponde a intenções políticas de reparação de injustiças” (NEVES, 2016, p. 218). A partir da legitimação efetivada através da criação do assentamento há uma nova força reivindicatória proveniente da mudança da relação entre Estado e esses atores, que antes era pautada numa relação de exclusão e depois, com a criação dos assentamentos e da existência da categoria assentado, passa a ser uma relação de inclusão, conforme explicado por Leite et al (2004). Entender os assentados enquanto sujeitos ativos se configura em uma escolha metodológica que parte do reconhecimento de que eles não apenas respondem a pressões e impulsos determinados externamente, mas também são atores de um processo de construção e mudança social, onde as ocupações, acampamentos são expressão da ação por eles praticada cujo resultado se reverteu na política de assentamentos.

As reivindicações são, inicialmente, de caráter infraestrutural, cujo objetivo é dotar aquele espaço de condições mínimas de vida para o atendimento das necessidades básicas dos assentados, como construção de moradias, estradas, postos de saúde, escolas, fornecimento de condições para o escoamento da produção (LEITE e MEDEIROS, 1999). Em um segundo momento, a mobilização e reivindicação são por uma política agrícola que permita a continuidade no lote e a manutenção do território através da segurança creditícia para a produção e comercialização dos produtos. Segundo Leite et al. (2004), a exigência por políticas diferenciadas para esses atores está na origem de programas como o Pronaf, que também foi influenciado pela construção da identidade dos agricultores familiares (DELGADO e LEITE, 2015). Além disso, reivindica-se uma autonomia produtiva visto que, muitas vezes, o Estado exige parâmetros de produção (que vão desde a escolha de produtos definidos como “de mercado”, passando pelo uso de sementes selecionadas e defensivos agrícolas) que não estão de acordo com a realidade vivenciada pelos agricultores que conseguiram acessar o crédito, o que provoca inúmeros descompassos entre a política do Estado e a vivência e realidade dos assentados.

Com o fortalecimento das demandas dos assentados há igualmente o reforço de mecanismos de clientela e o aparecimento de novas lideranças que contribuem para modificar



a correlação de forças na disputa pelo território, sobretudo a nível local. Tal como apontado por Leite et al (2004), é comum que assentados se disponham a se lançar como candidatos a cargos, tanto no poder legislativo (vereadores), quanto a cargos no executivo, especificamente para prefeito. Conforme será discutido no capítulo 4, também foi possível constatar essa característica no recorte desta pesquisa.

Somado a isso, essas categorias políticas que emergem com a política de assentamentos refletem também a construção de uma identidade profissional e de um reconhecimento social que permite a constituição de agentes dotados de rendimentos financeiros (NEVES, 2016). Em geral, essa população possui uma precária inserção anterior no mercado de trabalho e já sofreu um desgaste econômico no processo de luta pela terra (LEITE et al, 2004). Mesmo assim, a apropriação da terra se efetiva através da realização daquele espaço como o seu espaço de vida e de trabalho e como o meio para a concretização de sua reprodução social enquanto indivíduo e enquanto categoria política.

Contudo, não é pertinente afirmar que o grupo de indivíduos que formam um assentamento é um grupo homogêneo e nem que sua identidade enquanto assentado é instantânea e generalizada. Conforme apontado por Medeiros (2008, p.219), um assentamento “é constituído por um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e que lá vivem não por se identificarem, mas porque se engajaram em um movimento cuja identidade comum é ser sem terra e cujo objetivo comum é a busca da terra”. As origens desses grupos são diversas, podendo ser antigos posseiros, filhos de produtores familiares empobrecidos, parceiros, pequenos produtores atingidos por obras públicas, seringueiros, assalariados rurais, população da periferia urbana, aposentados, etc. (LEITE et al, 2004), o que faz com que muitas vezes a realidade do assentamento seja marcada por conflitos internos (MARTINS, 2003) oriundos das diferentes lógicas de sentido existentes na conquista da terra e do trabalho.

Segundo Esmeraldo (2007), enquanto alguns grupos que têm uma relação próxima com a terra e participaram da sua apropriação pela ocupação e acampamento, para outras categorias, como os assalariados, a terra é compreendida como lugar de trabalho material e pontual, e se realiza de forma superficial e imediatista, onde se incorpora outra lógica próxima dos moldes capitalistas. Para estes, no entendimento da autora, “a terra já não possui uma função social da provisão da vida, da existência humana, e está mais próxima da lógica construída pelo capitalismo, de terra – mercadoria. É ela capital e vai ser operada para produzir salário e renda” (2007, p. 74).

Porém, embora seja marcadamente constituído por essa pluralidade de origens e interesses, no assentamento passa a existir uma identidade comum que é ser um sem terra cujo

objetivo comum passa a ser a permanência na terra, seja para produzir salário e renda, seja como espaço de vida, de lugar. Ou ambos. Conforme nos diz Haesbaert (2013), toda identidade é definida em relação a outras identidades e se faz a partir da dimensão histórica, do imaginário social e do modo como o espaço serve de referência para a memória do grupo. No assentamento, a identidade comum é forjada através do histórico de expropriação e à vivência coletiva e cotidiana presenciada pelos assentados, o que permite uma reterritorialização não tão dolorosa quanto foi a desterritorialização por eles sofrida (HAESBAERT, 2011b). Essa reterritorialização, segundo Medeiros (2008), torna-se evidente através da permanência na terra dos assentados, das identidades e das ressignificações dadas ao assentamento.

Ainda sobre a identidade dos assentados, Rosa Maria Vieira Medeiros entende que há uma modificação decorrente da construção de novas territorialidades, uma vez que mesmo enraizados em sua cultura no momento de conquista da terra, os assentados se colocam mais abertos à inovação para a concretização da reterritorialização. Por esse motivo, a autora reconhece que o grande desafio dos assentamentos é a construção dessas novas territorialidades que garantirão êxito individual e coletivo ao território. Segundo a autora, a identidade dos assentados

(...) inicialmente, é de caráter político, social e cultural, mas se redimensiona como territorialidade com a implementação do processo produtivo, da organização do espaço do assentamento com sua infraestrutura, suas novas relações sociais, econômicas e culturais” (MEDEIROS, 2008, p.219).

Para a autora, o assentamento é um território de múltiplas territorialidades compostas por relações simétricas, inúmeras existências, de diferentes culturas, variadas formas de uso do solo e relações sociais e econômicas, mas o que permanece é uno é a identidade compartilhada pelos assentados (MEDEIROS, 2008).

Em perspectiva oposta, Martins (2003) afirma que o assentado, enquanto sujeito beneficiário da reforma agrária tem uma “difusa identidade própria, complexa, nem um pouco política, sendo, sobretudo familiar e vicinal” (p.54), o que seria resultado dos processos de expropriação, modernização agrícola, transformações sociais e culturais que os atingiram em diferentes momentos. A construção de uma identidade coletiva do assentado tornar-se-ia impossibilitada diante da fragilidade da “memória enquanto documento de uma história pessoal compartilhada” (p.63) que seria destruída no processo de migração e desenraizamento que resulta na condição de sem terra. Segundo o autor, esses atores, mesmo que estivessem

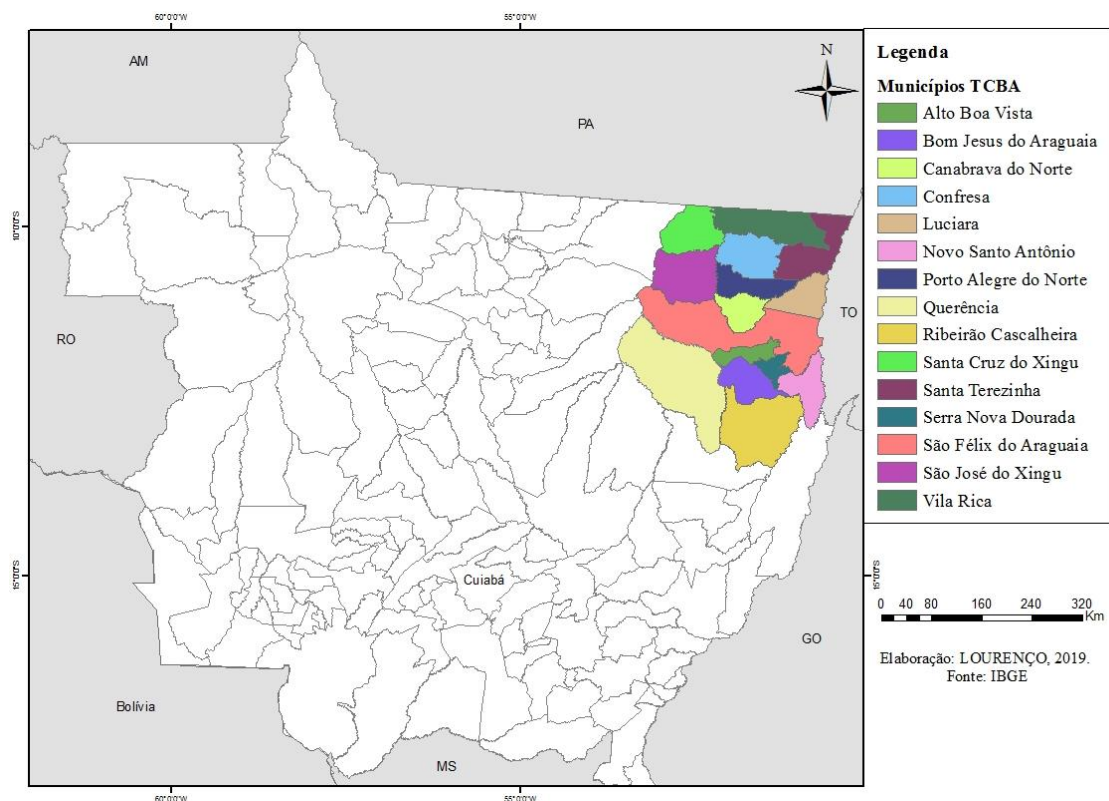
supostamente voltados para objetivos comuns, “não conseguem construir um eixo comum de referência nem mesmo no âmbito das relações de interesse, uma certa ideia de pertencimento, de estar juntos, de comunidade” (p.66). Essa característica, por sua vez, não permitiria a consolidação de um território no sentido que estamos defendendo, uma vez que não se construiria a dimensão simbólica.

Concordamos com o autor quanto ao elemento familiar, pois já foi dito anteriormente que se trata de um componente fundamental na consolidação do território representado pelo assentamento. Embora esta característica não possa ser generalizada, diversos relatos obtidos empiricamente indicam que de fato existe uma experiência prévia de sem-terra e luta pela terra que atravessa os assentados mais engajados no fortalecimento do assentamento e isso é um fator que ordena a sua perspectiva de luta e reivindicações. Este entendimento nos aproxima dos resultados obtidos por Miranda (2008), que ressalta o fundamental papel que as “histórias fragmentadas, repletas de rupturas, de idas e vindas” (p.183) tiveram sobre a constituição da identidade do assentado e da própria constituição do território. A nosso ver, por mais frágil que os laços possam se tornar no assentamento, rompendo a suposta continuidade territorial, há uma identidade consolidada que é pautada na condição de sem terra que une os assentados em torno de um fim comum: a autonomia produtiva, social e cultural, e é nesta condição que afirmamos que os assentados são sujeitos ativos.

Para finalizar este capítulo convém ressaltar que seu objetivo foi oferecer um panorama geral da política de assentamentos rurais do Brasil e, no próximo capítulo, nos dedicaremos à caracterização do recorte espacial definido para a pesquisa, o Território da Cidadania Baixo Araguaia, ou, como preferem os habitantes locais, Araguaia-Xingu. Além disso, no capítulo quatro trataremos especificamente dos assentamentos do recorte da pesquisa e novos apontamentos sobre a estrutura e funcionamento dos PA's serão elucidados.

## 4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA BAIXO ARAGUAIA

Com uma população de mais de 120 mil habitantes e concentrando aproximadamente 25% dos projetos de assentamentos implementados no estado de Mato Grosso, o Território da Cidadania Baixo Araguaia (TCBA) carrega particularidades que vão desde o processo de ocupação dessa área, até a forma como hoje se expande a fronteira e que afetam a forma de produzir e a vida social, ou seja, o território dos agricultores familiares. Este território é um dos 120 Territórios da Cidadania criados em 2008 e é composto por quinze municípios (mapa 1) que também representam a área de atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia, atualmente com sede em Porto Alegre do Norte<sup>44</sup>.



Mapa 1 – Localização e municípios do TCBA.

Cada município e, particularmente, cada assentamento, tem uma história própria. Os migrantes que primeiro chegaram, os que já se foram, os mais antigos, os passageiros são

<sup>44</sup> O termo Baixo Araguaia é considerado pejorativo por muitos atores entrevistados para essa pesquisa, que preferem a denominação Araguaia-Xingu, por estar localizado entre as bacias desses dois rios.

atores com vivências diferentes que ajudam a roteirizar cada uma dessas histórias. Além disso, a forma como se deu o acesso à terra, a implementação do assentamento, as estratégias e redes estabelecidas pelos assentados também configuram uma multiplicidade de casos que influenciam a dinâmica territorial dos PA's. Durante os trabalhos de campo nos assentamentos, as histórias se tornaram mais concretas quando visitamos alguns sítios e pudemos observar a heterogeneidade dos moradores, bem como a diversidade ecológica e de atividades entre os assentamentos.

Assim, se os capítulos anteriores forneceram elementos gerais para a análise sobre a importância e desafios da agricultura familiar na fronteira agrícola e a função dos assentamentos para a permanência desses atores, bem como de seus territórios, este capítulo tem como objetivo aproximar essas questões do recorte espacial definido para a pesquisa. Para tanto, serão abordados o contexto histórico de ocupação da região, os aspectos físicos, socioeconômicos, da estrutura fundiária e da territorialização do agronegócio e da agricultura familiar nos municípios que o compõe.

#### **4.1 Histórico fundiário e projetos de desenvolvimento do nordeste mato-grossense**

No primeiro capítulo desta tese, vimos que o processo de ocupação do interior do país no século XX esteve atrelado a um movimento estratégico do Estado que beneficiou diretamente os interesses da burguesia nacional, os latifundiários e o capital estrangeiro, e que acentuou a internacionalização da economia brasileira (OLIVEIRA, 2016b). Particularmente no que se refere ao estado de Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX havia uma concentração demográfica e de atividades (com destaque para a produção açucareira, mineradora, extrativista e pecuária) na sua porção sul, que fez com que Cuiabá se tornasse centro hegemônico das decisões políticas e administrativas do estado.

Se no século XIX a população de Mato Grosso era composta por grandes proprietários de terra rurais e imóveis urbanos, ricos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, militares, escravos, índios e homens livres pobres, no século XX esse cenário, também marcado pelo predomínio do poder de oligarquias locais, começa a se alterar com a chegada de milhares de migrantes, sobretudo do Sul do país, atraídos pelas expectativas de avanço da fronteira agrícola (MORENO, 2007).

A porção nordeste mato-grossense, onde se localiza o TCBA, faz parte desse movimento mais tardio de ocupação (no que se refere à ocupação por atividades capitalistas)

que se acentuou na década de 1940 com a Marcha para o Oeste, desenhada e executada ao longo do Estado Novo<sup>45</sup>, com a justificativa de integrar o território. De acordo com José de Souza Martins (1991), a “Marcha para o Oeste” brasileira tem características diferentes da “marcha para o Oeste” que aconteceu nos Estados Unidos, e a principal delas refere-se a qual pioneiro detém a propriedade da terra: aquele que nela trabalha ou o detentor de poderes simbólicos:

Lá era pioneiro quem primeiro chegasse à terra e nela trabalhasse. Aqui é pioneiro quem primeiro chega aos cofres públicos (...). O retirante, o homem que amansa a terra com o seu suor, o seu sangue e a sua vida, e da sua família, o homem que possui a fonte básica da riqueza, que é a força de trabalho, esse permanece na terra apenas enquanto não aparece o “proprietário”, o “pioneiro” (MARTINS, 1991, p.120).

Segundo nos explica Arruzzo (2009), pelo seu caráter estratégico, um dos pilares da marcha para o oeste na região onde atualmente se encontra o TCBA foi a construção de uma “rota que cortasse o Brasil em direção à cidade de Manaus e facilitasse as comunicações com os EUA” (p.55). A partir disso, em 1943, foi criada a Expedição Roncador-Xingu (ERX) que, liderada por um militar, dotou aquele espaço de vias de comunicação, explorou suas riquezas minerais e desconsiderou a predecessora existência de indígenas, alterando a dinâmica territorial ali estabelecida<sup>46</sup>.

Foi neste mesmo período que essa região passou a ser também ocupada por posseiros vindos de Goiás, Minas Gerais e de estados nordestinos. A migração de agricultores do Nordeste nesse período esteve relacionada à crença na profecia das bandeiras verdes, profetizada pelo padre Cícero Romão, que previa que as margens do Rio Araguaia eram a salvação para essa população, pois ali encontrariam bonança e fartura para se reproduzirem socialmente (CANTUÁRIO, 2016)<sup>47</sup>. Segundo Oliveira (2016a) e Bampi *et al* (2017), essas famílias seguiam os cursos dos rios e se instalavam às suas margens, numa migração

---

<sup>45</sup> Trata-se de um período de intervencionismo militar que durou de 1937 a 1945, sob o comando de Getúlio Vargas.

<sup>46</sup> De acordo com Oliveira (2016a), a região nordeste mato-grossense conservou até meados do século XXI, um conjunto de mais de dezesseis povos indígenas que caracterizavam a área como uma espécie de “encontro dos troncos linguísticos” (p.272). Destacam-se as etnias Xavante, Tapirapé e Karajá.

<sup>47</sup> Interessante descrição sobre a bandeira verde pode ser encontrada em *Nós, do Araguaia* (1979) através do relato de um jagunço: “A bandeira verde tá aqui, Padre Ciço falou, e se ele falou é porque tá qui. No dia que achar a bandeira verde não vai ser preciso matar mais ninguém, nem viver de tal função, que isso não deveria ser trabalho de homem nenhum. Na bandeira verde ninguém é patrão, ninguém é empregado, a terra é de todos, os rios não têm dono, os irmãos não vão precisar amarrar as camisas, e a glória de Deus não ficará nem acima nem abaixo de ninguém. Nesse dia, encontrarei meus filhos e minha mulher, e nem precisarei ser atazanado por sonhos malditos” (MARTINS, 1979).

impulsionada por processos de desterritorialização que fizeram com que esse território fosse apropriado por um grande número de agricultores familiares.

A implementação de projetos de colonização através de contratos de concessão de terras públicas e devolutas<sup>48</sup> para empresas particulares marcou esse período e o seguinte, após a deposição de Getúlio Vargas em 1945. O governo estadual também teve grande participação nessa negociata, que era feita sem nenhum critério, provocando uma violenta especulação de terras em diversas regiões de Mato Grosso. Somente de 1951 a 1955 foram concedidos mais de 10 mil títulos provisórios e definitivos e realizadas 10.317 concessões de terras no estado, o que “indica uma grande facilidade na aquisição de terras devolutas, seja de forma gratuita, seja a preços irrisórios, através de contratos celebrados com empresas colonizadoras que obtinham, em média, 200.000 ha de terra” (MORENO, 2007, p.116). Além da especulação de terras, essas ações do INCRA também provocaram a expropriação de posseiros que “devido à falta de informação e custo da burocracia, acabavam perdendo sua terra” (BECKER, 2015, p.247).

Contudo, foi a partir da década de 1970 que a região que compreende o TCBA se reconfigurou mais rapidamente devido a um conjunto de medidas e programas federais que incidiram diretamente sobre a questão fundiária e produtiva local. Uma dessas medidas foi a federalização de 60% das terras de Mato Grosso através do Decreto-Lei nº1164/71, que previa que terras situadas às margens das rodovias federais, na Amazônia Legal, numa extensão de 100 km de cada lado do seu eixo, bem como nas áreas situadas ao longo das fronteiras internacionais passariam à jurisdição do recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária<sup>49</sup>. Segundo OLIVEIRA (2016a), essa medida se revelou um “verdadeiro confisco do controle de terras devolutas antes da alçada dos estados” (p.105).

Outra medida foi a criação de diversos programas de desenvolvimento dirigidos na esteira do processo de modernização da agricultura em curso desde a década de 1960, como o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Desenvolvimento Econômico-Social

---

<sup>48</sup> Embora sejam muitas vezes utilizados como sinônimos, os conceitos de terras públicas e terras devolutas são distintos. Como nos diz Moreno (2007), “as terras devolutas fazem parte das terras públicas, enquanto espécie destas. Mas, para se tornarem públicas, deverão passar pelo processo discriminatório, quando então serão arrecadadas e matriculadas no CRI em nome do estado, da união ou do município, respeitando-se a legislação de cada instância. Terras públicas, portanto, são aquelas desocupadas, mas formalmente integradas ao patrimônio de uma daquelas esferas, enquanto terras devolutas são aquelas cuja posse e domínio ninguém detém” (p.235).

<sup>49</sup> Instituto resultante da fusão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Até o ano de 1983, o INCRA esteve vinculado ao Ministério da Agricultura e chegou a ser extinto em 1987, no governo de José Sarney. Em 1989, o órgão foi restabelecido e voltou a compor o Ministério da Agricultura. No ano 2000, o INCRA foi vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi extinto em 2016. Em janeiro de 2019, por força do Decreto nº 9.660, o INCRA retornou à alçada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

do Centro-Oeste (PLADESCO); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) que foram importantes para o financiamento de estratégias que consolidaram a construção da BR-158.

Esses programas marcaram o momento em que o capital multinacional começou a se interessar pela terra como alternativa de investimento (BECKER, 2015), tendo início a territorialização de grandes monopólios na Amazônia e no Centro-Oeste via subsídios da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que incentivaram a apropriação e concentração de terra e capital nas mãos de firmas sediadas no Centro-Sul do país. Segundo Moreno (2007), somente para Mato Grosso foram destinados 23,06% de todos os incentivos fiscais comprometidos pela SUDAM, sendo o segundo estado que mais recebeu tais recursos.

Ainda no que compete às estratégias de ocupação de Mato Grosso, o INCRA desenvolveu, sobretudo a partir de 1980, projetos de colonização e povoamento públicos, iniciando “a produção de força de trabalho na própria fronteira” (BECKER, 2015, p.242), com vistas à eliminação dos focos de conflitos sociais gerados pela expropriação sistemática de trabalhadores rurais nas regiões de elevada concentração fundiária, como a região Nordeste. Nas palavras de Oliveira (2016), esses projetos foram a “alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e ao mesmo tempo suprir-se de força de trabalho para seus projetos de fronteira” (p.157). Somente na região do TCBA, de 1987 a 1995 foram criados 29 projetos de assentamentos<sup>50</sup>.

Além de instalar esses projetos públicos, também cabia ao INCRA fiscalizar o andamento de projetos de colonização privados requisitados por empresas particulares, intensificando esse processo que já existia desde meados da década de 1940. Ao todo, 33 empresas privadas foram registradas junto ao INCRA de Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980, sendo responsáveis pela implementação de 88 projetos de colonização no estado que abrangeram 3,25 milhões de hectares e receberam aproximadamente 20 mil famílias de colonos, a grande maioria proveniente da região Sul do país (MORENO, 2007). Conforme pode ser observado no quadro a seguir, entre os anos 1979 e 1989, doze projetos de colonização privados foram executados nos municípios que compõem atualmente o TCBA, ocupando uma área de mais de 310 mil hectares, majoritariamente em áreas rurais.

---

<sup>50</sup> A listagem completa com os assentamentos, municípios, data de criação, forma de obtenção e famílias encontra-se no anexo H.



<b>Empresa</b>	<b>Nome do projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Nº de lotes urbanos</b>	<b>Nº de lotes rurais</b>	<b>Ano</b>
COOPERCANA	Querência 3	S. F. do Araguaia	27.311,440	-	117	1988
COOPERCANA	Querência 4	S. F. do Araguaia	28.443,500	-	48	1988
COOPERCANA	Querência 5	S. F. do Araguaia	16.394,207	-	52	1989
COREBRASA	Santa Cruz	Luciara	24.969,000	552	94	1979
COBRASA	Santa Cruz 2	Luciara	78.375,000	-	700	1983
CONFRESA - Colonizadora Imobiliária LTDA.	Tapiraguaia	Luciara	33.794,090	-	90	1979
Colonizadora Vila Rica	Beleza	Santa Terezinha	43.203,000	712	102	1978
Colonizadora Vila Rica	Santana	Santa Terezinha	16.942,000	-	43	1978
Colonizadora Vila Rica	Promissão	Santa Terezinha	14.199,000	-	136	1980
Colonizadora Vila Rica	Aracaty	Santa Terezinha	11.949,000	-	103	1981
Colonizadora Vila Rica	São Marcos	Santa Terezinha	17.492,000	-	57	1978
Colonizadora Vila Rica	Iguatu	Vila Rica	1.909,495	-	54	1985

Quadro 3– TCBA: projetos de colonização privados aprovados pelo INCRA/MT (1979-1989). Fonte: Moreno (2007).

No entanto, uma ressalva deve ser feita em relação ao número de projetos de colonização privados do TCBA. Conforme apontado por Esterici (2008) e Casaldáliga (1971), muitos dos municípios hoje pertencentes a este território eram pequenos povoados (como por exemplo, Pontinópolis, Cascalheira, Santo Antônio, Porto Alegre, Serra Nova, e etc.) que estavam sob jurisdição administrativa de apenas dois municípios: Barra do Garças e Luciara<sup>51</sup>. À medida que esses povoados cresciam, influenciados pelos projetos de colonização e agropecuários, eles iam se emancipando, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1980 (tabela 12), evidenciando assim, a importância dos núcleos urbanos enquanto bases logísticas da ordenação territorial na expansão da fronteira (BECKER, 2015a). Isso nos leva a crer que outros projetos de colonização cadastrados, com localização nos então municípios de Barra do Garças e Luciara, podem ter sido efetivamente instalados em municípios que atualmente se enquadram na divisão territorial do TCBA.

<sup>51</sup> De acordo com dados do IBGE, em 1960 em Mato Grosso existiam apenas 29 municípios e 77 distritos. Em 1991, esse número aumenta para 95 municípios e 205 distritos, revelando uma maior dinâmica na fragmentação territorial estadual.

Município	Ano de criação
Luciara	1963
São Félix do Araguaia	1976
Santa Terezinha	1980
São José do Xingu	1983
Vila Rica	1986
Porto Alegre do Norte	1986
Novo Santo Antônio	1986
Ribeirão Cascalheira	1988
Confresa	1993
Alto Boa Vista	1993
Canabrava do Norte	1993
Querência	1993
Bom Jesus do Araguaia	1999
Santa Cruz do Xingu	1999
Serra Nova Dourada	1999

Tabela 12- TCBA: ano de criação dos municípios. Fonte: IBGE Cidades. Organização: Lourenço (2019).

Agrupados em agrovilas que ajudaram a organizar a produção e a reprodução do espaço urbano e rural, os migrantes sulistas introduziram máquinas modernas no plantio e colheita de arroz e tal produção se tornou estratégica, tanto do ponto de vista ecológico quanto econômico, porque ajudaria na transição do solo para receber pastagens para a pecuária e outras produções, como soja e milho (JEPSON, 2006). Ao retratar essa migração, Martins (2012) afirma que a incorporação desses equipamentos e técnicas pelos migrantes era o meio de “conciliar a relação entre a terra e o trabalho, de maneira equilibrada” (2012, p.111), uma vez que a migração era justificada como uma possibilidade de melhoria das condições de vida tendo dois elementos centrais para o alcance desse objetivo: família e trabalho.

Todavia, a intensificação do processo de modernização da agricultura, em curso desde os anos 1960, atrelado ao endividamento dos colonos diante dos altos custos da produção naquela região e pela pouca infraestrutura ali presente, foram fatores que inviabilizaram a permanência da maioria dos colonos iniciais, o que resultou em uma nova desterritorialização desses grupos, debilitação das relações sociais e reconfiguração da fronteira até então constituída. O retorno de colonos também foi constatado nos projetos de colonização oficiais do INCRA que, segundo Moreno (2007), apresentaram, de forma geral, resultados ainda menos promissores que os projetos privados, sobretudo devido às características do público atendido pelos dois tipos de projeto.

O sucesso da colonização particular, quando comparado à colonização oficial, é atribuído à condição econômica da sua clientela, composta por agricultores mais capitalizados e com tradição agrícola, apresentando uma situação financeira mais estável que os assentados nos projetos oficiais. Isso explica também o tamanho das áreas adquiridas, acima da propriedade média destinada aos colonos da colonização oficial. O resultado pouco exitoso da colonização oficial aparece no fracasso ou na morosidade da consolidação e emancipação da maioria dos projetos, que se expressam na perda de renda e na grande evasão dos parceleiros (MORENO, 2007, p.182).

Assim, além de não ter sido capaz de oferecer espaços de esperança, esse modelo de colonização implementado pelo Estado e por empresas privadas fortaleceu o ordenamento capitalista da fronteira cuja mercadoria que comandava o processo era a propriedade privada da terra. Esse ordenamento provocou, como apontado anteriormente, o encontro de diferentes territorialidades e temporalidades, marcas de um complexo mosaico sócio-espacial que resultou em intensos conflitos pela terra na região do TCBA.

#### **4.1.1 Os conflitos e as práticas na territorialização dos projetos agropecuários**

A história da ocupação do nordeste mato-grossense foi assentada na abertura de projetos de colonização e agropecuários que tiveram sua base na grilagem e especulação de terras, o que provocou intensos conflitos, principalmente a partir da década de 1970. Conforme apontado anteriormente, Mato Grosso recebeu vultosos aportes de incentivos fiscais que direcionavam o fluxo de capitais das demais regiões do país em direção à Amazônia a partir da década de 1960. Em sua grande maioria, esses incentivos foram direcionados para empresas que executavam projetos agropecuários considerados fundamentais para o desenvolvimento econômico e que se distribuíram seguindo um padrão seletivo que acompanhava os principais eixos de circulação rodoviária e fluvial (BECKER, 2015).

Segundo Rivière d'Arc e Apestéguy (1978), os projetos agropecuários eram unidades autônomas em relação à região, mas mantinham estreitas ligações com as matrizes das empresas, cujas sedes normalmente se encontravam no Centro-Sul do país, majoritariamente em São Paulo. A divisão do trabalho nessas empresas seguia um modelo hierárquico, tanto vertical quanto espacial, através do funcionamento de um escritório administrativo em cidades mais dinâmicas e mais próximas ao local de instalação dos projetos (Cuiabá ou Goiânia), que ficava a cargo das negociações com o INCRA, da contratação de mão de obra e da negociação

da produção do projeto, ou seja, a compra e venda do rebanho bovino. Tanto no setor administrativo quanto no setor da produção havia trabalhadores com diferentes níveis de instrução: médicos, contadores, pilotos, motoristas, agrônomos, veterinários e peões.

Na região do TCBA, esses empreendimentos utilizaram o desmatamento, a pecuária extensiva e a peonagem como as principais estratégias territoriais para o efetivo controle e domínio das terras. No período de 1978 a 1988, cerca de 20 mil km<sup>2</sup> foram desmatados por ano na Amazônia Legal e, de acordo com dados do INPE (2018), até o ano 2000, aproximadamente 24% da área total do TCBA já tinha sido desmatada, o que se deu para a introdução do gado. Segundo Oliveira (2016a), foi através da ‘pata do boi’ que essas terras foram apropriadas pelos projetos agropecuários, cujo interesse se dava mais pelos incentivos fiscais do que pela própria atividade econômica.

Foi, no entanto, através da figura do peão, que as terras foram amansadas, ou seja, desmatadas. Esse ator, frequentemente migrante, era despossuído de documentos e de contrato de trabalho e, muitas vezes, era elevado à condição de jagunço, o que de certa forma, representava uma elevação em seu *status* social. Tal contexto também foi evidenciado por Martins (2012) que, em sua análise sobre a expansão da fronteira, afirmou que o “objetivo da expansão territorial não era a produção pecuária, mas a produção de fazendas” (p.85) pela possibilidade de extrair a renda da terra através de mecanismos e processos de acumulação primitiva, como o trabalho escravo utilizado, sobretudo, para o desmatamento e formação de pastagens para o gado<sup>52</sup>.

Somente nos municípios de Barra do Garças, São Félix do Araguaia e Luciara foram aprovados pela SUDAM 96 projetos agropecuários de 1966 a 1978 (anexo I), sendo que alguns destes projetos se tornaram mundialmente conhecidos pela amplitude territorial<sup>53</sup> que controlavam e pelas práticas presentes nas relações de trabalho empregadas. É o caso da Agropecuária Suiá-Missu (500 mil ha), da Cia de Desenvolvimento do Araguaia, a Codeara (150 mil ha), e a Agropecuária Nova Amazônia, a Frenova (68 mil ha).

Em documento de 1971, o então bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, descreveu da seguinte forma a composição da população da região:

---

<sup>52</sup> Dados de Martins (2012) indicam que até o ano de 1995, 72,7% dos peões escravizados na Amazônia eram empregados nessas duas atividades. Conforme Rivière d’Arc e Apestéguy (1978) um peão era responsável por, em média, 600 cabeças de gado.

<sup>53</sup> De acordo com Oliveira (2016, p.330), “a área ocupada pelos projetos agropecuários e agroindustriais na Amazônia Legal como um todo foi de mais de nove milhões de hectares, sendo que a média desses projetos era de sete mil hectares no Amazonas, 14 mil em Tocantins, 16,3 mil no Pará e 31,4 mil em Mato Grosso. O Mato Grosso, portanto, teve os maiores projetos agropecuários em extensão aprovados pela SUDAM”.

“A maior parte do elemento humano é sertanejo: camponeses nordestinos, vindos diretamente do Maranhão, do Pará, do Ceará, do Piauí..., ou passando por Goiás. Desbravadores da região, ‘posseiros’. Povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração anterior, com a rede de dormir nas costas, os muitos filhos, algum cavalo magro, e os quatro ‘trens’ de cozinha carregados numa sacola” (CASALDÁLIGA, 1971, s.p).

Além dos sertanejos, os quais, eram o verdadeiro “povo da Prelazia”, também foram mencionados uma parcela da população local formada pelos indígenas das etnias Xavante, Karajá e Tapirapé.

“Os indígenas constituem uma pequena parte dos moradores. Os Xavante: caçadores, fortes, bravos ainda faz poucos anos quando semeavam o terror por estas paragens. Receosos. Bastante nobres. Os Karajá: pescadores, comunicativos, fáceis à amizade, festeiros, artesãos do barro, das penas dos pássaros e da palha das palmas; moles e adoentados, particularmente agredidos pelos contatos prematuros desonestos com a chamada Civilização, por meio do funcionalismo, do turismo e do comércio: com a bebida, o fumo, a prostituição e as doenças importadas. Os Tapirapé: lavradores, mansos e sensíveis; mui comunitários e de uma delicada hospitalidade” (CASALDÁLIGA, 1971, s.p).

Por último, o bispo relatou a presença de empresários, fazendeiros, peões, funcionários públicos e pequenos comerciantes que terminavam de compor a população local na década de 1970.

“O restante da população está formado por fazendeiros, gerentes e pessoal administrativo das fazendas latifundiárias, quase sempre sulistas distantes, como estrangeiros de espírito, um pouco super-homens, exploradores da terra, do homem, e da política. Por funcionários da FUNAI e de outros organismos oficiais, com as características próprias do funcionário "no interior". Por comerciantes e marreteiros, motoristas, boiadeiros, pilotos, policiais, vagabundos, foragidos e prostitutas. E principalmente por peões: os trabalhadores braçais contratados pelas fazendas agropecuárias, em regime de empreitada. Trazidos diretamente de Goiás ou do Nordeste, ou vindos de todo canto do país; mais raramente moradores da região, que neste caso são comumente rapazes” (CASALDÁLIGA, 1971, s.p).

Conforme sugere o bispo, “o povo da Prelazia” não procurava tanto a propriedade da terra, mas apenas uma terra onde o sossego pudesse ser encontrado. Em entrevista publicada em *Nós, do Araguaia* (1979), Dom Pedro afirmou que “o povo não tem essa mentalidade capitalista. O capitalismo não está na essência humana, mas nas adjacências do egoísmo” (MARTINS, 1979, p.87). Foi nesse ambiente marcado pela miscigenação de origens e interesses que a territorialização dos projetos agropecuários se efetivou e trouxe consigo intensos conflitos entre fazendeiros e posseiros, fazendeiros e índios, fazendeiros/empresários e fazendeiros/empresários, peões e posseiros e posseiros e índios.

Os conflitos, sobretudo aqueles que ocorreram entre fazendeiros e posseiros, são desencadeados pela proximidade espacial imposta pela chegada dos projetos agropecuários e pela ameaça representada por esses fixos à organização de um território já estabelecido, identificado e apropriado pelas populações locais (LECOURT e FABUREL, 2008). Ao fixar as cercas, um dos principais símbolos territoriais do latifúndio, os projetos agropecuários definiam ao mesmo tempo um ritmo na sua territorialização e um controle sobre um espaço que antes era o espaço de vida e de produção, ou seja, o território de posseiros e indígenas, obrigando-os a agir reativamente. Nesse sentido, esses conflitos surgiam espontaneamente como resposta à falta de alternativas reais de manutenção do território (MARTINS, 1989).

As práticas das agropecuárias para promover a expulsão dos posseiros das terras eram diversificadas: destruição de cercas colocadas pelos posseiros para a proteção do roçado, queima de casas e de roças, controle do acesso às roças, ameaças e intimidação feitas por jagunços, assassinatos, denúncias afirmando que os posseiros eram comunistas e subversivos e pedidos de reintegração de posse como formas de afastar esses atores das leis vigentes (MARTINS, 1979). Do outro lado, havia a ação coletiva dos posseiros que se organizavam com a ajuda da prelazia e seus missionários, criando um vínculo social fundamental para a resistência cotidiana.

O projeto agropecuário da empresa Cia de Desenvolvimento do Araguaia, a Codeara, foi aprovado pela SUDAM em 1967 em Santa Terezinha. Relatos de moradores do município obtidos durante os trabalhos de campo atestam que em 1966 já existiam aproximadamente 200 famílias de posseiros residindo na área onde o então projeto de 150 mil hectares seria efetivamente instalado. O conflito entre a empresa e os moradores começou em 1967 devido à ação de alguns posseiros que cortaram parte das cercas instaladas pela companhia e que estavam obstruindo as estradas utilizadas, como o acesso à vila pela população e passando entre as roças das famílias. O auge desse conflito foi em 1972, quando aconteceu o episódio que ficou conhecido como ‘briga do ambulatório’ (ESTERCI, 2008) em que, a mando da empresa, capangas e pistoleiros derrubaram e queimaram o posto médico que havia sido construído comunitariamente.

Até este momento, o Estado havia se omitido na resolução do conflito, mas diante de denúncias da empresa sobre a existência de um grupo de guerrilheiros organizados, o Estado, por meio do seu aparato repressivo, violentamente agiu contra os posseiros que foram assassinados, presos ou fugiram e se esconderam na mata. Passado esse acontecimento, em 14 de junho de 1972, as autoridades civis e militares assumiram o controle do povoado e convocaram uma reunião com representantes dos posseiros, da Codeara e da Prelazia de São

Félix que, após muita pressão dos posseiros, resultou na titulação de 120 lotes de 100 hectares, na transferência da área urbana de Santa Terezinha para a jurisdição de Luciara (MARTINS, 1979; ESTERCI, 2008) e no fortalecimento de roças comunitárias enquanto forma coletiva de produção dos posseiros, de maneira que a propriedade individual da terra não prevalecesse sobre os interesses da comunidade (OLIVEIRA, 2016a).

Segundo o histórico da desterritorialização enfrentada pelos posseiros da região do TCBA, destacamos o grupo Agropecuária Fazendas Reunidas Nova Amazônia, a Frenova, composto por seis fazendas (Piraguassu, Tapiraguaia, Sapeva, Codebra, Agrosselva e Campo Verde), que ocupou, conjuntamente, em 1970, uma área de mais de 400 mil hectares no atual município de Porto Alegre do Norte. Segundo Casaldáliga (1971), este povoado era habitado por mais de 200 famílias que ali chegaram no início da década de 1950 e que começaram a ser pressionados e coagidos a vender suas benfeitorias e abandonar seus lotes após a chegada da empresa. Concretizada essa expropriação, os posseiros e suas famílias eram transportados de avião ou no caminhão da empresa para fora das terras e abandonados à beira das estradas, à mercê de sua própria sorte.

Além dessa forma de poder expressa pela coerção da venda das terras, os posseiros também sofreram humilhações e torturas praticadas por agentes do Estado na sede da Frenova (JOANONI NETO e CASTRAVECHI, 2017). Isso demonstra um alinhamento entre a esfera pública e a esfera privada no que tange às práticas na territorialização do modelo de desenvolvimento planejado pelo governo militar, executado por meio dos projetos agropecuários. As palavras de Dom Pedro sobre essa situação nos fornecem a dimensão desses fatos, envolvendo a Frenova, camuflados pelo discurso do progresso.

“É a tão decantada agropecuária da Amazônia, ‘fator do progresso da região’ espoliando o pobre e indefeso camponês, posseiro de uns poucos metros de terra, sem ter ninguém que se preocupe eficazmente com ele. A Polícia Federal esteve no local. Mas o povo não teve condições de se manifestar, temendo posteriores represálias por parte da prefeitura e da companhia. A preocupação da região é o gado. O homem ...”(CASALDÁLIGA, 1971, s.p)

No ritmo do avanço da fronteira, a violência física e moral foram instrumentos de poder usualmente utilizados pelos fazendeiros para se apropriarem de terras e organizarem territorialmente a fronteira. Esse artifício também foi frequentemente utilizado pelo governo militar e demais agentes estatais, evidenciando sua relação de conivência com as empresas e o Estado e uma militarização da questão agrária brasileira (MARTINS, 1985).

Talvez um dos conflitos mais conhecidos nessa região seja o que envolveu a Agropecuária Suiá-Missu. Considerado o maior latifúndio da América Latina, esse projeto ocupou uma área de mais de 500 mil hectares, grande parte da atualmente homologada Terra Indígena Maraiwãtsédé. Em 1960 essas terras foram vendidas pelo estado de Mato Grosso a Ariosto da Riva, que tinha o objetivo transformá-la em loteamento urbano e rural, através de um projeto de colonização, mesmo já sendo de seu conhecimento a existência dos indígenas e de se tratar de um território tradicionalmente ocupado (ROSA, 2016). Pouco mais de um ano depois da compra, se deu a entrada do Grupo Ometto<sup>54</sup>, efetivamente responsável pela instalação do projeto agropecuário. A partir de então, as investidas sobre os indígenas tornaram-se cada vez mais agressivas e frequentes, fazendo com que o povo xavante fosse o mais atingido pela invasão agropecuária na Amazônia (OLIVEIRA, 2016a).

Convém ressaltar que estudos como o de Rosa (2016) indicam a presença de posseiros nessa área, mas seu número exato é impreciso devido aos constantes movimentos migratórios. Segundo a autora, um dos possíveis destinos imediatos dos posseiros no momento de instalação do projeto foi o de se tornar peão, ou seja, mão de obra para a própria fazenda em tarefas como derrubada de matas e construção de estradas e pistas de avião. Os xavantes também foram recrutados como peões entre 1962 e 1964 para a abertura da fazenda (ROSA, 2016) e, em 1965, os indígenas que ainda estavam no território, foram transferidos em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para a Missão São Marcos, no município de Barra do Garças. Segundo Casaldáliga (1971), boa parte dos 263 xavantes transportados morreu logo após a chegada à Missão em decorrência de uma epidemia de sarampo, migrando muitos deles para outras terras indígenas. A saga dos índios xavantes perdurou até 2013, quando muitos retornaram para a T.I Maraiwãtsédé após a ação da Força Nacional, que resultou na desintrusão dos não índios que ocuparam a localidade conhecida como Posto da Mata (figura 3), distante 20 km do município de Alto Boa Vista.

---

<sup>54</sup> Segundo Rosa (2016), diversos membros da família Ometto passaram a ser acionistas da Suiá-Missu que se tornou um lucrativo investimento através dos incentivos fiscais e uma forma de diversificar os rendimentos familiares, uma vez que esse grupo já tinha se consolidado no mercado sucroalcooleiro no interior de São Paulo.





Figura 3– Posto da Mata: ruínas das construções com monumento do Cristo localizado ao fundo. Fonte: Lourenço (2019).

O episódio da desintração do Posto da Mata divide opiniões entre a população da região. De um lado, os indígenas, as ONG's locais, o Ministério Público Federal e a FUNAI, que apoiaram a saída dos não-indígenas da Terra Indígena. Do outro lado, os moradores que ali residiam, produtores locais e políticos, que requisitavam o direito de retornarem e incitavam frequentemente a reocupação da área por não-indígenas, o que já havia resultado em pedidos de prisão feitos pelo Ministério Público Federal (MPF)<sup>55</sup>. Essas investidas contra a terra dos Xavantes se agravaram em decorrência do conturbado cenário político apresentado no capítulo anterior e das recorrentes declarações do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Mais recentemente, em janeiro de 2019, o MPF divulgou uma nota (anexo J) reafirmando o direito dos Xavantes ao território tradicionalmente ocupado por eles, afirmando que qualquer tentativa de invasão “receberá resposta enérgica e eficaz dos órgãos e agentes estatais incumbidos legalmente de preservar a incolumidade pessoal, ordem pública e respeito às instituições e suas deliberações” (MPF, 2019). Tal nota foi transmitida após a divulgação de um vídeo de Nelson Barbudo, deputado mais votado de Mato Grosso, e da sigla do presidente da República, eleito com mais de 126 mil votos, que sugeriu a invasão e devolução da área do Posto da Mata aos pecuaristas locais que foram retirados na ocasião da desintração, gerando um clima de apreensão entre os indígenas.

<sup>55</sup> <https://apublica.org/2016/09/no-mato-grosso-os-novos-problemas-de-uma-velha-disputa/>.

Diversos outros conflitos envolvendo a instalação dos projetos agropecuários no TCBA também ficaram conhecidos e marcaram o histórico fundiário da região. É o caso da Agropecuária Roncador, a BORDON S/A Agropecuária Amazônia e a Agropecuária Tanguro S/A, por exemplo. As práticas e a forma de atuação variavam pouco de empresa para empresa e sempre estiveram atreladas à violenta expulsão como uma forma de controle de posseiros e agricultores familiares. Nas palavras de Martins (1979)

“(...) essa gente toda, nessa nova etapa capitalista de colonização da Amazônia, vivia aí há anos, alguns há dezenas de anos. Tinham suas casinhas, suas roças, seus rios onde se banhavam, seus amigos, seu cemitério onde enterraram seus parentes, o cantinho do mato onde tomavam pinga nos domingos e dias santos, enfim, um profundo elo umbilical com toda essa natureza. Sair assim, no grito, num espaço inferior a um ano, é mais que um horror, é suicídio coletivo, é a desintegração da família, dos seus membros. O retirantismo tem em si o germe da desintegração, na sua forma mais ostensiva” (MARTINS, 1979, p.135).

O que se pode constatar diante desse cenário durante o período de instalação dos projetos de colonização e agropecuários foi uma rápida reorganização espacial desencadeada pela fragmentação territorial que impactou de maneira mais direta grupos de agricultores familiares e indígenas. O que o autor descreveu como um “profundo elo umbilical” é, a nosso ver, a expressão do território apropriado e construído pelos agricultores que foram oprimidos, expropriados e desterritorializados pelo avanço do capitalismo, e que tiveram em comum a figura de Dom Pedro Casaldáliga e da Prelazia de São Félix do Araguaia.

#### **4.1.2 Dom Pedro Casaldáliga e a Prelazia de São Félix do Araguaia**

É numa casa de fachada simples, sem muros ou portões e com uma bica de água potável à disposição da população de São Félix do Araguaia que reside Dom Pedro Casaldáliga (figura 4), atualmente com 91 anos de idade. Para uns, o bispo do povo, para outros, o padre comunista, Dom Pedro chegou a este município em julho de 1968, ainda padre, e seu primeiro contato com o latifúndio foi através das queimadas, que simbolizavam na paisagem a abertura da fronteira através da prática do desmatamento. A prática da queimada era considerada por Dom Pedro como um “gravíssimo pecado administrativo” (CASALDÁLIGA, 1971, sp) atribuído ao desinteresse público para com a região, exceto nos casos de instalação dos empreendimentos agrícolas e em períodos de eleição, quando alguns deputados e candidatos a prefeito apareciam em busca de votos da população local.



Figura 4 – Entrada da casa de Dom Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia. Fonte: Lourenço (2019).

Recém-chegado a um “mundo sem retorno” (CASALDÁLIGA, 1978), Dom Pedro encontrou um povo que conhecia quase diariamente a realidade da morte, das inúmeras doenças (verminoses, malária, hepatite, tétano e etc.) e da subnutrição. Deparou-se, também, com o problema da terra, numa região onde ninguém a tinha, já que todos eram “‘retirantes’, emigrantes de outras áreas do país já castigadas pelo latifúndio” (CASALDÁLIGA, 1978, p.32). Sua consagração episcopal ocorreu em outubro de 1971, um ano após a criação da Prelazia de São Félix do Araguaia, em meio a diversas ameaças contra a sua vida e rompendo com importantes tradições da Igreja, deixando evidente sua escolha política em lutar ao lado “Povo da Prelazia” e rechaçar as práticas do latifúndio.

A ordenação foi à beira do Araguaia anoitecido. Um chapéu sertanejo e um remoborduna (caminho, caça e pesca), feito de pau-brasil pelos índios Tapirapé foram os meus emblemas episcopais, a mitra e o báculo daquela dignidade que tinha de ser serviço. O anel, cópia do que Paulo VI deu de presente a todos os bispos no Vaticano II e que os amigos da Espanha me tinham enviado como presente-surpresa, devolvi-o à Espanha como homenagem filial à minha mãe. Na homília, uma vez mais – mais publicamente, mais definitivamente, fiz minha opção pelos pobres e oprimidos (CASALDÁLIGA, 1978, p.48).

Criada em 1970, a Prelazia de São Félix do Araguaia se pautou no modelo de igreja popular do movimento da Teologia da Libertação. De acordo com Casaldáliga (1978, p.73), o objetivo principal da prelazia era “desencadear e acelerar no Povo da região o processo de libertação total com que Cristo nos libertou”. Esse objetivo seria alcançado através de três meios: 1) encarnação da pobreza, na luta e na esperança do Povo; 2) educação libertadora pela conscientização e promoção humana; 3) denúncia profética. Além disso, dois compromissos

foram firmados: a) conscientes dos conflitos e implicações que esta opção fundamental comporta, comprometemo-nos a respeitar as etapas do crescimento libertador do Povo e o pluralismo de carismas e serviços; b) respeitando as opções pessoais dos diferentes membros da equipe, comprometemo-nos também, como grupo eclesial, a uma vivência explícita da Fé - no testemunho de vida e oração, particularmente na celebração da eucaristia - e a uma revisão periódica para confrontar a opção básica e a ação concreta<sup>56</sup>.

O trabalho pedagógico era um dos principais vieses de atuação da Prelazia e tinha como objetivo “desenvolver um processo de luta permanente para a libertação do homem e para o estabelecimento das relações de justiça” (CASALDÁLIGA, 1978, p.53). Assim, com a ajuda de professores e padres leigos, a equipe pastoral elaborava o planejamento de cursos a partir dos problemas e dificuldades enfrentados pela população local, como: o conflito entre latifundiários e posseiros; a falta de atendimento básico aos problemas de saúde; situação de injustiça trabalhista; isolamento local; interferência monopolizadora da política; sobrevivência étnica dos índios; passividade e espírito fatalista; inexistência do lazer; predomínio de crenças e superstições; falta de mercado de trabalho, etc.

Devido ao caráter dessa atuação, rapidamente a Prelazia se transformou num instrumento de luta acionado pelos posseiros diante do avanço dos projetos agropecuários. Por tal motivo, a Prelazia passou a ser vista pelo Estado, não como mediadora da luta pela terra, mas sim como mais um problema a ser coibido e reprimido, o que resultou em diversas ameaças ao próprio Dom Pedro e aos agentes missionários. Outros ataques, como o disfarce de agentes do Estado infiltrados nas reuniões da Prelazia e policiais armados durante a celebração das missas, também foram estratégias utilizadas pelo governo militar para reprimir as ações da prelazia e de Dom Pedro que atuavam no sentido de organizar a mobilização e resistência da população. Em *Creio na Justiça e na Esperança* (1978), um dos diversos livros de Dom Pedro, são encontradas diversas passagens de seus diários em que ele narra as abordagens sofridas por ele e pelos agentes pastorais pelo serviço militar em busca de terroristas, guerrilheiros e subversivos. No dia 25 de setembro de 1972, ele escreveu:

Chegaram um general, o Coronel Ramalho – a quem Deus perdoe! -, quatro caminhões do Exército e dois jipes. Soldados, armas, munições. Vêm procurar terroristas, vêm fazer ‘pesquisas’?! O coronel interpelou a vários de nossa casa em termos grosseiros, idiotas. A mim, por exemplo: ‘se ouvi falar de Rio de Janeiro’, ‘se estou assustado’, ‘se gosto do exército’... E tratou-me logo de início por tu e pelo

---

<sup>56</sup> Conforme consta em Casaldáliga (1978), a página sobre objetivos e as linhas básicas da ação da prelazia foi considerada como peça fundamental de acusação no Inquérito Militar dirigido à pastoral.

nome simplesmente, sem rodeios. Requisitaram uma sala do Ginásio e dão doces e bobaginhas para as crianças (CASALDÁLIGA, 1978, p.67).

Diante das violações perpetradas por produtores, fazendeiros e representantes do Estado sobre os trabalhadores rurais, posseiros e também sobre a própria Prelazia e seus agentes, Dom Pedro divulgou no mesmo dia de sua sagração um documento onde retratou a situação calamitosa e desumana enfrentada na região. “*Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*” de 1971 foi o título escolhido para a carta que apresentou uma descrição da situação territorial da área abrangida pela prelazia, bem como dos seus povoados, população e conflitos. Na última parte do documento, intitulada *O grito desta Igreja*, Dom Pedro não somente repudiou as práticas do latifúndio e dos projetos agropecuários com sua fantasiosa publicidade, como também conclamou pela reforma agrária como única forma possível de se levar o desenvolvimento àquela região. Nas palavras do bispo:

(...)Não queremos bancar heróis, nem originais. Nem pretendemos dar lição a ninguém. Pedimos só a compreensão comprometida dos que compartilham conosco uma mesma Esperança. Olhamos com bastante amor a terra e os homens da Prelazia. Nada dessa terra ou desses homens nos é indiferente. Denunciamos fatos vividos e documentados. Quem achar infantil, distorcida, imprudente, agressiva, dramatizante, publicitária, a nossa atitude, entre na sua consciência e leia com simplicidade o Evangelho; e venha morar aqui, neste sertão, três anos, com um mínimo de sensibilidade humana e de responsabilidade pastoral (...). O que vivemos nos deu a evidência da iniquidade do latifúndio capitalista, como pré-estrutura social radicalmente injusta; e nos confirmou na clara opção de repudiá-lo. (...) A injustiça tem um nome neste terra: o Latifúndio. É o único nome certo do Desenvolvimento aqui é a Reforma Agrária. (E segundo Paulo VI, na "Populorum Progressio", "o Desenvolvimento é o novo nome da paz"... ) (CASALDÁLIGA, 1971, s.p).

A repercussão dessa pastoral-denúncia foi imediata, sobretudo nos meios de comunicação nacionais que, diante do ambiente de censura imposto pela ditadura militar, elaboraram matérias acusando e atacando o bispo. Vieram, no entanto, de jornais estrangeiros e de membros da Igreja alinhados à conduta de Dom Pedro e da prelazia, diversas manifestações de solidariedade (CASALDÁLIGA, 1978) que se materializaram em outros documentos com o mesmo escopo. Assim, outras denúncias começaram a ser publicadas nas mais diversas regiões do país, visibilizando a realidade e ressaltando as injustiças sobre a população do campo. É o caso do texto “*Ouvi os Clamores do Meu Povo*” (1973) de autoria dos bispos do Nordeste; do documento “*Y-Juca Pirama – o Índio: aquele que deve morrer*”,

de autoria de bispos e missionários da Amazônia; e “*Marginalização de um Povo, o Grito das Igrejas*” (1974) dos bispos do Centro-Oeste (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

O encadeamento dessas ações indica a crescente abrangência da espacialização da luta pela terra que, segundo Fernandes (1994), é o resultado de um projeto de transformação para a conquista da condição de cidadãos. Em última instância, essa espacialização também se reafirma na contestação ao modelo político-econômico em vigência que expropria agricultores familiares e sem terra e que agrega setores da Igreja solidários a essa causa. Especificamente no TCBA, a atuação da prelaazia nas décadas de 1970 e 1980 desencadeou um forte movimento de contestação ao modelo agropecuário em voga através dos projetos agropecuários e fortaleceu os vínculos com outras instituições, como por exemplo, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Desse vínculo mantido com alguns setores da CNBB e com outros bispos, sobretudo com Dom Tomás Balduino, nasceram duas importantes organizações: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, ou seja, um ano após a divulgação da carta de Dom Pedro; e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, esta última com notada importância na atual configuração territorial do TCBA por possuir um escritório regional (CPT/Araguaia) em Porto Alegre do Norte. Com um título um tanto sugestivo (*Duas vidas e uma causa*), a figura 5, contém uma breve biografia desses dois bispos e sua importância a nível local e nacional para a criação do CIMI e da CPT.

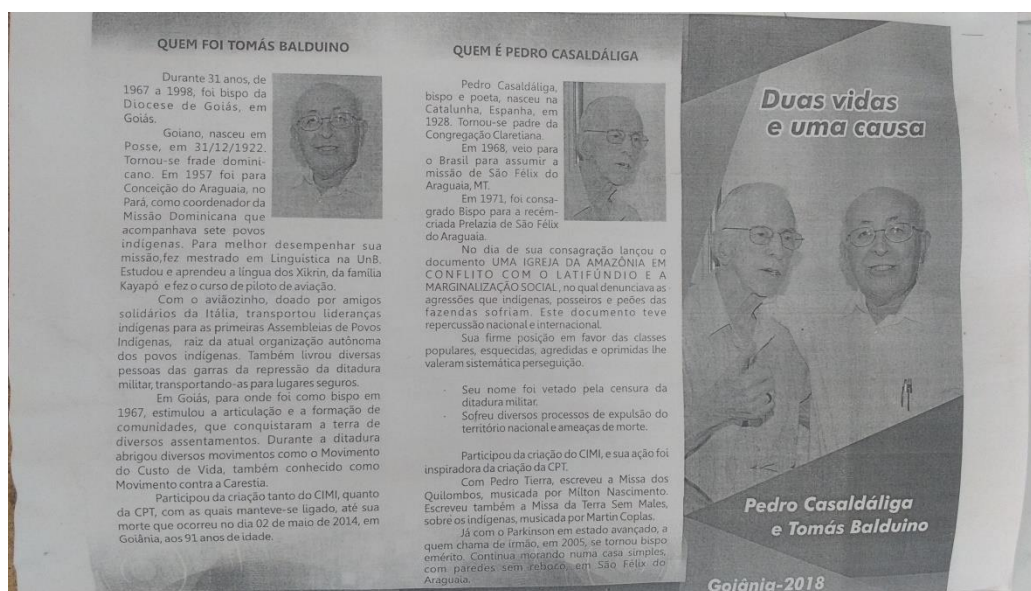


Figura 5 – Duas vidas e uma causa: Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga. Fonte: Lourenço (2018).

Na verdade, conforme aponta Mitidiero Junior (2008), a criação da CPT foi inspirada no trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo CIMI, porém com ênfase nas comunidades de posseiros da Amazônia que se encontravam em processo de desterritorialização e teve como principal articulador o próprio Dom Pedro, que propôs a formação da comissão em 1974 durante a assembleia da CNBB. Porém, não se tratou de uma ação isolada ou fruto apenas da articulação do bispo de São Félix. Ao contrário, a criação da CPT esteve atrelada à constatação, por parte da Igreja, de que os povos do campo e da Amazônia estavam sendo acometidos pelos mesmos males (muitos apresentados no capítulo 1) partilhando, assim, de uma identidade em comum, em torno da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre tais males e buscar formas de levar justiça e esperança a esses povos. Dessa forma, desde a gênese da CPT, a sua atuação se pautou numa pastoral do conflito (MITIDIERO JUNIOR, 2008), onde a luta foi - e é, diga-se de passagem- sua constante.

Relatos obtidos em campo indicam que ainda há atualmente muita desinformação relacionada à atuação da prelazia e de Dom Pedro. A existência de boatos que afirmavam que a prelazia era contra o progresso da região por escolher educar, lutar e organizar a resistência dos posseiros e indígenas contra o latifúndio se difundiu, fazendo com que esses atores fossem alvo de desconfiança por parte da população local. No entanto, os escritos e dizeres de Dom Pedro revelaram não somente sua escolha pelo Povo da prelazia, como também as suas descobertas e formas de luta que perpassavam pelo propósito de viver como vivia a população acolhida pela prelazia, e que estava em concordância com os objetivos daquela igreja. Em seis de março de 1973, reunido com outros missionários durante a Assembleia Nacional dos Bispos, ele escreveu:

Uma verdadeira atitude ‘revolucionária’ só pode existir com uma radical conversão interior. Falando-lhes, eu mesmo descobri, com uma nova força, como as estruturas do capitalismo (econômico, político, espiritual) são idolatria, estado de pecado e morte. É preciso ‘marginalizar-se’ para ser livre e libertar (CASALDÁLIGA, 1978, p.76).

São muitos e reveladores os escritos de Dom Pedro sobre a realidade da região e do Povo da prelazia. Poemas, livros e outros documentos fazem transparecer um homem que optou por emprestar sua voz aos oprimidos e silenciados do campo e a denunciar as lamúrias e injustiças que recaíam sobre essa população. Devoção, partilha, solidariedade e esperança são sentimentos que estão presentes nas falas dos que foram entrevistados para essa pesquisa e símbolos presentes em imagens e pinturas distribuídas pelas igrejas da região, como é o caso

dos Murais da Libertação<sup>57</sup> (figura 6 e 7) e de poemas de Dom Pedro pintados nos muros de organizações ligadas à Igreja (figura 8).



Figura 6 -Murais da Libertação na Igreja de Santa Terezinha. Fonte: Lourenço (2019).

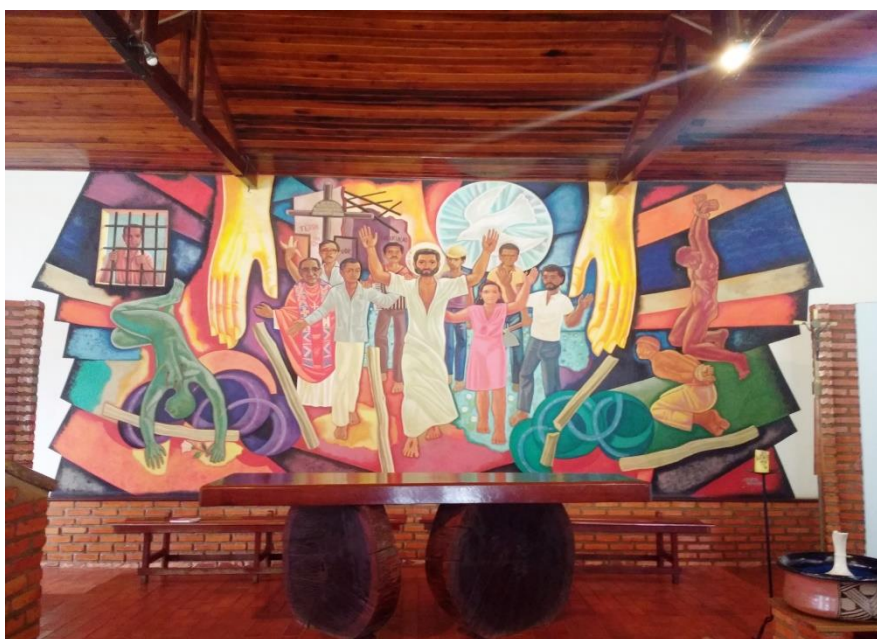


Figura 7 - Murais da Libertação na Igreja de Ribeirão Cascalheira. Fonte: Lourenço (2016).

<sup>57</sup> Pintados entre 1977 e 2001 por Maximino Cerezo Barredo, pintor espanhol e amigo de Dom Pedro Casaldáliga, os 11 Murais da Libertação retratam temas religiosos mesclados a uma crítica social referente aos problemas locais. Em agosto de 2005, por meio da portaria Portaria nº 021/2005, os Murais da Libertação tornaram-se patrimônio histórico-cultural de Mato Grosso.





Figura 8 – Confissões do Latifúndio: poema escrito por Dom Pedro e pintado no muro de uma organização ligada à Igreja em São Félix do Araguaia. Fonte: Lourenço (2018).

Em uma região onde o analfabetismo, a religiosidade e a passividade eram marcantes, fixar esses símbolos nos lugares onde a população pobre mais tinha acesso, isto é, as igrejas, foi uma estratégia para criar reflexões e firmar uma relação entre povo e Igreja. Além disso, esses símbolos representam a disputa pelo território e uma reivindicação a um modo de vida e a uma forma de produção que se encontravam ameaçadas num período com fortes mudanças sociais e econômicas a nível local, regional e nacional. Por último, representam também o primordial papel da prelazia e de Dom Pedro na atual organização territorial do TCBA que será analisada a seguir.

#### 4.2 Caracterização do Território da Cidadania Baixo Araguaia

O histórico apresentado na sessão anterior evidenciou como foi realizado o processo de ocupação do TCBA nas décadas de 1970 e 1980, cuja estrutura se pautou na instalação de projetos de colonização e agropecuários, desconsiderando a organização espacial pré-existente, constituída por comunidades indígenas e de posseiros e suas famílias. Consideramos que essas estruturas forjaram materialidades e relações sociais e de poder que funcionam como rugosidades, ou seja, heranças socioterritoriais que se constituem em “coordenadas que orientam novas ações” (SANTOS, 2014, p. 203). Nesse sentido, o propósito desse item é realizar uma caracterização da atual situação do TCBA, levando em consideração tais rugosidades. Para tanto, serão apresentadas as características físicas,

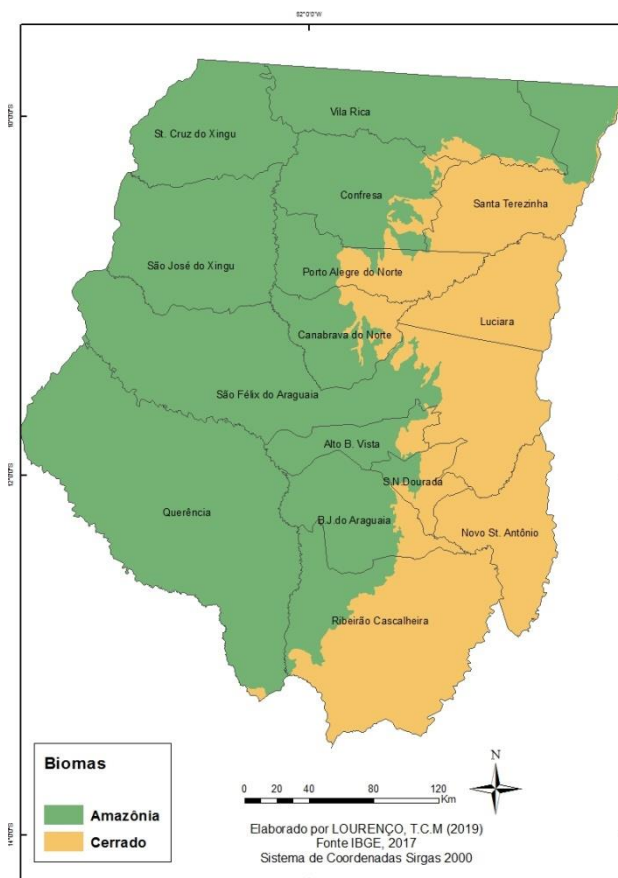
socioeconômicas, da estrutura e valorização fundiária, das formas de acesso à terra e da dimensão logística.

#### 4.2.1 Características físicas

Uma das principais características do atual sistema técnico, ou seja, do meio técnico-científico-informacional é a indiferença das suas técnicas e objetos em relação ao meio em que são instaladas (SANTOS, 2014) com o objetivo de dominar natureza e sujeitos simultaneamente (PORTO-GONÇALVES, 2015). Todavia, as características físicas de uma região podem facilitar em maior ou menor medida a sua aptidão para determinadas atividades econômicas, como por exemplo, a agrícola, e também são importantes para explicar as mudanças no uso da terra e a disputa pelo território. Nesse sentido, iniciaremos essa caracterização apresentando as mudanças ocorridas no uso e cobertura da terra no TCBA e, em seguida, as características pedológicas e geomorfológicas.

Os mapas que se encontram no anexo K indicam que em dezesseis anos grande parte da cobertura vegetal do TCBA foi substituída por pastagens e por cultivos agrícolas. Revelam também que há uma preferência por áreas localizadas na porção oeste da região, limítrofes ao Parque Indígena do Xingu, e um movimento em direção ao norte, divisa com o estado do Pará. Sabendo que essa área se encontra numa zona de transição entre o Cerrado e Amazônia (mapa 2), é pertinente afirmar que o avanço da fronteira agropecuária ocorre majoritariamente sobre o bioma amazônico.

Aubertin e Pinton (2013) afirmam que, diferentemente do que ocorre com o bioma amazônico, o Cerrado foi historicamente um bioma renegado no que tange às preocupações ambientais. Embora o discurso de vocação agrícola tenha sido intensificado no curso da modernização da agricultura nos anos 1960 a partir das pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, a Embrapa, a atenção com a sua proteção no que tange à conservação de sua rica biodiversidade só foi efetivamente objeto de reflexões e políticas públicas no decorrer dos anos 1990, quando boa parte já havia sido desmatada, o que aumenta a pressão sobre o bioma amazônico.



Mapa 2– TCBA: distribuição dos biomas.

Por estar localizado numa zona de transição é comum notar características desses dois biomas no TCBA, o que localmente é percebido como Cerradão. Segundo a Embrapa Solos, do ponto de vista fisionômico, este tipo de formação é uma floresta, já que a altura média das árvores pode variar de oito a quinze metros, o que favorece a formação de camadas arbustivas e herbáceas diferenciadas. Contudo, floristicamente, o Cerradão se assemelha ao cerrado em sentido estrito, com espécies típicas desse bioma, como o pequi e o pau-santo. Essa diversidade é propiciada pela conjunção de variáveis atmosféricas, como temperatura e precipitação (gráfico 9).

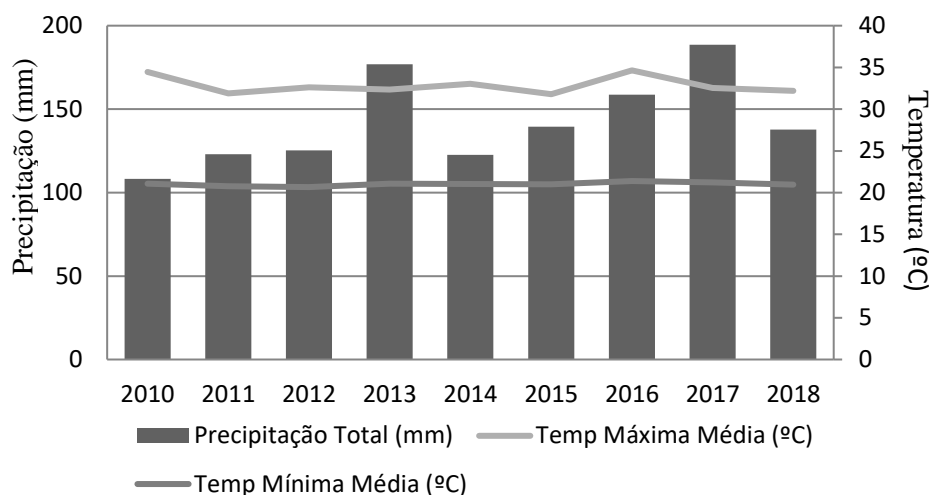


Gráfico 9– TCBA: índice pluviométrico e temperatura média de 2010 a 2018. Fonte: BDMEP/INMET (2019). Organização: Lourenço (2019).

Nota-se pouca variação em termos de temperatura nos últimos oito anos no TCBA, com temperatura máxima em torno de 32°C e mínima de 21°C e precipitação média de 137,75 mm/ano. Em se tratando dos solos presentes na região, verifica-se que há um predomínio de latossolo vermelho-amarelo, argissolo vermelho-amarelo e plintossolo argilúvico (mapa 3) distribuídos num relevo plano a suavemente ondulado, cujas maiores altitudes são atribuídas à influência da Serra do Roncador.

O primeiro tipo de solo e o mais abundante na região é o latossolo vermelho-amarelo que ocorre, de acordo com a Embrapa, em ambientes bem drenados, sendo muito profundos e uniformes em características de cor, textura e estrutura. São solos bastante utilizados para a agricultura, apresentando algumas restrições corrigíveis com insumos químicos<sup>58</sup>. Através da análise conjunta entre os mapas 2 e os do anexo K, é perceptível que é na extensão desse solo que o avanço da fronteira agrícola se dá com maior força.

Já o argissolo vermelho-amarelo localiza-se na porção norte do TCBA. Este solo apresenta geralmente baixa fertilidade natural e, por isso, é comumente utilizado para a fruticultura, pastagens plantadas (capins braquiária, pangola e elefante) e alguns cultivares para alimentação, como mandioca e inhame<sup>59</sup>, o que também ajuda a explicar, em parte, o incremento das pastagens demonstrada no anexo K. Por último, o terceiro domínio pedológico

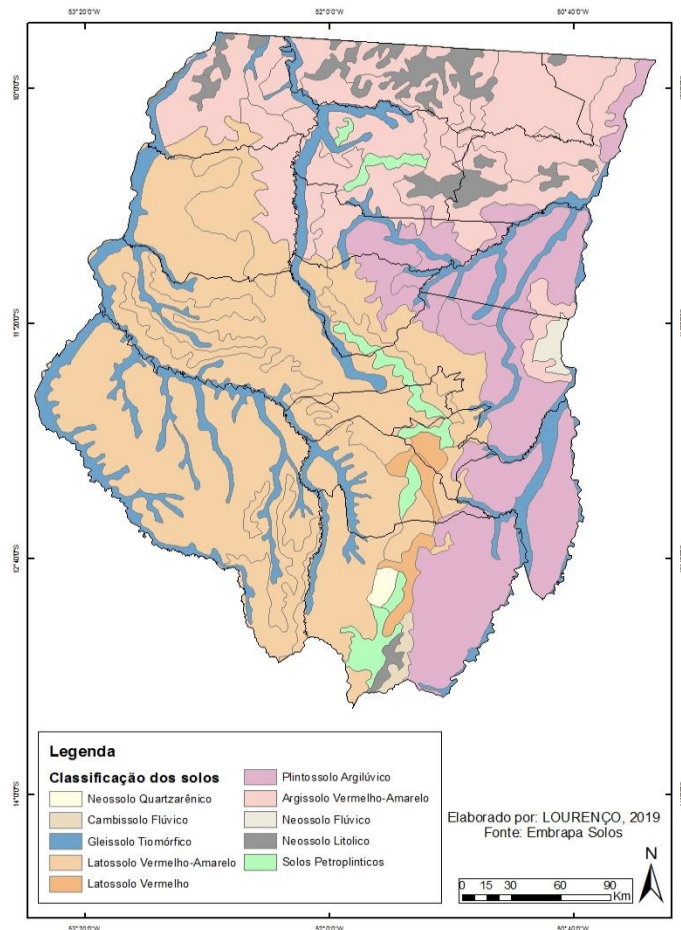
<sup>58</sup> Disponível em Embrapa:

[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONT000g05ip3qr02wx5ok0q43a0r3t5vjo4.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000g05ip3qr02wx5ok0q43a0r3t5vjo4.html). Acesso em maio/2019.

<sup>59</sup> Disponível em Embrapa:

[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONT000gn0pzmhe02wx5ok0liq1mqk4130gy.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn0pzmhe02wx5ok0liq1mqk4130gy.html). Acesso em maio/2019.

mais preponderante na região do TCBA é o plintossolo argilúvico, que apresenta drenagem variável e está associado às regiões de inundação periódica. No caso da região do TCBA, trata-se do período de cheia do Rio Araguaia que ocorre nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, que alaga extensas áreas dos municípios de São Félix do Araguaia, Luciara, Santa Terezinha e Novo Santo Antônio.



Mapa 3– TCBA: classificação pedológica.

É facilmente constatável no mapa de uso e cobertura da terra que as pastagens e cultivos agrícolas tem se expandido sobre a cobertura vegetal, o que em outras palavras, pressupõe um aumento de desflorestamento dos municípios que compõem essa região. A sequência de dados apresentados no gráfico e tabelas abaixo permite aprofundar um pouco mais o que foi anteriormente apresentado (anexo K) e nos permite concluir que existe uma continuidade no processo de avanço da fronteira agrícola e agropecuária sobre áreas de floresta.

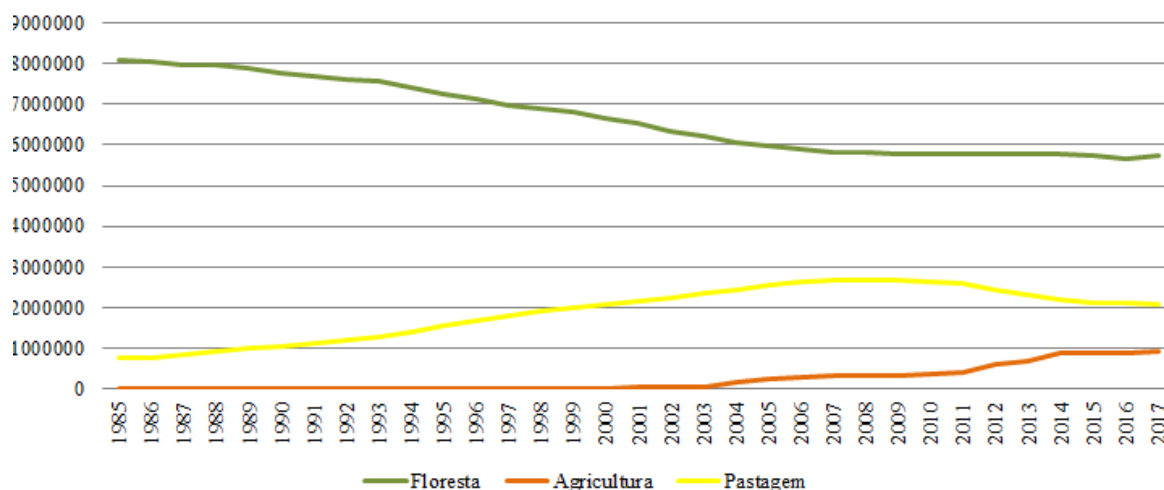


Gráfico 10– TCBA: evolução temporal da área (ha) de floresta, agricultura e pastagem (1985-2017).  
Fonte: Mapbiomas (2019). Organização: Lourenço (2019).

O gráfico 10 indica uma evolução temporal da área de florestas, pastagens e agricultura para o conjunto de municípios do TCBA. Através dessa abordagem histórica podemos inferir que houve uma redução de 42% na área de florestas e um aumento de 63% na área destinada às pastagens entre 1985 e 2017, o que mantém relação com o histórico da área apresentado anteriormente. No que se refere à área de floresta, percebe-se que ela está em contínua redução desde 1985, mas a partir de 2006, o ritmo dessa queda permaneceu estável. Já a área destinada à agricultura passou de pouco mais de 260 hectares em 1985 para mais de 800 mil em 2017. Além disso, os plantios agrícolas começaram a se tornar expressivos no TCBA somente a partir de meados dos anos 2000, quando um novo impulso foi dado ao agronegócio via mecanismos estatais e privados, iniciando um período fortemente marcado pela financeirização da agricultura brasileira (DELGADO, 2012).

No ano de 2012 iniciou-se um movimento de aproximação nas curvas de pastagem e agricultura, indicando uma substituição da primeira pela segunda, ou seja, as áreas que antes estavam destinadas à pecuária estão sendo gradativamente convertidas para áreas de *commodities* agrícolas. Sabendo disso, uma hipótese que podemos lançar é que se esse quadro permanecer inalterado, nos próximos anos, as áreas de agricultura substituirão completamente as áreas de pasto. A continuidade desse cenário depende de fatores externos, como políticas públicas, contexto macroeconômico, questões ambientais/climáticas e o comportamento do mercado de *commodities*.

Diferentemente do gráfico, as tabelas a seguir foram elaboradas para mostrar o comportamento na escala municipal no que diz respeito à área destinada aos três tipos de cobertura em intervalos de dez anos. Sendo o último dado disponível para o ano de 2017,

optou-se por adotar o ano de 1987 como o ponto de início para essa análise especificamente. De maneira geral, percebe-se que todos os municípios do TCBA reduziram sua área de floresta e aumentaram a área destinada a pastos e agricultura entre 1987 e 2017.

<b>Municípios</b>	<b>1987</b>	<b>1997</b>	<b>2007</b>	<b>2017</b>	<b>%Florestas (1987-2017)</b>
Confresa	521140	408137	238018	222309	<b>-57%</b>
Canabrava do Norte	276608	190494	138918	141674	<b>-49%</b>
Vila Rica	650540	516021	340986	350439	<b>-46%</b>
Bom Jesus do Araguaia	333463	273929	213137	196731	<b>-41%</b>
Porto Alegre do Norte	227760	180993	136423	149234	<b>-34%</b>
Alto Boa Vista	167507	161462	116418	113901	<b>-32%</b>
São José do Xingu	544598	422875	380779	381180	<b>-30%</b>
Querência	1653949	1484738	1270425	1242582	<b>-25%</b>
Serra Nova Dourada	109326	113295	99363	82158	<b>-25%</b>
Santa Terezinha	523661	483617	398102	398048	<b>-24%</b>
São Félix do Araguaia	1308028	1179570	1085646	1037652	<b>-21%</b>
Ribeirão Cascalheira	779948	741850	631954	612809	<b>-21%</b>
Santa Cruz do Xingu	484590	436935	404998	422644	<b>-13%</b>
Novo Santo Antônio	186726	177723	168907	165942	<b>-11%</b>
Luciara	209006	210644	202335	202658	<b>-3%</b>

Tabela 13 - Municípios: área de floresta (ha) (1987; 1997; 2007; 2017). Fonte: Mapbiomas (2019). Organização: Lourenço (2019).

No ano de 2017, a área destinada à cobertura florestal do TCBA era de 5.719.960 hectares, sendo que aproximadamente 40% desse total encontrava-se em apenas dois municípios: Querência e São Félix do Araguaia, com respectivamente, 1.242.582 ha e 1.037.652 ha de floresta. Nota-se que Confresa foi o município que mais perdeu esse tipo de cobertura, seguido por Canabrava do Norte e Vila Rica, o que está vinculado ao forte aumento de pastagem nesses municípios (tabela 14). Em contrapartida, Luciara foi o município que menos modificou a cobertura florestal de seu território.

<b>Municípios</b>	<b>1987</b>	<b>1997</b>	<b>2007</b>	<b>2017</b>	<b>% Pastagens (1987-2017)</b>
Confresa	37735	127849	297288	279698	<b>641%</b>
Canabrava do Norte	23739	101179	154379	141047	<b>494%</b>
Novo Santo Antônio	4276	11544	20605	22273	<b>421%</b>
Vila Rica	67470	197381	363484	327111	<b>385%</b>
Porto Alegre do Norte	24229	80643	128515	106344	<b>339%</b>
Santa Cruz do Xingu	31025	72956	112712	93387	<b>201%</b>
Santa Terezinha	53109	83759	168612	152318	<b>187%</b>
Ribeirão Cascalheira	76412	156725	218828	184592	<b>142%</b>
Serra Nova Dourada	23221	24585	37224	47879	<b>106%</b>
Querência	45458	179011	223248	83678	<b>84%</b>
São José do Xingu	171491	291930	324563	275628	<b>61%</b>
Luciara	14740	24350	24137	20595	<b>40%</b>
São Félix do Araguaia	145238	290284	330904	194346	<b>34%</b>
Bom Jesus do Araguaia	75342	126787	168516	97981	<b>30%</b>
Alto Boa Vista	40556	44143	91663	42465	<b>5%</b>

Tabela 14 - Municípios: área de pastagem (ha) (1987; 1997; 2007; 2017). Fonte: Mapbiomas (2019). Organização: Lourenço (2019).

No tocante à área destinada à pastagem e, por decorrência, à pecuária, novamente Confresa (641%) e Canabrava do Norte (494%) despontam no primeiro e segundo lugar como os municípios que mais aumentaram sua área para essa atividade. Com exceção de Alto Boa Vista, todos os demais municípios aumentaram em mais de 20% sua área de pastagem entre 1987 e 2017. Destaca-se Vila Rica que não só cresceu suas pastagens em 385% como também é o município com maior área de pasto em valores absolutos (327111 hectares) em 2017. No entanto, se compararmos os indicadores de 2007 e 2017, notamos claramente que a redução da área apresentada de maneira geral no gráfico anterior, se faz notar. Com base nisto, vemos que Querência, Alto Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia reduziram sua área de pastagem em 63%, 54% e 42%, respectivamente. Novo Santo Antônio, no entanto, aumentou em 8% esse índice no período compreendido entre 2007 e 2017.



Municípios	1987	1997	2007	2017	% Agricultura (2007-2017)
Confresa	0	258	641	30990	<b>4735%</b>
Vila Rica	0	0	1380	17851	<b>1194%</b>
Alto Boa Vista	0	2	2161	25845	<b>1096%</b>
Santa Terezinha	0	5	1700	13608	<b>700%</b>
Porto Alegre do Norte	0	9	3715	24389	<b>557%</b>
São José do Xingu	0	1	6108	35954	<b>489%</b>
Santa Cruz do Xingu	0	1	3018	15385	<b>410%</b>
Canabrava do Norte	0	19	3904	16368	<b>319%</b>
São Félix do Araguaia	0	308	46457	186989	<b>303%</b>
Ribeirão Cascalheira	8	9	17840	71525	<b>301%</b>
Bom Jesus do Araguaia	24	44	30655	100258	<b>227%</b>
Novo Santo Antônio	0	0	154	491	<b>219%</b>
Querência	391	7505	178991	355768	<b>99%</b>
Serra Nova Dourada	0	21	2755	2704	<b>-2%</b>
Luciara	0	72	678	549	<b>-19%</b>

Tabela 15 - Municípios: área de agricultura (1987; 1997; 2007; 2017). Fonte: Mapbiomas (2019) Organização: Lourenço (2019).

Por último, observamos que no que tange à área destinada à agricultura, todos os municípios registraram expressivos aumentos, com exceção para Serra Nova Dourada e Luciara. Especificamente para esta análise da evolução da agricultura nos municípios do recorte, utilizamos como ano inicial os dados referentes ao ano de 2007, uma vez que no ano de 1987 apenas três municípios registraram área destinada a esse uso (Querência, Ribeirão Cascalheira e Bom Jesus do Araguaia). Destaca-se Querência, por ser o município com maior área destinada a esse tipo de cobertura, e que está vinculada à cadeia produtiva da soja e ao mercado de *commodities*. Luciara e Novo Santo Antônio são os municípios que, em termos absolutos, destinam a menor área à agricultura. Confresa destaca-se como o município com o maior incremento de área destinada à agricultura entre 2007 e 2017, aumentando em mais de 4000% a área desse uso, acompanhada de Vila Rica e Alto Boa Vista, ambos com mais de 1000% de aumento da área de agricultura.

Para finalizar essa caracterização dos aspectos físicos do TCBA, é importante aprofundar a discussão sobre os índices de desflorestamento. Diferentemente do que ocorria durante os projetos agropecuários, quando a abertura de novas áreas era realizada pelo trabalho do peão, no atual modelo de exploração agrícola, representado pelo agronegócio, o desmatamento é realizado com a ajuda de modernos maquinários, o que aumenta a escala e o ritmo do desmatamento. Todavia, não se restringe a eles, já que durante os trabalhos de

campo, constatamos a derrubada de mata nativa dentro dos assentamentos para a colocação das roças. Diante disso, embora seja notável o aumento do desflorestamento a partir análise apresentada anteriormente, a tabela a seguir torna-se interessante e pertinente por evidenciar dados municipais mais recentes sobre o desflorestamento no TCBA.

Município	Área (km <sup>2</sup> )	Desflorestamento até 2018 (km <sup>2</sup> )	Incremento 2017-2018 (km <sup>2</sup> )	% da área do município desflorestada
Confresa	5801,00	3906,8	15,5	67%
Bom Jesus do Araguaia	4282,00	2765,6	4,3	65%
Vila Rica	7443,00	4653,5	3,1	63%
São José do Xingu	7465,00	4344,5	1,7	58%
Alto Boa Vista	2241,00	1226,2	44,8	55%
Canabrava do Norte	3451,00	1662,0	1,7	48%
Santa Terezinha	6459,00	2651,1	11	41%
Querência	17854,00	5257,5	70,6	29%
São Félix do Araguaia	16851,00	4553,4	33	27%
Santa Cruz do Xingu	5627,00	1419,8	20,6	25%
Serra Nova Dourada	1491,00	356,5	8,9	24%
Porto Alegre do Norte	3982,00	888,3	0,8	22%
Ribeirão Cascalheira	11364,00	1662,8	1,6	15%
Novo Santo Antônio	4375,00	242,2	3,8	6%
Luciara	4152,00	34,8	1,0	1%
<b>TCBA</b>	<b>102838</b>	<b>24789</b>	<b>168</b>	<b>24%</b>

Tabela 16 – Municípios e TCBA: área desflorestada até 2018. Fonte: Prodes/INPE (2019). Organização: Lourenço (2019).

Observa-se que, dos quinze municípios do recorte, cinco deles já estavam com mais de 50% da sua cobertura florestal comprometida pelo desmatamento em 2018. Oito deles possuíam entre 10% e 48% de área desmatada e apenas dois tinham menos de 10% de desflorestamento. Os quatro municípios que apresentaram os maiores incrementos de desmate entre 2017 e 2018 foram Querência (70,6 km<sup>2</sup>), Alto Boa Vista (44,8 km<sup>2</sup>), São Félix do Araguaia (33 km<sup>2</sup>) e Santa Cruz do Xingu (20,6 km<sup>2</sup>). Esse dado é bastante significativo quando levamos em consideração as suas particularidades.

No caso de Querência, trata-se do município mais relevante em termos de produção de *commodities* do TCBA e que possui mais de 40% da sua área como terras indígenas, segundo a Plataforma da Agricultura Familiar de Mato Grosso (PEAF-/MT). Vale lembrar que Querência faz divisa com o Parque Indígena do Xingu. São Félix do Araguaia que possui uma divisão territorial das atividades bastante relevante para compreender o avanço da fronteira pela porção oeste do município, na localidade conhecida como Espigão do Leste, exatamente

na área com predomínio do latossolo vermelho-amarelo e domínio do bioma amazônico. Nas áreas do município mais próximas ao Rio Araguaia e, portanto, alagáveis no período de cheia, a principal atividade econômica, inclusive nos assentamentos, é a pecuária. Alto Boa Vista e Santa Cruz do Xingu verificaram, entre 2007 e 2017, ou seja, nos últimos dez anos, uma rápida substituição das pastagens pela agricultura. Além disso, é no recorte territorial do município de Alto Boa Vista que se encontra uma grande porção da T.I Maraiwãtsédé que, conforme visto anteriormente, vem sofrendo crescentes pressões na última década.

O desmatamento dessas áreas aumenta a incidência de outro grande problema que afeta diretamente os assentamentos do TCBA e que provoca grandes prejuízos econômicos para as famílias: as queimadas. Segundo o IPAM (2019), no ano de 2019 foram registrados mais focos de incêndio em comparação com os anos anteriores e isso está diretamente relacionado à limpeza de áreas recém-desmatadas. Ou seja, quanto maior o desmatamento, maior a incidência de queimadas, o que para além de prejuízos econômicos locais, desencadeia problemas ambientais e de saúde pública em maior escala.

Esses elementos nos levam a perceber uma racionalidade embutida no movimento da fronteira que se dá em áreas propícias para os objetivos de tal atividade. Todavia, conforme nos lembra Santos (2014), a racionalidade hegemônica necessita da técnica instalada no espaço para se concretizar e esbarra em outras formas de racionalidade, ou racionalidades paralelas, forjadas na própria lógica de avanço da fronteira e representada pelos comportamentos e vivências das comunidades tradicionais, indígenas e de agricultores familiares dos assentamentos.

#### **4.2.2 Características socioeconômicas**

O Território da Cidadania Baixo Araguaia é composto por uma população de 125.271 habitantes (IBGE, 2010), cuja esperança de vida ao nascer é de 73,86 anos (IPEADATA, 2010). Do total da população residente, 57% vivem nas cidades e 43% na zona rural, sendo a densidade populacional de 1,33 hab/km<sup>2</sup>. Comparando os dados do censo demográfico de 2000 e 2010, é possível notar que houve um aumento de 50% da população urbana e 14% da população rural, o que nos impede de dizer que essa região sofre um êxodo rural, ainda que o crescimento da população do campo tenha sido mais tímido que o da cidade.

Conforme pode ser observado no gráfico a seguir, Confresa é o maior município em termos populacionais, com 25 124 habitantes, dos quais 43% estão na zona rural. Esse índice pode ser explicado pelo grande número de assentamentos que existem neste município. Em

contrapartida, Serra Nova Dourada tem apenas 1 365 habitantes (40% rural), sendo o menor município em termos demográficos. Querência e Santa Terezinha são os dois municípios que concentram as maiores populações rurais da região em termos proporcionais, com 7 061 habitantes (54% da população) e 4 423 (60% da população), respectivamente. Referente à cor e raça da população, o TCBA é composto por: 55% pardos, 30% brancos, 8% pretos, 5% indígenas e 2% amarelos (CENSO, 2010).

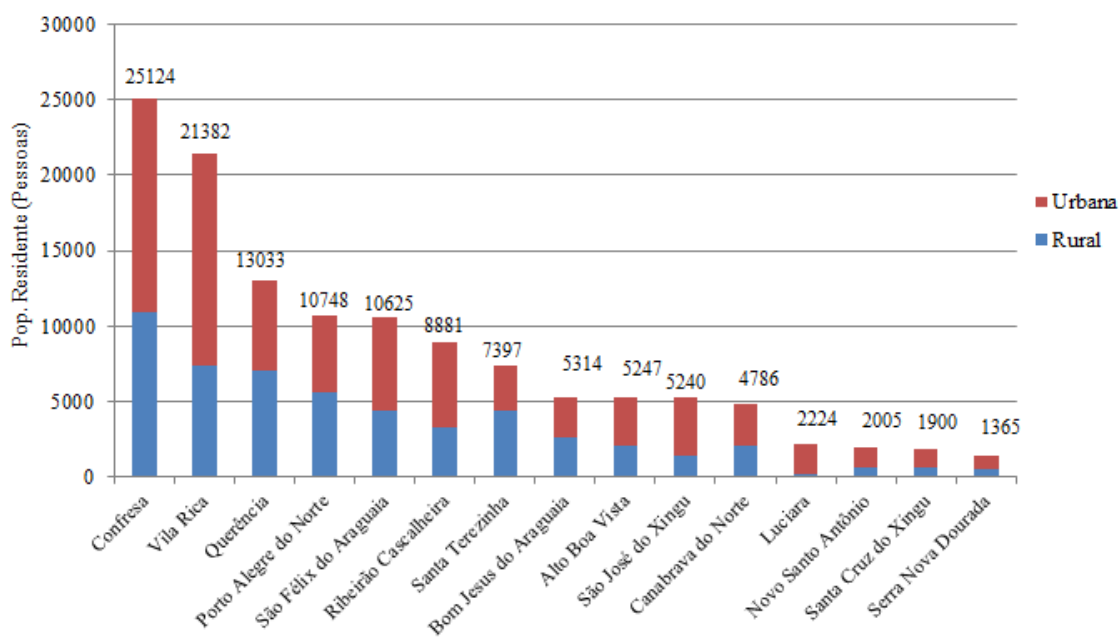


Gráfico 11 – Municípios: População residente total e situação do domicílio em 2010. Fonte: Censo Demográfico/IBGE (2010). Organização: Lourenço (2019).

Embora o histórico indique que o maior povoamento da região tenha sido realizado através dos projetos de colonização que atraíram muitos migrantes em busca de terra a partir da década de 1960, os dados do Censo Demográfico (2010) permitem afirmar que atualmente esse movimento migratório não acontece no mesmo ritmo, já que mais de 71% da população residente no TCBA em 2010 era nascida no Centro-Oeste, sobretudo em Mato Grosso (mais de 65 mil pessoas). Com um aprofundamento maior desses dados é possível afirmar que a origem dessa população que nasceu fora do Centro-Oeste é principalmente dos estados de Tocantins (9223 migrantes), na região Norte, Rio Grande do Sul (3773), na região Sul, Minas Gerais (3052), na região Sudeste e Bahia (1953), na região Nordeste. O município de Querência atrai, sobretudo, migrantes sulistas, com 1722 habitantes nessa condição. Confresa,

por sua vez, atrai mais migrantes de Tocantins e São Félix do Araguaia recebe mais goianos<sup>60</sup> (CENSO, 2010).

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), enquanto a renda per capita do Brasil era de R\$793,87 em 2010, no TCBA a média era de R\$504,00, aparecendo Luciara com o menor valor (R\$371,24) e Nova Xavantina com o maior (R\$674,44), demonstrando o baixo poder aquisitivo na região. Outro índice importante a ser mencionado é referente à pobreza nesses municípios, indicador utilizado pelo governo federal para incluí-los no Programa Territórios da Cidadania (tabela 17).

Município e Brasil	% de extremamente pobres*	% de pobres**	% de vulneráveis à pobreza***
Alto Boa Vista	25,18	35,68	32,56
São Félix do Araguaia	21,51	30,01	49,97
Santa Terezinha	18,24	35,5	65,64
Canabrava do Norte	14,85	27,37	51,83
Confresa	14,24	25,71	48,55
Ribeirão Cascalheira	14,18	24,05	40,26
Porto Alegre do Norte	10,75	22,61	44,93
Querência	9,22	13,19	28,83
Santa Cruz do Xingu	7,89	15,94	34,18
Luciara	6,9	16,54	46,17
São José do Xingu	6,66	20,22	41,18
Serra Nova Dourada	6,24	16,82	40,65
Novo Santo Antônio	5,75	22,4	48,87
Bom Jesus do Araguaia	3,91	16,68	37,92
Vila Rica	3,06	13,61	33,88
<b>Brasil</b>	<b>6,62</b>	<b>15,2</b>	<b>32,56</b>

Tabela 17– Brasil e TCBA: índice de pobres e de vulnerabilidade à pobreza em 2010. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Organização: Lourenço (2019).

\*Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$70,00 mensais, em agosto de 2010.

\*\*Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$140,00 mensais, em agosto de 2010.

\*\*\*Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$255,00 mensais, em agosto de 2010, equivalente a 1/ salário mínimo na época.

<sup>60</sup> Esse cenário é notoriamente distinto daquele encontrado por Dom Pedro Casaldáliga quando este chegou a São Félix do Araguaia em 1968. Em entrevista publicada em *Nós, do Araguaia* (1979), o bispo diz: “Então senti, como uma descoberta, que o Nordeste se encontra em Mato Grosso. Um povo que ia atingir, e que iria me atingir, seria fundamentalmente um povo nordestino” (p.49).

Dos 15 municípios que compõem o TCBA, 11 apresentam o índice de pessoas extremamente pobres maiores que o índice do país. Se levarmos em consideração o indicador de pessoas vulneráveis à pobreza, apenas Querência está acima da média do Brasil. Tais indicadores justificam a inclusão do Baixo Araguaia no PTC em 2008 que, diante da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016, foi interrompido. Outro dado que justifica tal inclusão é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do TCBA, cuja média em 2000 era de 0,490 e em 2010 subiu para 0,665 (ATLAS, 2013), mas ainda assim permanecia aquém do índice geral do Brasil, que era de 0,727 (tabela 18).

Municípios e Brasil	IDH	
	2000	2010
Alto Boa Vista	0,496	0,651
Bom Jesus do Araguaia	0,429	0,661
Canabrava do Norte	0,486	0,667
Confresa	0,451	0,668
Luciara	0,534	0,676
Novo Santo Antônio	0,373	0,653
Porto Alegre do Norte	0,519	0,673
Querência	0,541	0,692
Ribeirão Cascalheira	0,492	0,670
Santa Cruz do Xingu	0,509	0,684
Santa Terezinha	0,481	0,609
São Félix do Araguaia	0,569	0,668
São José do Xingu	0,497	0,657
Serra Nova Dourada	0,498	0,664
Vila Rica	0,485	0,688
<b>Brasil</b>	<b>0,612</b>	<b>0,727</b>

Tabela 18 – Brasil e TCBA: Índice de Desenvolvimento Humano (2000 e 2010). Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013). Organização: Lourenço (2019).

Com relação aos indicadores econômicos, Querência é o município que apresenta o maior Produto Interno Bruto em 2016 (tabela 19). Observa-se que embora esse município seja o principal produtor de *commodities* dentre os quinze do TCBA, é a participação dos serviços o que contribui com mais de 50% no seu PIB, o que está intimamente relacionado às demandas da dimensão produtiva. Em segundo lugar está Confresa, que tem a maior relevância na participação industrial (13,53%), mas que também tem no setor de serviços a principal fonte de sua receita. Esses dois municípios cumprem uma função na divisão territorial do trabalho que está atrelada à “necessidade de enraizamento de alguns fixos e

fluxos de um circuito produtivo muito mais abrangente” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p.145). Neles se concentram lojas de máquinas, revendedoras de insumos agrícolas e empresas prestadoras de serviços que dão suporte à produção agrícola propriamente dita, fazendo desses municípios, referências no ramo de serviços agrícolas na região.

Município	Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)	Participação da agropecuária (%)	Participação da indústria (%)	Participação dos serviços (%)	Participação administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (%)
Querência	1 207 204	32,38	7,27	50,74	9,61
Confresa	701 685	18,97	13,53	42,9	24,61
São Félix do Araguaia	616 186	59,92	3,8	24,91	11,37
Vila Rica	451 828	31,98	4,26	32,11	31,65
São José do Xingu	299 264	61,47	3,44	22,45	12,64
Bom Jesus do Araguaia	260 037	65,94	4,31	14,36	15,4
Ribeirão Cascalheira	252 922	45,14	4,44	27,29	23,13
Porto Alegre do Norte	211 780	34,92	4,5	29,73	30,84
Canabrava do Norte	145 882	59,9	5,47	13,31	21,32
Santa Terezinha	134 449	45,36	3,12	14,3	37,22
Alto Boa Vista	106 462	31,56	3,68	26,71	38,05
Santa Cruz do Xingu	95 201	57,98	4,05	17,76	20,2
Serra Nova Dourada	36 497	47,13	3,09	13,77	36,01
Novo Santo Antônio	35 247	19,31	2,95	20,57	57,17
Luciara	28 557	23,19	3,2	22,04	51,56

Tabela 19 – Municípios: Produto Interno Bruto (PIB) e participação dos principais setores de atividades econômicas em 2016. Fonte: Sidra/IBGE (2018). Organização: Lourenço (2019).

São Félix do Araguaia aparece como o terceiro município mais desenvolvido economicamente, tendo as atividades agropecuárias como as mais relevantes para o PIB. O mesmo acontece com São José do Xingu, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte e Santa Cruz do Xingu, que tiveram mais de 50% do seu PIB, em 2016, proveniente do setor agropecuário. Observa-se que, nos municípios com menor PIB, como Novo Santo Antônio e Luciara, a participação do setor de serviços públicos é o principal responsável pela dinâmica econômica municipal que concentra sua população majoritariamente no perímetro urbano (gráfico 10).

### 4.2.3 Estrutura fundiária

De acordo com o relatório da OXFAM (2016), a América do Sul é uma das regiões que possuem maior concentração de terras no mundo, alcançando um índice de Gini de 0,85. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 demonstram que o Brasil mantém esta característica apresentando um coeficiente de Gini de 0,854. Estes mesmos dados revelam que Mato Grosso era o segundo estado com maior concentração de terras em 2006, atrás somente de Alagoas<sup>61</sup>. Seguindo o panorama estadual, o Território da Cidadania Baixo Araguaia já apresentava em 2006 elevada concentração de terras e este quadro pouco se alterou em 2017 (tabela 20).

Grupos de área	2006		2017	
	Número (%)	Área (%)	Número (%)	Área (%)
De 0 a menos de 100ha	56%	6%	63%	6%
100 a menos de 500ha	33%	14%	27%	10%
500 a menos de 1000ha	4%	6%	3%	4%
1000 a menos de 2500ha	4%	10%	3%	8%
De 2500 a menos de 10000ha	3%	25%	3%	23%
De 10000ha e mais	1%	40%	1%	49%

Tabela 20 - TCBA: índice de concentração de terras 2006/2017. Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017. Organização: Lourenço (2018).

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 é possível afirmar que houve um aumento de 7% das pequenas propriedades com até 100 hectares, que corresponde a 1.710 estabelecimentos. No entanto, a área de terra controlada por este estrato sofreu uma variação insignificante, de pouco mais de 80 mil hectares, sendo imperceptível em termos percentuais. Em contrapartida, o número das grandes propriedades com mais de 10 mil hectares cresceu de 98 para 133 (aumento de 36%), mas a área controlada cresceu 9%, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 916 520 hectares. Ou seja, cada estabelecimento deste estrato controla uma área aproximada de 22 mil hectares, enquanto que os 7.155 estabelecimentos de até 100 hectares detêm um terço da área controlada por 1% dos grandes estabelecimentos.

Os estabelecimentos formados por unidades com até 500 hectares representam 70% do total e controlam apenas 16% da área em 2017. Em 2006, esse estrato correspondia a 89% dos estabelecimentos, ocupando 20% da área. Já em relação às propriedades de 2500 hectares e mais, em 2006, elas representavam 4% das unidades produtivas e controlavam 65% da terra.

<sup>61</sup> Em 2006, o coeficiente de Gini para Alagoas era de 0,871 e de Mato Grosso era de 0,865.



No último censo, os mesmos 4% controlam 72% da área. Isso indica que há um aumento do tamanho dos estabelecimentos rurais nessa região, com poucas propriedades controlando a maior parte da área e com a diminuição da participação numérica e de área dos estabelecimentos de pequeno e médio porte.

A variação no número e na área controlada pelos estabelecimentos do primeiro e segundo estrato apresentados na tabela anterior é de particular importância, uma vez que os lotes dos assentamentos são de aproximadamente 100 hectares (tabela 21) e, portanto, sua variação pode ser entendida como um dos resultados da política de assentamentos.

Grupos de área	2006		2017		% (2006/2017)	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área
De 0 a menos de 100ha	5445	303861	7155	387392	31%	27%
100 a menos de 500ha	3215	724297	3140	619715	-2%	-14%
500 a menos de 1000ha	428	305040	396	276405	-7%	-9%
1000 a menos de 2500ha	344	554180	321	508834	-7%	-8%
De 2500 a menos de 10000ha	260	1317620	286	1416697	10%	8%
De 10000ha e mais	98	2114184	133	3030704	36%	43%

Tabela 21 – TCBA: variação do número e área dos estabelecimentos entre 2006 e 2017. Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017. Organização: Lourenço (2018).

A partir da análise da tabela anterior, no período compreendido pelos dois censos, o número de estabelecimentos com até 100 hectares aumentou 31% e a área obteve um incremento de 27%. No entanto, esse indicador apresentou uma maior variação no último estrato, aquele representado pelos estabelecimentos com 10 mil hectares e mais, aumentando 36% no que diz respeito às unidades e 43% no que se refere à área controlada.

Os estabelecimentos de 100 a 2500 hectares, representados pelos 2º, 3º e 4º grupos de área, diminuíram sua participação tanto em termos numéricos quanto de área, sendo que a maior modificação se deu no estrato de propriedades entre 100 e 500 hectares. Em relação ao estrato representado pelos estabelecimentos de 2500 a 10 mil hectares houve redução da área, porém em termos percentuais, o número permaneceu o mesmo de 2006. Em termos absolutos, isso representa um aumento de 26 estabelecimentos nesse estrato, passando de 260 em 2006 para 286 em 2017. Vale ressaltar que o maior incremento de área se deu no último estrato, o que indica que pode estar em curso um processo de concentração de terra nos grandes estabelecimentos através da incorporação de áreas correspondentes aos demais estratos que tiveram sua área reduzida.

Partindo para uma análise na escala municipal (tabela 22), é possível constatar que Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia, Luciara, Santa Cruz do Xingu e Novo Santo Antônio foram os municípios com maior variação positivas em termos numéricos no estrato de 0 a menos de 100 hectares. Representando as maiores variações negativas, ou seja, com maior redução no número de estabelecimentos com até 100 hectares, encontram-se os municípios de Alto Boa Vista e Vila Rica.

<b>Município</b>	<b>0 a 100 ha</b>	<b>100 a menos de 500ha</b>	<b>500 a menos de 1000ha</b>	<b>1000 a menos de 2500 ha</b>	<b>2500 a menos de 10000ha</b>	<b>10000ha e mais</b>
Alto Boa Vista	-26%	-81%	-84%	-86%	-	100%
Bom Jesus do Araguaia	135%	45%	-27%	0%	-8%	-27%
Canabrava do Norte	47%	1%	-19%	27%	-27%	50%
Confresa	53%	-18%	12%	-27%	-31%	33%
Luciara	128%	-4%	10%	14%	43%	-17%
Novo Santo Antônio	93%	-43%	60%	150%	100%	-
Porto Alegre do Norte	59%	-1%	-32%	-29%	-30%	0%
Querência	17%	13%	-29%	-16%	7%	14%
Ribeirão Cascalheira	43%	15%	38%	15%	41%	118%
São José do Xingu	35%	31%	27%	11%	9%	90%
Santa Cruz do Xingu	94%	93%	-17%	15%	57%	100%
Santa Terezinha	42%	25%	-17%	-9%	20%	0%
São Félix do Araguaia	3%	-10%	-12%	-37%	3%	43%
Serra Nova Dourada	217%	16%	-5%	-6%	-25%	-
Vila Rica	-22%	23%	6%	15%	27%	75%

Tabela 22 - TCBA: variação (%) do número dos estabelecimentos entre 2006 e 2017 por município. Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017. Organização: Lourenço (2018).

Apesar de Confresa não se destacar com uma ampla variação entre os dois censos, o acréscimo de 53% no estrato de 0 a 100 hectares equivale a 544 estabelecimentos, sendo este município o que mais possui propriedades com esta característica. Isso se deve ao fato de Confresa possuir quinze assentamentos, o maior número entre os municípios analisados. Assim, em 2017, Confresa possuía 1574 estabelecimentos com até 100 hectares numa área de pouco mais de um milhão de hectares. Em contrapartida, o município com menor número de estabelecimentos nesta escala é Novo Santo Antônio, com 87 unidades de 0 a 100 hectares no último censo.

Com relação aos estabelecimentos com mais de 10 mil hectares, as maiores variações positivas se deram nos municípios de Alto Boa Vista, Ribeirão Cascalheira, Santa Cruz do Xingu e São José do Xingu. Ao prosseguir essa análise com base somente nos números

percentuais, os valores absolutos podem ser camuflados, deixando de evidenciar importantes dados. Por exemplo, Alto Boa Vista viu o número de estabelecimentos com mais de 10 mil hectares aumentar em 100%, o que em termos absolutos significa que em 2006 tinha um estabelecimento nessa condição e em 2017 passou a ter dois. Já Santa Cruz do Xingu, que também teve a mesma variação, pulou de quatro para oito estabelecimentos desse porte. Destaca-se ainda Ribeirão Cascalheira que, além da alta variação, é também o município que mais tem estabelecimentos com mais de 10 mil hectares, com 24 estabelecimentos nessa condição. São Félix do Araguaia é o segundo, com 20 estabelecimentos de grande porte, seguido por São José do Xingu, com 19 unidades com mais de 10 mil hectares. As variações negativas ficam a cargo de Bom Jesus do Araguaia, que passou de 11 para oito unidades com mais de 10 mil hectares e Luciara, passando de seis para cinco estabelecimentos nessa condição.

Por último, é importante fazer uma rápida análise da variação da área dos estabelecimentos a nível municipal (tabela 23). Confresa viu a área dos estabelecimentos de até 100 hectares aumentar em 66%, o que representa um acréscimo de mais de 40 mil hectares. Em contrapartida, também aumentou a área dos estabelecimentos com mais de 10 mil hectares em 54%. Se analisarmos esse último dado juntamente ao da tabela anterior, que mostra que o número de estabelecimentos nesse estrato em Confresa aumentou 33% (o que em números absolutos representa um estabelecimento), pode-se inferir que esse estabelecimento controla uma área de 35 890 hectares.

<b>Município</b>	<b>0 a 100 ha</b>	<b>100 a menos de 500ha</b>	<b>500 a menos de 1000ha</b>	<b>1000 a menos de 2500 ha</b>	<b>2500 a menos de 10000ha</b>	<b>10000ha e mais</b>
Alto Boa Vista	-48%	-80%	-89%	-	-	-
Bom Jesus do Araguaia	156%	44%	-33%	7%	14%	-11%
Canabrava do Norte	8%	-5%	-16%	-7%	-20%	
Confresa	66%	-38%	11%	-26%	-17%	54%
Luciara	115%	-11%	9%	8%	14%	-30%
Novo Santo Antônio	-5%	4%	37%	141%	98%	-
Porto Alegre do Norte	42%	-34%	-31%	-24%	-32%	-
Querência	8%	3%	-33%	-17%	17%	12%
Ribeirão Cascalheira	85%	-8%	45%	7%	36%	93%
São José do Xingu	55%	26%	25%	-3%	2%	90%
Santa Cruz do Xingu	176%	49%	2%	40%	67%	150%
Santa Terezinha	20%	-10%	-17%	-10%	4%	-9%
São Félix do Araguaia	3%	-6%	-15%	-33%	0%	92%

Serra Nova Dourada	198%	40%	-9%	0%	-34%	-
Vila Rica	-25%	17%	2%	18%	0%	66%

Tabela 23 - TCBA: variação (%) da área dos estabelecimentos entre 2006 e 2017 por município. Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017. Organização: Lourenço (2018).

Destaca-se ainda Bom Jesus do Araguaia, Luciara, Santa Cruz do Xingu e Serra Nova Dourada, todos com aumento de mais de 100% na área dos estabelecimentos de até 100 hectares. Juntos, os 1207 estabelecimentos nesse estrato dos quatro municípios controlam uma área de aproximadamente 57 mil hectares. Em relação ao estrato com mais de 10 mil hectares, sobressaem Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu e São Félix do Araguaia com as maiores variações. Santa Cruz do Xingu aumentou em 150% a área nesse estrato, o que significa um aumento de 98846 hectares. Novamente, se analisarmos esse dado concomitante ao da tabela anterior, que nos mostra um aumento de 100% do número de estabelecimentos nesse segmento para este mesmo município, temos que cada um dos oito estabelecimentos desse estrato controla uma área de mais de 20 mil hectares. Merece destaque também o município de São Félix do Araguaia, que aumentou em 92% a área dos estabelecimentos com mais de 10 mil hectares, o que representa 317176 hectares.

#### 4.2.4 Valorização fundiária

Outro elemento importante nesta caracterização é referente ao preço da terra e suas variações nos últimos anos. Segundo Oliveira (2007), a terra adquiriu no Brasil, um caráter de reserva de valor sendo apropriada mais pelos seus fins especulativos do que não produtivos. De acordo com Delgado (2012), o preço que uma terra tem é definido pela soma capitalizada das rendas antecipadas, onde os elementos especulativos estão sempre presentes. Nas palavras desse autor, o preço da terra “é a expressão empírica da expectativa da renda da terra capitalizada, calculada pelos agentes de mercado em cada conjuntura” (DELGADO, 2012, p. 97). Quem também nos explica sobre a formação do preço da terra é Oliveira (2007)

Sob o modo capitalista de produção, o preço da terra é a renda capitalizada da terra e não capital. Quando, pois, os capitalistas compram a terra estão convertendo o seu capital-dinheiro em renda capitalizada da terra, renda antecipada, ou seja, estão adquirindo o direito de extrair renda, mesmo naqueles lugares onde aparentemente ela pode não existir. É o exemplo das terras sem nenhuma aplicação de capital, e mesmo daquelas que ainda não foram desbravadas e, no entanto, têm um preço (p.63).

Harvey (2013) afirma que a teoria da renda fundiária é um instrumento que explica como a terra é precificada, uma vez que ela não é uma mercadoria como as demais, ou seja, não é produto do trabalho humano. Segundo ele, “o que é comprado e vendido não é a terra, mas o direito à renda fundiária produzida por ela” (HARVEY, 2013, p.471). Neste sentido, os preços da terra não poderiam existir sem o poder monopolista da propriedade privada da terra e a capacidade de apropriação da renda que esse poder confere. Além disso, o preço da terra carrega consigo a temporalidade da acumulação e a especificidade dos valores de uso materiais distribuídos no espaço e, portanto, ligados a considerações temporais e espaciais dentro de uma estrutura singular definida pela lei do valor. Outro fator que influencia o preço final das terras é a suscetibilidade do preço das mercadorias produzíveis na terra, como as *commodities*, a incorporação de novas áreas e o aumento na disponibilidade de crédito rural (DELGADO, 2012).

A tabela a seguir dispõe sobre o preço das terras em alguns municípios do TCBA para os anos de 2013 e 2017 e a sua variação nesse período, revelando uma tendência ascendente no preço do hectare na região.

Município	Tipo de terra/Grupo de atividade	2013	2017	% (2013-2017)
Alto Boa Vista	Pastagem*	1367,00	3200,00	134%
Alto Boa Vista	Floresta Amazônica**	675,00	650,00	-4%
Confresa	Grãos***	6867,00	10500,00	53%
Confresa	Pastagem	4467,00	5500,00	23%
Querência	Grãos	11500,00	15000,00	30%
Querência	Pastagem	4917,00	9000,00	83%
Querência	Floresta Amazônica	1433,00	2000,00	40%
São Félix do Araguaia	Pastagem	1367,00	3200,00	134%
São Félix do Araguaia	Floresta Amazônica	753,00	800,00	6%
São José do Xingu	Grãos	6867,00	10000,00	46%
São José do Xingu	Pastagem	2833,00	3467,00	22%
São José do Xingu	Floresta Amazônica	1367,00	1200,00	-12%
Vila Rica	Pastagem	3567,00	4700,00	32%

Tabela 24 - TCBA: Evolução do preço da terra entre 2013 e 2017 (R\$/hectare). Fonte: Agriannual, 2018. Organização: Lourenço (2019).

\* Pastagem se refere à vegetação cultivada para alimentação animal.

\*\*Floresta Amazônica se refere às áreas de floresta que podem ser de difícil ou fácil acesso.

\*\*\*Grãos referem-se à área cuja ocupação do solo ocorre com mais de um tipo de cultivo.

Nota-se que houve elevação no preço das terras em praticamente todos os municípios analisados, com aumentos mais expressivos nas áreas de pastagem e de grãos, ou seja, áreas já

disponíveis para o cultivo de *commodities*. Segundo Sauer e Leite (2011), o aumento do preço das terras, além de provocar disputas territoriais, tem impactos em diversas políticas, especialmente agrárias, o que dificulta a criação de assentamentos diante do encarecimento da expropriação.

Ainda com base na tabela anterior é possível inferir que, em geral, nas áreas onde o bioma amazônico é predominante há baixa valorização e, no caso de Alto Boa Vista e São José do Xingu, até uma considerável desvalorização no preço do hectare, o que pode estar relacionado à necessidade de desmatamento para abertura de novas áreas para a produção de *commodities*. Ainda assim, tais terras possuem seu preço pela renda antecipada que elas podem prover. No entanto, esse quadro não deve ser generalizado, considerando a valorização de 40% do preço da terra de floresta em Querência, município de grande importância no agronegócio na região. Convém mencionar a superioridade do preço das terras com grãos em relação às demais. As terras já aptas para esse cultivo valiam, em média, R\$11 833 mil reais/hectare, diferentemente de terras com pastagem e de floresta, cujo preço médio era de R\$3371 reais/hectare em 2017. Todavia, são as áreas de pastagem aquelas que obtiveram maior valorização no período em questão.

O encarecimento das terras também é um fator que estimula o arrendamento que, segundo Reydon e Plata (2006), é uma forma de se extrair a renda fundiária, onde os capitalistas que não possuem terras aplicam capital para colocá-las a produzir. De acordo com o IBGE, em 2017 existiam em todo o TCBA 348 estabelecimentos agropecuários que possuíam áreas arrendadas, um aumento de 749% em relação a 2006, cujo total das áreas arrendadas era de mais de 535 mil hectares (CENSO, 2017). Querência destaca-se com 90 unidades nessa condição, o que equivale a 117 220 ha. Diante do histórico desse município e do seu direcionamento produtivo, podemos pressupor que grande parte desses arrendamentos seja destinada à produção de soja. Em segundo lugar aparece Ribeirão Cascalheira, seguido por Bom Jesus do Araguaia, com 68 e 38 estabelecimentos com terras arrendadas, respectivamente.

Existem diversos tipos de arrendamento, dentre eles o arrendamento revertido que, conforme Reydon e Plata (2006), se refere ao arrendamento de terras de pequenos produtores a grandes empresas ou produtores. Isso acontece, porque, muitas vezes, estes proprietários não possuem condições financeiras e técnicas para assumirem os custos de uma produção agrícola (fertilizantes, maquinário, mão de obra etc.) e arrendam suas terras ou firmam contratos de parcerias com outros atores a fim de torná-las produtivas. Ainda de acordo com esses autores, “os contratos de arrendamento e/ou parceria acontecem em um ambiente de

informação assimétrica e apresentam problemas de risco moral e seleção adversa” (REYDON e PLATA, 2006, p.229), ou seja, são elementos que estão circunscritos numa relação de poder entre arrendantes e arrendatários, na qual aqueles que possuem mais informações e conhecimento conseguem controlar e influenciar os processos em razão dos seus interesses. Informações obtidas em campo confirmam que a prática do arrendamento revertido é uma realidade no TCBA, sobretudo nos assentamentos de Querência, onde, segundo Barbieri (2017), o arrendamento da soja representa 58% da área dos assentamentos distribuídos entre arrendamentos exclusivamente internos, mistos ou exclusivamente externos aos PAs<sup>62</sup>.

De acordo o IMEA-MT, em março de 2019 o arrendamento custava na planilha de custo de produção da soja R\$ 132,34 R\$/ha na região nordeste de MT<sup>63</sup>, o que equivale a 3,41% do custo total da produção, igual a R\$3.874,70. Enquanto isso, para Mato Grosso em geral esse valor era superior, custando R\$139,20 R\$/ha. Segundo o entrevistado 28, na região do TCBA, a produtividade média é de 55 a 60 sacas de soja, sendo o custo de produção para o produtor com área própria de 45 sacas, e para o produtor arrendatário de 53 sacas, ou seja, oito sacas a mais de soja para pagar o arrendamento, o que reduz significativamente a margem do lucro final desses produtores.

#### **4.2.5 Formas de acesso à terra, assentamentos e titulação**

Das principais formas de acessar a terra, a ocupação é uma das mais utilizadas pelos trabalhadores sem terra (FERNANDES, 2001), o que faz da posse um importante mecanismo de resistência ao alcance desses atores. Ferreira, Fernández e Silva (1999) e Moreno (2007), em estudos sobre os assentamentos de Mato Grosso comentam que essa estratégia foi a causa da implementação dos assentamentos pelo INCRA, que o fez a partir de instrumentos do I PNRA, quando as famílias já estavam instaladas nas áreas e com seus lotes demarcados. Segundo Moreno (2007), o Projeto de Assentamento (PA) foi – e é - apenas uma das formas utilizadas pelo INCRA para implementar os projetos de colonização oficiais,

---

<sup>62</sup> Um arrendamento interno refere-se ao assentado que arrenda lotes dentro do mesmo PA. O arrendamento misto é quando um assentando arrenda lotes dentro e fora do seu PA de origem e, por último, o arrendamento externo acontece quando o assentado cede a terra, mediante pagamento de aluguel, para sojicultores externos ao PA.

<sup>63</sup> Composto por 22 municípios, a saber: Água Boa; Alto Boa Vista; Bom Jesus do Araguaia; Campinápolis; Canabrava do Norte; Canarana; Cocalinho; Confresa; Gaúcha do Norte; Luciara; Nova Nazaré; Nova Xavantina; Novo Santo Antônio; Porto Alegre do Norte; Querência; Ribeirão Cascalheira; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; São Félix do Araguaia; São José do Xingu; Serra Nova Dourada; Vila Rica. Trata-se da divisão utilizada pelo IMEA/MT.

sobretudo a partir da década de 1980. Ao lado dessa forma também eram utilizadas o Projeto de Assentamento Rápido (PAR), o Projeto de Ação Conjunta (PAC) e o Projeto Especial de Assentamento (PEA). O PA, no entanto, diferia dos demais por ser implementado em áreas de conflito já ocupadas por posseiros. Assim,

“(...) cabia ao INCRA consolidar essas ocupações, integrando-as na região de sua localização para emancipação do projeto em curto prazo, com a implementação da infraestrutura já existente e com a regularização das parcelas, redimensionando-as para o recebimento de trabalhadores rurais sem terra” (MORENO, 2007, p.167).

Em diversas ocasiões durante o trabalho de campo, foi relatado que esse processo também se deu no TCBA, como no caso do entrevistado 01, que chegou na região em 1993 e “encontrou ocupações em áreas de grilagem e comprou o direito de posse de uma fazenda já mansa<sup>64</sup>”. Porém, segundo o entrevistado 26, para alguns assentados “as ocupações são consideradas movimentos de vagabundos”, o que pode ser fruto da origem desses assentados e da própria história do assentamento. Segundo ele, no município de Querência esse processo seu deu a partir do fracionamento das fazendas e da distribuição aleatória das terras, o que difere da origem dos assentamentos de São Félix do Araguaia, onde as ações da Prelazia no movimento de luta pela terra foram determinantes para a organização das ocupações. Nas palavras dele, “o que teve aqui [em Querência] foi cortar fazenda e dizer ‘ô fulano, você quer um pedaço de terra?’” (entrevistado 26).

De acordo com os dados apresentados no gráfico abaixo, a compra particular é a principal forma de obtenção da terra (60%), seguida pela titulação ou licença de ocupação por reforma agrária (20%) e da posse não titulada (10%).

---

<sup>64</sup> Área já aberta, desmatada.



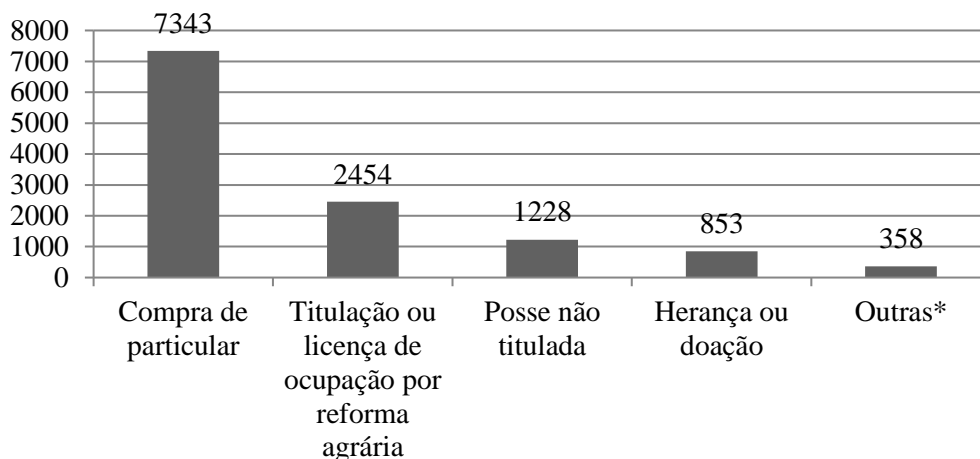


Gráfico 12– TCBA: Número de estabelecimentos por forma de obtenção. Fonte: Censo Agropecuário, 2017. Organização: Lourenço (2018)

\*Outras se refere à Concessão de direito real de uso (licença de ocupação), Concessão de terra indígena, Usucapião e não sabe.

Interessante observar que a compra de particular é também a forma mais utilizada dentro dos assentamentos, segundo entrevistas de campo. Quando questionado sobre a possibilidade de comprar um lote no PA Dom Pedro, o entrevistado 20 responde da seguinte forma: “é só você ter dinheiro”. Em muitos casos, a venda se refere às benfeitorias já realizadas no lote concomitante à transferência dos direitos de usufruto, mas na perspectiva do entrevistado 46, o que se vende mesmo é a terra.

*“No fundo, no fundo é a terra sim. Porque pelo valor que ele vende (...) hoje eu tava com um contrato aqui, o cara vendeu quatro hectares por 500 mil reais. Aqui, perto da cidade. 500 mil, 1 milhão, 300 mil é o mínimo. (...) É ilegal, mas aqui no Incra pára tudo. É aí que eu te falo que a situação ficou incontrolável” (entrevistado 46).*

Nota-se que o entrevistado ainda reconhece que é de conhecimento do Incra esse comércio de lotes dentro dos assentamentos, o que, por sua vez, não é viável de ser impedido diante da falta de estrutura e recursos do Incra. Em outra ocasião, a entrevistada 19 explica um pouco melhor a realidade dos assentamentos:

*“Os assentamentos têm rotatividade de pessoas. Então no momento que você tem uma família já bastante abastada, com seus plantios, com a criação de gado, daqui a pouco você encontra um que acabou de chegar, que ainda tá começando. [...]*

*A rigor, quando as pessoas recebem uma terra do INCRA, a ideia é que a terra fosse pra família e que fosse feita a sucessão geracional. Mas não é bem assim que acontece. Existem trocas, existem venda e aí às vezes as pessoas vendem por preços bastante baixos, porque é errado pensar que só quem compra é o grande, ou aquele*

*que tem dinheiro. Às vezes as pessoas negociam e comercializam essas terras e trocam elas a valores bastante cômodos, assim. Eu, por exemplo, meu carro é um fiat velho de 2012, você sabia que eu já recebi proposta? Eu não tenho terra no meu nome, meu pai tem uma roça, ele é posseiro, mas eu já tive proposta assim: “eu te dou a minha terra em troca do teu carro”. Mas o meu uno não vale nem 15 mil mais. Entendeu?! Imagina uma terra que valeria 150 mil, 200 mil, tem pessoas que propõe isso pra você. Quer dizer: é por isso que outras pessoas que são até trabalhadores rurais ou que são pobres, pessoas em situação de vulnerabilidade, podem comprar uma terra. Algumas pessoas nessas regiões possuem um uno velho de 2012 que podem trocar. Essa barganha existe” (Entrevistada 19).*

Ao todo, existem 70 assentamentos no TCBA<sup>65</sup> que ocupam uma área de 1 325 148 ha, território de mais de 15 mil famílias. Os primeiros foram criados em 1987 e o último em 2012 (gráfico 13).

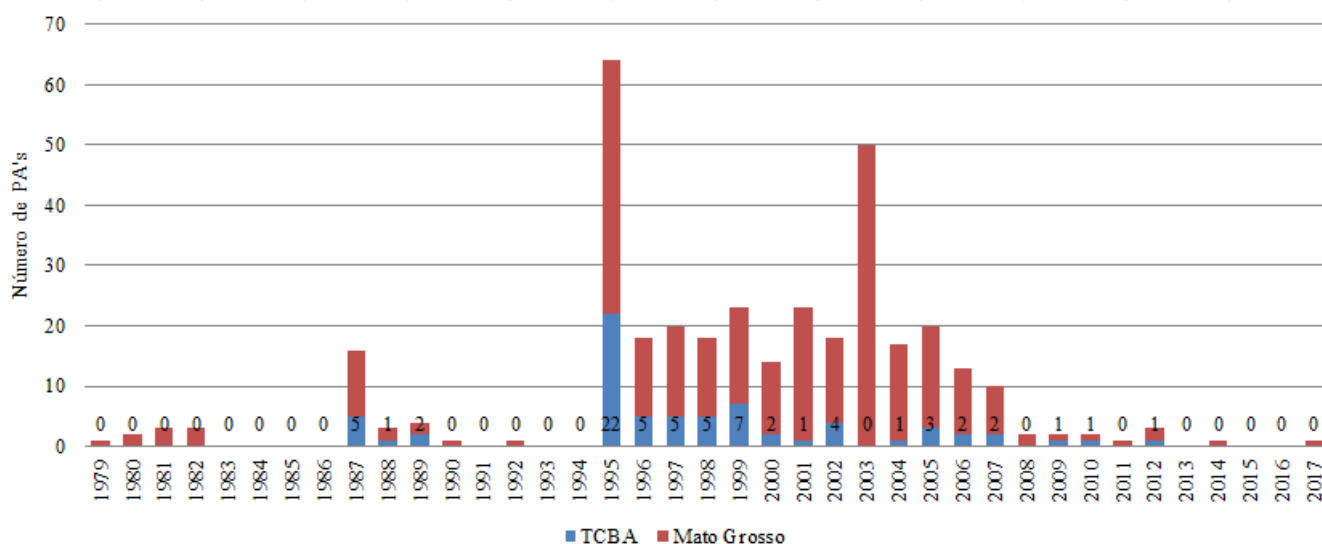


Gráfico 13 – Mato Grosso e TCBA: projetos de assentamentos criados de 1979 a 2017. Fonte: INCRA, 2017. Organização: Lourenço (2019).

O ano de 1995 foi o que mais se criou assentamentos neste território, com 22 PA's ao todo, seguindo o movimento nacional de aumento no número de criação de assentamentos demonstrado no capítulo 2. No tocante ao número de famílias nos assentamentos, o PA Macife, em Ribeirão Cascalheira, é o maior, com 1149 famílias residentes, e o menor é o PA Xavantinho, localizado no município de São Félix do Araguaia, que abriga 17 famílias (INCRA, 2017). Verifica-se no gráfico 14 um predomínio das fases iniciais de implementação dos assentamentos, ou seja, Fase 03 (54%) e Fase 04 (17%), o que corresponde a 50 assentamentos. Apenas quatro assentamentos constam como pertencentes à Fase 07: PA Porto

<sup>65</sup> A listagem completa com os assentamentos, municípios, data de criação, forma de obtenção e famílias encontra-se no anexo I.

Esperança (Confresa), PA Coutinho União (Querência), PA Azulona Gameleira (São Félix do Araguaia) e PA Yamin (São José do Xingu). Esse cenário condiz ao disposto gráfico 06 (página 73) que revela que 38% dos assentamentos do país estão na fase mais incipiente de implementação.

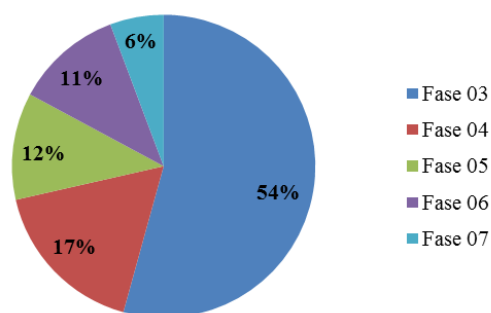


Gráfico 14 – TCBA: fases de implementação dos assentamentos. Fonte: INCRA, 2017. Organização: Lourenço (2019).

No entanto, foi possível constatar em campo que, atualmente, o maior desafio enfrentado pelos assentados é a permanência na terra por diversos motivos, sendo um deles a titulação. De acordo com dados do INCRA, dos 70 assentamentos do TCBA, em cerca de 63% é possível encontrar famílias com algum tipo de titulação (Contrato de Concessão e Uso e/ou Título Domínio). Até o ano de 2017 foram emitidos 3833 títulos, ou seja, menos de 25% das famílias do TCBA são tituladas. Desse total de títulos, 616 corresponde ao TD, dos quais 86% foram emitidos em 2017, o que pode ser um desdobramento da lei 13.465/2017 que dispõe sobre o aceleração da titulação definitiva nos assentamentos.

A falta de titulação da terra aparece nas falas dos entrevistados como um dos principais empecilhos ao acesso aos créditos para fomentar a produção, seja ela voltada para a produção de *commodities* ou para a produção de cultivos tradicionais da agricultura familiar. A titulação ainda adquire diferentes significados para as famílias, e pode ser usada como meio de valorização da terra ou como segurança jurídica para a família, como revela a fala do entrevistado 46: “*eu acredito que as pessoas vão ficar mais seguras tendo os títulos. As exceções existem. Um ou outro vai vender, vai. Mas aquelas pessoas que tem raízes aqui, de 30 anos, essa aí não vende não*”. Nota-se que ele associa diretamente a finalidade dada ao título ao vínculo territorial e de apropriação que as famílias possuem com a região, fator este considerado fundamental para o fortalecimento do assentamento. Duas assentadas do PA

Dom Pedro afirmam, no entanto, que não há vistoria do Incra para a realização da titulação das famílias. A entrevistada 8 afirma que nesse assentamento, “ninguém tem título” porque “o Incra não aparece aqui há mais de 12 anos”, o que é complementado pela 45, que ainda associa a terra ao meio de sobrevivência das famílias que dela necessitam.

*Ainda não foi passada uma vistoria pra poder saber quem se enquadra, porque apenas 40% dos que estão lá se enquadra dentro do projeto de assentamento da agricultura familiar. Apenas isso. Os demais são fazendeiros, pecuaristas, pessoas que nada tem a ver com o vínculo da terra. Não querem a terra pra sobreviver, eles querem pra enricar. Eu acredito que esse projeto não é pra enricar, é pra você sobreviver muito (entrevistada 45).*

Nesse sentido, pode-se afirmar que a titulação é uma questão importante para os assentados e um gargalo na atuação do Incra que, sem recursos, fica com sua atuação reduzida a processos burocráticos.

#### **4.2.6 A dimensão logística**

É recorrente durante os trabalhos de campo a reclamação de que a maior dificuldade enfrentada na região é a falta de logística, sobretudo quando se refere às condições das estradas. Além das estradas estaduais, as duas principais rodovias federais que passam no TCBA são a BR-158 e a BR-242, ambas com trechos não asfaltados. O término do asfalto na BR-158 é na localidade conhecida como Alô Brasil, em Bom Jesus do Araguaia (figura 9), próximo ao entroncamento com a MT-433, que passa por Serra Nova Dourada, até encontrar a BR-242 em Alto Boa Vista, que segue até São Félix do Araguaia sem pavimentação.



Figura 9– BR-158: fim do trecho pavimentado em Alô Brasil (Bom Jesus do Araguaia). Fonte: Lourenço (2018).

A pavimentação de aproximadamente 130 km da BR-158 até Porto Alegre do Norte é particularmente problemática devido à presença da, já regularizada, Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé, da etnia Xavante, que ocupa uma área de mais de 160 mil hectares. Atualmente, a TI tem uma população total de 2.427 habitantes distribuídas em cinco aldeias (FUNAI, 2019).

De um lado, defendendo a pavimentação completa desse trecho, inclusive os 40 km da TI, encontram-se os produtores rurais, empresas e boa parte da população, sobretudo residentes de Alto Boa Vista, que se sentem particularmente atingidos pelo processo de desinvasão dessa TI, concluído em 2013. A justificativa para essa defesa é que a falta de pavimentação encarece o custo e dificulta o escoamento da produção, já que o frete é um componente muito significativo dos custos finais de grãos sólidos agrícolas, por serem produtos de baixo valor agregado e grande volume (CASTILLO, 2004). Informações obtidas durante trabalhos de campo indicam que aproximadamente 90% da soja produzida no TCBA são escoadas pelo Porto de Itaqui (Maranhão) e pelo Porto de Barcarena (Pará) e, para chegar até eles, os caminhões atravessam todo o trecho sem asfalto da BR-158, o que significa um encarecimento do frete e também um maior tempo de deslocamento até os portos. Tal situação

ainda se agrava nos períodos de chuva devido à lama que se acumula na estrada. De outro lado, encontram-se os indígenas, movimentos sociais e a FUNAI, que reivindicam que a pavimentação contorne a TI, já que temem que, com o asfaltamento, o fluxo de caminhões carregados com grãos aumente, gerando insegurança e mais impactos ambientais neste trecho.

O trajeto entre Alô Brasil e São Félix do Araguaia, seja pela MT- 433 ou pela BR-242, é desprovido de pavimentação, sendo asfaltado apenas nos núcleos dos centros administrativos dos municípios (Serra Nova Dourada, Alto Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia). Esse trecho possui diversas pontes de madeira em precárias condições, por onde passam os fluxos de carros, ônibus e caminhões, mas em menor intensidade do que é registrado na BR-158. Partindo de Ribeirão Cascalheira, a viagem até São Félix do Araguaia, que se encontra às margens do Rio Araguaia, dura aproximadamente sete horas de ônibus e, no caminho, é possível observar a distribuição espacial de alguns assentamentos, com lotes distantes uns dos outros, o que dificulta a comunicação e vivência coletiva.

As precárias condições das estradas, juntamente com as distâncias, também influenciam diretamente na vida nos assentamentos, pois aumenta o valor dos alimentos e produtos vendidos nos mercados locais também consumidos pelas famílias assentadas como uma forma de complementar a alimentação, uma vez que dificilmente a produção agropecuária dos lotes consegue satisfazer todas as necessidades do consumo familiar (RAMOS, 2006). Encarece, também, o escoamento dos produtos que poderiam gerar renda para os assentados, esforço que vem sendo, por exemplo, realizado pela Araguaia Polpa de Frutas em São Félix do Araguaia e que será discutido no capítulo 4.

Contudo, conforme afirma Castillo (2007), a infraestrutura rodoviária é apenas um componente do que se convencionou chamar de logística, que deve ser entendida como um

conjunto de competências infraestruturais (transportes, armazéns, terminais intermodais, portos secos, centros de distribuição etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público/privadas, agências reguladoras setoriais, tributação etc.) e estratégicas (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que, reunidas num subespaço, podem conferir fluidez e competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos (CASTILLO, 2007, p. 22-23).

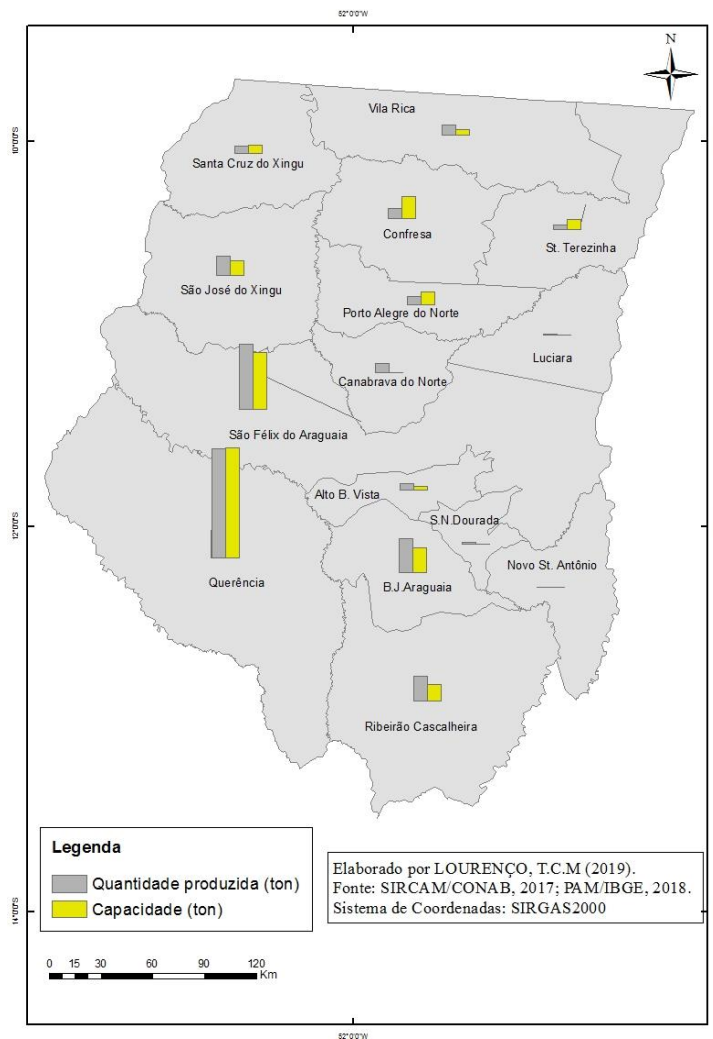
Nesse sentido, devemos analisar esse gargalo logístico também em outras dimensões, sendo uma delas a capacidade de armazenagem de grãos da região. Essa técnica cumpre duas importantes funções na cadeia produtiva da soja: i) possibilita a venda do produto em melhores épocas para sua comercialização (melhores preços e menores custos com transporte); e ii) evita o congestionamento da cadeia em períodos de safra, especialmente nos

portos. Segundo o IMEA-MT, em janeiro de 2019 o armazenamento representou aproximadamente 1% no custo da produção da soja transgênica e convencional na região nordeste de MT, o que significa respectivamente 35,26R\$/ha e 34,19R\$/ha<sup>66</sup>.

De acordo com dados da CONAB, existem 113 unidades armazenadoras (UA's) de grãos cadastradas no TCBA, entre armazéns convencionais e estruturais, armazéns graneleiros e granelizados e silos, com capacidade para armazenar mais de três milhões de toneladas (CONAB, 2019). Destaca-se o município de Querência, que possui um total de 40 UA's (21 baterias de silos, 14 graneleiros, três silos e dois chapéu-chinês) e Confresa, que possui o menor número, com apenas quatro unidades cadastradas (duas baterias de silos e dois graneleiros). Canabrava do Norte, Luciara, Novo Santo Antônio e Serra Nova Dourada não possuem nenhuma UA, segundo a CONAB. O mapa a seguir apresenta a relação entre capacidade de armazenagem e quantidade produzida nos municípios do TCBA (mapa 4).

---

<sup>66</sup> A média para o estado de MT é de 28,70R\$/ha (soja transgênica) e 24,64 R\$/ha (soja convencional).



Mapa 4– TCBA: capacidade de armazenagem (ton) x quantidade produzida (ton) em 2017.

Se levarmos em consideração a quantidade produzida apenas de soja, ou seja, excetuando outros grãos, como o milho, houve um déficit de armazenagem de aproximadamente 277 mil toneladas em 2017 no TCBA (IBGE, 2017). É possível inferir, através do mapa, que a distribuição espacial dos armazéns é geograficamente concentrada em São Félix do Araguaia e Querência, que já estão no limite da capacidade de armazenamento. Contudo, observa-se que Confresa, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha e Santa Cruz do Xingu ainda não atingiram o máximo da sua capacidade de armazenamento, o que pode ser indicativo do avanço da fronteira agrícola para esses municípios que, no entanto, deverão sofrer mudanças para suportar o ritmo de crescimento da produção, já que a insuficiência de armazéns além de impedir que os produtores negociem melhores preços para seus produtos, gera insegurança para o produtor e reduz a competitividade da região.

Dito isso, entendemos que para o agronegócio fortalecer sua territorialização e conseguir projetar no espaço seu poder será necessário que essas formas sejam



constantemente instaladas e renovadas para possibilitar a produção agrícola e o movimento da fronteira e, tal processo é de suma importância, já que o uso de capital fixo<sup>67</sup> é fundamental para a circulação do capital e fluidez do espaço (SANTOS, 2014; HARVEY, 2013). Durante os trabalhos de campo, foi possível visitar algumas fazendas produtoras de grãos na região e visualizar *in loco* os silos para a armazenagem dos grãos (figura 10) e, em uma fazenda em São José do Xingu, pode-se presenciar a construção de dois silos particulares que, segundo o produtor, teriam capacidade para armazenar 300 mil toneladas de grãos, revelando a adequação espacial para o avanço da fronteira.



Figura 10– São José do Xingu: bateria de silos para armazenagem dos grãos. Fonte: Lourenço (2016).

O maquinário agrícola é outra dimensão da logística que deve ser levada em consideração. Desde a preparação do solo até a colheita dos grãos, as máquinas são utilizadas, tanto por produtores mais capitalizados e empresas quanto por agricultores familiares dos assentamentos. Segundo Aracri (2012), antes da inserção dessas inovações mecânicas, a área total da produção era limitada pela disponibilidade de mão de obra, o que se modifica com a chegada, sobretudo a partir de meados da década de 1990, de uma ampla variedade de máquinas como plantadeiras, distribuidoras de calcário (que ajuda na correção química do solo), colheitadeiras, tratores, pulverizadores e etc., que inserem um novo uso do tempo e da terra (SANTOS e SILVEIRA, 2011). Insere também a necessidade de um novo

---

<sup>67</sup>Como bem apontado por Harvey (2013, p.282-283), “o capital fixo não é uma coisa, mas um processo de circulação do capital através do uso de objetos materiais, como as máquinas. (...) O capital fixo não pode ser definido independentemente do uso que é dado aos objetos materiais. Apenas os instrumentos de trabalho realmente utilizados para facilitar a produção de mais-valor são classificados como capital fixo”.

perfil de mão de obra mais qualificado e que esteja apto a operar máquinas cada vez mais modernas (NIERDELE e WESZ Jr, 2018).

O uso do maquinário agrícola permite acelerar o ritmo da produção, cobrindo uma área maior, mas que continua dependente de fatores climáticos. No TCBA é perceptível nos relatos a preocupação entre os pequenos agricultores de plantar “na primeira chuva do ano”, ou seja, no início do período das chuvas (setembro/outubro), mantendo um saber local que conhece as dinâmicas climáticas da região. Ainda assim, de 2006 a 2017, houve um significativo aumento de 175% no número de máquinas agrícolas (gráfico 15).

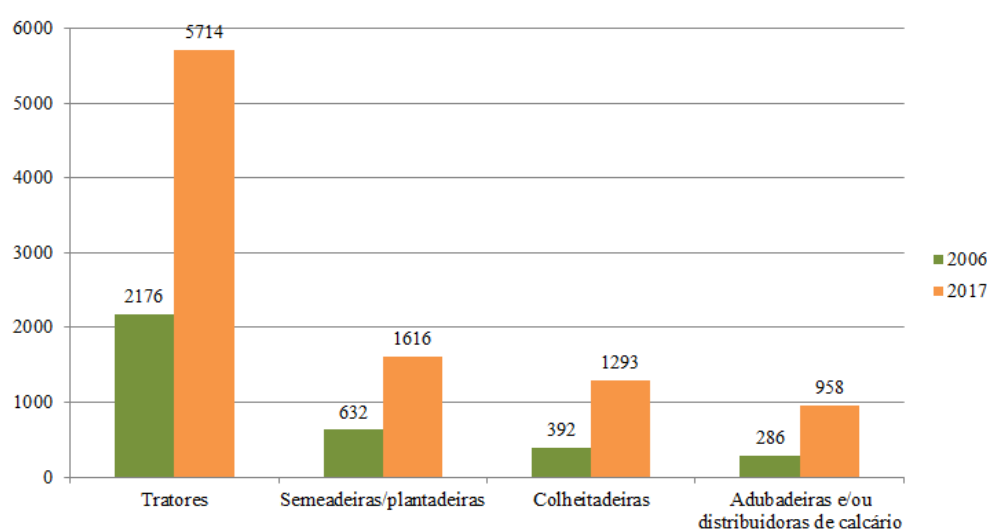


Gráfico 15 – TCBA: número de máquinas por tipo (2006 e 2017). Fonte: Censo Agropecuário (IBGE) 2006 e 2017. Organização: Lourenço (2019).

Em termos relativos, o maior crescimento se deu no ramo das adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário (235%), seguido das colheitadeiras (230%). O número de tratores cresceu 163%, mas representa o maior volume de equipamentos, com 5714 unidades no TCBA (IBGE, 2017). Se compararmos a evolução do número de máquinas dos três maiores produtores de soja da BR-158 (Bom Jesus do Araguaia, Querência e São Félix do Araguaia) e da BR-163 (Nova Mutum, Sorriso e Lucas do Rio Verde), observamos que o crescimento na primeira região foi muito mais elevado, característica de uma fronteira em movimento. Enquanto que nos municípios citados da BR-163 o aumento foi da ordem de 20% (de 8001 a 9584 unidades), nos municípios da BR-158 esse aumento foi de 121% (o que representa 2313 unidades a mais) (IBGE, 2017), o que nos leva a concluir que na BR-163 há uma consolidação da fronteira, diferentemente do que ocorre nos municípios da BR-158.

Contudo, a possibilidade de acesso ao maquinário não é equânime e um dos principais motivos para isso é o elevado custo desses equipamentos, o que restringe o seu acesso para boa parte dos agricultores familiares dos assentamentos. De acordo com dados da CONAB, o preço comercializado de uma colheitadeira John Deere em valores correntes de dezembro de 2018 podia variar de 583 mil reais a mais de um milhão de reais.<sup>68</sup> Já os pulverizadores registravam preços entre 400 e 900 mil reais (CONAB, 2019). Além do custo de compra, existe o custo de manutenção desses equipamentos que, na região nordeste de MT, equivale a 132,54R\$/ha<sup>69</sup> (IMEA, 2019). Esses valores fazem com que a compra de um maquinário próprio dos assentados seja uma realidade muito distante para a maioria deles, embora seja almejada como uma forma de aumentar a produção e a renda familiar. Essa dimensão da logística é relevante para a análise dos assentamentos, pois a nosso ver, o desigual acesso às condições produtivas é um dos fatores que fazem com que os assentados se tornem atores desterritorializados na imobilidade, o que será discutido no capítulo 4.

Um último aspecto que merece destaque nessa caracterização da dimensão logística do TCBA é referente à aviação agrícola, ramo que vem crescendo em todo o país. Embora a pulverização terrestre ainda seja a mais recorrente, no ano de 2012 cerca de 70 milhões de hectares de terra foram pulverizados por aviões no Brasil, segundo o relatório da Human Rights Watch (2018). Dentre as vantagens dessa prática em relação à pulverização terrestre estão: maior rapidez, permite a pulverização quando o solo está encharcado e redução da perda de produtividade pelo amassamento (EMBRAPA, 2017). Contudo, a principal desvantagem é a maior deriva de agrotóxicos, ou seja, a parte da aplicação que não atingiu o local desejado e se dispersou para outras localidades através do vento e da evaporação e que apresenta riscos à saúde humana e ao meio ambiente (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018).

Dados do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG, 2018) indicam que, em 2010, a frota aeroagrícola nacional era de 1560 aeronaves e em 2018 passou para 2194, ou seja, um aumento de 41% em oito anos. A frota de aeronaves em Mato Grosso corresponde a 22% do total da frota nacional, o que significa 494 unidades, sendo o estado líder no número de aviões agrícolas (SINGAG, 2018). De acordo a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em 2019, cerca de 251 empresas de aviação agrícola estavam

---

<sup>68</sup> Conforme Nierdele e Wesz Jr (2018), o segmento das colheitadeiras é extremamente concentrado no país, sendo controlado por principalmente duas empresas: a CNH (fusão entre a Case IH e Aa New Holland) que controlou 47,5% da venda nacional de colheitadeiras em 2016; e a John Deere, responsável por 42,4% da venda deste maquinário no mesmo ano.

<sup>69</sup> Dados referentes ao mês de janeiro de 2019. A média do custo da manutenção de maquinários em MT é de 114,94R\$/ha.

cadastradas junto ao órgão para atuar no país, sendo que 31 delas possuíam sede em Mato Grosso, concentrando-se em Primavera do Leste (6) e Tangará da Serra (5).

No entanto, no recorte do TCBA, encontra-se apenas a empresa Redex Agrícola LTDA, que possui sede em Querência e conta com três aeronaves autorizadas a realizarem aplicação de sólidos e líquidos (ANAC, 2019). Tendo em vista o aumento da produção e da área plantada a cada safra, é pertinente considerar que a pulverização aérea está em vias de crescimento na região e que, embora só exista uma empresa cadastrada no TCBA, outras empresas com sede em cidades próximas, como Barra do Garças, Cocalinho e Água Boa, podem igualmente realizar esse serviço nas lavouras do TCBA. Além disso, os dados referem-se unicamente a empresas que realizam esse tipo de serviço, o que não impede que as fazendas possuam aviões próprios para essa prática. Assim, ainda que os dados indiquem um gargalo nesse tipo de serviço, informações obtidas em campo mostram que essa prática é recorrentemente utilizada no TCBA, o que torna importante a sua apresentação nessa caracterização por ser um dos fatores que consideramos relevantes para promover a desterritorialização na imobilidade dos assentados.

#### **4.3 A territorialização dos sistemas produtivos no TCBA**

Entendemos por territorialização como sendo “um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço” (SOUZA, 2013, p.102). Tal processo é feito a partir de um “conjunto de ações, de técnicas e de dispositivos de ações e informações que molda a natureza ou o significado de um ambiente material para se adequar a um projeto territorial” (DEBARBIEUX, 2009, p.29). Nesse sentido, consideramos que os cultivos agrícolas de cada modelo de agricultura cumprem uma função política ao delimitar o território, seja dos assentamentos, seja das fazendas produtoras de *commodities*. Além disso, a espacialização desses cultivos representa uma forma de apropriação material e simbólica do território e permite análises históricas do movimento da fronteira agrícola, o que nos aproxima da perspectiva de Saquet (2008), que afirma que “a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional” (SAQUET, 2008, p.83). Conforme nos lembra Guibert *et al* (2011, p. 16), “a relação do homem com o território não é somente a relação de um ator e um espaço, é a relação de um ator e outro ator no espaço”. Sendo assim, esse item tem como objetivo caracterizar os cultivos tradicionais da agricultura familiar e do agronegócio e apresentar a sua territorialização do TCBA.

### 4.3.1 A territorialização da agricultura familiar

Conforme vem sendo mostrado ao longo desta tese, entendemos que a agricultura familiar é fundamental na ocupação e dinâmica do meio rural brasileiro, sobretudo em regiões de avanço da fronteira agrícola, onde sua territorialização é reveladora de um “amplo processo de rearticulação da sociedade e do espaço pelo capital” (BECKER, 2015, p. 22). De acordo com a tabela a seguir, nota-se que alguns de seus cultivos tradicionais como banana, mandioca e arroz vêm reduzindo sua participação, tanto em termos de área plantada quanto de quantidade produzida no TCBA, desde os anos 2000.

Produto	Área plantada (ha)			Quantidade produzida (ton)		
	2000	2017	% (2000 - 2017)	2000	2017	% (2000 - 2017)
Banana*	14 376	160	-99%	6 691	940	-86%
Abacaxi**	77	135	75%	1 165	2 200	89%
Feijão	200	13 905	6 853%	90	12 317	13 586%
Mandioca	8 520	4 345	-49%	97 440	61 800	-37%
Palmito	0	62	s.d	0	186	s.d
Arroz	35 812	10 720	-70%	80 472	32 342	-60%

Tabela 25– TCBA: área plantada e quantidade produzida de produções agrícolas entre 2000 e 2017. Fonte: PAM/IBGE, 2000 e 2017. Organização: Lourenço (2019).

\* A quantidade produzida da banana em 2000 é mil cachos. De 2001 em diante é toneladas. Excepcionalmente nesse produto, o ano de início representado na tabela é 2001.

\*\* A quantidade produzida de abacaxi é expressa em mil frutos.

De 2001 a 2010 há registros de área plantada de arroz em todos os municípios do TCBA. Em 2011 esse cultivo começa a reduzir sua participação e, em 2017, apenas 9 dos 15 municípios plantavam esse cultivo. Querência é o município mais representativo desse processo visto que, no ano 2000, a área plantada era de mais de 12 mil hectares e em 2017 caiu para 1600 hectares, acumulando uma perda de mais 600% da área destinada ao cultivo de arroz. O histórico desse município nos fornece elementos para explicar esses dados que indicam uma substituição dos cultivos alimentares pela produção de soja.

Barrozo (2016) ressalta que o arroz produzido nos assentamentos é o de sequeiro que, em geral, é comercializado em pequenos estabelecimentos comerciais e nas feiras livres municipais. Nos supermercados das cidades, o arroz comercializado é do tipo agulhinha, que vem de outros estados. Uma vez que uma das bases da alimentação brasileira é o arroz, uma

hipótese é que a redução de 60% da quantidade produzida esteja levando a população dos assentamentos a adquirir nas cidades esse produto.

A mandioca é outra produção destinada para o autoconsumo das famílias que verificou uma redução, tanto na área plantada quanto na quantidade produzida no período analisado. No entanto, desde 2011 a área plantada permanece sem grandes variações, em torno de quatro mil hectares, dos quais 28% estão concentrados no município de Santa Terezinha. Confresa, que em 2001 chegou a ter 10 mil hectares plantados de mandioca, em 2017 tinha apenas 350 ha dessa produção, mesmo sendo o município com maior número de assentamentos da região. Nos trabalhos de campo realizados nos assentamentos, foi possível observar que raramente nas roças familiares não havia a plantação da mandioca, de onde derivam outros produtos fabricados artesanalmente, como a farinha de mandioca e a farinha para tapioca, bastante consumida pelas famílias assentadas.

O feijão, também base da alimentação brasileira, cresceu em área e em produção de 2000 a 2017. Porém, embora pareça um grande aumento nesses indicadores é preciso considerar que 86% da área plantada e 88% da produção estão concentradas em Querência. O restante está em Ribeirão Cascalheira (menos de 2 mil hectares), sendo esses dois os únicos municípios com indicadores dessa produção, segundo os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE, 2018). O mesmo acontece com a produção de abacaxi que, apesar do aumento, concentra-se em Vila Rica e Querência. Os dados, no entanto, apontam que a maior produção do fruto se deu no município de São Félix do Araguaia entre os anos de 2007 e 2013, com média de 2 mil frutos por ano, mas na última pesquisa não há registro para essa produção no referido município.

Faz-se necessário ressaltar que, mesmo não constando nas pesquisas oficiais, constatamos em duas ocasiões que o fruto ainda é produzido nos assentamentos desse município, em especial no PA Dom Pedro. Na primeira, presenciamos o carregamento de aproximadamente mil frutos chegando à Araguaia Polpa de Frutas para sua transformação e comercialização na região (figura 11). Esse carregamento era proveniente do assentado 14 que também fornece pequi para a mesma fábrica e que vende as mudas de abacaxi por sessenta centavos para outros assentados. Em outra oportunidade, já no sítio do assentado 15, visitamos a plantação dos abacaxis (figura 12). Esse assentado tinha a expectativa de colher de 300 a 400 frutos que também seriam destinados à Araguaia Polpa de Frutas.



Figura 11– São Félix do Araguaia: carregamento de abacaxi vindo do PA Dom Pedro e chegando na Araguaia Polpa de Frutas. Fonte: Lourenço (2019).



Figura 12 - PA Dom Pedro: plantação de abacaxi. Fonte: Lourenço (2019).

Ainda que não apresente aumentos expressivos e seja uma produção inconstante, o palmito é outro cultivo que, segundo entrevistas, está presente na região, sobretudo no município de Querência. A entrevistada 3, moradora do PA Pingos d'Água, conta que o investimento para tal produção é alto e que, assim como ela, muitos assentados investiram diante da expectativa de venda para uma empresa sediada em Água Boa. Contudo, a empresa faliu em 2013 e muitos assentados desistiram e tiveram que arcar com o prejuízo. Ela, no entanto, conseguiu estabelecer parceria com uma empresa de Goiás chamada Natuvale, que

compra e faz o transporte do palmito produzido em sua propriedade. Segundo ela, o lucro anual proveniente dessa produção é de sete a oito mil reais por ano. Além desse canal de escoamento, parte da produção também é vendida nas feiras livres municipais de maneira diversificada: vidros com palmito picado, em tolete, em rodela e também macarrão de palmito.

A pecuária é outra atividade de grande importância na região, sendo, no entanto, praticada em estabelecimentos da agricultura familiar e também não familiar. Os dados da Produção Pecuária Municipal (PPM/IBGE) indicam que de 2000 a 2017 houve um aumento de 46% do rebanho bovino no TCBA. Vila Rica é o município com maior número de cabeças de gado, com mais de 600 mil cabeças, o que explicaria a elevada extensão de pastagens desse município (tabela 16, página 128). No mesmo período, ou seja, 2000 a 2017, a produção de leite aumentou 121%, com destaque para os municípios de Canabrava do Norte e Vila Rica. O gráfico 15 mostra que há poucas alterações no número de vacas ordenhadas a partir de 2005, permanecendo em torno de 38 mil cabeças. A variação na produção de leite pode ser explicada por questões climáticas, como a seca.

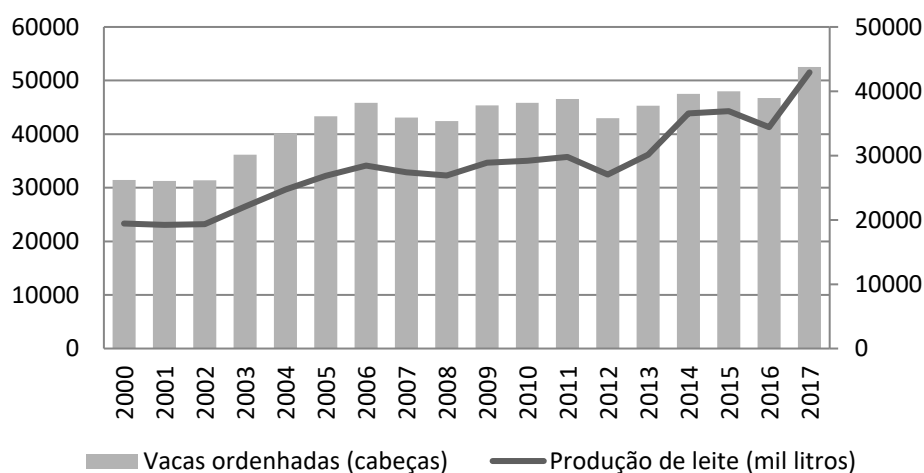


Gráfico 16 – TCBA: evolução da produção leiteira e do número de vacas ordenhadas de 2000 a 2017. Fonte: PPM/IBGE (2018); Organização: Lourenço (2019)

De acordo com a pesquisa de campo, a produção leiteira é, em grande parte, proveniente dos assentamentos que também utilizam esse derivado para a produção de queijos que são vendidos nas feiras livres. Em contrapartida, os dados do IBGE apontam para uma redução de quase 50% do rebanho de galináceos, embora seja perceptível que todo lote nos assentamentos possuem essa criação para alimentação familiar.



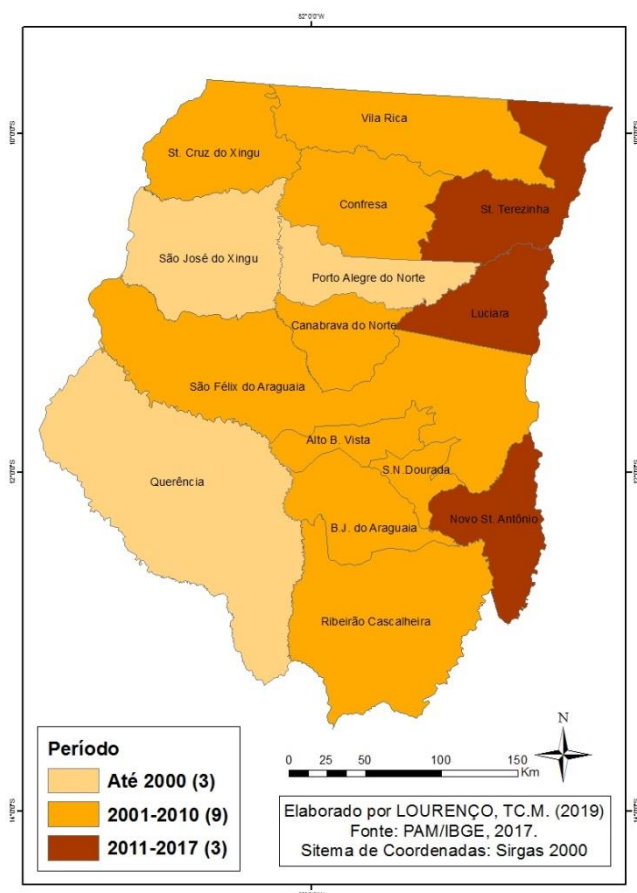
### 4.3.2 A territorialização do agronegócio

Pensar na territorialização do agronegócio no TCBA remete imediatamente ao aumento de áreas destinadas à produção de soja e que estabelecem algum vínculo, direto ou indireto, com o mercado externo. Isso significa que, a nível local, tanto empresas e grandes produtores podem ser responsáveis por essa territorialização quanto pequenos produtores e assentados, na medida em que sua produção seja destinada à exportação e fortaleça vínculos com atores a montante e a jusante da produção, estimulando uma homogeneização tanto dos atores quanto dos espaços (GUIBERT, *et al*, 2011). De acordo com dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, sete municípios do TCBA<sup>70</sup> foram responsáveis por gerar exportações que totalizaram uma receita no valor de 652,46 milhões de dólares em 2018, respondendo Querência por 62% desse montante (Mdic, 2019).

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, até o ano 2000 a soja era produzida em apenas três dos quinze municípios do TCBA, sendo Querência responsável por 98% da quantidade produzida. No período de 2001 a 2010, nove municípios foram incorporados à cadeia produtiva da soja e, em 2015, totalizavam 100% os municípios que apresentavam área destinada a essa produção, revelando uma territorialização progressiva do agronegócio e um avanço da fronteira agrícola.

---

<sup>70</sup> A saber: Querência; Confresa; Porto Alegre do Norte, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, São Félix do Araguaia e Vila Rica.



Mapa 5– TCBA: periodização da incorporação dos municípios ao cultivo da soja.

Em 2015 a área plantada total de soja era de mais 900 mil hectares e a quantidade produzida superava três milhões de toneladas. Conforme adiantado no item 2.4 deste capítulo, entrevistas de campo confirmaram a existência da *commodity* dentro dos assentamentos, sendo a produção realizada através de arrendamento, parcerias ou por conta própria do assentado. Esses aspectos serão discutidos com mais detalhes ao longo da tese, mas, neste momento de caracterização é importante mencionar que, em 2015, aproximadamente 2% da área dos assentamentos do TCBA estava destinada ao plantio da soja, o que significa um total de aproximadamente 29 mil hectares (tabela 26). Além disso, nota-se que 10% da área dos assentamentos de Querência estava ocupado com a *commodity*. Segundo o diagnóstico elaborado em 2017 pelo IPAM e pelo Instituto Socioambiental (ISA), a rápida expansão da cadeia produtiva da soja nos assentamentos de Querência é decorrente da consolidação da estrutura de todos os seus elos no município, atrelada à facilidade de obtenção de crédito para o financiamento da produção e à garantia de comercialização da produção.

<b>Município</b>	<b>Área (ha) total de soja no município</b>	<b>Área (ha) dos PA's</b>	<b>Área plantada de soja (ha) dentro dos PA's</b>	<b>% de área do PA ocupada com soja</b>
Querência	320000	98579	10320	10%
Alto Boa Vista	17691	30401	3066	10%
Porto Alegre do Norte	21500	51653	3359	7%
Ribeirão Cascalheira	83268	227118	9480	4%
Bom Jesus do Araguaia	92841	56050	1512	3%
Serra Nova Dourada	1450	25178	567	2%
São Félix do Araguaia	205240	135217	668	0%
Canabrava do Norte	22000	71941	84	0%
Vila Rica	22500	60920	69	0%
Confresa	30500	355927	279	0%
São José do Xingu	71750	33430	19	0%
Novo Santo Antônio	800	109913	0	0%
Santa Terezinha	18000	68823	0	0%
Luciara	600	-	-	-
Santa Cruz do Xingu	23000	-	-	-
<b>TCBA</b>	<b>931140</b>	<b>1325149</b>	<b>29423</b>	<b>2%</b>

Tabela 26 – TCBA: área ocupada com soja dentro dos assentamentos em 2015. Fonte: PEA/MT; PAM/IBGE (2015); Organização: Lourenço (2019).

\*Estimada por meio de geoprocessamento.

No período compreendido entre 2000 e 2017 houve um aumento de mais de 6707% da área plantada de soja e de 1510% da área plantada de milho no TCBA (tabela 27). Em termos de quantidade produzida, os aumentos também foram igualmente expressivos para os dois produtos, como pode ser observado na tabela abaixo. Além disso, segundo dados da PAM/IBGE, o rendimento médio da soja, que em 2000 era de 2342 kg/ha, em 2017 passou para 3266 kg/ha. Já em relação ao milho, o rendimento aumentou 135%, saltando de 2224 kg/ha em 2000 para 5234 kg/ha em 2017.

<b>Produto</b>	<b>Área plantada (ha)</b>			<b>Quantidade produzida (ton)</b>		
	<b>2000</b>	<b>2017</b>	<b>% (2000-2017)</b>	<b>2000</b>	<b>2017</b>	<b>% (2000-2017)</b>
Soja	14 988	1 020 179	6 707%	46 961	3 440 889	7 227%
Milho	23 670	381 019	1 510%	51 201	2 234 723	4 265%

Tabela 27 – TCBA: evolução da área plantada e quantidade produzida de soja e milho de 2000 a 2017. Fonte: PAM/IBGE, 2000 a 2017. Organização: Lourenço (2019).

Este último produto também é cultivado por agricultores familiares e destina-se ao autoconsumo, para a alimentação familiar e também para a criação de animais domésticos, como porcos e galinhas e, em 2000, era produzido em aproximadamente 23 mil hectares em onze dos quinze municípios. Contudo, após a sua valorização e aumento da demanda pelo mercado internacional, empresas e grandes produtores passaram a produzi-lo na região, sobretudo a partir de 2008, utilizando insumos e tecnologia modernos. Diante disso, de 2000 a 2008, o aumento da área plantada de milho foi de 36% enquanto que no período de 2009 a 2017, o incremento foi de 914%, com destaque para Querência e São Félix do Araguaia, que respondem por 36% e 18% da área plantada de milho, respectivamente (PAM/IBGE, 2018).

#### **4.3.3 Tradings e empresas revendedoras**

A territorialização do agronegócio também é acompanhada por atores que são responsáveis pela dimensão estratégica e operacional da produção, como as *tradings* e as empresas revendedoras de pacotes agrícolas, presentes em todo o país e no TCBA, e que também são parte fundamental da logística do setor. O gráfico 17 nos fornece a compreensão de como esses dois agentes são importantes para o financiamento dos produtores de MT, respondendo conjuntamente por 49% do custeio da produção de soja na safra 2018/2019.

Niederle e Wesz Jr (2018) afirmam que em meados dos anos 1990, o processo de concentração e transnacionalização de setores a jusante da produção agrícola se fortaleceu, impactando o setor de grãos que passou a ser controlado pelo que ficou corriqueiramente conhecido como o ABCD do agronegócio, ou seja, por quatro empresas: Archer Daniels Midland Company - ADM, Bunge Alimentos S/A, Cargill e Louis Dreyfus Company. Em 2014, a COFCO International, empresa de origem chinesa também foi inserida nesse grupo, que passou a ser denominado de ABCCD e que foi responsável por 48,5% das exportações de soja e milho no Brasil (NIEDERLE e WESZ Jr, 2018). Das empresas de capital nacional, o Grupo Amaggi destaca-se e tem particular importância no recorte da pesquisa por possuir duas fazendas produtoras de grãos no TCBA: a Fazenda Tanguro, em Querência (aproximadamente 80 mil hectares) e a Fazenda Vale do Araguaia, em São Félix do Araguaia. Bunge, ADM, Cargill e Louis Dreyfus também estão presentes com escritórios e unidades de processamento e armazenamento de grãos.

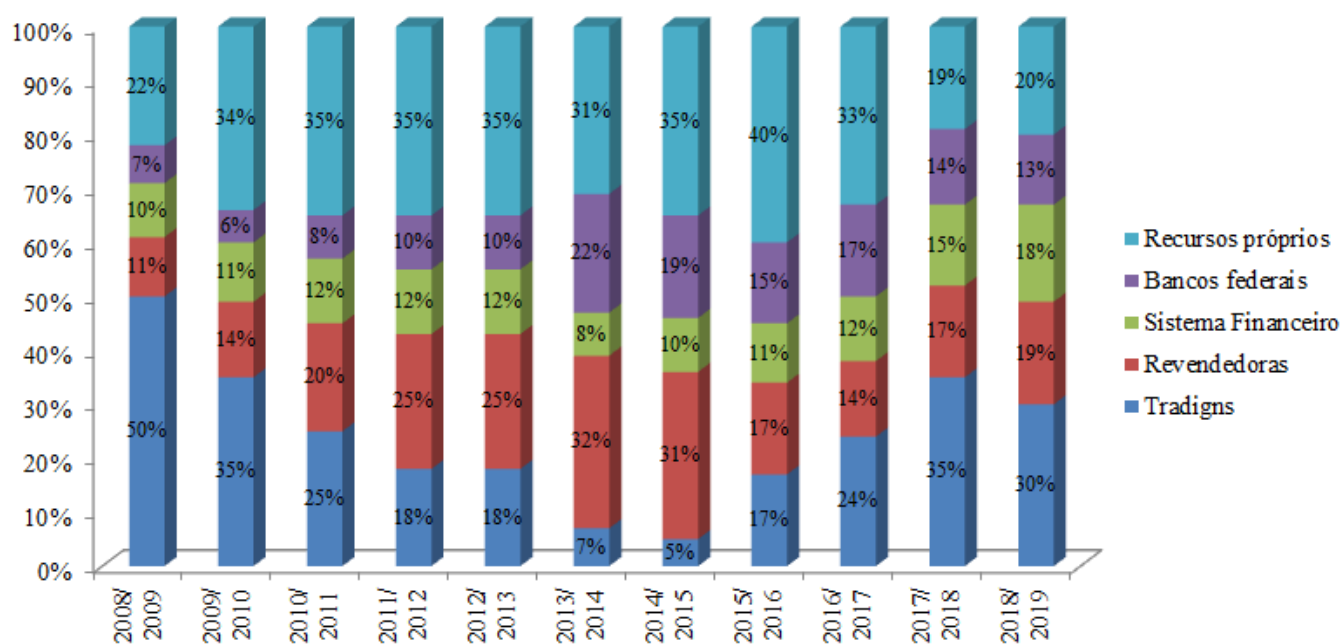


Gráfico 17 – Mato Grosso: Evolução da participação dos agentes no funding do custeio da soja em MT nas safras de 2008/2009 a 2018/2019 (% do total). Fonte: IMEA-MT (2019); Organização: Lourenço (2019).

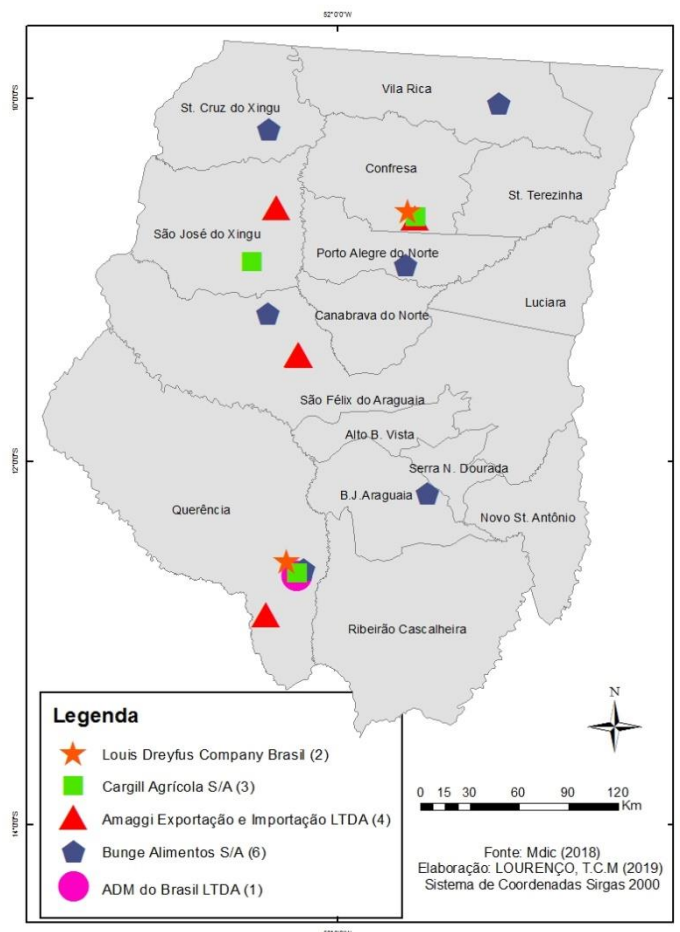
Essas empresas passaram a ocupar o espaço deixado pelo Estado na regulação da fronteira agrícola e começaram a financiar as produções, sobretudo aquelas voltadas para a exportação. Na verdade, segundo Niederle e Wesz (2018), o que vem acontecendo é que com a crescente financeirização das *commodities* agrícolas e a maior descentralização e desterritorialização de capital, as *tradings* deixaram de atuar unicamente no mercado físico e passaram a “contemplar cada vez mais as expectativas do mercado de capitais” (p.324), modificando suas estratégias de atuação e incentivando os investidores a buscarem resultados de curto prazo no mercado financeiro.

Conforme nos explica Frederico (2010), as *tradings* se instalam nos *fronts* agrícolas<sup>71</sup> logo após a chegada dos primeiros produtores, e são responsáveis por assegurar a logística de escoamento de grãos e o crédito necessário à produção. Além disso, controlam as informações de mercado, a distribuição de insumos químicos aos produtores (FREDERICO e BUHLER, 2015) e instalam um sistema técnico que é responsável pela fluidez territorial (FREDERICO, 2010). Essas empresas, segundo Oliveira (2016b), monopolizam o território através de

<sup>71</sup> O autor prefere utilizar o conceito de *front* ao de fronteira, pois o *front* permite que ele trate das áreas de expansão da agricultura moderna que, se antes eram áreas opacas, com a chegada dos objetos técnicos passam a se configurar em zonas luminosas. Segundo o autor, esse termo é mais dinâmico e instável e são essas características que o distinguem da ideia de fronteira (FREDERICO, 2010).

mecanismos de subordinação, atingindo camponeses e capitalistas produtores do campo, sem, contudo, necessitarem territorializar seus monopólios, ou seja, o controle do território é feito a partir do monopólio dos meios de circulação e distribuição dos produtos.

Dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), indicam que, no ano 2000, nenhuma das principais *tradings* estava presente no TCBA. Em 2005 a Bunge Alimentos S/A já possuía escritórios em quatro municípios (Porto Alegre do Norte, Querência, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia) e a Amaggi Exportação e Importação LTDA possuía um escritório em São Félix do Araguaia). O mapa a seguir mostra a distribuição das *tradings* em 2018 no TCBA e revela uma nova dimensão da territorialização do agronegócio, já que os pontos representados pelas *tradings* funcionam como nós de uma rede que regula os fluxos de mercadorias, informações e capitais.



Mapa 6– TCBA: distribuição espacial das principais *tradings* em 2018.

De importância fundamental na organização do espaço e nas dinâmicas territoriais da fronteira agrícola, também estão presentes as empresas revendedoras de pacotes agrícolas que podem ser consideradas elos da cadeia produtiva da soja e que estabelecem relação com atores localizados a montante e a jusante da produção agrícola. Ainda há poucos estudos sistematizados sobre o papel dessas empresas, mas, segundo Bernardes e Silva (2016), o aumento desse ramo sugere uma nova divisão de atividades entre elas e as *tradings*, pois “são empresas que se relacionam diretamente com o produtor, vendendo pacotes, oferecendo assessoria, dentre outras coisas” (p.91), o que outrora era exclusividade das *tradings*. O gráfico anterior mostra a crescente participação dessas empresas no financiamento da produção de soja em Mato Grosso. Em contraposição, nota-se ligeira queda na participação das *tradings* no financiamento.

Informações obtidas durante trabalhos de campo indicam uma presença mais competitiva de pelo menos nove dessas empresas: Agrológica, Agroamazônia, Lavoro Agrocomercial S.A, Sinagro, Rural Brasil S.A (de Jataí/GO que foi comprada pelo Grupo Acqua Capital), Agroquima Produtos Agropecuários, Vale Produtos Agrícolas, Agrícola Alvorada LTDA, Pantanal Agrícola. Porém, os dados referentes aos registros de estabelecimentos do Instituto de Defesa Agrícola de Mato Grosso (INDEA-MT) indicam que outras empresas do mesmo escopo atuam na região (Quadro 4).

<b>Município</b>	<b>Empresa</b>
Canabrava do Norte	J L Distribuidora e Comércio LTDA
Confresa	J. Crispim Barbosa & Cia LTDA; Bitencourt Agricultura e Pecuária LTDA; E.R. De Souza; Agroquima Produtos Agropecuários LTDA; Sinagro Produtos Agropecuários S.A; Rural; Agrológica Agromercantil LTDA; Agricultura no Vale LTDA; Lavoro Agrocomercial S.A; Pantanal Agrícola LTDA; Adubos Araguaia Ind e Com LTDA; Rural Brasil S.A; Lado a lado Agrocomércio LTDA.
Querência	Agroamazônia Produtos Agropecuários S.A; Legom Nutrição e Biotecnologia; Vale Produtos Agrícolas LTDA; CHS Agronegócio Indústria e Comércio LTDA; Sinagro Produtos Agropecuários; Rural Agricultura no Vale LTDA; Agrex do Brasil S.A; Vigor Agro LTDA; Lavoro Agrocomercial S.A; BR Comércio de Produtos Agrícolas LTDA; Pantanal Agrícola LTDA; Adubos Araguaia Ind. e Com. LTDA; Agrícola Alvorada S.A; Rural Brasil S.A
São Félix do Araguaia	Sinagro Produtos Agropecuários S.A; Rural Agricultura no Vale LTDA; Rural Brasil S.A
Vila Rica	Agroamazônia Produtos Agropecuários S.A; Agrocinha Comércio e Representação LTDA; R.Brizot Nicaretta & Cia LTDA; Alessandro Andrade de Souza; Santana Produtos Agropecuários LTDA; Leandro H. Assis Comércio

Quadro 4– TCBA: empresas revendedoras. Fonte: INDEA-MT (2018); Organização: Lourenço (2019).

No total, vinte e seis empresas com presença no TCBA estão cadastradas junto ao INDEA-MT sob a categoria “Comércio de Produtos Agrotóxicos e afins”. No entanto, a atuação delas, sobretudo as mais importantes, vai além desse comércio, operando como financiadoras da produção ao conceder empréstimos para os agricultores. Além disso, fornecem assessoria técnica aos seus clientes e, para isso, contam com um corpo técnico especializado de agrônomos, técnicos agrícolas, meteorologistas, veterinários e etc. Devido à acirrada competição entre essas empresas, nota-se uma constante preocupação em buscar inovações que vão desde práticas diferenciadas de atendimento aos clientes (como o uso de boletins eletrônicos com a cotação da soja via mensagem de texto ou aplicativos de mensagens instantâneas, como o *Whatsapp*), passando por estratégias de *marketing* (como distribuição de panfletos e informativos sobre os produtos e diferenciais de cada empresa e participação nas feiras agropecuárias locais) até a busca constante por novos produtos e parcerias.

A partir do quadro anterior constata-se que há uma concentração dessas empresas em Querência e em Confresa, municípios que se encontram em diferentes estágios de consolidação da fronteira agrícola. Dados de campo indicam que há um movimento de instalação de empresas (como a Agroamazônia) e deslocamento de alguns órgãos públicos (como Empaer e INCRA com escritórios em São Félix do Araguaia) para Confresa, por ser a maior cidade em termos demográficos na região, o que nos aproxima de Elias (2016), que afirma que a intensificação da urbanização e o crescimento de cidades locais e de médio porte, assim como a criação de novos municípios<sup>72</sup> constituem uma das características do agronegócio globalizado que promove um desenvolvimento urbano vinculado a ele, levando a uma reorganização territorial desses espaços. Vale lembrar que esse município concentra quinze assentamentos rurais que estão sendo influenciados pela ação do agronegócio nessa fronteira.

Um dos principais diferenciais das empresas revendedoras em relação às *tradings* é a capacidade desses atores acessarem um variado espectro de produtores, desde os pequenos, cuja área plantada de soja é de 100 hectares, até os de médio porte, com propriedades de aproximadamente 2000 hectares. Proprietários de grandes estabelecimentos (10 a 20 mil hectares) não adquirem os serviços dessas empresas, pois estes conseguem acesso direto às *tradings* que negociam e compram os grãos diretamente em seus silos de armazenagem. Além

---

<sup>72</sup> Está em tramitação um projeto de lei na Câmara Municipal de São Félix do Araguaia referente à emancipação do distrito Espigão do Leste, localizado 230 km da sede do município e onde o avanço da produção de commodities é mais forte.



disso, esses produtores conseguem acessar crédito de instituições financeiras sem a necessidade de mediadores. Contudo, sabendo que existem mais de dez mil estabelecimentos agropecuários de até 1000 hectares (tabela 20) é pertinente afirmar que há margem para o crescimento de público para essas empresas revendedoras. Destacaremos nessa análise duas delas: a Agrológica Agrocomercial LTDA e a Agroamazônia Produtos Agropecuários S.A.

A primeira empresa, de capital 100% nacional, foi fundada em 2007 e possui seis unidades em Mato Grosso, uma delas em Confresa. Os maiores clientes atendidos pela Agrológica no TCBA têm propriedades entre 1000 e 1500 hectares, mas o público que mais adquire os seus serviços possui propriedades de 100 a 500 hectares. Segundo o entrevistado 28, há muita diversidade de clientes na região por ser uma área de fronteira onde, de acordo com ele, “*tem de tudo um pouco*”. Ele se refere, sobretudo, à origem dos produtores que têm chegado nos últimos anos para se dedicar à produção de *commodities* em Confresa e municípios vizinhos. São produtores provenientes de outros estados como Goiás e Minas Gerais, e também de outras cidades de Mato Grosso, como Primavera do Leste e Rondonópolis, e muitos deles optam por não residir na região por a considerarem atrasada em relação aos municípios com influência direta da BR-163. Essa percepção também é a do entrevistado que está há nove meses em Confresa. De acordo com ele, “*aqui é ruim, mas antes era pior*”.

Dentre os clientes atendidos pela Agrológica estão alguns assentados, mas, segundo informações de campo, existem dificuldades legais e burocráticas que impedem que esse público aumente. O principal empecilho é a falta de título da terra, o que impede que a empresa financie a produção nos assentamentos. Na perspectiva de 28, “*o INCRA tinha que resolver isso*”, numa alusão à necessidade de regularização fundiária dos lotes dos assentados, para que assim eles “*vendam a terra e vão se virar nas cidades ou para que consigam financiamento da produção*”. Além disso, algumas áreas de expansão se dão em lotes embargados por órgãos ambientais como o IBAMA, por terem sido flagradas em fiscalizações contra o desmatamento ilegal, e isso impede que a produção dessas áreas seja exportada, o que significa também clientes a menos para essas empresas.

O custo operacional da Agrológica equivale a aproximadamente 12% a 13% do custo total da empresa, o que não permite uma ampla margem de lucro anual, segundo o entrevistado 28. De acordo com ele, “*5% de lucro ao ano já tá ótimo*”, o que poderia aumentar caso a empresa fosse “*comprada por outro fundo*”, o que também seria fundamental para expandir as atividades da empresa para fora de Mato Grosso. Isso é o que vem acontecendo com outras empresas revendedoras que, assim como a Agrológica iniciaram

suas atividades com capital majoritariamente nacional e, diante da competitividade do setor, acabaram sendo compradas por outras maiores.

Uma dessas empresas é a Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A, que foi integralmente adquirida pelo grupo japonês Sumitomo Corporation<sup>73</sup> em 2015. De acordo com o disposto no *site* da empresa<sup>74</sup>, a incorporação do capital japonês trouxe mais solidez financeira para a empresa, proporcionando mais segurança ao produtor rural. Sua atuação não ocorre somente no ramo do agronegócio, mas também no ramo imobiliário, metalúrgico, siderúrgico e no mercado de valores, como forma de diversificação das atividades e de capitalização da empresa. No entanto, uma diferença essencial da Sumitomo em relação a outras multinacionais é que ela não é controlada por acionistas, sendo gerenciada por capital próprio da empresa, o que permite uma maior autonomia e investimento em pesquisa e inovação, segundo informações obtidas em campo.

O maior cliente atendido pela empresa no TCBA possui 27 mil hectares, enquanto que os menores têm 200 hectares. Segundo o entrevistado 27, o melhor cliente para uma empresa do porte da Agro Amazônia é aquele que possui propriedades em torno de 500 hectares, pela garantia de maior rentabilidade para o produtor e, conseqüentemente, continuidade da prestação de serviços pela empresa. Os assentados também fazem parte da carteira de clientes atendidos pela Agro Amazônia no TCBA, que utiliza o convencimento como estratégia para atrair esse público. No entanto, segundo o entrevistado, uma dificuldade encontrada no trabalho com os assentados é o baixo nível de instrução que eles possuem e o apego aos saberes geracionais. De acordo ele

*“essa questão de antigamente, a gente tem que cortar. Esse negócio de que meu avô fazia, meu pai fazia, não existe mais. Ele tem que se remodelar. Tem que fazer investimento e lembrar que ele tá trabalhando com solo. (...) A gente faz o cara enxergar que ele tem que fazer o investimento”* (Entrevistado 27)

Aproximadamente 70% das sementes vendidas nos pacotes agrícolas comercializados pela Agro Amazônia são transgênicas, ou seja, são sementes “derivadas do processo de alteração do material genético de uma espécie pela introdução de uma ou mais sequências de

---

<sup>73</sup> Segundo disposto no *site* da empresa, entre as atividades de comércio SCBR, as principais áreas de atuação são: metal e mineração, recursos minerais, químicos e agricultura, Óleo & Gás, automotivo e alimentos. No entanto, a capacidade de SCBR não está limitada a tais segmentos: somos uma empresa pioneira, aberta a novas tendências e prontos para criar e implementar as oportunidades de negócios inovadores, com o objetivo de atender as necessidades dos nossos clientes. Disponível em: <http://www.sumitomocorp.com.br/sobre-scbr/empresamensagem-do-presidente/sumitomo-no-brasil>.

<sup>74</sup> <http://agroamazonia.com.br/>. Acesso em abril de 2019.

genes provenientes de outras espécies” (NIEDERLE e WESZ Jr, 2018, p. 91). A soja convencional possui um ciclo produtivo mais longo, de aproximadamente 115 dias, o que, conforme o entrevistado I, dificultaria a realização de uma segunda safra. Além disso, a soja convencional requer um nível tecnológico mais elevado e que não é acessível para a maioria dos produtores, sobretudo os pequenos, como os assentados. Informações extraídas da planilha de custos do IMEA/MT para o mês de janeiro de 2019, revelam que a produtividade média da soja transgênica é de 60,5 sc/ha, enquanto que a da soja convencional é de 58,4 sc/ha. Todavia, o custo de produção da soja transgênica é ligeiramente superior ao da soja convencional (de aproximadamente R\$8,34 R\$/ha), sendo que a semente de soja é o item com maior diferença entre as duas variedades<sup>75</sup>.

O uso de variáveis transgênicas não é consensual e é agenda de debates entre pesquisadores, gestores públicos, defensores do meio ambiente e da saúde pública. O principal foco dessas discussões é sobre os potenciais riscos para a saúde humana e para o meio ambiente no uso dessas variedades que hoje se espalham para outros cultivos como o feijão, o eucalipto, a cana de açúcar, o mamão, a berinjela, etc. Dados do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB) indicam que o total de área plantada com sementes transgênicas no mundo é de 189,9 milhões de hectares em 2017, sendo o Brasil responsável por aproximadamente 26% dessa área (equivalente a 50,2 milhões de hectares). Ainda, de acordo com o CIB, 96,5% da área plantada de soja no Brasil está associada ao uso de sementes transgênicas. Segundo Porto-Gonçalves (2015), o cultivo da semente de soja transgênica não significa necessariamente uma maior produtividade por hectare. Na verdade, o que ela garante é uma “diminuição dos custos, principalmente de mão de obra, na medida em que os produtores já não têm que realizar tarefas de combate à praga” (p.240), caminhando, assim, em direção a uma agricultura sem agricultores.

Por fim, a notar pelo gráfico 17, as empresas revendedoras têm assumido um crescente papel no financiamento da produção agrícola em Mato Grosso, sendo responsáveis por quase 20% do custeio da safra de 2018/2019, o que reverbera na organização do território e nas relações de poder estabelecidas por esses atores. Ao se relacionar com mais proximidade dos produtores que as *tradings*, o poder de persuasão e de convencimento pode aparecer de maneira mais sutil, ampliando a territorialização dessas empresas e do agronegócio que elas representam.

---

<sup>75</sup> Enquanto a semente de soja convencional custa R\$ 187,39 R\$/ha, a semente de soja transgênica equivale a R\$ 291,10 R\$/ha na planilha de custos de produção de soja para a região Nordeste de Mato Grosso (IMEA, 2018).

## **5 DE DESTERRITORIALIZADOS SEM TERRA A DESTERRITORIALIZADOS COM TERRA?**

O viver nos assentamentos enquanto territórios da agricultura familiar adquire elementos diferenciados quando estes estão localizados em regiões de fronteira agrícola. Questões ambientais, sociais e econômicas emergem num ambiente onde há nitidamente uma pressão pela conversão de terras agricultáveis em lavouras de soja. Esse cenário é o que tem atingido os 70 assentamentos do TCBA. Toda a caracterização anterior se mostrou necessária pois, de um lado, evidenciou o recente avanço da fronteira através do aumento das lavouras de soja, ocorrido de maneira mais incisiva no decorrer da última década. Por outro lado, mostrou a existência de uma população indígena e assentada que a partir dos conflitos por terra da década de 1980 obtiveram importantes conquistas que reconfiguraram territorialmente essa porção do nordeste mato-grossense.

A principal hipótese sustentada nesta tese é que o avanço dessa fronteira agrícola promove uma desterritorialização na imobilidade dos assentados, ancorada sob dois elementos fundamentais: o arrendamento de lotes e a deriva de agrotóxicos. Todavia, outros elementos se somam a esses dois principais, como, por exemplo, a localização do assentamento, a sua coesão interna determinada pela existência ou não de cooperativas e associações, o acesso ao crédito, etc, de forma que a própria condução da política pública de assentamentos rurais é um elemento fundamental para a existência dessa desterritorialização. Acreditamos que esses elementos e os demais que serão explicitados no decorrer deste capítulo são responsáveis pela maior ou menor fragilidade desse território e, conseqüentemente, pela dinamicidade e autonomia do assentamento e do assentado.

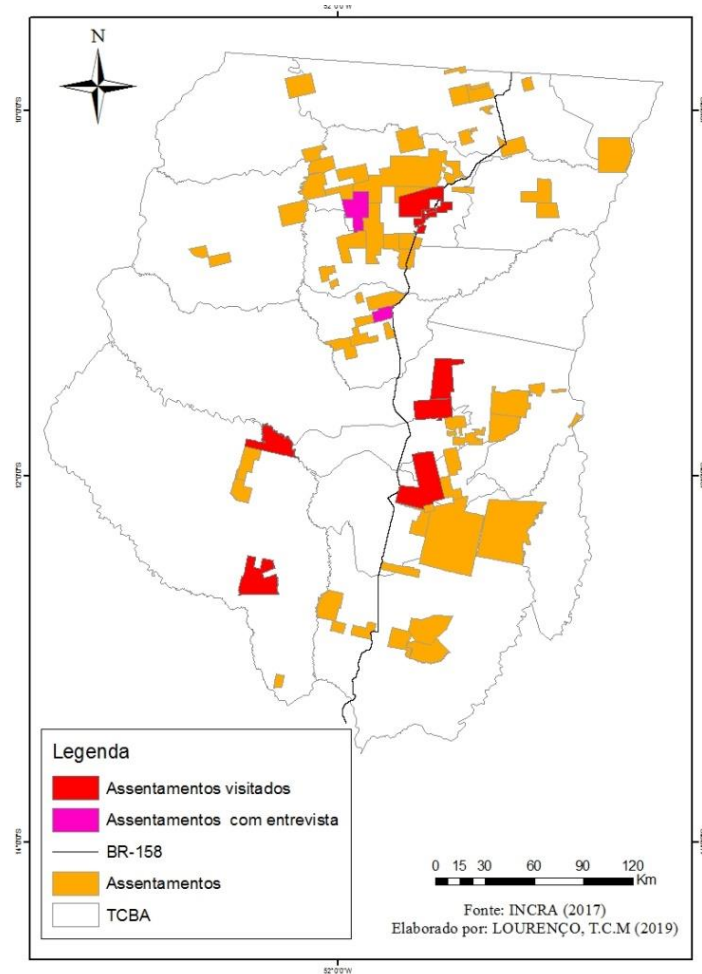
Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é explicitar esses elementos que aqui foram denominados de fatores de desterritorialização na imobilidade e divididos em aspectos físicos/ambientais, políticos/econômicos e sócio-identitários. Para verificar essa hipótese e explicitar os aspectos da desterritorialização, utilizaremos principalmente os dados primários obtidos a partir das entrevistas que foram realizadas durante os trabalhos de campo e os relatos dessas experiências. Dessa forma, o capítulo está dividido em três sessões. A primeira é referente à apresentação dos assentamentos que foram visitados, bem como das dificuldades encontradas e especificidades de cada um. A segunda sessão promove um aprofundamento teórico sobre o conceito de desterritorialização na imobilidade, o que permite uma compreensão mais exata do que estamos tratando. Por último, trataremos dos aspectos considerados para a referida desterritorialização.

## 5.1 Os assentamentos visitados

Em primeiro lugar é preciso esclarecer as dificuldades encontradas durante os trabalhos de campo realizados no TCBA. A primeira delas e mais limitadora foi a dificuldade de transporte, uma vez que não existe transporte coletivo nos municípios abrangidos na pesquisa. Essas dificuldades só puderam ser superadas através da ajuda dos diversos parceiros que me auxiliaram com transporte e abrigo durante essa etapa da pesquisa. Além disso, ressalto que a companhia diária com esses parceiros durante os trabalhos, as conversas e trocas permitiram que de certa forma fosse possível “passar pelos caminhos dos assentados” e conhecer mais de perto essa condição.

Inicialmente, foi planejado visitar aproximadamente 20 assentamentos do TCBA, garantindo uma amostra significativa para a pesquisa. No entanto, o deslocamento dos núcleos urbanos, onde normalmente eu permaneci alojada, até os assentamentos era extremamente difícil, o que impossibilitou que esse planejamento inicial fosse cumprido. A par desses contratemplos que impediriam a ida com a frequência desejada aos assentamentos, optei por buscar caminhos alternativos através de importantes parcerias locais, seja com organizações não governamentais, órgãos públicos e núcleos da Igreja católica locais, de modo que a ida até os assentamentos fosse viabilizada.

A partir disso foi possível efetivar a visita a sete assentamentos do TCBA (mapa 7). No caso dos assentamentos com entrevistas trata-se de assentamentos não visitados, mas que foi possível entrevistar, em outros espaços, alguns assentados que lá residem. Os dois assentamentos que estão nessa condição são o PA Manah, em Canabrava do Norte e o PA Jacaré Valente, em Confresa.



Mapa 7- TCBA: localização dos projetos de assentamentos visitados.

A seguir, caracterizaremos brevemente esses assentamentos e apresentamos alguns mapas que representam a situação de cada um deles frente ao avanço da fronteira agrícola.

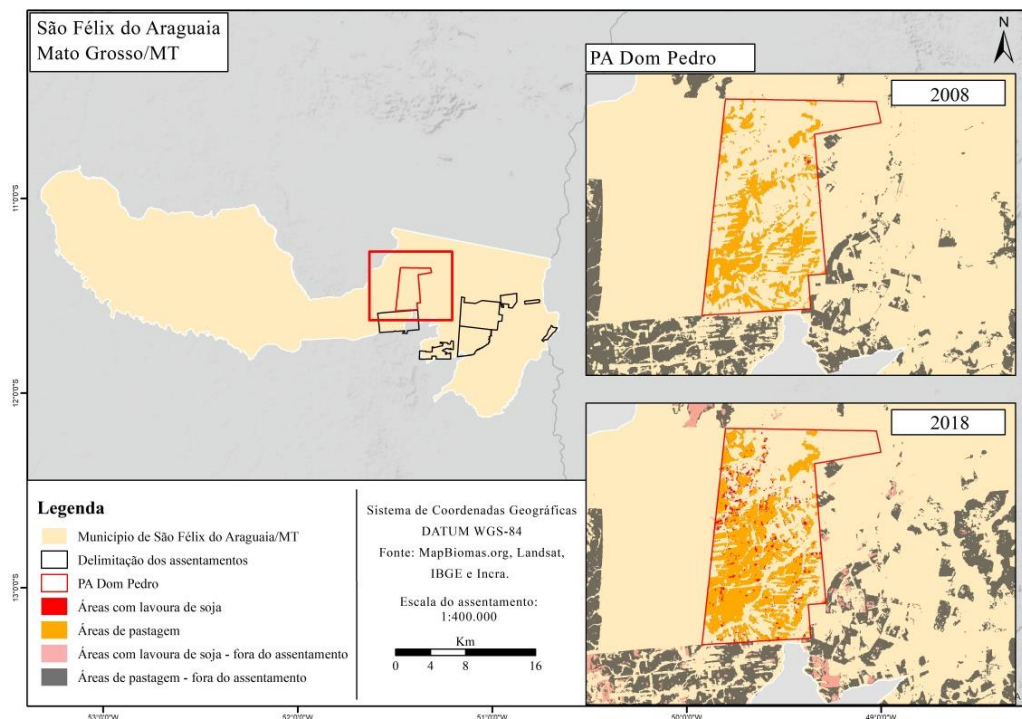
### 5.1.1 PA Dom Pedro e PA Mãe Maria

O PA Dom Pedro foi o primeiro assentamento visitado durante o trabalho de campo realizado em outubro/2018. Este projeto de assentamento encontra-se no município de São Félix do Araguaia (SFA), possui, segundo o Incra (2017), 448 famílias assentadas e está dividido em três núcleos (Trevo do Macaco, Capão Verde e Ribeirãozinho) que condensam serviços como escolas, bares, igrejas e postos de saúde. De acordo com informações do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), até maio de 2018, cerca de 169 CCU's foram expedidos e nenhum TD para esse assentamento, que foi criado em 1997 e está na fase 3 de implementação do Incra. Além disso, segundo dados do Ministério do Meio

Ambiente, até novembro de 2019, cinco lotes estavam embargados por infrações ambientais nesse assentamento. Tanto o PA Dom Pedro quanto o PA Mãe Maria são assentamentos originados do processo de desapropriação e fragmentação da antiga Agropecuária Suiá-Missu, onde intensos conflitos por terra aconteceram, conforme apontado no capítulo anterior.

A ida até esse assentamento, que fica a cerca de 120 km de distância da sede do município de SFA, foi possibilitada graças ao auxílio da equipe da Associação Nossa Senhora da Assunção (ANSA), que periodicamente realiza visitas ao assentamento para o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos durante o ano e realização de outras atividades. Permaneci juntamente com a equipe da ANSA durante três dias nesse assentamento, o que permitiu o contato com dez famílias assentadas, das quais a maioria delas tinha como principal atividade econômica a pecuária leiteira. Todavia, frequentemente eram encontrados quintais bastante diversificados com árvores frutíferas e cultivos e criações para o consumo familiar, como mandioca, hortaliças, frangos e porcos.

A partir do mapa 8, que revela a mudança em dez anos do uso e ocupação do solo no PA Dom Pedro, é perceptível que houve um aumento das pastagens em seu interior, o que se explica pelo predomínio da pecuária nos assentamentos da região. Todavia, ainda que timidamente, é possível observar que algumas áreas dentro do assentamento já estão com produção de soja, que também se aproxima pelas bordas do assentamento.



Mapa 8 - Evolução do uso e ocupação do solo no PA Dom Pedro (2008 e 2018).

Já a ida para o PA Mãe Maria ocorreu em seguida à saída do PA Dom Pedro, uma vez que os dois assentamentos são contíguos. Este assentamento foi oficialmente criado em 1999, possui 485 famílias e também está na fase 3 de implementação do Incra. Para este assentamento, até março de 2018 tinham sido expedidos 123 CCU's e nenhum título domínio. Igualmente ao que foi verificado no PA Dom Pedro, a maior parte dos assentados do PA Mãe Maria também se dedica à pecuária leiteira.

Neste assentamento foi possível participar de uma atividade desenvolvida pela ANSA com aproximadamente 15 assentadas e assentados, quando pneus foram reciclados e reutilizados como pequenas mesas e sofás (figura 13). Ao final dessa atividade foi realizado um sorteio para a distribuição do material que foi confeccionado coletivamente. Para além da questão ambiental, que foi trabalhada na atividade através da reciclagem de pneus que são frequentemente descartados de maneira incorreta nos lotes, a oficina é um importante espaço de troca de saberes e um momento de sociabilidade entre os assentados que, por razões como a distância entre os lotes, muitas vezes perdem o contato. Esses espaços de interação são imprescindíveis para a manutenção do que aqui estamos defendendo como um território da agricultura familiar.

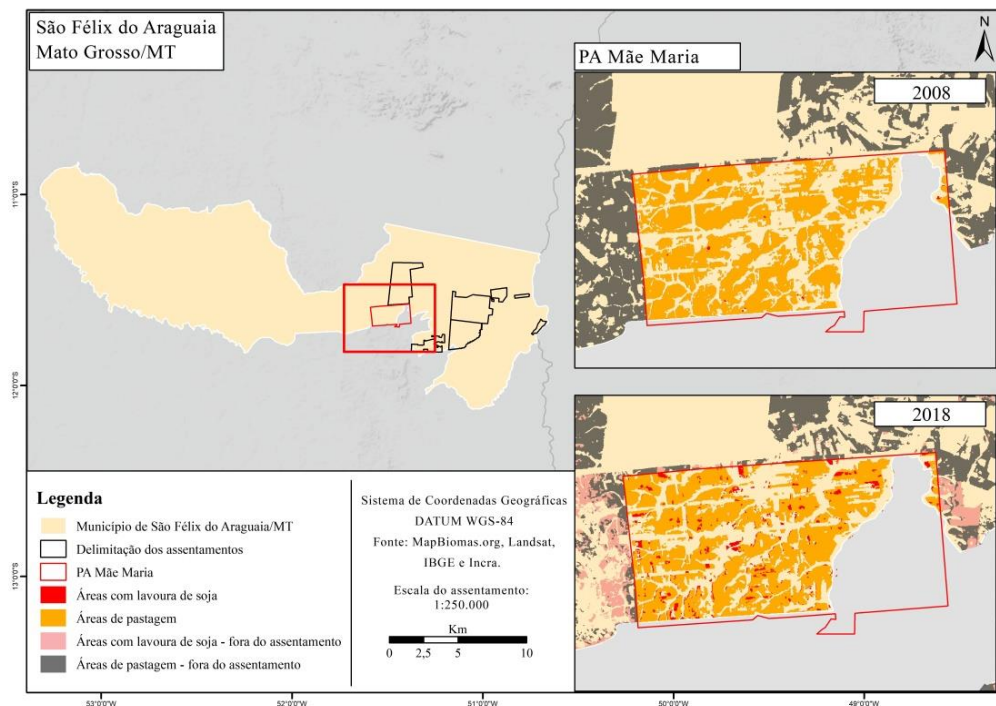


Figura 13- oficina de pneus reciclados no PA Mãe Maria. Fonte: Lourenço (2018).

Representado pelo mapa 9, podemos observar que o mesmo processo observado no PA Dom Pedro entre 2008 e 2018, está ocorrendo no PA Mãe Maria: áreas pontuais dentro do assentamento convertidas para a produção de soja e início de um cercamento do assentamento pelas lavouras. Em contrapartida, como diferença entre os dois assentamentos, nota-se que a



área com pastagens não se alterou muito, excetuando aquelas que foram convertidas, o que pode ser indício da sua já preexistência no assentamento.



Mapa 9- Evolução do uso e ocupação do solo no PA Mãe Maria (2008 e 2018).

Neste assentamento, no entanto, a entrevistada 17, é proprietária de três lotes que somam aproximadamente 300 hectares, e cada um deles está registrado no contrato de compra e venda no nome de um membro da família: um em seu nome, outro no nome de sua mãe e o outro em nome do seu esposo. A aquisição de dois ou mais lotes nos assentamentos visitados é uma realidade, todavia essa assentada específica que destoa do restante dos assentados entrevistados nos dois assentamentos de SFA por três razões.

A primeira delas é que a atividade principal de seu lote é a pecuária de corte, o que faz com que essa assentada mantenha uma rede de relações diferente da maior parte dos outros assentados, como frigoríficos e empresas de leilão de gado. A segunda é que ela não é residente do assentamento, diferentemente de todos os outros assentados entrevistados nesse PA. Sua residência fixa é em Goiânia e ela paga mensalmente um caseiro para fazer a manutenção diária dos lotes. Além disso, a terceira diferença no discurso dessa entrevistada é a sua vontade em converter, pelo menos parte da sua pastagem, em lavoura de soja.

Segundo ela, “a soja precisa de tudo preparado” e para que isso seja feito, ela primeiro diz que “precisa terminar de arrumar algumas pendências no seu lote”, como as cercas para o gado e a proteção de um pequeno riacho que passa bem no meio de uma de suas propriedades

e que está sofrendo processo de assoreamento devido à passagem do gado (figura 14). Mas, de acordo com ela, após essas despesas findarem, ela pretende comprar um trator para iniciar o plantio de soja em seu lote. Foi a primeira assentada em um assentamento de SFA que demonstrou esse interesse, o que pode ser resultado do próprio perfil dessa assentada que reside num grande centro urbano, fala diversos idiomas e viaja frequentemente para o exterior. Sua característica está mais vinculada aos estímulos externos ao assentamento do que aos de dentro, uma vez que ela mesma afirma que não tem vontade de ir residir no PA.



Figura 14- riacho parcialmente assoreado pelo pisoteamento do gado num lote do PA Mãe Maria. Fonte: Lourenço (2018).

### 5.1.2 PA Pingos d'Água e PA Brasil Novo

Os assentamentos do município de Querência são particularmente importantes para esta pesquisa, pois é sobre este município que o processo de avanço da fronteira agrícola teve maiores repercussões no decorrer da última década. De acordo com o entrevistado 26, cada assentamento em Querência é diferente no que se refere, por exemplo, à organização, mas em comum ao que todos eles carregam, que é a soja. Ambos os assentamentos foram visitados em trabalho de campo realizado em maio/2019 e algumas semelhanças entre eles e os demais

assentamentos visitados é o não asfaltamento das estradas e a forma de obtenção das terras para a criação do PA, que se deu por desapropriação. No período do trabalho de campo, as áreas dos assentamentos estavam ocupadas com a produção de milho, que começou a ser colhido exatamente no dia da visita ao assentamento. Após essa colheita, o solo seria preparado para iniciar a próxima safra de soja. É neste município onde se encontra a maior quantidade de propriedades embargadas pelos órgãos ambientais no TCBA, com 286 processos até novembro de 2019 (IBAMA, 2019).

O primeiro assentamento conhecido em Querência foi o PA Pingos d'Água, que possui 532 famílias, foi criado pelo Incra em 1998 e também está na fase 3 de implementação. A ida até esse PA foi viabilizada pelo entrevistado 50 que se disponibilizou em me levar para conhecer este assentamento e entrevistar alguns assentados. De acordo com ele, muitos lotes nesse assentamento são propriedade de “gaúchos”, expressão comumente utilizada no município para designar indivíduos e famílias que migraram da região Sul do país para o município, na década de 1980.

É o assentamento mais próximo do núcleo urbano de Querência, distante aproximadamente 20 km e possui escola, posto de saúde e um barracão, onde festividades ocorrem, a maioria delas ligadas a eventos religiosos. Segundo esse entrevistado, cada assentamento tem um santo padroeiro e todo ano tem uma grande celebração para festejar. Coincidentemente, a festividade do Pingos D'Água para Nossa Senhora de Fátima, sua padroeira, ocorreu no dia 02/06/2019, um dia depois da minha visita, e o barracão ainda estava parcialmente decorado. Durante essa festividade, que contou com a presença dos assentados e de figuras públicas do município, como o prefeito e vereadores, houve um leilão de gado doado, pela prefeitura para a melhoria de estradas e outras estruturas do assentamento. A principal refeição servida durante o festejo foi, segundo o entrevistado 50, o “tradicional churrasco gaúcho”, reforçando a presença dessa identidade na formação e consolidação desse assentamento.

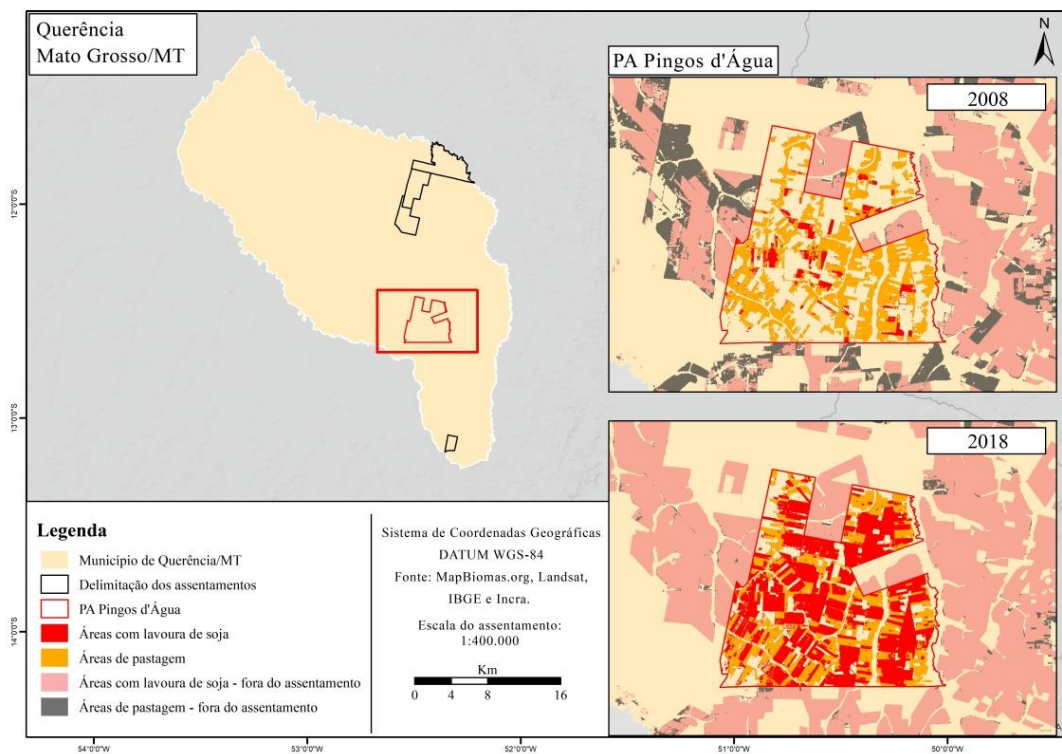
Embora a estrada não seja asfaltada, ela apresenta melhores condições do que as estradas dos assentamentos de SFA, e isso se deve à necessidade de escoamento da produção de grãos realizada dentro do assentamento. Para este assentamento, até março de 2018, haviam sido expedidos 491 CCU's e até novembro de 2017, 65 TD's (INCRA, 2018). Já no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2018 foram expedidos 113 TD's e 9 CCU's (INCRA, 2019). Isso nos permite afirmar que neste PA aproximadamente 178 proprietários possuem o Título Domínio de seus lotes.

Neste PA, o índice de lotes embargados é elevado, chegando a mais de 1/5 do total de lotes. Ou seja, o equivalente a 116 unidades produtivas nesse assentamento estão nessa condição (IBAMA, 2019), sendo que alguns casos já foram julgados, mas outros ainda aguardam o prosseguimento do processo. A média dos lotes dos assentamentos nesse município é de 80 hectares e, na maioria dos casos, a área embargada não corresponde à totalidade do lote e, de acordo com os dados do Ibama (2019), se refere à seguinte infração:

Art. 51: “destruir, desmatar, danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, em área de reserva legal ou servidão florestal, de domínio público ou privado não passíveis de autorização para exploração ou supressão ou sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a aprovação concedida, inclusive em planos de manejo florestal sustentável” Decreto nº 6.686, de 10 de dezembro de 2008.

A atividade predominante nesse PA é a produção de soja, embora possam ser encontrados alguns lotes com a produção de hortaliças que, em geral, é destinada para o abastecimento do núcleo urbano do município que, no entanto, recebe diariamente produtos provenientes da Central de Abastecimento (CEASA) de Goiânia, que fica a mais de 800 km de distância do município. Neste assentamento foi possível entrevistar um assentado “gaúcho” que possui 1500 hectares de lavoura de soja, praticada em sistema de parceria e arrendamento. O perfil desse assentado é encontrado por todo o assentamento: migrantes que chegaram à região e a “desbravaram” e que atualmente se dedicam ao agronegócio, nutrindo uma realidade de “pequeno fazendeiro” dentro do assentamento.

O mapa a seguir mostra a evolução do uso e ocupação do solo neste assentamento entre 2008 e 2018, sendo perceptível que as pastagens estão sendo rapidamente substituídas pelas lavouras de soja, a ponto de, no ano de 2018, o assentamento ser quase completamente dominado pela *commodity*. Isso também ocorreu com as áreas fora do assentamento que, até 2008, eram de pastagem e dez anos depois foram convertidas, representando uma continuidade e uma homogeneização entre área de assentamento e outras áreas.

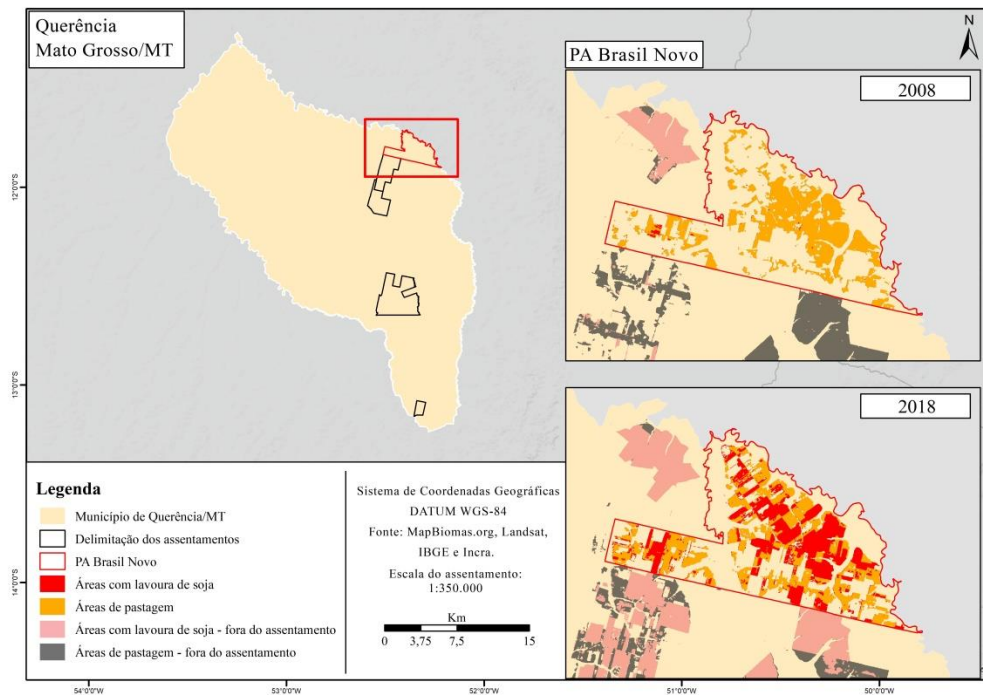


Mapa 10- evolução do uso e ocupação do solo no PA Pingos d'Água (2008 e 2018).

Diferentemente do PA Pingos D'Água, o PA Brasil Novo é o assentamento de Querência mais distante do núcleo urbano, a aproximadamente 130 km de distância percorridos integralmente em via não pavimentada. O deslocamento do centro de Querência até o assentamento durou aproximadamente 2h e corta outro assentamento, o PA Coutinho União. Criado em 1998 e também na fase 3 de implementação do Incra, o PA Brasil Novo tem 297 famílias e, entre janeiro/2018 e dezembro de 2018, foram emitidos 76 TD's e 2 CCU's. Além destes, outros 255 CCU's foram expedidos entre 2011 e 2016. No que tange ao índice de embargos nesse assentamento, verifica-se com base nos dados do IBAMA (2019), que 29 lotes encontram-se nessa condição nesse PA.

A visita até esse assentamento foi facilitada pela equipe do Instituto Socioambiental (ISA), que é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1994 e que desenvolve projetos de reflorestamento em áreas embargadas dentro dos assentamentos de Querência. A agenda do ISA no PA previa três atividades: monitoramento de lotes que fazem parte do projeto de restauração de áreas embargadas; reunião com os coletores da Rede de Sementes do assentamento; e reunião com a associação responsável pela despoldadeira de frutas instalada no PA.

Tal como no PA Pingos D'Água, no PA Brasil Novo as lavouras de grãos predominam na paisagem, mas ainda podem ser encontrada áreas de pastagens para o gado (mapa 11) presentes neste assentamento, que possui posto de saúde e escola localizados na agrovila do PA, única área do assentamento com pavimentação.



Mapa 11 - evolução do uso e ocupação do solo no PA Brasil Novo (2008 e 2018).

Em processo similar ao que vem sendo notado no PA Pingos d'Água, o PA Brasil Novo também apresentou, em 2018, uma ampla conversão de pastagens em lavouras e um cercamento do assentamento, indicando que não há diferenças entre áreas de assentamento e não assentamento nesse município.

### 5.1.3 PA Independente I e PA Canta Galo

Os dois assentamentos de Confresa estão na fase 5 de implementação do Incra, mas suas características se assemelham às encontradas nos assentamentos em outros municípios: difícil acesso, estradas sem pavimentação e lotes afastados um do outro, com exceção dos lotes localizados nas agrovilas. O primeiro assentamento visitado neste município, com a ajuda da Secretaria de Agricultura de Confresa, foi o PA Canta Galo, onde

reside o entrevistado nº 30. Próximo à estrada que leva até o assentamento, há um armazém da Louis Dreyfus Company (figura15), indicando a presença do agronegócio na região.



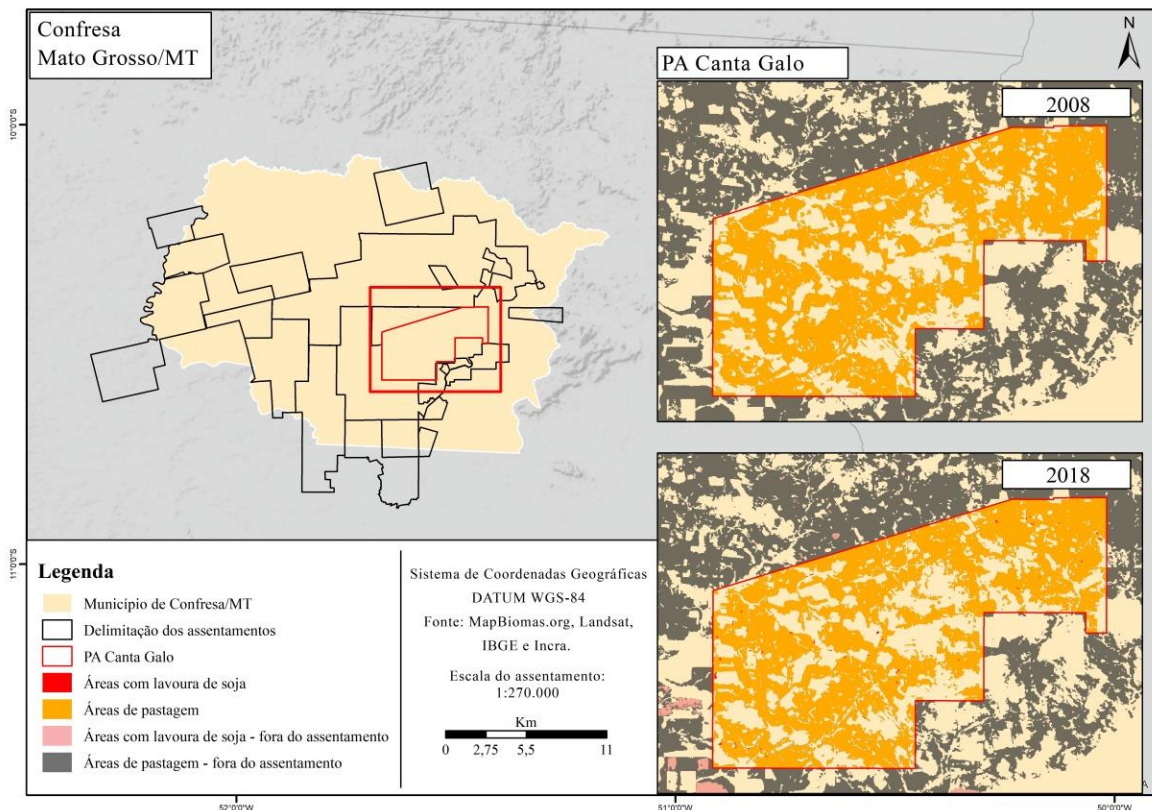
Figura 15- armazém da Louis Dreyfus Company (LDC) na MT-430, próximo à estrada de acesso ao PA Canta Galo. Fonte: Lourenço (2018).

O PA Canta Galo foi criado pelo Incra através de decreto de desapropriação em 1995 e atualmente constam 470 famílias nele residentes (INCRA, 2017). Para este assentamento não foram encontrados registros de emissão de TD até o ano de 2018. Em contrapartida, para o período de 01/01/2018 a 31/12/2018, cerca de 80 CCU's foram expedidos. Segundo dados do Ibama, um lote nesse assentamento encontrava-se embargado até novembro/2019. Sua inserção na listagem de autuações ambientais ocorreu em 2012 sob a infração de “impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação nativa”.

A principal atividade econômica desse assentamento, e dos demais de Confresa, é a pecuária, leiteira e de corte. Não por acaso, metros adiante do armazém da LDC, há um frigorífico da JBS, empresa do ramo de alimentos que, dentre outras atividades, cuida do abate do rebanho bovino, grande parte proveniente dos assentamentos do município. Conforme Bernardes (2006), os dois produtos mais nobres e que agregam valor à soja são o óleo e o farelo, sendo este último utilizado na preparação de ração para a alimentação animal. Nesse sentido, nota-se uma importante integração entre a cadeia de grãos, representada pela soja e pelo milho, e a cadeia de carnes, representada pelo fornecimento de bovinos, para a economia dos assentamentos e do município. Essa lógica produtiva também é percebida pelo

entrevistado 01, que afirma que “*se o agronegócio não tivesse aqui talvez não viabilizaria a pecuária leiteira por falta de insumo*”.

O mapa a seguir revela que, diferentemente do que ocorre nos assentamentos de Querência, as lavouras de *commodities* não predominam nem dentro desse assentamento nem nas suas imediações. Na verdade, houve pouca alteração no uso do solo do PA Canta Galo entre os anos 2008 e 2018, que permanece predominantemente formado por pastagens.



Mapa 12- evolução do uso e ocupação do solo no PA Canta Galo (2008 e 2018).

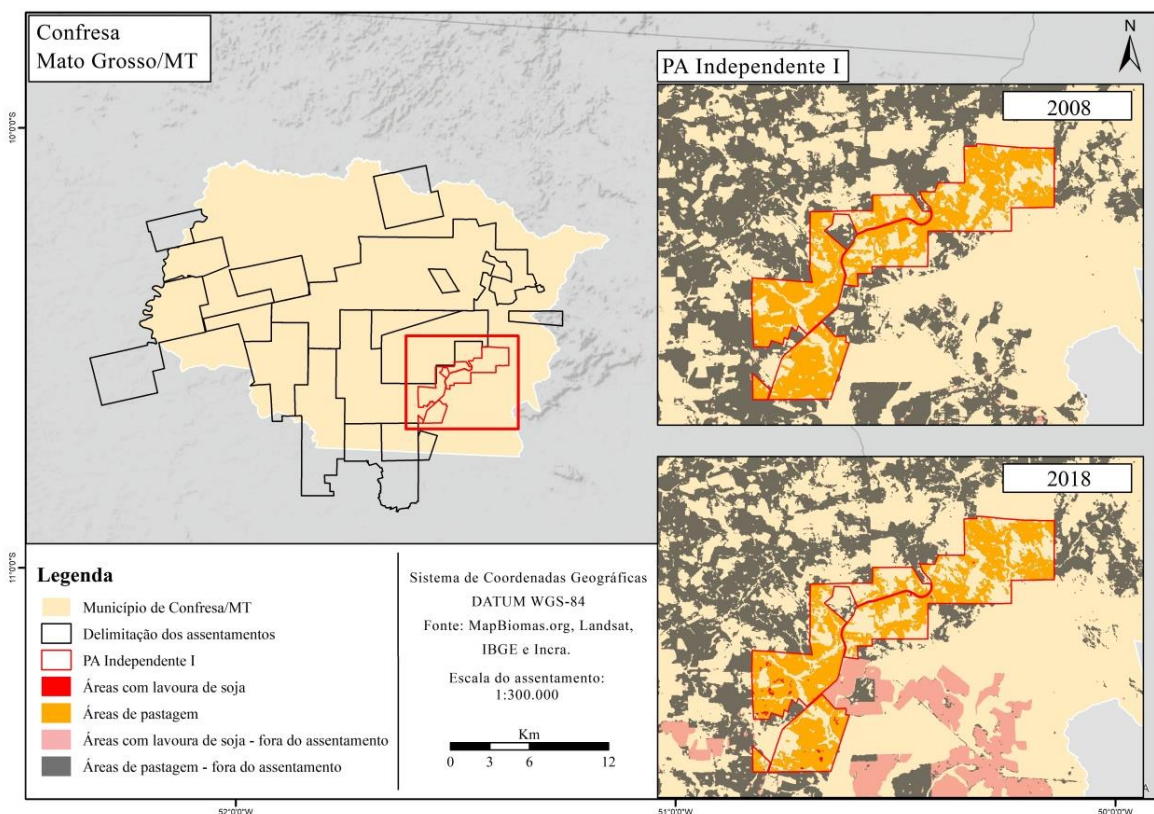
Mesmo com o predomínio da pecuária no município e nos assentamentos, outras produções podem ser encontradas, como hortifrutigranjeiros e avicultura. Além disso, experiências de sistemas agroecológicos na agricultura familiar e de programa de desenvolvimento da piscicultura têm incidido diretamente sobre os assentamentos desse município, sobretudo naqueles que estão mais próximos do núcleo urbano de Confresa, como o PA Independente I.

O registro oficial de criação desse assentamento data de 1995 e consta, nos registros do Incra (2017), a existência de 279 famílias residentes. Entre 2017 e 2018 foram emitidos 95 TD's para esse assentamento, inclusive os dos entrevistados 40 e 51 e, segundo dados do Ibama (2019), não há nenhum lote embargado neste PA. De todos os assentamentos visitados,



esse é o de mais fácil acesso e o que se encontra mais perto da área central do município. Além disso, o assentamento é cortado pela BR-158, sendo que parte dele se localiza na margem esquerda da rodovia e outra parte na margem direita. Essa característica é fundamental para a dinâmica econômica do PA, pois permite maiores diversificações e escoamento da produção. Isso faz com que a localização do assentamento seja uma das variáveis que serão analisadas no item 4.3.

O mapa 13 mostra que, entre 2008 e 2018, houve uma ligeira queda na área de pastagens dentro desse assentamento, onde ainda não era constatada a presença com áreas de soja. No entanto, no ano de 2018, já podem ser observadas lavouras ao redor do assentamento, o que já tem desencadeado alguns problemas para os assentados (e que serão apresentados no 4.3.1).



Mapa 13 - evolução do uso e cobertura do solo no PA Independente I (2008 e 2018).

### 5.1.4 PDS Bordolândia

De todos os projetos de assentamentos criados pelo Inca no TCBA, o PDS Bordolândia é o único que é da categoria Projeto de Desenvolvimento Sustentável, cujas características foram mencionadas no capítulo 2. Esse PDS foi criado em 2010, por meio da

desapropriação da Bordon S/A Agropecuária, e encontra-se na fase 4 de implementação do Incra. Diversos registros materiais do período da agropecuária podem ser encontrados no PDS, como a pista de voo e a sede da antiga fazenda (figura 16), que foi refuncionalizada, e em maio de 2019 passou a ser administrada pela Associação Agroecológica Caminhos da Paz (ACAMPAZ).



Figura 16- parte do casarão que servia de sede para a antiga fazenda Bordon S/A Agropecuária, atualmente PDS Bordolândia. Fonte: Lourenço (2018).

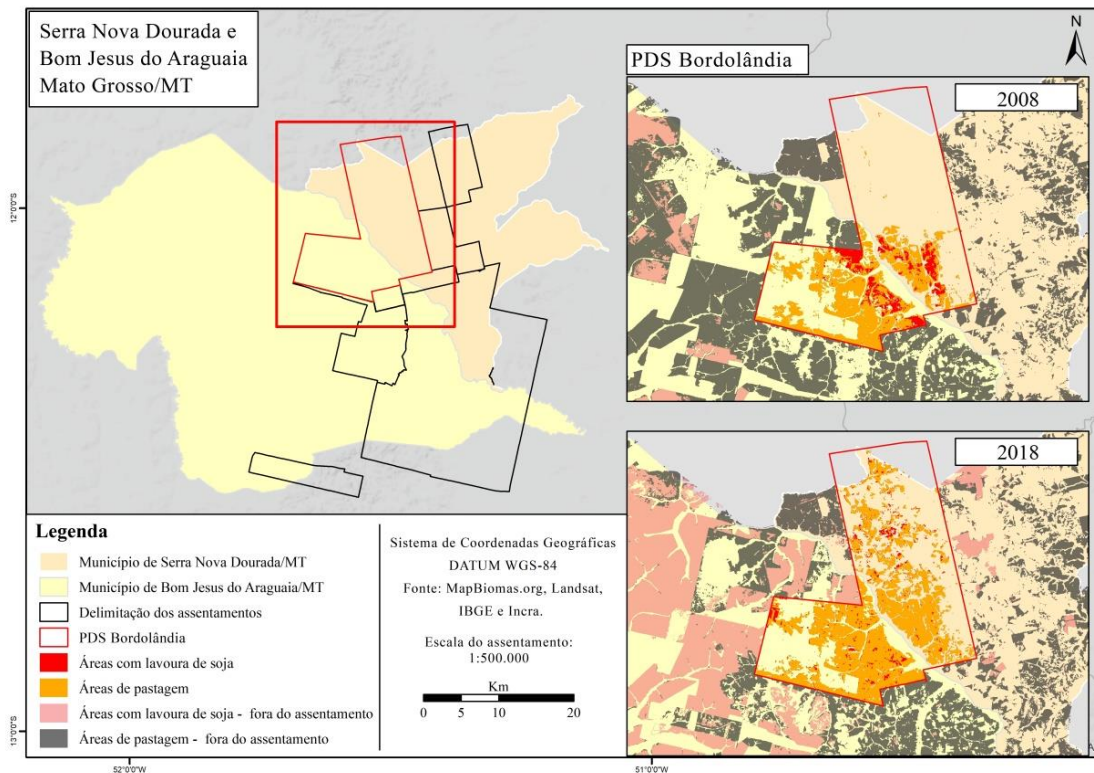
Dados do Incra (2017) indicam que atualmente residem nesse assentamento 597 famílias e sua área encontra-se dividida em três municípios: Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia e Alto Boa Vista. De acordo com o Ibama, até novembro de 2019, existiam 23 lotes com áreas embargadas no PDS Bordolândia, sendo que apenas cinco casos já haviam sido julgados e, em outros seis, a infração se referia ao descumprimento de leis ambientais sobre a reserva legal do PDS. Por se tratar de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, a titulação dos lotes é diferenciada e, nos registros do Incra, não foi possível localizar nenhum CCU nem TD emitido para ele.

A visita até o assentamento foi viabilizada pela equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Porto Alegre do Norte, que realizou duas atividades no assentamento. A viagem neste município até a residência do primeiro assentado durou aproximadamente 3h, e uma parte do trecho foi feito pela BR-158. Vale ressaltar que esta visita foi realizada no 4º trabalho de campo para a região, no meses de maio e junho de 2019, ou seja, no período seco, o que

faz com que as estradas se tornem ainda mais perigosas devido à poeira da rodovia levantada pelo intenso tráfego de caminhões, dificultando a visibilidade dos motoristas.

A primeira atividade foi um curso com alguns assentados sobre técnicas de manejo com um instrutor contratado e a segunda atividade foi direcionada para o grupo de mulheres desse assentamento. Trataremos mais detalhadamente o que ocorreu nessas duas atividades no item 4.3, mas semelhante ao que aconteceu no PA Mãe Maria, em São Félix do Araguaia, esses momentos e atividades são considerados de máxima importância para a manutenção do assentamento, pois cria vínculos e laços afetivos que asseguram esse território.

Como uma forte rugosidade deixada pela Fazenda Bordon, a pecuária extensiva é predominante neste assentamento (o que pode ser facilmente observável no mapa a seguir), e nem todos os assentados se dedicam à produção de base sustentável, como sugere o modelo desse assentamento. Ainda com base no mapa 14, nota-se que entre 2008 e 2018 houve a ampliação de áreas de pastagem e uma retração de lavouras de soja dentro do assentamento, o que pode ser explicado pelo fato desse PDS ter sido oficialmente criado em 2010, permitindo que outras atividades, como a produção de *commodities*, pudessem ser encontradas em seu interior antes disso. Como pode ser observado nos mapas anteriores dos assentamentos de São Félix do Araguaia, no caso do PDS Bordolândia, também é possível notar um cercamento do assentamento pelas lavouras, indicando que a hipótese de avanço da fronteira agrícola bem como seus impactos se sustenta.



Mapa 14- evolução do uso e ocupação do solo no PDS Bordolândia (2008 e 2018).

### 5.1.5 PA Jacaré Valente e PA Manah

Os dois últimos assentamentos caracterizados neste item são os assentamentos onde não foi possível realizar visitas *in loco* diante de todas as dificuldades já listadas. No entanto, em dois momentos específicos foi possível entrevistar dois assentados que residem nesses assentamentos, o que nos permitiu conhecer um pouco mais da realidade destes PA's, bem como a visão desses assentados sobre a vida no assentamento e questões referentes à fronteira agrícola.

O primeiro assentado que entrevistamos nessa condição foi o nº01 que é residente do PA Jacaré Valente, em Confresa. Tivemos a oportunidade de conhecê-lo durante o trabalho de campo realizado em janeiro/2019, quando algumas informações já puderam ser obtidas, mas foi no trabalho de campo de maio/2019 onde elas puderam ser mais aprofundadas. O PA Jacaré Valente foi criado em 1989 por meio de desapropriação, encontra-se na fase 5 de implementação do Inera e dois lotes encontram-se embargados pelo Ibama (2019) por descumprimento do art. 51 do Decreto nº 6.686, de 10 de dezembro de 2008. Além disso, nele residem 390 famílias que se dedicam à pecuária, de maneira semelhante ao que ocorre nos

outros projetos de Confresa. Até março de 2018, cerca de 67 CCU's foram expedidos para esse assentamento, mas não consta nos registros do Inca a emissão de TD.

Já o segundo assentamento nessa condição é o PA Manah, localizado em Canabrava do Norte. Foi através da entrevistada 35 que foi possível obter algumas informações sobre esse assentamento que foi criado em 1995, também por desapropriação, e se encontra na fase 3 do Inca. É o menor assentamento em número de moradores dessa seleção, possuindo 136 famílias, segundo o Inca (2017). Até março de 2018, aproximadamente 143 CCU's tinham sido emitidos nesse assentamento, que possui 2 lotes com áreas embargadas, segundo o Ibama (2019). O contato com essa entrevistada se deu durante o 3º módulo de agricultura e agropecuária de base agroecológica oferecido pela CPT, em parceria com o Instituto Federal de Mato Grosso, *campus* Confresa, que será mais detalhado mais adiante.

## **5.2 A desterritorialização na imobilidade**

Ainda que já tenha sido feita uma discussão teórica acerca do conceito de território no capítulo 2, faz-se necessário retomar algumas ideias principais para situarmos a desterritorialização na imobilidade, de relevância fundamental nesta tese. Numa perspectiva integradora que associa as diferentes dimensões sociais e sua relação com a natureza, o território “pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2011a, p.79) e sua coesão “é proporcional à capacidade que seus membros possuem de aliar, num espaço comum, controle político e produção de sentido, exercendo assim um poder material e simbólica/afetivamente articulado” (HAESBAERT, 1997, p.272).

O controle político e a produção de sentido a que se refere Haesbaert (1997) são resultado dos processos de apropriação e domínio do espaço (LEFEBVRE, 2000) responsáveis pela efetiva territorialização dos grupos e que reúnem uma dimensão concreta, de caráter funcional, e uma dimensão simbólica e afetiva. No caso dos territórios da agricultura familiar, isto é, dos assentamentos, o caráter simbólico advém do histórico de luta da agricultura familiar e do campesinato pela igualitária distribuição de terras do país, ou seja, pela reivindicação da reforma agrária. O caráter funcional vem da materialidade do espaço, enquanto lócus produtivo, base de sustento e vida familiar e comunitária e, portanto, da reprodução social desses grupos. Esses dois aspectos são interligados e fundamentam as

prerrogativas necessárias à formação, consolidação e manutenção do assentamento, conforme demonstrado na figura 2 (página 90).

Com base nessa perspectiva, cuja essência está nos processos de domínio e apropriação de um espaço, a desterritorialização se apresenta como um processo de precarização territorial, onde há um desenraizamento de indivíduos e de grupos sociais privando-os do acesso a recursos e riquezas (SOUZA, 2013). Segundo este autor, a desterritorialização “não é uma violência com resultados restritos ao redesenho territorial de um povo, mas algo que possui sérias implicações para o modo de vida, a cultura e, no limite, à própria sobrevivência” (SOUZA, 2013, p.102), o que, para este autor, implica necessariamente em um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço.

A desterritorialização possui dimensões econômicas, políticas e culturais e está, de acordo com Haesbaert (1997; 2000), vinculada aos processos de modernização e globalização que produzem o surgimento constante de novos objetos e tecnologias que são capazes de transformar paisagens e conectar regiões distantes através de uma rede hierarquizada de fluxos ininterruptos. Em outro trabalho, este mesmo autor identifica cinco tipos principais de desterritorialização: 1º a desterritorialização como domínio das redes, dos fluxos e da mobilidade; 2º a desterritorialização como perda de referenciais espaciais concretos, sob o domínio das relações imateriais; 3º desterritorialização como perda de poder em termos de controle dos processos sociais através do espaço; 4º desterritorialização como deslocalização econômica; 5º desterritorialização como fruto da crescente homogeneização cultural (HAESBAERT, 2011b).

Ela, no entanto, não ocorre de maneira equânime para todos. Para grupos sociais mais privilegiados, “a desterritorialização se confunde com multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade ‘opcional’”, enquanto que para classes sociais mais pobres a desterritorialização é uma “a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de ‘flexibilidade’” (HAESBAERT, 2003, p.22). A desterritorialização para esses sujeitos sugere uma territorialização muito precária, onde a fragilização territorial torna-se evidente (HAESBAERT, 2004). Por diversas razões, como a compressão do tempo-espaço e a fluidez territorial proporcionada pelas redes técnicas, a desterritorialização é frequentemente associada ao deslocamento e à mobilidade, ainda que em situações adversas, dos indivíduos e grupos sociais.

Todavia, conforme estamos buscando mostrar, a desterritorialização também pode ocorrer na fixidez, ou seja, na imobilidade. Essa forma de desterritorialização existe quando mesmo possuindo um espaço de referência para a reprodução social, determinados grupos experimentam uma “precarização das suas condições básicas de vida e/ou a negação da sua expressão simbólico-cultural” (HAESBAERT, 2011a, p.251). Podemos pensar que, para os grupos sociais mais pobres, se não forem sanadas as condições para essa precarização, a desterritorialização na imobilidade pode se transformar na desterritorialização com deslocamento, na medida em que eles podem buscar em outro espaço as ferramentas necessárias para se reproduzir socialmente. A desterritorialização na imobilidade, dessa forma, antecederia, em casos específicos, a desterritorialização mais comumente analisada. Neste sentido, concordamos com Rogério Haesbaert, para quem a desterritorialização

deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural. (Haesbaert, 2011a, p. 312)

Enquanto a territorialização é um processo enraizador realizado através de técnicas e ações que transformam a natureza e o seu significado (DEBARBIEUX, 2009) e que busca autonomia reconhecendo as especificidades dos sujeitos, a desterritorialização na imobilidade provoca um desenraizamento simbólico e um des-envolvimento que fragiliza e, por vezes, interrompe a sua autonomia. Essa autonomia é, segundo Ploeg (2009), uma condição camponesa na busca da “construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (p.18). Para este autor, uma das principais características do campesinato é que a autonomia e progresso são criados através da co-produção entre o homem e a natureza viva, quando esta é usada para criar e desenvolver a base de recursos complementada pela mão de obra, investimentos na produção, conhecimentos, redes e acessos a mercado, sendo a sustentabilidade um aspecto central da forma de produção camponesa (PLOEG, 2008; 2009).

Ainda sobre a autonomia, Menezes e Malagodi (2011) fazem uma contundente análise dos trabalhos de James Scott e Ploeg, e concluem que esses dois autores convergem no entendimento de que a busca por autonomia dos camponeses de modo a garantir suas condições de reprodução social “se expressa em formas de resistência individuais e coletivas, espontâneas e organizadas, cotidianas ou esporádicas” (64), e é essa resistência e autonomia que garante que os camponeses sejam atores sociais. Desta forma, podemos afirmar que sem

essa autonomia não há a possibilidade de se construir, manter ou fortalecer um território. Nesse sentido, concordamos com Haesbaert quando afirma que “assim como mobilidade não significa, compulsoriamente, desterritorialização, imobilidade ou relativa estabilidade também não significa, obrigatoriamente, territorialização” (2011a, p.252).

Compreendemos que o território, em especial aquele representado pelos assentamentos da reforma agrária, constitui um espaço diferencial e direcionado à prática da agricultura familiar que, por sua vez, se apropria e o controla, transformando-o em território. Em estudo sobre os assentamentos do Rio Grande do Sul e a territorialização dos agricultores, Sosa e Medeiros (2011) afirmam que

“el proceso de desterritorialización es marcado como una etapa muy penosa em la vida del agricultor sin tierra, ya que es el momento em que el agricultor es expropiado no solo de sus bienes materiales, sino de toda una identidad constuida partiendo del trabajo com la tierra, que em la mayoría de los casos era la única forma de identidad que conocían. En este momento su identidad territorial sufrió un gran impacto llegando muchas veces a ocasionar el abandono de la lucha y el regreso a ‘su lugar de origen’” (p.218-219).

Mais uma vez, temos como exemplo a desterritorialização enquanto movimento compulsório de uma população expropriada de seus bens e de sua identidade. Mas antes da desterritorialização que provoca o retorno “a um lugar origem”, como apontado pelos autores, acreditamos que a desterritorialização é causada primeiramente na imobilidade, diante da perda de autonomia do assentado. Com esse duplo movimento, haveria um processo de alisamento e homogeneização territorial proveniente da busca incessante de reprodução do capital no campo brasileiro, o que ocorre de maneira mais acentuada em regiões de fronteira agrícola, como é o caso do TCBA, onde determinados fatores se tornam mais evidentes.

### **5.3 Fatores de desterritorialização na imobilidade**

A fronteira agrícola é portadora de discursos, práticas e símbolos (SILVA, 2011) que contribuem para a afirmação do agronegócio que segue avançando através de um processo constante de integração de novas áreas à dinâmica do capital nacional e internacional, uma vez que, “a expansão territorial continua tendo um peso central na alavancagem desta produção agropecuária” (NIEDERLE e WESZ Jr., 2018, p.102), apesar do discurso do aumento do rendimento e produtividade agrícola. Essa integração, conforme apontado por Bernardes (2009), é ancorada em um paradigma tecnológico moderno e não é feita sobre



espaços vazios, sendo estes previamente apropriados por atores que possuem outros ritmos e tempos, como indígenas, assentados, posseiros e outras comunidades tradicionais.

Esse avanço territorial da fronteira agrícola promove a substituição de pastagens e de áreas sem uso pela produção de *commodities*, conforme foi mostrado no capítulo anterior, em áreas do TCBA. Porém, o avanço também tem ocorrido dentro de assentamentos da reforma agrária. Ainda que não se possa afirmar que esse avanço é generalizado, ou seja, em todos os assentamentos da região do Araguaia-Xingu, entendemos que o conjunto de aspectos que são carregados juntamente com a fronteira, tem repercutido sobre as relações socioeconômicas dos assentados, mesmo naqueles assentamentos considerados momentaneamente “distantes” da fronteira agrícola. Isso se dá, pois, ainda que determinadas ações sejam localizadas, seu efeito pode ser de maior escala. Um exemplo disso são os desmatamentos realizados em um local recém-aberto que pode contribuir para alterar o regime de chuvas de maneira regional e global, afetando a produção de outros lugares e colocando em risco a sobrevivência de grupos inteiros.

Esses impactos, que atingem de forma desigual o conjunto dos assentamentos, pode levar os assentados a vivenciarem a desterritorialização na imobilidade, ou seja, a perda de autonomia e a precarização de suas condições básicas de vida. Definimos alguns dos principais elementos que apareceram durante os trabalhos de campo e que denominamos de fatores da desterritorialização na imobilidade dos assentamentos e assentados do TCBA. Esses fatores estão distribuídos em três aspectos gerais (físicos/ambientais; políticos/econômicos; e sócio-identitários) e cada um deles possui variáveis analíticas que podem ser observadas no quadro 1 (página 27), por meio das quais, buscaremos evidenciar a presença - ou não - deste tipo de desterritorialização.

Esses aspectos se relacionam no dia a dia das famílias assentadas e, alguns deles podem aparecer de maneira mais contundente em um assentamento e de forma mais superficial em outro. Conforme mencionado em outras ocasiões neste trabalho, o arrendamento e o uso de agrotóxicos, sobretudo nas lavouras dentro dos assentamentos, são considerados duas das principais formas de contribuição para a desterritorialização na imobilidade, mas como pode ser visto no quadro anterior, existem outras variáveis que afetam igualmente esses territórios.

A nossa escolha metodológica, que entende o assentamento como um todo e não fragmentado em lotes (ainda que a escala do lote represente outra escala de território para cada família), permite que sejam feitas análises nessa escala e, portanto, à medida que determinada variável se mostra mais presente num assentamento, podemos pressupor que a

fragilização e vulnerabilidade desse assentamento é maior em termos de coesão territorial. Para conferir mais fluidez ao texto, não trataremos especificamente de cada uma das variáveis. Faremos isso isoladamente com os aspectos, que serão tratados na perspectiva dos assentados e outros atores locais, a partir da análise dos trechos das entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo.

### 5.3.1 Aspectos físicos/ambientais

O histórico da região do TCBA, discutido no capítulo anterior, nos fornece elementos que ajudam a explicar alguns dos principais aspectos físicos/ambientais que repercutem sobre os assentamentos. Houve nessa região dezenas de projetos agropecuários que foram implementados durante o governo militar, na tentativa de acelerar o desenvolvimento econômico do nordeste mato-grossense. O desmatamento e a pecuária extensiva foram dois dos principais mecanismos utilizados para instalar esses empreendimentos, que se configuram em importantes rugosidades que influenciam as dinâmicas locais atualmente.

As áreas que foram desmatadas durante esse período pouco se recuperaram até hoje. Na verdade, o que é possível afirmar é que, salvo em alguns casos, não houve um trabalho dentro dos assentamentos que visasse à recuperação dessas áreas, pois muitas delas, mesmo após os projetos agropecuários serem extintos, continuaram sendo utilizadas como pastagem. É o caso de extensas áreas do PA Mãe Maria e do PA Dom Pedro, que têm na pecuária leiteira a sua principal atividade econômica.

Alguns assentados entrevistados iniciaram o reflorestamento dos lotes e encontraram muitas dificuldades, pois, como afirmado pela assentada 40, do PA Independente I, “*a braquiária<sup>76</sup> é muito resistente*”. Ela se refere à espécie de capim que ainda continua sendo muito utilizada para a formação de pastagens e que é de difícil extração apenas com a enxada, mas ela se recusa a usar os agrotóxicos, como muitos de seus vizinhos. “*Eu não uso a bomba pra matar o mato, é na enxada*”, afirma ela, que relembra que, quando chegou neste lote, há cerca de três anos, só encontrou braquiária. “*Isso aqui tudo era braquiária, aí eu vou plantar umas árvores bem grandes e vai virar um bosque. Inclusive aquela que tá ali eu não deixei arrancar porque ela vai fazer parte do bosque. É uma árvore nativa*” (figura 17).

---

<sup>76</sup> Segundo a Embrapa, os capins do gênero *Brachiaria* viabilizaram as áreas do Cerrado para a produção pecuária, uma vez que ela é menos exigente em termos de fertilidade e, por isso, se adapta melhor aos diferentes solos. Além disso, estima-se que de 80 a 90% da área de pastagens cultivadas no Brasil são constituídas por esse tipo de capim. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31795514/braquiaria-muito-alem-da-alimentacao-animal>. Acesso em novembro/2019.



Figura 17- Lote com braquiária e ao fundo uma árvore nativa preservada. Fonte: Lourenço (2018).

A fala dessa entrevistada não demonstra apenas a sua recusa pela opção considerada mais fácil para “limpar” os lotes, através do agrotóxico, mas também a sua relação com esse espaço. Seu discurso destoa de muitos outros assentados entrevistados devido ao seu desejo de “formar um bosque”, enquanto outros pretendem migrar para soja ou então melhorar o pasto para o gado. Para ela, é uma *“pena que a gente não vê isso em toda comunidade. Se toda comunidade resolvesse reflorestar um pedacinho da sua área, a natureza talvez se equilibrasse de novo”*. De fato, a visão que essa entrevistada possui é diferenciada e suas ações são perceptíveis no seu lote, que já está transformado pela força do seu trabalho e de sua família, o que é confirmado pela entrevistada 48:

*“A 40 é muito diferenciada porque ela participa muito de cursos, então ela é muito ativa (...). Quando ela comprou aquela propriedade, ela ainda não tinha aquela casa, era só pastagem. Em três anos quem vai lá é nítida a mudança. Ela construiu a casa num solão quente daquele com a área que ela tava implantando o SAF que não deu certo ai virou o bananal e agora ta virando SAF novamente”* (entrevistada 48).

Não há dúvidas de que as características e ações dessa assentada fortalecem o território representado pelo assentamento. Todavia, conforme ela mesma reconhece, existe uma dificuldade em disseminar essas iniciativas para o restante do assentamento, o que poderia melhorar a qualidade de vida de todos por meio de práticas que são coerentes com a agricultura familiar, como a reciprocidade e as trocas, estratégias frequentemente utilizadas para mobilizar recursos em falta (PLOEG, 2008). Nas palavras dessa assentada:

*“Era bom se o assentamento todo fizesse um trabalho desse, mas não fazem não.(...) O pessoal todo tem terra, mas compra banana porque ninguém tem um pé de banana. E aí vai indo. Seria ótimo se todo mundo tivesse que aí a gente não vendia, a gente trocava. E a gente ia ser feliz porque sabia que todo mundo tinha. Quando todas as pessoas têm, ninguém passa fome”.* (Entrevistada 40).

Com diversas semelhanças em relação à entrevistada do PA Independente I, encontramos também a entrevistada 45, do PA Dom Pedro. Sua perspectiva crítica também a leva a procurar formas de conviver harmoniosamente com o meio ambiente. Isso fica evidente quando ela, que mora com a mãe e um sobrinho, discorre sobre a necessidade de proteger a única nascente que tem em seu lote, mesmo sem auxílio técnico ou recursos financeiros. “Ela [a nascente] tá toda reflorestada e agora o nosso dever é cercar”, diz ela, afirmando que com essa medida, garantirá a disponibilidade hídrica para suas atividades e contribuirá para a melhoria do meio ambiente. Porém, assim como constatado pela entrevistada 40, a 45 também encontra dificuldades em encontrar pares dentro do assentamento, como pode ser observado no trecho de sua fala abaixo:

*“Mas não adianta eu sozinha fazer isso porque a natureza é um sistema. O meu vizinho terceiro ele tem na propriedade dele um olho d’água que ela ferve. Pura água mineral. Muito mais deliciosa do que aquela água puríssima, você toma ela e sente que ela realmente é uma água mineral. Só que ela tá assoreada, e ele tende a perder ela e todos nós perdemos com isso. Apesar da gente não usufruir porque tá na propriedade dele, a água não é dele, a água é de todos. Pode ter na minha propriedade, mas se você não tem eu tenho que te fornecer. Água é vida”.* (entrevistada 45).

Essas dificuldades colocam em risco a coesão territorial do assentamento, não apenas pelo distanciamento provocado entre os assentados, mas também pela existência de práticas ambientalmente prejudiciais que podem contribuir para a insegurança coletiva, uma vez que os recursos estarão ameaçados e não poderão ser aproveitados pela comunidade. Nota-se que, no caso dessas duas assentadas, para além do domínio e controle sobre o seu lote, elas mantêm uma relação de apropriação simbólica que extrapola os limites da propriedade, pois entendem que o cuidado com a natureza não deve ser restrito a apenas algumas áreas. Com isso, podemos afirmar que um dos grandes benefícios da agricultura familiar é a garantia de biodiversidade e a preservação ambiental. Sendo o assentamento um território dedicado à prática desse modelo de agricultura, poderíamos pressupor que esse cuidado ambiental seria generalizado, mas aí reside uma importante contradição, uma vez que a preocupação ambiental parece diminuir à medida que a fronteira agrícola se faz mais presente.

Nos dois assentamentos visitados em Querência, majoritariamente ocupados com o cultivo de grãos, o desmatamento continua sendo uma prática amplamente utilizada para a abertura de novas áreas (figura 18), o que pode ser corroborado através dos dados apresentados na tabela 16 (página 128), que revelam que este município teve o maior incremento de área desflorestada entre 2017 e 2018.



Figura 18 - lote recém-aberto no PA Brasil Novo. Fonte: Lourenço (2018).

De acordo com Niederle e Wesz Jr (2018), o desmatamento de regiões da Amazônia Legal voltou a registrar aumentos após a aprovação do novo Código Florestal<sup>77</sup> de 2012, o qual, “além de flexibilizar normas, anistiou infrações ambientais praticadas antes de 22/06/2008, criando uma expectativa entre os desmatadores de que isto pode ocorrer novamente nos próximos anos” (p.142). Tal expectativa está em vias de ser confirmada através da Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019<sup>78</sup>, que prevê a mudança do marco temporal para a regularização fundiária, que antes era referente ao ano de 2008 e, com essa MP, passa a ser 05 de maio de 2014. Para além dessa expectativa, o atual contexto político brasileiro tem influência sobre os recentes índices de desmatamento, o que pode ser corroborado através da fala do entrevistado 26.

---

<sup>77</sup> Lei nº 12.651/2012.

<sup>78</sup> Medida Provisória nº910, de 10 de dezembro de 2019 que dentre outras medidas, altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-910-de-10-de-dezembro-de-2019-232671090>

*Aqui desde a época da eleição [de 2018], o desmatamento aumentou bastante dentro dos assentamentos. Bastante mesmo. Eu ando dentro dos assentamentos e vejo que desde então o pessoal tá abrindo área acreditando que no governo Bolsonaro isso não vai dar em nada, não vai ter multa (...) e isso aí é discurso dentro dos assentamentos, eu já ouvi já. Pessoal dentro do PA São Manoel comprou pacote, derrubou os quatro lotes. Foi derrubando tudo. (...) aí eu fui falar com os caras. E eles falaram que derrubaram mesmo pra colocar soja (...). (entrevistado 26).*

Segundo a entrevistada 02, o avanço do agronegócio dentro dos assentamentos de Querência tem sido feito de maneira desordenada por meio da abertura de novas áreas, o que atrai a atenção dos órgãos ambientais, que aumentou a frequência das “batidas” nos assentamentos para fiscalização. Quando isso acontece, um grande número de assentados imediatamente procura o sindicato dos trabalhadores rurais, pois esse é, de acordo com ela, praticamente “o único ponto de referência” para eles.

Neste momento, é importante retornar à figura 18 e inserir um breve comentário a seu respeito, uma vez que tal imagem é bem significativa e corrobora com a perspectiva desse entrevistado. O lote em questão foi objeto de um processo de separação conjugal e a parte representada na foto, que pertencente à ex-esposa, estava sendo aberta para a formação de pastagem. O outro lote, que ficou como propriedade do ex-esposo, estava embargado pela SEMA, e isso levou a equipe do ISA a desenvolver um projeto de reflorestamento para o proprietário regularizar sua situação junto aos órgãos ambientais. O interessante, neste caso, não é o desmatamento em si. É que mesmo tendo o conhecimento do embargo do lote, a atual proprietária do lote vizinho, comete as mesmas infrações ambientais que o ex-companheiro, correndo o risco de também sofrer as sanções previstas em lei para este crime. Isso é um demonstrativo do que foi exposto na fala do entrevistado 26 e tem relação com o que tem incentivado o aumento do desmatamento, ou seja, a certeza da impunidade é um estímulo às práticas ambientais ilegais nessa região.

Percebe-se que, além do panorama da política brasileira incentivar, ainda que indiretamente, esses crimes ambientais, essa dinâmica está diretamente vinculada à expansão da fronteira agrícola que, em Querência, tem sido realizada, sobretudo dentro dos assentamentos, conforme afirmado pelo entrevistado 25. Entendemos que o poder de desterritorialização que essas ações têm sobre os assentamentos está relacionado à homogeneização do território, pois, não é raro encontrar diversos lotes sob o controle de apenas um proprietário e com apenas uma atividade. Essa homogeneização, além de indicar um aprofundamento da especialização produtiva nesse município, provocando uma mudança

nas relações de produção<sup>79</sup> dentro do assentamento, sugere um maior poder de controle dos agentes do agronegócio por meio de um processo de monopolização do território (OLIVEIRA, 2016), enfraquecendo a autonomia dos assentados que resistem a essa produção. O controle do território por meio dos agentes ligados ao agronegócio torna-se claro quando temos em mente o mapa 6 (página 164) que evidencia a territorialização das principais *tradings* do agronegócio concentradas em Querência.

Conforme já comentado, as empresas revendedoras de pacotes agrícolas também exercem um papel fundamental na expansão da fronteira dentro dos assentamentos, uma vez que essa é a clientela preferencial dessas empresas, e seu vínculo com essa dinâmica é nítido quando o entrevistado 26 afirma que os assentados “*compraram pacote*”. A visão que essas empresas possuem sobre essa relação entre desmatamento e produção de *commodities* fica bem nítida na fala do entrevistado 28. Segundo ele: “*eu sou contra o desmatamento, mas botar soja em pasto degradado, qual é o problema? É verde também*”. A intenção, portanto, é a venda dos pacotes agrícolas de forma que a terra fique sempre produtiva e a renda da terra seja continuamente extraída. Além disso, toda essa homogeneização tem como consequência uma alteração do significado da terra em valor de uso para valor de troca ao modificar as formas de uso da terra e a apropriação do território.

A aquisição de dois ou mais lotes dentro de um assentamento, além de ser ilegal (já que, por lei, cada família assentada tem direito a apenas um lote de até quatro módulos fiscais), provoca um esvaziamento do assentamento, pois onde poderiam ser encontradas diversas famílias com cultivos típicos da agricultura familiar, são encontrados, na verdade, um processo de reconcentração fundiária, com vistas à expansão territorial de *commodities* e uma monopolização territorial que não condiz com os princípios da política de assentamentos rurais. Sabendo dessa pressão que o processo de sojicização (NIERDELE e WESZ, 2018) exerce sobre os assentamentos, não seria pertinente considerar que os assentamentos, nesse município, são territórios controlados e apropriados por sujeitos autônomos que são livres para expressar seu modo de vida e que possuem liberdade de ação. Na verdade, o que se tem é uma subordinação, se não total, pelo menos parcial dos assentados de Querência aos discursos e práticas do agronegócio.

---

<sup>79</sup> De acordo com Oliveira (2007, p.36) “as relações de produção são na essência relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. São, portanto, relações sociais de produção. Essas relações são a essência do processo produtivo. Elas são estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção. Os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade”.

Todavia, a abertura de áreas não é realizada exclusivamente com vistas à transformação em lavouras. Ao visitar o sítio do entrevistado 15 no PA Dom Pedro, ele conta que derrubou recentemente uma área para iniciar um plantio. *“Ali, eu quero plantar essas coisas da agricultura familiar, mandioca, fruta, milho”*, nos conta. A principal diferença entre essas duas práticas está na extensão do desmatamento realizado. Enquanto nos assentamentos de Querência, a abertura é de lotes inteiros<sup>80</sup>, conforme o entrevistado 26 nos afirmou, nesse caso específico do assentamento em São Félix do Araguaia, a área aberta é de menos de um hectare, apenas o suficiente para o plantio desejado. O entrevistado 15 nos conta que, por ele preservar grande parte do seu lote, ele frequentemente é associado por outros assentados e até mesmo outros atores, como um *“sujeito preguiçoso”*. Conforme ele nos conta

*“Veio um moço outro dia pra São Félix, trabalhar na prefeitura, que falou pra mim: ‘rapaz, larga fogo nessa mata, enche de capim. Tu vai comer mata?’ E eu respondi pra ele: ‘também não vou comer capim’. Isso aqui é vida. A nossa vida é a mata. A água é vida também”* (entrevistado 15).

Duas ressalvas devem ser feitas a partir da fala anterior. A primeira delas é o vínculo que este assentado estabelece com o meio ambiente, numa relação condicional de existência mútua entre a própria vida e a manutenção das florestas. Trata-se de um tipo de relação simbólica que está no cerne da construção da nossa perspectiva de território. Assim como esse entrevistado, as entrevistadas 40 e 45 compartilham essa mesma lógica.

A segunda ressalva é que, atrelada ao desmatamento encontra-se a prática da queimada, que é outro fator que pode levar à desterritorialização na imobilidade dos assentados. Para Sá et al. (2015), na agricultura amazônica a prática de corte e queima é frequentemente utilizada para o preparo da área com a finalidade de plantio, e por ser um método com diversos impactos ambientais, deve ser evitada. Um dos impactos é que, ainda que os produtores adotem práticas de proteção, é comum ocorrer o descontrole da queima e o fogo pode danificar e muitas vezes destruir áreas cultivadas e extensões florestais. Relatos de campo indicam que o fogo já atingiu até casas dentro dos assentamentos, desalojando as famílias. Conforme nos conta a entrevistada 19,

---

<sup>80</sup> O tamanho médio dos lotes em Querência é de 80 hectares. Ou seja, na situação apresentada pelo entrevistado 26 no PA São Manoel, podemos dizer que a abertura foi de aproximadamente 320 hectares.



*“Essas queimadas são criminosas e tem pessoas que, pelo menos no Mãe Maria, por exemplo, que fala que foi os índios. Os xavantes. Mas eu acho que todo mundo bota. Os índios botam, os trabalhadores botam o fogo de forma descontrolada, então uma grande ameaça nos assentamentos onde a ANSA trabalha são as queimadas. Porque a região é de pastagem então quando pega fogo, ele alastra. E com isso a gente convive (...) Tem pessoas que perdem seus quintais e isso é muito sério. E isso é recorrente nos assentamentos que a gente trabalha”.* (Entrevistada 19)

Na visita ao PA Dom Pedro, pudemos constatar *in loco* o resultado das queimadas no sítio do entrevistado 07, que já está neste lote há 17 anos. Ele se queixa que o seu vizinho “*não sabe colocar fogo*” e, no dia anterior, o fogo quase queimou toda a cerca de sua propriedade (figura 19). A maior preocupação, no caso desse assentado, era em relação à perda da cerca elétrica recém-instalada para a lida com o gado, e que necessitou de um grande investimento. Seu prejuízo só não foi maior porque eles “*conseguiram abafar antes dele [o fogo] pular pro lado de cá*”.



Figura 19 - lote recém-queimado no PA Dom Pedro. Fonte: Lourenço (2018).

A queima dos lotes nos assentamentos muitas vezes é feita com o intuito de “limpá-lo” para iniciar um novo ciclo de plantios. Mas, em muitos casos, essa prática é realizada em períodos equivocados, quando as condições atmosféricas fazem com que os prejuízos para os assentados sejam elevados e não restritos àquele que começou a queima. Conforme nos conta

a entrevistada 21, os danos dessa prática afetam, inclusive, aqueles que buscam se distanciar do modelo do agronegócio, por meio da implementação dos sistemas agroflorestais (SAF's):

*(...) tem um processo de implantação de sistemas agroflorestais e aí já teve uma situação aqui de uma família super empolgada, de ter todo um trabalho de viveiro, de colocar um pequizal, uma quantidade enorme de pequi e queimar tudo. Você imagina isso? O pequi é uma espécie nativa do cerrado, leva um tempão e aí perde tudo, inclusive a casa (entrevistada 21).*

Não há dúvidas de que a queima dos pastos para sua limpeza é uma prática recorrente nos assentamentos do TCBA, e que está sustentada no saber geracional, o que dificulta o trabalho técnico e pedagógico que é desenvolvido continuamente por instituições como a ANSA e a EMPAER. Igualmente, é uma ação que provoca uma insegurança alimentar para as famílias diante da perda de roças e casas, o que vem acompanhado por um desânimo por ter que recomeçar todo o trabalho do zero. Esses fatores nos levam a identificar que as queimadas são um dos fatores da desterritorialização na imobilidade pelo seu potencial de evasão do assentamento e endividamento que pode vir a provocar nos assentados.

Por outro lado, conforme demonstrado pela entrevistada 21, existem experiências que, mesmo com os inúmeros riscos, buscam alternativas que têm capacidade para dinamizar os assentamentos em diversos aspectos. O plantio dos Sistemas Agroflorestais (SAF's) constitui uma dessas alternativas e foi encontrado em todos os assentamentos visitados, inclusive os de Querência. Quando questiono a assentada 37, do PDS Bordolândia, sobre o que ela produz no quintal dela, ela diz que: *“de tudo um pouco”* e complementa: *“as casas aqui quase tudo tem SAF”*.

Tecnicamente, o SAF é um sistema de manejo direcionado ao uso do solo que combina em uma mesma área diversos cultivos de espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea ou em sequência temporal. Além de ser considerado pela Embrapa como uma importante ferramenta de recuperação ambiental, e poder ser realizado através do plantio de mudas ou sementes consorciadas, essa técnica permite um retorno produtivo contínuo, a melhoria da biodiversidade e fortalecimento dos vínculos territoriais, uma vez que incorpora conhecimentos técnicos e culturais. Nesta perspectiva, concordamos com Sabourin *et al* (2018, p.14) para quem, “agricultura e agroecologia não são somente sistemas técnicos na escala da unidade de produção, devem ser considerados também como sócio-agrossistemas em escala territorial”.

É consenso entre os entrevistados nessa pesquisa que a diversificação produtiva decorrente dos SAF's é o melhor caminho a ser seguido pela agricultura familiar. A diversificação, segundo Perondi e Schneider (2015), tem o potencial de fornecer mais oportunidades às famílias, melhorando a sua qualidade de vida, o seu local e a própria região em que está inserida. Essa opção, no entanto, depende de um processo contínuo de negociações e redefinições da relação familiar, gênero, poder e propriedade. Em outras palavras, a diversificação produtiva é uma escolha familiar que pode encontrar alguns obstáculos, técnicos e culturais até a sua implementação.

No caso do TCBA, um desses impedimentos é o histórico da região, fortemente amparado na pecuária, o que causa um estranhamento pelos assentados na introdução de outras atividades dentro do lote. Todavia, conforme concluem os autores, a renda *per capita* das famílias que diversificam é maior do que aquelas que não utilizam essa prática (PERONDI e SCHNEIDER, 2015). Tal constatação também é feita pelo entrevistado 47 que afirma que a diversificação é o caminho que os assentados da região têm que seguir, pois com ela *“o cara vai entender que ele pode tirar rendas da propriedade que não dependa só do gado, não dependa só da atividade mono. Ai ele não vai se sentir pressionado a vender a terra”*. Na perspectiva aqui adotada, a relação traçada por esse entrevistado entre a pressão pela venda da terra e a falta de opções de geração de renda é um elemento fundamental para caracterizar a desterritorialização na imobilidade. O pouco dinamismo econômico do assentado é um fator gerador da precarização das suas condições básicas de reprodução familiar, o que o leva a procurar outras opções, muitas vezes fora do assentamento. Isso, por sua vez, pode ser o início de um afastamento e da desvinculação familiar do território representado pelo assentamento.

Para além do estranhamento decorrente do histórico da região, o entrevistado 47 também aponta para o machismo, muito presente nessas comunidades onde existe no imaginário social um consenso de que *“horta é coisa de mulher e gado é coisa de homem”*. Segundo ele, *“quando você fala em diversificar nunca foi da cultura do lugar essa diversificação”*, mas ao mesmo tempo, *“ela [a diversificação] é um processo fundamental para a mudança”*, referindo-se à melhoria dos indicadores socioeconômicos do assentado. Conforme nos conta a entrevistada 48, embora o machismo seja uma realidade que dificulta a disseminação dessa prática, que para além do propósito ambiental, também tem um importante componente econômico, gradativamente isso está mudando na região. E o fator econômico é que tem propiciado essa mudança. Segundo essa entrevistada, *“quando eles começam a ver a mulher ganhando um dinheirinho, comprando um móvel pra casa, ou uma*

*roupa nova pra criança, eles mudam o discurso e começam a se interessar também*". E completa: *"aí eles falam: deixa eu fazer isso aí que você não tá fazendo direito não"*. É perceptível que há a necessidade de um convencimento dos agricultores, mostrando não só a viabilidade, como a vantagem econômica por essa opção, e o protagonismo da mulher assentada tem contribuído, aos poucos, para transformar essa realidade.

Durante o primeiro dia do curso de Agroecologia ocorrido em Porto Alegre do Norte, um dos participantes chamou a atenção para a importância de promover um maior diálogo de saberes para a maior difusão da proposta dos sistemas agroalimentares, mas ressaltou que *"nem todo SAF é agroecológico"*, indicando que mesmo que o agricultor opte por essa forma de manejo, ele ainda assim pode fazer uso de agrotóxicos para manter sua produção. Esse é o caso da entrevistada 52, do PDS Bordolândia, que possui um quintal diversificado, mas faz uso de agroquímicos para controlar possíveis perdas na sua produção.

Estamos convencidos de que o uso desses insumos constitui um dos principais mecanismos de desterritorialização na imobilidade dos assentados e de enfraquecimento do assentamento e o uso, seja pelo próprio assentado, seja pelo produtor de *commodities*, tem impactos territoriais difíceis de mensurar, mas que são perceptíveis, tanto nas produções dos agricultores que não optam por esse modelo, como em seus relatos. A entrevistada 21 conta que, embora haja um esforço educativo com o intuito de minimizar o uso desses agroquímicos entre os assentados, a facilidade que essa técnica possui, bem como seus rápidos resultados, são fatores que os atraem.

*Eu pego e falo: olha, tem essa opção aqui com alho, tem essa opção aqui que é o com nin. "O senhor tem nin lá? Ah tenho sim!" Ai beleza, dou várias opções pra ele. Testa pro senhor ver, o senhor faz assim, faz assado e depois eu escrevo, mas primeiro tem que explicar. Ai ele vai e testa e vem: "deu certo, mas eu misturei os dois." Ah e não deu nenhuma reação? Não, não, deu certo. Ou então depois que eu pergunto pra ele e ele fala: "não... eu passei lá em seu fulano que vende um veneno bom demais.. já resolveu". Porque ele vai ter que deixar às vezes sete dias uma solução pra poder desenvolver o princípio ativo e ele não pode esperar sete dias, entendeu?! Aí ele vai lá e bota veneno. "Não, borrifei e no dia seguinte já tava tudo resolvido" (entrevistada 21).*

Quando questiono o entrevistado 47 sobre as possíveis explicações para a disseminação do uso dos agrotóxicos entre os assentados, ele atribui isso às extensas lavouras de soja na região, que seduzem os assentados na perspectiva de maior produtividade. *"Tudo que vem a prejudicar a produtividade é uma praga ou uma doença, eles já colocam assim, aí eles colocam veneno. Vai aculturando isso aí, como se fosse algo normal e a única solução"*, afirma ele. Além desse entrevistado, a entrevistada 48 entende que o uso desordenado dos

agrotóxicos por muitos assentados se deve à necessidade de solucionar rapidamente um problema inesperado nas plantações, perspectiva similar à entrevistada 21. Todavia, esse problema surgiu, pois o ambiente já está desequilibrado pela quantidade de produto químico presente no ar. Ela cita como exemplo, o caso das joaninhas na horticultura, que são predadores naturais dos pulgões, grande ameaça a essa atividade.

*Um lugar que não tem joaninha é um lugar que já está afetado, e quando você não tem o inimigo natural pra auxiliar esse controle a população de insetos e de praga (onde praga é o conceito que se refere que está acima do nível de dano econômico), ele é muito alto. Ai o que o pessoal faz? Qual o meio mais rápido pra combater o problema? Se você é um feirante e você trabalha vendendo hortaliça e você tá com problema que não tá conseguindo produzir (hortaliça tem um ciclo rápido, 45- 60 dias já tem que tá no processo de colheita), você vai colocar veneno. E aí quando você já tem esse veneno que tá no ar e que já acabou com seu inimigo natural e desequilibra o seu ambiente não tem pra onde você correr. Ou você para aquela atividade ou você procura se adaptar ao meio que tem. E a adaptação é o veneno em cima (entrevistada 48).*

Mas, conforme mostrado anteriormente na fala da entrevistada 40, muitos assentados recusam essa prática, o que também pode ser observado nas três falas a seguir, uma delas da própria entrevistada 40, que é categórica ao rechaçar essa prática:

*Então a gente não quer usar agrotóxicos, a gente luta contra os venenos. (...) a gente não usa veneno pra matar mato, a gente usa enxada, porque você corta ele brota, isso é normal. Se você põe veneno, ele vai pelo solo, vai pra água e aí é uma cadeia que se vai, porque não para. (entrevistada 45).*

*Sempre tem um que fala pra mim: passa veneno, passa veneno. Ô meu Jesus. O veneno não é a alternativa porque nesse tempo se pega um trator e passa aqui o veneno só vai ser lavado no mês de outubro. Esse gado vai ficar comendo o capim com o veneno todinho. Eu vou intoxicar meu gado. E é o que eu como. Eu luto tanto contra o veneno e eu vou passar o veneno aí se não tem chuva pra lavar ele? (entrevistada 40).*

*Essa parte aqui tá suja e eu tô sem tempo pra limpar e a mulher não deixa bater veneno não (entrevistado 30).*

O “bater veneno” faz parte do vocabulário da população residente no TCBA e se refere, sobretudo, à limpeza dos lotes e extração de ervas daninhas. É facilmente observável que essa prática não se restringe ao meio rural e aos assentamentos, pois durante um dos trabalhos de campo em Confresa, várias placas, como a da figura 20, puderam ser encontradas, evidenciando que o uso do agrotóxico acontece mesmo em hortas e jardins dos núcleos urbanos.

Além de indicar a abrangência dessa prática para o meio urbano, é fundamental olhar para como ela está sendo realizada, pois a exposição a esses produtos pode ocasionar uma série de efeitos nocivos à saúde dos trabalhadores que os estão aplicando, caso as medidas de segurança necessárias não sejam rigorosamente cumpridas. Segundo o Ministério da Saúde (2018), entre 2007 e 2015, foram notificados 84.206 casos de intoxicação por agrotóxicos no país, sendo que as principais consequências podem ser alergias, distúrbios gastrointestinais, respiratórios, endócrinos, reprodutivos e neurológicos, mortes acidentais e suicídios. Além disso, os grupos mais suscetíveis a esses efeitos são: trabalhadores agrícolas, aplicadores de agrotóxicos, crianças, mulheres em idade reprodutiva, grávidas e lactantes, idosos e indivíduos com vulnerabilidade biológica e genética.



Figura 20 - placa oferecendo serviços de aplicação de agrotóxicos em Confresa. Fonte: Lourenço (2019).

De acordo com o estudo de Bombardi (2017), de 2000 a 2014 houve um aumento de 135% no consumo total de agrotóxicos no Brasil, passando de 170 mil toneladas para 500 mil toneladas em 2014. Em 2015, cerca de 52% de todo o agrotóxico vendido no país era destinado à produção de soja, com destaque para o glifosato. No TCBA não é diferente, a ponto de o entrevistado 28 afirmar que “*aqui é impossível plantar soja sem glifosato*”, lembrando que grande parte das sementes comercializadas nos pacotes agrícolas nessa região são transgênicas.

Nesse contexto, a deriva dos agrotóxicos, sobretudo aquela decorrente da pulverização aérea por sua maior extensão, aparece como um dos principais fatores causadores da desterritorialização nessa região. Vale lembrar que o relatório da Human Rights Watch (2018)

indicou que, já em 2012, aproximadamente 70 milhões de hectares de terra foram pulverizados por aviões no Brasil e que, conforme os dados apresentados no capítulo anterior, a frota aero agrícola no país está em ascensão. De acordo com o Ministério da Saúde (2018), as pulverizações aéreas levam a sérios problemas ambientais, como a geração de insetos resistentes aos agrotóxicos utilizados e a diminuição da população de insetos, como abelhas, essenciais para polinização de várias plantas. Para além dos impactos ambientais, os impactos sociais e suas repercussões territoriais são igualmente sérios.

Um caso emblemático que mostra especificamente esse tipo de desterritorialização, e que envolve a pressão do agronegócio por terras consideradas atraentes, e o caso do uso de agrotóxicos por esses atores é relatado pela entrevistada 40 que, antes de comprar um lote no PA Independente I, era posseira na Gleba Novo Horizonte, à beira da MT-430, também no município de Confresa, onde ocupou<sup>81</sup> a área com outras famílias. Ela e sua família permaneceram nessa propriedade por 17 anos, até que não resistiram mais às investidas de um grileiro que possuía, segundo ela, um título falso, comprovando a propriedade da área. *“Tinha 80 famílias e eu fui a última que saiu. Fiquei sozinha lá dois anos, depois não aguentei mais”*, ela nos conta.

Durante todo o período que permaneceu na terra, ela e outras famílias buscaram regularizar a situação daquela área procurando o Incra local e outras autoridades, como vereadores e deputados. Esgotadas essas iniciativas, ela resolveu ir à Brasília para denunciar essas violações. *“Eu tô aqui [na sede do Incra, em Brasília] porque eu tenho uma necessidade muito grande, eu vim fazer uma denúncia, lhe trago essa carta aqui, escrita, assinada, com RG, CPF e endereço. Que ela custe minha cabeça, mas ela tá assinada por mim”*, nos conta ao narrar seu encontro com o representante da autarquia<sup>82</sup> que a recebeu. O principal motivo da sua desistência e que a levou à mobilidade, a procurar terra em outro lugar, foi o agrotóxico, ao qual ela se refere como veneno.

*O medo do veneno eu tenho. Se não fosse ele, eu tava até hoje lá no meu lote. Eu não ia sair. Mas eles me cercaram com soja. Eu tinha 36 alqueires de chão, o que dá uns 170 hectares, era o meu lote junto com o dele. Eles desmataram e cercaram a gente tudinho com soja, aí eles iam jogar veneno e faziam a manobra em cima da minha terra. Pra todo o lado que eles jogavam, eles faziam a manobra em cima da nossa casa e aquele veneno cobria a gente. Aí foi matando as plantas, tudo que era de planta, você ia ver, as pontas tudo seca. Capim, tudo furadinho daquele pontinho do veneno quando bate. Aí apodrece tudo.*

<sup>81</sup> A própria entrevistada assim se referiu a essa etapa de sua vida e explicou que não se tratava de uma invasão. Nas palavras dela: *“invasão não. Ocupação, porque terra pública é ocupada e não invadida”* (entrevistada 40).

<sup>82</sup> Por questões de segurança, o nome não será divulgado.

(...)

*Tudo que nós tinha era tudo furadinho, parecia uma peneira do veneno. Você não tinha controle sobre o veneno. Tudo só melhorava, o milho, o capim, quando parava o veneno. O capim dos boi só crescia quando encerrava a safra. E a gente foi suportando assim. O gado leiteiro é mais sensível, uma vaca uma vez amanheceu doente, tava debilitada e não tinha leite. Ai ele [o filho] já separou ela, deixou ela numa sombra separado. A vaca passou o dia ruim, fez o remédio que pode nela. De noite ela levantou e de manhã ela já não levantou mais não. Ela ficou estirada lá no chão três dias, puxando a cabeça pra trás, escorando as patas, parecia que o olho dela tava seco. Eu falei: “meu filho, acaba de matar essa vaca porque ela tá sofrendo demais”. Passou uns dois meses, outra vaca. Mesmos sintomas da outra e aconteceu a mesma coisa. Você tava dentro de casa e ouvia os gemidos da vaca. Ai eu falei: “esse gado tá intoxicado”. O povo ia lá em casa, nós mesmos não sentia mais não, você fica no meio de uma catinga o tempo todinho que você acostuma. Eu não sentia a catinga do veneno. As pessoas ia visitar a gente e falava: “como vocês aguentam aqui? Esse catingão de veneno mais louco do mundo aqui? Como vocês tão suportando isso?”. A gente não sentia mais não. Eu pensei, por enquanto é o gado, mas por pouco tempo é nós. Nós vamos cair qualquer hora aí e não vamos levantar mais (entrevistada 40).*

O trecho de sua fala explicitado acima, embora longo, fornece elementos da realidade da entrevistada que, além de mostrarem a ação do agrotóxico na produção da família, revelam também como a perda da autonomia vai aos poucos se instalando. Primeiro, quando ela descreve que foi literalmente cercada pela soja após a desterritorialização das outras famílias. Num segundo momento, as evidências da violência praticada pelo fazendeiro e funcionários que passavam com o avião em cima de sua residência, causando medo e insegurança. Por último, o relato dos impactos na produção completa, o entendimento da desterritorialização na imobilidade que também encontra agravantes na omissão do Estado perante as necessidades dos agricultores familiares. A percepção da intoxicação do seu rebanho e a aparência dos seus cultivos que geravam uma insegurança alimentar a levaram a refletir que, em algum momento, eles próprios estariam em risco, levando a família a negociar com o proprietário para deixar a terra, diante da falta de perspectivas e de tamanha violência sofrida. Conforme ela narra esse período:

*Vocês têm interesse em comprar meu lote? Porque eu não dou conta mais de ficar aqui. Se vocês negociarem comigo, vocês vão tomar conta disso aí e vão usar veneno onde vocês quiserem. Se vocês não quiserem negociar comigo, eu sou obrigada a entrar com uma ação judicial contra vocês por causa desse veneno. Não tem lógica, eu vou ter que fotografar tudo e denunciar isso tudo. Vocês pensam aí. Aí na mesma hora eles falaram: “não, nós temos grande interesse”. Era tudo que eles queriam (entrevistada 40).*

Segundo ela, as negociações, no início foram difíceis, pois o proprietário não aceitou a primeira proposta que ela havia feito, propondo um preço bem abaixo do que era considerado justo por ela. *“E o tanto de plantio que eu tenho aí que no meu futuro, seria minha economia,*



*minha aposentadoria?”*, justifica ela ao recusar essa primeira contraproposta. Sem nenhuma assistência jurídica ou apoio estatal, ela conseguiu vender a sua terra pelo preço de 31 mil reais por alqueire, o que significou um valor de aproximadamente um milhão de reais, utilizados para comprar o novo lote, trinta vacas, fazer a mudança e começar a construir a nova moradia da família. Além de toda a violência sofrida enquanto estava na terra, essa família ainda precisou chegar a um acordo conveniente para o proprietário, que desconsiderou todos os prejuízos financeiros e emocionais que sua atividade provocou nela. É através das palavras da própria entrevistada que escolhemos evidenciar o impacto e a tristeza dessa desterritorialização na sua vida.

*Até hoje eu não gosto de lembrar do que aconteceu antes porque me dói o coração. Eu mudei, nós passamos pra ele, pegamos o indenizo, compramos a terra, aí eu peguei uma caminhonete pro meu filho fazer a mudança. Todo dia nós enchia a caminhonete de tardezinha e viajava de noite, descarregava ela e voltava. Carregamos tudo nosso assim. Mas foi muito difícil pra mim me afastar de tudo o que eu tinha, aquele sonho, aquele reflorestamento de mata que eu fiz, sustentável, só com árvores frutíferas. Eu fiz um bosque de aroeira, madeira típica da região que era a coisa mais linda do mundo. Fiz um bosque de murici que tava começando a dar fruto, a coisa mais linda. E aquilo me doía porque eu pensava que não ia aguentar fazer aquilo de novo, eu não ia ter mais uma área reflorestada, não ia ter mais uma mata encostada na casa (entrevistada 40).*

Uma vez instalada no PA Independente I, e mais tranquila em relação à sua segurança e da sua família, essa entrevistada iniciou novamente o trabalho que pensou que não teria condições de repetir nessa nova terra e se tornou um exemplo de uma agricultura familiar persistente e verdadeiramente possuidora de vínculos imateriais com a terra. Todavia, a sua tranquilidade foi novamente interrompida pela pulverização aérea realizada pela Fazenda Luta, 4 km distante de seu lote (e que também faz divisa com a Terra Indígena Urubu Branco, da etnia Tapirapé) e que já afeta a sua produção. *“Olha aqui o que o veneno faz. Isso aqui é ação do veneno. Queima o broto lá em cima e aí as folhas caem e fica o talo só. Não é o normal dela”*, conta ela, mostrando a folhagem das duas pequenas árvores frutíferas (figura 21 e 22) machucadas pela ação do veneno. Ela descreve, de acordo com sua vivência, o que acontece com as plantas após a passagem do avião.

*Na hora que o veneno vem, esse pé aqui não vai atingir muito porque o broto dele tá maduro. Agora esse aqui que tá com o broto novo pegou mais, olha as folhas como estão. Aí elas vão caindo e não vai prá frente o pé. Tá tendo esse atrito na mangaba também, aqui ó. Aí queima as folhas, elas caem e depois torna a crescer de novo. É a natureza. Essa manchinha que você tá vendo aí é onde o veneno bate. Aí ele vai secar e furar. No lugar que ela seca ela cai. Queimou a folha todinha. Olha como fica. Tudo desse jeito. Aí vem e vai prejudicando. É uma quantidade pouca que não chega a matar, mas enfraquece muito. Queima, queima, queima tudo. Inclusive a*

*banana também, ela tem um choque com esses venenos. É terrível. A gente fica muito abalado com isso. Aqui é minha roça de mandioca, graviola. O avião faz isso com poucos minutos. Em poucos minutos que ele voa ele deixa esse estrago. Tudo cheio de buraquinho. O ipê sofre com o veneno. Nesse aqui já secou e furou tudinho. Tá vendo como o veneno age? Ele pela de cima pra baixo. (entrevistada 40).*



Figura 21 - efeitos do agrotóxico no pé de mangaba no lote da entrevistada 40. Fonte: Lourenço (2019).



Figura 22 - efeitos do agrotóxico no pé de ipê no lote da entrevistada 40. Fonte: Lourenço (2019).

Ainda que algumas produções sejam mais resistentes ao agrotóxico do que outras, a pulverização aérea provoca um desequilíbrio ambiental que não afeta somente os locais

próximos às lavouras. A entrevistada 40, por exemplo, não consegue cultivar feijão em seu lote porque *“tem muita praga por causa da pastagem”*. Além dela, a entrevistada 21 sinaliza outra alteração no ecossistema com impactos diretos sobre a produção dos assentados. Segundo ela, animais de médio porte, como as antas, têm invadido com mais frequência os quintais nos assentamentos em busca tanto de alimento sem agrotóxico como também de áreas verdes com sombra. Isso tem feito com que *“as roças estejam cada vez mais complicadas”*. Nas palavras dela:

*A gente lida aqui com uma situação que é real. Eles falam pra mim:” essa época antes da chuva, eu fiz o preparo, paguei a hora-máquina, o cara veio, eu trouxe o calcário, preparei a terra toda bonitinha lá na plantadeira, fui lá e a gente plantou o milho. Daí quando ele tava com uma idadezinha considerável veio uma manada de anta e comeu todo o milho. O que não comeu, pisoteou. Veio capivara, veio tucano. (entrevistada 21).*

Percebe-se que é todo um trabalho perdido que provoca um desânimo entre os assentados para continuar insistindo nessa forma de produção. Não são raros, segundo essa entrevistada, os casos de assentados que desistem e vendem o seu lote, indicativo de que a falta de apoio governamental e as adversidades desencadeadas pelo desequilíbrio ambiental fragilizam os laços territoriais dessa população. Outro exemplo desse desequilíbrio causado pela presença dos agrotóxicos no ar é evidenciado pelo entrevistado 01, que descreve as repercussões sobre o gado e a presença de pequenos insetos hematófagos e o seu gradativo desaparecimento com a expansão da fronteira agrícola.

*“Um dos indicadores da presença do agrotóxico generalizado em todo o ambiente é a mosquinha do chifre porque é uma mosquinha que pousa no gado e chupa. Era uma quantidade assustadora, você tinha que pulverizar o gado três, quatro vezes por ano. Hoje não mais precisa porque o agrotóxico mata elas. Então praticamente a gente não tem a presença delas e isso é um indicador que o agrotóxico tá no ar”.* (entrevistado 01).

Ele ainda relaciona o baixo crescimento do capim cultivado para o gado ao uso de agrotóxicos nas lavouras próximas. De acordo com ele, muitos assentados reclamam que mesmo após o gado ser retirado do pasto, o capim não cresce devido à influência dos agrotóxicos. Todavia, ele diz que ainda são poucas as pessoas que estabelecem essa relação de causa e efeito, mesmo essas queixas sendo generalizadas. A entrevistada 49 também constata em seu assentamento em Vila Rica, os impactos da deriva dos agrotóxicos.

*“O problema é o veneno que eles jogam. Eles não tão nem aí pro pequeno não. A nossa área lá tem duas fazendas grandes do lado porque o nosso é o primeiro lote, aí quando começa a jogar veneno com o avião é complicado. Matou nosso mandiocal. Só dele passar ele já deixa aquele vácuo com o cheio. Até pra gente faz mal. Lá na nossa casa não, mas em outra parte lá do assentamento teve pessoas que teve problema com a cigarrinha que dá no capim, aí as fazendas grandes bate o veneno lá e aí quando elas fazem isso, os bichos corre tudo e vai pra onde não tem o veneno” (entrevistada 49).*

Outro importante exemplo é encontrado na fala da entrevistada 48 que aponta para toda a dificuldade que tem sido encontrada no PA Manah, em Canabrava do Norte, para se levar adiante um saber tradicional diante dos efeitos conjuntos do desmatamento e dos agrotóxicos utilizados na produção de soja. Ela conta que os agricultores costumemente deixavam ervas medicinais utilizadas por eles em diversas áreas de pastagem dentro do assentamento. No entanto, essas áreas têm sido convertidas em lavoura e estão sendo completamente gradeadas para inserir a nova produção, o que está provocando a extinção dessas ervas. Segundo ela:

*“Uma planta medicinal usada pela população local, toda uma cultura, um saber que já não existe mais. Onde eles iam por exemplo a 2 km prá buscar material vegetal pra fazer algum medicamento, hoje eles andam 9 km, 12 km, e as vezes não encontra. Tem assentamento lá que já não encontra mais” (entrevistada 48).*

E completa seu raciocínio da seguinte maneira:

*“(...) eles ficam impossibilitados de exercer qualquer atividade porque, além da pressão que tá ali em cima, o que o pessoal faz com o veneno é impossibilitar a produção. Um assentado que não produz, ele vai viver do que? Porque ele tem o crédito dele prá pagar, ele tem as contas dele prá pagar e sua maioria tem filhos que estudam fora, então tem que ajudar e sustentar esses filhos até terminar os estudos. Então o que a gente vê muito hoje? Pessoas que estão vendendo as terras desses assentamentos porque já não estão conseguindo produzir nada” (entrevistada 48).*

Percebe-se, portanto, que é possível estabelecer um paralelo entre a venda dos lotes dos assentamentos e a desterritorialização na imobilidade provocada pelo avanço da fronteira agrícola e o uso de agrotóxicos nas lavouras. Ainda que não seja possível averiguar com dados mais precisos, duas entrevistadas também indicaram a crescente incidência de casos de câncer em Querência e em Canabrava do Norte, o que atribuíram ao aumento do uso de agrotóxicos pelas lavouras. Segundo elas:

*“Menina, se você ver a quantidade de jovem lá de Canabrava que tá morrendo de câncer. (...) as meninas novinhas lá morreram de câncer e tem muito caso. A gente vê que é tudo causado por isso [pelos agrotóxicos]. As pessoas que tão lá, nem tanto, ainda bate o pé e diz que não, mas a gente que acompanha essas discussões, esses casos, anda nessas reuniões e ouve falar, a gente sabe totalmente que é isso. Ai lá na Manah nós estamos com medo, vamos ver o que fica”.* (entrevistada 35)

*“Se a gente pegar o número de pessoas no município de Querência com câncer é altíssimo. Eu consigo ter essa percepção, porque eu acredito que a maioria dessas doenças é devido ao uso de agrotóxicos. Já tivemos casos aqui de pessoas intoxicadas com produtos contrabandeados. Então querendo ou não isso entra. Há uma fiscalização, mas na verdade a gente vê que os órgãos que deveriam fiscalizar isso, eles fecham os olhos, fazem de conta que isso não tá acontecendo dentro do município. Ah, tem as vantagens, o município cresceu, o município tem PIB, o município tem qualidade de vida, mas nós temos a parte negativa, e que às vezes o sindicato é sozinho pra falar. Nós participamos uma vez de um evento prá falar do uso desordenado do agrotóxico e que o agrotóxico mata. E prá um sindicato abordar isso é muito complicado porque querendo ou não é o nosso público também que tá lá plantando. Então você colocar isso na cabeça das pessoas é muito difícil”* (entrevistada 02).

Alguns elementos contidos nessas duas falas merecem destaque. Primeiramente, é fundamental considerar o importante papel que as discussões e reuniões organizadas pelas instituições locais cumprem na disseminação de informações sobre os malefícios do uso dessas substâncias. Isso permite que a primeira entrevistada faça a associação entre câncer e agrotóxico e que ela seja uma difusora desse conhecimento em seu assentamento e, embora muitos ainda não acreditem nesses impactos, não é pertinente desconsiderar o poder que essas redes locais têm na difusão de informações que possuem fortalecimento no território.

Outro elemento a ser destacado é o acesso a produtos ilegais proveniente de contrabando. Apesar de ser difícil averiguar tais denúncias em campo, eles são aqui expostos, pois fazem parte da realidade descrita pela entrevistada que vive isso diariamente. Sua constatação de que os órgãos fiscalizadores municipais são coniventes com tais práticas é preocupante, uma vez que indica que outros poderes podem atuar sobre elas. Estudos como o de Castilho (2012) apontam que em regiões onde o agronegócio é proeminente, práticas coronelistas, patrimonialistas e eleitoreiras são frequentes e disseminadas fazendo com que o poder ruralista se expanda por outras instituições como cartórios públicos e órgãos de fiscalização e, por consequência, expandindo o próprio território do agronegócio. Como afirma Bruno (2017), a concepção de mundo e da própria identidade do agronegócio repousa no “conservadorismo, na valorização dos clãs familiares, na recusa dos direitos civis e na visão de propriedade como direito absoluto” (p.166).

Por último, é válido ressaltar a delicada situação narrada pela entrevistada que, ao mesmo tempo em que participa de eventos e busca espalhar seus aprendizados sobre os danos

que podem ser provocados pelo uso dos agrotóxicos, não consegue atingir muitos assentados, pois eles estão convencidos de que essa é uma técnica que apenas tem benefícios para a sua própria lavoura. Vale lembrar que essa entrevistada se refere aos assentados de Querência, município onde o agronegócio está mais disseminado nos assentamentos, o que leva, por exemplo, o entrevistado 53 a dizer que, juntamente a sua família, está procurando um lote em São Félix do Araguaia para conseguir manter sua produção orgânica.

No entanto, vem desse entrevistado e outro participante do Curso de Agroecologia da CPT, ambos moradores do PA Brasil Novo e estudantes da Escola Agrícola de Querência, uma receita de um herbicida orgânico desenvolvido a partir do extrato de repolho<sup>83</sup> e utilizado por eles para combater “as pragas” em seus lotes. Além de combater possíveis danos às produções de uma maneira menos agressiva ao ambiente, o custo dessa solução é baixo, o que é considerado um diferencial entre os assentados. Segundo os alunos, o custo para se produzir 10 litros dessa solução é de R\$7,00 (ou seja, R\$0,70/l), enquanto que, segundo eles, 1 litro de glifosato custa, no mínimo, R\$30,00. Essa receita foi compartilhada com os demais participantes do encontro que se mostraram abertos à novidade, o que não somente dissemina essa prática para outros agricultores como também incentiva esses estudantes a continuarem buscando soluções ambientalmente corretas.

Outra contradição importante no que tange a essa questão é concernente à produção propriamente dita. Numa região onde a pulverização aérea e seus danos é uma ameaça frontal à agricultura familiar, é possível afirmar que existe, de fato, produção orgânica nos assentamentos? O entrevistado 26, referindo-se à produção de Querência, responde a essa questão da seguinte maneira: “*não tem condições de produzir dentro dos parâmetros exigidos pelas instâncias certificadoras, mas isso não significa que não haja produção orgânica em Querência*”, evidenciando a distância entre a legislação e a realidade de municípios e produtores que estão localizados em regiões de fronteira com predomínio do agronegócio.

Todas essas evidências empíricas, através de registros fotográficos e das falas dos assentados, nos levam a compreender a dimensão produtiva e social dos assentamentos numa região de fronteira agrícola. Podemos afirmar que os aspectos físicos e ambientais analisados contribuem significativamente para o aumento da vulnerabilidade socioeconômica dos

---

<sup>83</sup> Segundo os participantes, é necessário misturar 250 gramas de sal moído e 3 quilos de repolho cortado em 10 litros de água. Após isso, é preciso deixar essa mistura fermentando por 21 dias em um recipiente fechado. Terminado esse período, o agricultor deverá diluir 1 litro da solução em 10 litros de água e aplicar com bomba manual ou mecanizada. Nas palavras de um deles “*tudo o que tiver um cheiro forte (alho, cebolinha...) você pica, eixa em repouso que com certeza você vai conseguir eliminar alguma coisa*”.

assentados, provocando a sua desterritorialização na imobilidade e, conseqüentemente a perda de sua autonomia e enfraquecimento do território representado pelo assentamento. Contudo, esses aspectos não atuam isoladamente, juntando-se a eles os aspectos políticos e econômicos que serão tratados a seguir.

### 5.3.2 Aspectos políticos/econômicos

O processo de assentamento das famílias nos projetos oficiais pode ser compreendido como um importante passo para a sua reterritorialização e uma nova produção espacial. Todavia, as bases políticas e econômicas sobre as quais essa reterritorialização se sustenta são, muitas vezes, frágeis, fazendo com que esse processo seja marcado por inúmeras dificuldades que podem levar às causas da desterritorialização na imobilidade desses atores. Segundo os estudos de Roux (2012) e Picolotto (2012), até os anos 1990 a agricultura familiar era um setor condenado pela economia de mercado, sendo sinônimo de tecnologia arcaica, marginalização e pobreza rural. As políticas públicas direcionadas para esse público a partir das lutas e reivindicações camponesas foram os pilares para a visibilidade dessa categoria.

Como apresentado no capítulo 1, uma das principais políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar foi o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) que, segundo Sabourin (1999), teve como um dos principais méritos a aceleração da criação de espaços e estruturas locais de negociação dos recursos públicos para esse público. Embora seja de extrema importância para o fortalecimento dessa categoria, diversos relatos obtidos evidenciam que os assentados do TCBA encontram dificuldades para acessá-lo, e as causas são variadas, indo desde falta de informação sobre os procedimentos burocráticos até desconfianças entre as partes envolvidas.

Os entrevistados 01 e 47 afirmaram que houve um movimento de acesso ao Pronaf A na década de 1990 e início dos anos 2000, e que esse recurso, embora pequeno, auxiliou os assentados a iniciarem a organização da produção, basicamente voltada para a pecuária. *“O recurso quase todo eu usei prá comprar mais gado. Hoje eu tenho pequenos animais, galinha, porco, carneiro, mas o produto comercial do meu lote e que gera renda é o bezerro”*, afirma 01, que se refere ao ano de 1999, quando acessou pela primeira vez o recurso. O uso do recurso para a atividade agropecuária é confirmado pelo entrevistado 47, que afirma que *“todos esses assentamentos tinham como linha a criação animal. Atividade agrícola você tinha uma ou outra, mas não é a característica do assentamento”*, também fazendo referência às práticas majoritárias nesse período. Este mesmo entrevistado ressalta

ainda que a falta de informação foi um agravante para a situação financeira dos assentados que conseguiram acessar esse crédito. De acordo com suas recordações, ele nos conta que

*“No ano de 2006, quando eu cheguei aqui, na época tinha sido liberado só pra Confresa em Pronaf A, mais de 6 milhões de reais e o pessoal acessou. Isso gerou um índice de inadimplência muito grande, porque as pessoas tinham a ideia de que o crédito pro assentamento não tinha necessidade de devolução, então as pessoas se confundiram e tiveram um prejuízo futuro. Acabam também não aplicando da forma correta o crédito, desviando” (entrevistado 47).*

Dois pontos nessa fala merecem destaque, pois ambos esbarram em um elemento comum: o deficitário acesso à informação dos assentados e agricultores familiares. O primeiro é referente à inadimplência e o segundo é o desvio de recurso para atividades discrepantes ao aprovado pelo financiamento. Em outras entrevistas, a inadimplência dos assentados em relação aos recursos públicos aparece por variados motivos. No caso relatado acima, houve um desconhecimento em relação às regras do recurso, mas em outros casos, como relatado pela entrevistada 40, percebe-se a participação de agentes públicos no prejuízo dos agricultores. Essa assentada nos conta que nunca acessou o Pronaf, pois, em 1993, quando conseguiu acessar o Procefa, *“o prefeito na época se ajuntou com a associação e com o Incra e com o Banco do Brasil fraudou o projeto, levou o dinheiro e deixou nós com a dívida”*. Sua situação só foi regularizada com a renegociação da dívida já no governo Lula que, segundo ela, *“fez um abate nessa dívida pra gente pagar só 10% dela”*, permitindo que não somente ela, como muitos outros agricultores regularizassem sua situação. Embora sua dívida tenha sido quitada, a sua desconfiança com os agentes públicos permaneceu, fazendo com que ela busque outras formas para obter recursos para investir em sua produção, sendo a principal delas proveniente da sua aposentadoria rural.

O segundo ponto a ser destacado é referente ao desvio de recursos para outras atividades que não foram devidamente descritas no projeto aprovado para a liberação do recurso. Em alguns casos, esse desvio é fruto da desinformação do próprio assentado, mas em outros casos, é resultado da falta de opções para a produção, segundo nos conta a entrevistada 21. Ela afirma que nos últimos anos nota uma maior dificuldade no acesso ao Pronaf, o que ela atribui às exigências adicionais que passaram a ser solicitadas para o financiamento após a aprovação do novo Código Florestal que, de acordo com sua perspectiva, *“deu uma ajeitada pro grande produtor (...) mas, pro pequeno complicou muito”*. Ele se refere, sobretudo, à exigência do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do lote e da Autorização Provisória de Funcionamento (APF) da propriedade. Sem esses dois documentos, o assentado não consegue aprovar o seu projeto solicitando o recurso. Para a realização do CAR, é necessário que sejam



captadas as coordenadas do lote, o que seria realizado pelo Incra de forma gratuita para a agricultura familiar. Diante da falta de recursos, o órgão optou por fazer o CAR do perímetro do assentamento e não do lote, o que inicialmente era aceito para fins de comprovação pelo banco, mas que não tardou a ser revisto, desencadeando novos problemas para os assentados, como o abuso de algumas empresas particulares de assistência técnica. *“As empresas de assistência técnica particulares nadaram de braçada. Eles cobravam 2000, 1800, 1500 reais do assentado prá fazer o CAR”*, ela nos conta. Após isso, a situação se agravou diante da nova exigência pela APF.

Todo esse contexto precisou ser elaborado para evidenciar que as exigências burocráticas estão muito além da compreensão do assentado, que fica refém de empresas e de informações desconhecidas. Além do endividamento que esse quadro pode desencadear, outra consequência é o desvio dos recursos (que chamamos atenção anteriormente) para o pagamento dos contratos firmados com as empresas. Isso se torna evidente a partir dos dois exemplos dados pela entrevistada, que conclui *“o sistema leva você à corrupção”*.

*“Quando ele [o assentado] vem buscar um recurso é porque ele tá sem grana, e pra ele pegar o recurso ele precisa ter dinheiro pra fazer esses dois, você entendeu? Já aconteceu de umas senhoras, não aqui, mas lá em Vila Rica, a senhora virar e falar assim: ‘ah, eu só vendia ovo, era a minha renda maior, eu tinha a aposentadoria, mas o ovo dava uma condição legal prá mim, mas eu tive que vender minhas galinhas todas pra fazer meu CAR’. Porque inclusive, tem um terrorismo. Tem muitas empresas que prá conseguir que o assentado faça ela vira e fala: ‘a senhora tem que fazer o CAR se não vai perder a terra’”* (entrevistada 21).

(...)

*“(...) eu tô com outra situação horrível aqui. Tem uma senhora que não tem condição nenhuma, de nada. E a casa dela pegou fogo. Ai ela tá querendo pegar o Pronaf e esse cara que eu falei falou pra ela que ele faz o CAR e o GEO dela e quando ela receber o recurso ela paga, só que no projeto não tá previsto a regularização fundiária e ambiental da propriedade. Ai ela vai ser obrigada a fazer de conta que tem alguma nota fiscal aqui prá conseguir pagar”*(entrevistada 21).

Assim como a entrevistada 40, a assentada 45 também afirma que nunca acessou o Pronaf, mas em seu caso, isso ocorre, porque todas as suas tentativas, até o momento, foram negadas pela instituição credora. Ela, no entanto, não atribui isso à falta de documentos, e sim ao privilégio de determinados grupos em detrimento de outros. Ela afirma que *“já tentamos e toda vida foi barrado [o acesso ao Pronaf], infelizmente aqui em São Félix do Araguaia tem não só uma pessoa, mas várias pessoas que chega dentro de um banco, de um Incra e bate no peito prá falar: ‘aquí eu mando’. Infelizmente tem”*.

A desconfiança dessa entrevistada e da 40 em relação aos agentes públicos é endossada pelo entrevistado 54 que indica uma possível fraude praticada por bancários com os recursos do Pronaf. Segundo ele, existe uma prática nas instituições bancárias de que quando o dinheiro dos recursos é designado para as agências, essas, ao invés de repassá-los para os agricultores que tiveram os projetos aprovados, os aplica em algum fundo financeiro de renda fixa (como a Letra de Crédito Imobiliário [LCI] e a Letra de Crédito do Agronegócio [LCA]), ficando o montante aprisionado por até noventa dias. Esse prazo que o recurso é aplicado nesses fundos pode ser determinante para frustrar os planos e perspectivas dos agricultores, pois, como se sabe, o calendário agrícola, sobretudo nessa região, é extremamente dependente do período chuvoso. Se o recurso somente é liberado após essa época, o prejuízo dos agricultores é praticamente certo, uma vez que ele dependeria da sua produção – que não foi iniciada – para quitar o financiamento. No entanto, mesmo após a liberação do recurso, os agricultores encontram dificuldades para a compra de materiais e insumos básicos para iniciar sua produção, como poder ser averiguado através da fala a seguir:

*“Quando o dinheiro está disponível para ser retirado, os gerentes informam o comércio local que paga uma espécie de propina para eles e os comerciantes aumentam o preço das mercadorias. Por exemplo, um rolo de 100 metros de arame para fazer as cercas que antes custava R\$30,00, com a chegada do crédito e desses informes dos bancários, passa a custar R\$70,00” (entrevistado 54).*

Apesar desses fatores, algumas famílias do TCBA têm conseguido acessar o Pronaf Mais Alimentos, linha de crédito que pode ser realizada de forma individual ou coletiva e que tem o objetivo de “investir na produção, aumentar a produtividade e reduzir os custos, visando à elevação da renda familiar e favorecendo o agronegócio”<sup>84</sup>. Interessante observar que embora seja acessada por assentados, sua vinculação com o agronegócio é explicitada nos próprios objetivos dessa linha do programa. De toda forma, nos casos encontrados durante os trabalhos de campo, esse tipo do recurso foi utilizado majoritariamente para a compra de gado, sendo, portanto, muito voltado para a pecuária, que é uma importante atividade encontrada nos assentamentos da região. O entrevistado 44, no entanto, sugere algumas

---

<sup>84</sup> Segundo disposto no site do Banco do Brasil, com essa linha de crédito “é possível financiar investimentos destinados à implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção e de armazenagem na propriedade rural, a aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos e implementos, aquisição de matrizes, formação e recuperação de pastagens, proteção e correção do solo, aquisição de bens como tratores e embarcações, entre outras iniciativas”. Disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/produtor-familiar/investir-em-sua-atividade/pronaf-mais-alimentos#/>.

preocupações com o grande acesso a essa linha do programa, sobretudo pelo potencial de endividamento que ela pode vir a representar para os assentados.

*“No Bordolândia, o pessoal tá conseguindo acessar. Mas é uma coisa invertida. Lá, pelo tamanho da área que é uma média de 60 hectares, tinha que ser o Pronaf A, eles tão acessando lá o Mais Alimentos e vão ficar endividados. A maioria vai ficar endividada e vai embora. O Mais Alimentos foi criado no governo Lula, é prá uma complementação de renda prá quem já passou por essa fase inicial do Pronaf mais barato de estruturação da produção, daí você dá um pulo maior. Mas o pessoal tá entrando direto nesse maior, e é mais fácil você conseguir no banco o Mais Alimentos que é uma média de 80 a 100 mil do que o de 20, 25 mil. E eu acho que isso acontece porque o banco tem vantagem. Esse Pronaf tipo A você pega 25 mil e paga 11 mil, parcelado durante não sei quantos anos. Ao passo que o Mais Alimentos não é assim. Tem uns abatimentos, mas são muito menores e aí sem esses abatimentos o pessoal não dá conta” (entrevistado 44)*

O assentado 55 foi um dos entrevistados que acessaram esse recurso para aumentar o seu rebanho bovino. Segundo ele, o montante que ele conseguiu acessar no final de 2018 foi o equivalente a 100 mil reais, totalmente direcionado para a melhoria da sua produção leiteira, através da aquisição de vacas leiteiras e de uma ordenhadeira mecânica. O assentado 01 também utilizou esse recurso para o mesmo fim, já que a maior parte de sua renda é proveniente da venda do bezerro. Mas, aqui, encontramos também a aplicação do recurso para a compra de um pequeno trator que, além de formar o pasto do próprio assentado, também gera uma renda para ele a partir do aluguel desse serviço para terceiros (o que será discutido adiante).

O entrevistado 36 nos fornece algumas pistas sobre a relação existente entre a dificuldade de acessar o crédito do Pronaf e a conversão da produção dos lotes para a lavoura de soja, sobretudo no município de Querência. Segundo este entrevistado, o Pronaf A, acessado pelos assentados era muito pequeno, sendo suficiente apenas para iniciar a produção no lote que, como já visto anteriormente, era voltado para a pecuária. Com o desgaste da pastagem, os assentados recorrem novamente ao banco na tentativa de acessar outro crédito para recuperar o pasto e corrigir o solo, para dar continuidade à sua atividade. Porém, conforme ele nos explica,

*“o recurso já não era mais o recurso do governo, já era recurso do banco, aí você precisava dar garantia pro banco e o assentado não tinha título, não tinha escritura, não conseguia dar a terra de garantia, a maioria deles só tinha o lotezinho lá no assentamento, não tinha outro lote ou terreno aqui na cidade pra botar de garantia, muitos não tinham parente, não conhecia ninguém pra avaliar, então o cara não conseguia recurso pra mexer na terra” (entrevistado 36).*

Esse cenário representa a desterritorialização na imobilidade agravada pela dificuldade de acessar crédito para o investimento na produção praticada pelos assentados. Assim como esse caso exemplificado pelo entrevistado acima, todas as dificuldades apresentadas anteriormente são indicadores de que a deficitária política de crédito agrícola para a agricultura familiar culmina numa vulnerabilidade econômica que precariza não somente as condições de reprodução social dessa população, como também incentiva a conversão das pastagens pela lavoura, o que pode ser corroborado através do trecho da fala do mesmo entrevistado, reproduzido a seguir:

*“Aí o que aconteceu? Aqueles que já tinham mais condição e tinham já uns 400, 500 hectares virava pra esse e falava: ‘eu pego a sua terra pra plantar, eu não te pago renda durante três anos, que é o que vai me custar pra poder recuperar a sua terra, mas a gente faz uma parceria e você me passa essa terra pra eu plantar soja durante uns cinco anos, três eu não te pago arrendamento, os outros dois eu te pago e no final dos cinco anos a gente vê se você quer pegar a terra de volta, ou então nós combina outro valor pelo arrendamento’. E muitos e muitos foram dessa forma” (entrevistado 36).*

Com essa mesma percepção, o entrevistado 23 afirma que no PA Bandeirantes, em Alto Boa Vista, diversos assentados já converteram suas produções para a soja, seduzidos pelo potencial do agronegócio. Segundo ele,

*“Às vezes a soja, o agronegócio, o assentado pode ver aquilo com bons olhos e ao invés dele tocar a propriedade dele, ele vai passando, vai arrendando. Porque as vezes ele fala assim: ‘ao invés de eu ficar aqui sofrendo é melhor eu pegar seis ou sete sacos de soja por ano e por hectare do que eu ficar aqui’ (entrevistado 23).*

Diferentemente do que se poderia num primeiro momento pressupor, constata-se que o arrendamento não é realizado exclusivamente por grandes produtores externos ao assentamento. *“Eu conheço produtor aqui que é assentado e produz pelo menos 1000 ha dentro dos assentamentos com arrendamento”*, afirma o entrevistado 26. Essa afirmação pode ser confirmada através da entrevista com o assentado 41, que possui lote no PA Pingos d’Água e que plantou na safra 2019/2020 aproximadamente 1500 hectares, diversificando estratégias para aumentar a sua área plantada. *“A gente tem muita parceria com pessoas que moram ali dentro que ajuda e trabalha pra gente (...) outras pessoas por um motivo ou por outro, às vezes não tem condições, ou acha melhor arrendar”*, explica ele. Na realidade de Querência, existem diversos assentados que já se encontram mais capitalizados e que ampliam sua produção através do arrendamento de vizinhos que, por falta de opções, cedem a sua área para essa produção, conforme nos contam os entrevistados a seguir:

*“(...) eu já vi situação em que o cara vê o vizinho que é produtor de soja e ele tá passando necessidade dentro de casa com a família, tem que trabalhar com diária pra sustentar, e o vizinho chega e fala: ‘vamos plantar soja lá porque aí eu vou aumentar a minha renda e você vai aumentar a sua também’, aí o cara vai e arrenda. E é isso que acontece, porque o cara ali ele não vai ter dinheiro prá botar máquina pra fazer isso tudo” (Entrevistado 26).*

*“Semana passada eu tava conversando com um cidadão que arrendou a terra, eu até perguntei se pra ele tinha sido bom e ele disse que sim, porque fica caro pra ele corrigir a terra e essa terra nossa aqui, ela pra pastagem é muito boa, porém pra agricultura, dependendo do segmento, ela precisa de correção, de calcário, adubo. E isso é muito caro. A pessoa que não tem estrutura e geralmente o assentado não tem essa estrutura garantida ela fica cara prá fazer. Dentro desse pensamento as pessoas que fizeram o arrendamento, se eles aproveitassem essa oportunidade onde a terra foi corrigida e falasse: ‘opa, agora eu vou pegar e usar’, mas o problema é que dificilmente quando a pessoa arrenda ela retorna, porque é bom, ele tem a renda, embora eu nem faço ideia de quanto é essa renda, mas o cara tá fazendo a rotina dele, é suficiente. E muitas vezes o cara não vai almejar muito longe, mas dá pra sobrevivência”(entrevistado 39).*

No caso de Querência, onde a cadeia produtiva da soja é estruturada, o arrendamento se torna uma opção atraente para os assentados que permanecem com a propriedade da terra. Todavia, mesmo com a manutenção da terra, muitas vezes, o assentado deixa o lote em busca de algum emprego na cidade. Esse fato, sem dúvidas, descaracteriza a função do assentamento, e é por isso que as parcerias, muitas vezes disfarçadas de arrendamento, representam uma ameaça ao território da agricultura familiar. Elas, no entanto, muitas vezes só se efetivam diante de um quadro de precarização absoluta já enfrentada pelas famílias. Além disso, o aumento do índice de arrendamento dentro de um assentamento desencadeia uma grande pressão sobre os assentados que não optaram pela conversão produtiva, sobretudo devido aos impactos dos agrotóxicos aplicados nas lavouras, conforme observa a entrevistada 40, que considera o arrendamento uma grande ameaça à agricultura familiar praticada dentro dos assentamentos.

*“A agricultura familiar tá sendo engolida pelos latifúndios que com o passar do tempo pode passar a dominar todo esse espaço de novo porque eu já vivenciei isso. Eu já vi isso. O meu vizinho ali já arrendou prá eles. Eles jogam o veneno bruto ali. Minha produção vai morrendo, morrendo, morrendo, até eu não conseguir produzir mais nada. E aí, como eu vou fazer? O cara fica em cima: ‘me arrenda, me arrenda que eu pago tantos por cento’. Aí eu vou fazer uma matemática ali e ele me oferece 5 mil por mês. O que que eu vou fazer? Eu vou arrendar prá eles plantar. Ai ele já vai se aproximar do meu vizinho ali e isso num piscar de olhos quando a gente vai ver que não tem espaço prá mais nada, tá todinho no domínio da soja” (entrevistada 40).*

Em estudo enfatizando os arrendamentos em áreas de expansão da cana de açúcar em São Paulo, Ramos (2006) faz algumas observações importantes que merecem ser apresentadas. Em primeiro lugar, o autor considera que se toda a família trabalhar fora do lote e em tempo integral, tem-se uma distorção dos objetivos do assentamento. A isso, o autor denomina de absenteísmo. Em segundo lugar, mesmo que a família continue morando no lote, se ela não mantiver produções condizentes com a agricultura familiar, também haverá uma descaracterização do assentamento. O autor denomina esse processo de rentismo. A terceira e última observação é referente ao arrendamento parcial dos lotes, onde, em uma parte a família continua com sua produção, e a outra é controlada por terceiros por vias contratuais. Nesse caso, o autor considera que isso pode contribuir para elevar a renda da família que garantirá mais recursos para o investimento em outras produções e na exploração do lote. De modo geral, a conclusão a que o autor chega é que “a introdução da cana foi benéfica, pois gerou uma renda que há muito os assentados não obtinham” (RAMOS, 2006, p.13).

O autor aponta dois aspectos negativos do arrendamento dos lotes. O primeiro é a possibilidade de acomodação do assentado diante da renda obtida pelo arrendamento sem execução de nenhum trabalho ou envolvimento familiar. O segundo aspecto é o distanciamento simbólico e real da vivência e das problemáticas do assentamento. Na perspectiva que adotamos, ambos os aspectos têm repercussões sobre o território representado pelo assentamento, fragilizando-o e tornando-o mais individualizado e padronizado. Neste sentido, podemos afirmar que os assentamentos em Querência, onde o agronegócio encontra-se mais consolidado, parecem estar mais vinculados à lógica funcional e econômica capitalista do que ao enraizamento simbólico e identitário que a luta pela terra poderia inicialmente pressupor. Todavia, não é pertinente generalizar este cenário para os demais municípios e assentamentos visitados no TCBA, onde o ritmo de conversão para a lavoura e de avanço da fronteira ainda é lento, quando comparado a Querência.

O arrendamento é uma das expressões da relação de poder entre agricultura familiar e agronegócio e se fortalece diante do avanço da fronteira agrícola, que também se consolida a partir da concepção de uma psicofera (SANTOS, 2014) criadora da mentalidade do “pequeno fazendeiro” entre os assentados<sup>85</sup>. A presença desse mecanismo contratual, como afirmado pela entrevistada 40, representa um risco para os assentamentos e, por extensão, para a agricultura familiar. Além disso, gera uma revolta entre os assentados que persistem em seus

---

<sup>85</sup> Santos (2014) apud Ribeiro (1991) afirma que “a psicofera consolida a base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais e é por isso mesmo que a tecnosfera apoia, acompanha e, por vezes, antecede a expansão do meio técnico-científico-informacional” (p.256).

cultivos familiares. “*Eles acham um absurdo*”, nos conta a entrevistada 48, quando questionada sobre o que os assentados pensam sobre outros assentados que arrendam. Além disso, segundo a entrevistada 40, o arrendamento “*é um grande fracasso prá agricultura familiar*”. Esses elementos mostram que a realidade de um assentamento nem sempre é amistosa e marcada por boas relações de convivência entre os assentados, o que fragiliza os laços territoriais.

Diante do esgotamento de áreas para a expansão da fronteira, os assentamentos (principalmente os de Querência) têm sido considerados imprescindíveis para o agronegócio. Com isso, a conversão de áreas de pastagens por áreas de lavoura pelos assentados também deve ser lida como mais uma estratégia de reprodução ampliada do capital, onde o controle da produção é determinante para confirmar a desterritorialização na imobilidade dos assentados. Este controle relaciona-se diretamente com as redes estabelecidas pelos assentados para prosseguir com a sua produção. Como nos lembra Haesbaert (1997), nenhum indivíduo pode prescindir de redes ou hierarquias para se estruturar e a natureza dessas redes são fundamentais para o fortalecimento do território. Na verdade, rede e território estão tão articulados que as redes não podem ser vistas apenas como ‘destruidoras de territórios’, mas como componente do processo de re-territorialização. De acordo com este autor, o que “distingue uma dinâmica da outra é fundamentalmente a extroversão e a introversão dominante em cada processo constituidor ou, em outras palavras, o domínio de dinâmicas centrífugas ou centrípetas” (p.94).

Conforme apresentado no capítulo três, as empresas revendedoras de pacotes agrícolas têm uma grande clientela dentro dos assentamentos do TCBA e são importantes elos entre os assentados e as *tradings*. Consideramos que o contrato com essas empresas pode vir a ser um fator de desterritorialização na imobilidade devido a dois fatores. O primeiro é que o controle da produção do assentado não é mais dele. O contrato possui cláusulas fechadas e rigorosas que impõem uma série de ritmos, tempos, processos e linguagens que passam a conduzir a produção vinculada somente a aspectos técnicos e funcionais. Além disso, a atuação dos funcionários dessas empresas pode provocar uma fragmentação e uma desordem nos assentamentos, pois eles próprios não possuem vínculos com a escala local, já que todos os entrevistados nessa condição chegaram recentemente à região.

A entrevistada 04 é cliente da Agro Amazônia e está investindo na produção de soja desde 2014. Antes, sua produção era de gado leiteiro e, mais tarde, migraram para o gado de corte, mas decidiram converter a pastagem já degradada por considerar que os altos custos para reformar o pasto não compensariam. Assim como outros entrevistados, ela também não

conseguiu acessar o Pronaf. Após plantar soja por um ano, ela decidiu não retornar para a pecuária, visto que *“o retorno é bem mais rápido que o gado”*. No entanto, é a relação entre a assentada e a empresa que evidencia o poder exercido sobre os produtores dos assentamentos. Em maio de 2019, quando realizamos a entrevista, ela já havia negociado o pacote para a safra de 2020 e os insumos como sementes e adubos já estavam chegando em seu lote para começar o preparo do solo e o plantio, marcado para o mês de outubro. Tanta antecedência na compra dos pacotes é com o objetivo de conseguir um preço mais vantajoso para eles, que não tem uma margem de lucro muito grande. *“A gente conseguiu fazer um pacote melhor porque foi no início do ano, aí os preços estavam bons, mas se você deixar prá fechar agora aí fica mais caro (...). É tudo muito planejado, antes de terminar de colher a gente já tinha fechado”*.

Por trás desse planejamento presente em toda a safra encontra-se a racionalidade embutida não só no processo produtivo como também no próprio espaço geográfico, como nos lembra Milton Santos (2014). Esse espaço racional, segundo este autor, supõe um centro de comando e uma ação instrumentalizada por meio das técnicas e faz com que cada vez mais o meio rural seja artificializado e sem mistérios, uma vez que o *“respeito tradicional às condições naturais cede lugar, em proporções diversas, segundo os produtos e as regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento”* (SANTOS, 2014, p.305). Neste espaço não há lugar para o improvisado, para a diversificação, para o cuidado e saber tradicional e compartilhado e para o ritmo de uma produção isenta de agrotóxicos, praticada por outros assentados entrevistados.

Nessa lógica racional, onde cada ação almeja o aumento da produtividade e da rentabilidade, quem controla a produção é aquele que além de determinar os ritmos, absorve a maior parte do lucro. Qualquer prejuízo ou imprevisto que ocorra durante a safra é arcado exclusivamente pelo produtor/assentado que vê a sua margem de lucro, já pequena, se reduzir ainda mais.

*“Essa safra saiu o pacote prá nós numa estimativa que a gente colheria 60 sc/ha, 35 seria da empresa. Se a gente colhesse 60. Mas tem pessoas que colhe mais, colhe 70. Se a gente já colhesse 65, aí eu conseguiria aumentar meu lucro, por isso a gente tem que cuidar muito da planta, da produção, mas é mais ou menos isso aí. Desses 25 de lucro a gente ainda paga várias outras coisas. Ano passado ficou média de 30 prá nós, eu tive que pagar frete, diesel e essas coisas. No final vai sobrar de 10 a 15 sacas prá mim”* (entrevistada 04).



Em outras palavras, 58% do lucro da produção é direcionado para a Agro Amazônia para o pagamento do pacote de insumos adquiridos para a lavoura. Dos 42% que seriam de lucro da assentada e sua família, ou seja, uma média de 25 sacas/hectare, aproximadamente a metade é destinada para cobrir outros custos, exemplificados na fala acima. Fazendo uma estimativa com base nos preços praticados para janeiro de 2019 (quando a entrevistada afirmou ter feito a negociação com a Agro Amazônia), onde o valor da saca de 60 kg de soja estava sendo cotado a R\$76,89<sup>86</sup>, o lucro final que ela teve com essa produção foi de aproximadamente R\$165 mil reais/ano, uma média de R\$13 mil/mês, visto que sua área plantada é de 165 hectares. Em dezembro/2019, o valor da saca de soja, pelo mesmo indicador, estava sendo negociado a R\$89,03, mas isso não altera o valor recebido pela assentada nesta safra, uma vez que o contrato já foi negociado e fechado com os valores do início de 2019. Diante da falta de armazenamento próprio, a autonomia do assentado para negociar o seu produto e vendê-lo quando o preço for mais favorável fica ainda mais limitada, sendo mais um indicativo de que o controle da produção não está com os produtores, sobretudo os menores, como os assentados. A relação com a empresa fica bem clara na fala a seguir da entrevistada, que também é reveladora da sua percepção sobre o funcionamento desse sistema.

*“A Agro Amazônia que fornece prá gente ela tinha uma salinha pequeninha, agora é enorme. Quem planta mesmo fica com pouco, eles ficam lá sem fazer nada. Se fizer chuva, se fizer sol, quem não dorme é você. Eles dormem tranquilos porque eles vão receber. Eles vão receber ou então eles acabam com a sua vida. Eles fazem você vender tudo que você tem prá pagar eles” (entrevistada 04).*

Não é sensato afirmar que essa assentada convive com a desterritorialização na imobilidade. Ainda que ela não detenha o controle total de sua produção, a conversão do seu lote para a lavoura elevou a renda familiar, garantindo mais conforto e segurança socioeconômica para essa família, fazendo com que ela não cogite voltar para a pecuária. Além disso, como pode ser entendido através da fala abaixo, a opção por continuar com a lavoura de soja é fruto de uma escolha consciente e não de falta de alternativas que indiquem uma vulnerabilidade familiar.

*“Eu não tenho vontade de voltar a mexer com outro ramo de jeito de nenhum. Já vendi leite, é uma escravidão. Aí passamos pro gado de corte, chega na hora de vender você nunca tem a opção. Eu não gostei. A soja não. Eu falo sinceramente, eu*

---

<sup>86</sup> Com base no indicador CEPEA/ESALQ/BM&FBovespa. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/soja.aspx>. Acesso em dezembro/2019.

*não mudo. É muito rápido o retorno. A gente planta em outubro. Fevereiro você já tá colhendo, você já vende e já pega dinheiro. (...)Meu marido já falou pra gente vender aqui e comprar uma área maior em outro lugar e mexer com gado. Eu já falei que não, que se for prá continuar mexendo com roça vai continuar sendo isso aqui” (entrevistada 04).*

Embora seja a melhor opção para os assentados que estão iniciando sua produção de soja e que possuem uma área pequena, existe a vontade por parte dessa mesma entrevistada, de plantar e vender por conta própria, o que fica impedido devido a novos investimentos que são considerados necessários para aumentar a produtividade, como maquinário e terra. Nota-se que a aquisição de novas áreas é a estratégia encontrada não somente por ela, mas também por outros assentados que arrendam dentro do assentamento, para conseguir aumentar o seu lucro. Ou seja, o aumento da renda familiar através do aumento do rendimento e produtividade por hectare é secundário nessa lógica que prioriza o incremento da área plantada, movimentando a fronteira em direção a outras áreas.

*“Nós ainda não conseguimos comprar por fora, porque aí aparece outros investimentos que você compra algum maquinário que tá faltando, compra uma coisa ali, outra aqui, e aí aquele dinheiro que seria o teu lucro pra você começar a plantar por conta ai você sempre tem que inovar. Fazenda é sempre alguma coisa. E aí ano passado a gente adquiriu mais um lote e devido aquela investimento ai já não conseguimos porque tem que investir numa outra área” (entrevistada 04).*

A fala dessa entrevistada também se mostra bastante pertinente para evidenciar a mentalidade do “pequeno fazendeiro” comentada acima, uma vez que ela se refere ao assentamento e ao seu lote como uma “fazenda”. Com isso, a relação que essa assentada tem com o assentamento difere muito da relação que outros assentados entrevistados possuem, e isso será discutido no próximo item, pois tem repercussões sobre o próprio território do assentamento.

O entrevistado 41 já vivenciou essa relação com as empresas de revenda e, após concluir que não era vantajoso, buscou outras formas de seguir com sua produção. Ele conta que desde a safra de 2016 decidiu não renovar o contrato com as revendas e estabeleceu um novo contrato com um “grupo de compras” que, segundo ele, adquire poder de barganha frente às negociações com as *tradings*, pois compram produtos para uma área superior. Ele explica o seu funcionamento da seguinte maneira:

*“Esse grupo de compra, compra prá 340 mil hectares, aí a gente paga esse serviço que eles ficam responsável pelas compras da gente. Tem produtores de Goiás e Mato Grosso, deve ser uns 60 ou mais agricultores de cinco cidades (Querência, Canarana e mais três cidades do Goiás). Esse grupo de compra que faz tipo adubo, semente, químico, eles compram prá gente e a gente paga pelo serviço, prá baratar.*

*Essas pessoas negociam prá gente prá abaixar o preço. Aí juntando os 60 a gente ganha poder de barganha e essas pessoas ficam o ano inteiro trabalhando prá gente, vendo preço essas coisas” (entrevistado 41).*

Esse grupo de compra é gerenciado pela Fénix Gerenciamento de Compras Agrícolas LTDA, empresa em funcionamento desde 2004 e que mantém escritórios em Querência, Jataí (GO), Uruaçu (GO) e Silvânia (GO) e, em breve, no Tocantins. Conforme o disposto no *site* da empresa, ela se propõe “a aprimorar a compra de insumos agrícolas através do gerenciamento de compras feito de forma efetiva, pioneira e estruturada, atendendo às necessidades dos nossos clientes na aquisição de seus insumos, no controle de logística, no acompanhamento financeiro e no controle de estoque, com total transparência e ética, transmitida ao cliente e ao fornecedor, viabilizando sua atividade no agronegócio”<sup>87</sup>. Embora seja uma empresa atuante há 15 anos, esse assentado foi o primeiro entrevistado que se referiu a esse serviço, o que nos leva a acreditar que ainda é um ramo em crescimento. Segundo ele, no PA Pingos d’Água, assentamento no qual é localizado o seu lote, apenas ele e mais um assentado firmaram contrato com essa empresa para a safra de 2019/2020.

Apesar de se diferenciar do tipo de contrato realizado pela assentada 04, o contrato com esse grupo de compras indica uma falsa autonomia para esse entrevistado, uma vez que ele também depende dos demais associados para a realização da compra de insumos e da venda do produto. Ele exemplifica essa relação da seguinte maneira: “*Cada produtor manda prá essa empresa o tanto que vai precisar de fertilizante aí ela vai dizer: ah, vai precisar de tantas mil toneladas de tal coisa, daí eles vão procurar o melhor preço pra gente*”. Nota-se que a vantagem é condicionada pelo número de produtores que se associam nesse grupo de compras. Quanto mais produtores, maior a área e menor poderá ser o preço final conseguido pelo produto. Mas, caso haja a desistência de alguns membros, o poder de barganha ficará menor. Trata-se, sem dúvidas, de uma nova estratégia, mas que também tem condicionantes que são alheios à vontade do próprio assentado.

Além disso, embora ele afirme que o poder de barganha é maior, seu lucro final em sacas por hectare não se distancia do que é conseguido pela entrevistada 04. Seu maior gasto é com a correção do solo, o que consome cerca de 40 sacas/hectare. O custo de plantio, adubação, óleo diesel, manutenção de máquina, mão de obra, frete e o arrendamento que ele faz consome uma média de 10 a 12 sacas de soja por hectare. Seu rendimento na safra 2018/2019 foi de 66 sacas/hectare, ou seja, o lucro dessa produção foi de aproximadamente

---

<sup>87</sup> Disponível em: <https://fenixempresas.com.br/institucional/>. Acesso em dezembro/2019.

14 sacas/hectare. No entanto, o seu montante recebido é bastante superior ao da assentada 04, pois sua área plantada é praticamente dez vezes maior que a dela.

Os entrevistados 04 e 41 são exemplos de assentados que estabelecem redes que são exógenas à escala local, impactando o território do assentamento. não somente pela produção de soja e as transformações socioeconômicas e políticas em que ela se desdobra, como também pela lógica de funcionamento dessas redes, conectadas ao espaço mundial e à divisão internacional do trabalho, criadora de espaços cada vez mais especializados. Essas redes são diferentes daquelas estabelecidas, por exemplo, pela assentada 40, que através de vínculos com atores locais, endogeniza e fortalece os laços territoriais que contribuem para a manutenção do assentamento.

Essa agricultora é um exemplo de resistência na região e, em seu lote, são desenvolvidos diversos projetos em parceria com o Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Confresa e com a Secretaria de Meio Ambiente do município. Além do projeto dos Sistemas Agroflorestais (SAF's) já comentado no item anterior, essa assentada também atua em um projeto de sementes crioulas, sendo a sua participação fundamental por dois motivos: o primeiro é pelo seu trabalho como multiplicadora dessas sementes e, o segundo, é que no lote dessa assentada foi montada uma unidade de referência para o projeto. Essa diversidade e multifuncionalidade da unidade produtiva dessa assentada gera novas redes que se tornam ingredientes importantes para o seu capital social (PLOEG, 2008). A escolha por essa assentada não foi feita ao acaso, conforme nos conta a entrevistada 48.

*Eles<sup>88</sup> identificaram pessoas que queriam participar, que tinham o perfil, e como a gente já conhecia o trabalho dela, a luta dela, o produto dela sem químico, aí ela disse que queria trabalhar e aí começamos. Apresentamos o projeto prá ela, ela topou na hora e começamos a montar. (entrevistada 48).*

Como nos lembra Haesbaert (1997), o domínio de dinâmicas centrífugas e/ou centrípetas é determinante para identificar o poder que as redes têm sobre os territórios. A partir dos casos dos assentados 40, 41 e 04 discutidos acima, podemos entender que aqueles que mantêm vínculos exógenos à escala local, ou seja, onde a construção territorial é realizada a partir da preponderância de forças centrífugas, as verticalidades são dominantes e provocam um efeito desagregador sobre o território. Conforme Santos (2014, p.286) “as forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali”. O autor cita o comércio

---

<sup>88</sup> A entrevistada 48 se refere aos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente de Confresa.

internacional e o fornecimento de capitais como alguns exemplos de elementos exógenos que retiram essa autonomia local. Essa dinâmica é observável entre os assentados produtores de soja que dependem da demanda das *tradings* e do ritmo de exportação de *commodities*, o que é parcialmente mitigado pelos contratos fechados com as empresas revendedoras.

Outros exemplos de redes locais que contribuem para o fortalecimento dos laços territoriais puderam ser encontrados em três eventos dos quais pude participar. O primeiro foi o 3º módulo do curso de agricultura e agropecuária de base agroecológica organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo IFMT – Confresa, que ocorreu de 24 a 26 de maio na sede da Prelazia de São Félix do Araguaia, atualmente em Porto Alegre do Norte. Neste curso participaram aproximadamente 50 pessoas entre assentados, retireiros, indígenas de três etnias presentes na região (Xavante, Tapirapé e Karajás), representantes de ONG's com atuação local, estudantes e gestores públicos. Para além do momento das falas, os encontros em outros momentos (almoço, café e jantar) foram importantes espaços de troca de saberes entre esses atores, fomentando processos de autoafirmação e coletividade em torno de um propósito comum. Como bem apontado por uma das participantes, a região do TCBA, por eles denominada Araguaia – Xingu e o momento do curso é *“um lugar de disputa e significado. É a vida e o cotidiano das pessoas. Do nosso lado é uma disputa por sobrevivência. Estar aqui nesse momento é lutar pelas coisas que a gente acredita. É um momento de força”*.

Percebe-se a centralidade que a agroecologia e a prática coletiva adquirem nessa fala, não somente como um modelo de produção, mas como elementos fundamentais para a sobrevivência desses atores. Além disso, um dos organizadores afirmou que há um esforço em adquirir os alimentos que são preparados e fornecidos durante os dias de curso diretamente da agricultura familiar e, por evento, estima-se que o montante adquirido seja de seis a oito mil reais, o que se converte em outra forma de fortalecer as cadeias produtivas da agricultura familiar e valorizar o produto e os produtores locais.

O segundo momento de fortalecimento das redes locais foi através do curso de “Estrutura do Solo” com foco em análise do solo, também organizado pela CPT e que aconteceu no PDS Bordolândia, entre os dias 31 de maio e 02 de junho de 2019. Participaram deste curso aproximadamente 20 assentados que tiveram uma capacitação técnica com explicações que, segundo um deles, *“são ótimas prá ajudar a gente na lida do dia a dia”*. Diferentemente do que ocorreu no curso em Porto Alegre do Norte, que foi mais abrangente, esse foi mais específico, tanto em termos de participantes quanto em termos de assuntos discutidos. Todos os participantes são moradores do PDS Bordolândia (que como veremos

adiante tem um componente familiar muito forte) e as discussões giravam em torno de questões práticas que visavam facilitar a rotina dos agricultores, sempre priorizando métodos agroecológicos. Um exemplo disso é que, ao final do curso, os participantes com a instrução do técnico que administrou o curso, fizeram coletivamente uma receita de biofertilizante que eles poderiam utilizar em seus lotes para melhorar a qualidade do solo.

Nesses dois eventos citados há o envolvimento direto da Comissão Pastoral da Terra, que já atua na região desde o seu surgimento, na década de 1970, e que tem papel fundamental na luta pela terra e na consolidação dos assentamentos do TCBA. Sua forte atuação em defesa dos assentados e indígenas ainda permanece sendo um elo fundamental para o fortalecimento do território da agricultura familiar, o que pode ser constatado a partir da fala da assentada 35: *“o povo da CPT oferece muita coisa, eles ajudam demais a gente”*.

O terceiro e último evento foi a VII Mostra Socioambiental do Araguaia, que ocorreu de 14 a 16 de junho de 2019, em São Félix do Araguaia (figura 23). Esse evento, organizado pela Associação Nossa Senhora da Assunção (ANSA), foi dividido em diversas dinâmicas como roda de conversas, seminários, uma oficina para a formação de comunicadores locais, visita à Fabrica de Polpas do Araguaia e ao Viveiro de Sementes, apresentações culturais e, ao final, uma grande feira para exposição e comercialização dos produtos de mais de 50 agricultores familiares. O evento foi dividido em dois espaços: o Centro Comunitário Tia Irene, às margens do rio Araguaia e no espaço onde é realizada a feira municipal. Durante o evento passaram mais de 1500 pessoas, entre participantes e visitantes, que puderam entrar em contato com a diversidade cultural e de produtos produzidos localmente, fortalecendo os vínculos, resgatando saberes e elevando a autoestima desses produtores.



Figura 23 - atividade na VII Mostra Socioambiental do Araguaia. Fonte: Lourenço (2019).

Além da CPT, outra importante instituição com atuação local que vem auxiliando as famílias assentadas é a Rede de Sementes do Xingu<sup>89</sup>. Por meio de uma rede de trocas e encomendas de sementes de árvores e outras plantas nativas das regiões do Xingu, Araguaia e Teles Pires, o trabalho dessa instituição tem se convertido em uma importante fonte de renda para os assentados, além de cristalizar conceitos referentes à conservação, recuperação e valorização do Cerrado e fortalecer a comunicação e intercâmbio entre coletores de sementes, viveiros, elos institucionais e proprietários rurais.

Embora necessite de políticas públicas de diversas naturezas (como crédito, comercialização etc.) e tenha outros desafios, a dependência tão longínqua de dinâmicas internacionais não faz parte da realidade de agricultores familiares assentados, cujo foco é a produção orientada para o mercado local, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família (PLOEG, 2008). Podemos dizer que as relações que esses atores mantêm, como exemplificado anteriormente pela assentada 40, e pelos esforços que originaram os eventos comentados, são resultantes de forças centrípetas que atuam como fatores de coesão e convergência, conduzindo a um processo de horizontalização (SANTOS, 2014) e fortalecimento territorial. Em última instância, vemos que o predomínio de verticalidades ou

---

<sup>89</sup> Importante mencionar que essas associações locais, a saber, ANSA, CPT, Rede de Sementes, Instituto Socioambiental (ISA) e a Operação Amazônia Nativa (OPAN) formam a AXA – Articulação Xingu Araguaia, que surgiu em 2007 com o objetivo de mobilização social e criação de uma alternativa sustentável de manejo da terra, de recuperação de áreas degradadas, e de geração de renda a partir da floresta em pé. Outras informações disponíveis em: < <https://axa.org.br/>>.

horizontalidades é criador de diferenças no próprio significado do assentamento para esses atores, o que será retomado no item 4.3.3.

Dando prosseguimento aos fatores enumerados como possíveis elementos de desterritorialização na imobilidade, consideramos que a localização, tanto do assentamento, quanto do município, é igualmente uma variável fundamental nessa discussão. Num contexto de relações de produção capitalistas, a localização é um fator fundamental para a formação da renda da diferencial I, ou seja, aquela que independe do capital aplicado na produção (OLIVEIRA, 2007). Além desse fator, a fertilidade do solo também é determinante para a formação desse tipo de renda da terra.

Pelas evidências percebidas durante os trabalhos de campo, podemos afirmar que a localização dos assentamentos explica, em parte, porque alguns estão mais suscetíveis às pressões do avanço da fronteira agrícola que outros. Além disso, o mapa do Anexo K, indica que as áreas preteridas pelo agronegócio são áreas de varjão, mais próximas ao leito do Rio Araguaia, por serem áreas mais úmidas e de alagamento em algumas épocas do ano. Isso nos impulsiona a concordar com Harvey (2013, p.440), quando ele afirma que “a terra fértil, porém má situada pode ser abandonada por uma terra menos fértil, mas com uma localização mais favorável”, como é o caso de Querência.

Em algumas dessas áreas alagadas existem assentamentos que convivem com essas condições, como é o do PA Manah em Canabrava do Norte. A entrevistada 35 conta que ela prefere plantar próximo ao rio “*porque é barro preto, né?! Mais fértil*”. Mas que, no período chuvoso, é necessário mudar de lugar essa produção, normalmente de hortaliças para o consumo familiar, pois já é sabido que as enchentes ocorrerão e poderão causar prejuízos. O fato de ser alagável, portanto, não é um fator que impede o uso dessas áreas, mas o manejo precisa ser diferenciado, o que já é do conhecimento por aqueles que residem nessas áreas.

Além desse, também pode-se mencionar como exemplo, o caso do PA Olaria em São Félix do Araguaia, que se encontra embargado devido a processos ambientais e está em uma área alagável. “*Esse PA foi criado porque tinham oleiros que exploravam a parte do barro e eles viviam lá e utilizavam essa terra e foram assentados lá. Só que é uma área muito alagada*”, explica a entrevistada 21. Como a área está embargada, 45 famílias que estavam cadastradas nesse assentamento foram transferidas para um local próximo, onde o Incra construiu uma agrovila. Segundo ela, “*a peleja deles é que eles querem voltar prá lá pra continuar explorando legalmente porque eles se viram do jeito deles. Eles arrumam torrão de terra prá fazer a casa, aí põe o gado prum lado, depois põe pro outro, combinam com o vizinho. Eles se viram lá*”, evidenciando que esses agricultores se adaptaram aos fatores



locacionais e lutam para retornar para o território originário do assentamento. Nesse caso, a desterritorialização se deu menos em função dos efeitos da fronteira agrícola e mais em razão de questões jurídico-ambientais, que desconsideraram as práticas tradicionais de uma população que já possuía o controle funcional daquele espaço, bem como sua apropriação simbólica.

Todavia, na perspectiva dessa entrevistada, é uma questão de tempo até o agronegócio ocupar as áreas que não são alagáveis nessa região, o que põe em risco a produção dos assentamentos e do modo de vida de assentados que estão habituados a essa condição. “*A gente tá perto do rio, tem vários varjões, áreas alagadas. Eles só não estão aqui por isso. Mas eles vão chegar*”, afirma ela, que fornece como exemplo um proprietário que possui alguns lotes na entrada de São Félix do Araguaia e que já planta soja bem próximo à cidade. “*Eles vão chegar e vão começar assim: compra um pedacinho aqui. Ai depois compra outro pedacinho lá longe. E vão comprando*”, conclui ela.

Outros assentamentos estão mais próximos a áreas que nos últimos dez anos foram convertidas em lavoura, indicando que a expansão pode afetá-los mais diretamente e num prazo mais curto. É o caso do PDS Bordolândia e do PA Independente I, mostrados nos mapas 14 e 13, respectivamente, e que estão sendo aos poucos cercados por lavouras. No item 4.3.1 foi evidenciado que a assentada 40, do PA Independente I já vivencia o início de um processo de desterritorialização na imobilidade causada pelos efeitos da deriva aérea de agrotóxicos lançados nas lavouras vizinhas.

O fator locacional também repercute sobre o preço das terras, como mostrado na tabela 24 do capítulo anterior, a partir da qual é possível notar que os três maiores aumentos entre 2013 a 2017 foram em terras com pastagens já formadas nos municípios de Alto Boa Vista, Querência e São Félix do Araguaia. Esse fator, por sua vez, se converte em um gatilho para um processo de especulação fundiária, que pode levar ao aumento do assédio por áreas de assentamento que, em sua maioria, são formadas por pastagens, como visto nos mapas apresentados no subcapítulo 4.1.

Além disso, a renda diferencial I também incide nas condições de transporte e, como já foi discutido no capítulo anterior, a logística em termos de vias pavimentadas continua sendo um fator que prejudica as produções no TCBA, encarecendo custos de frete e repercutindo sobre a produção dos assentamentos, conforme evidencia o entrevistado 26. “*Aqui a gente tá no final carretel. Então a logística pro leite e prá outros produtos da agricultura familiar aqui é mais complicada*”, referindo-se aos assentamentos de Querência. Durante a ida ao PA Brasil Novo, foi possível observar a existência de lotes que destoam do

predomínio da lavoura e pastagem e mantêm uma produção frutífera que, todavia, não atinge seu potencial máximo pela dificuldade de escoamento da produção, uma vez que esse é o assentamento mais distante do núcleo urbano desse município. No caso do PA Pingos d'Água, essas produções se tornam mais viáveis, pois como estão a apenas 20km da região central do município, os assentados conseguem com mais facilidade fazer o transporte de suas produções para a cidade (figura 24). No entanto, exatamente por ser ter essa proximidade, esses cultivos disputam mais acirradamente espaço com as lavouras que predominam nesse assentamento (mapa 10, página 179). Essas dificuldades também ajudam a explicar porque alguns assentados desistem dessas produções e arrendam ou vendem seus lotes para o agronegócio.



Figura 24 - produção de hortaliças no PA Pingos d'Água. Fonte: Lourenço (2019).

Outras áreas se beneficiam mais do que outras da renda diferencial II, obtida a partir de investimentos para melhorar a fertilidade do solo (OLIVEIRA, 2007). Ela também é alcançada através do aprimoramento genético das sementes, à adequação das mudas às condições ambientais locais e etc. Em todo o caso, essa renda é extraída quando há um investimento de capital e de tecnologia para garantir uma elevação da produtividade. Durante entrevistas com assentados que se mantêm na agricultura familiar, a fertilidade da terra foi um fator considerado limitante para o aumento da sua produção, o que se agrava com a escassez de crédito para esse fim. *“Precisa comprar calcário prá jogar no terreno, aí economizando*

*aqui e ali a gente consegue*”, nos conta a entrevistada 40, sobre como ela lida com a falta de recursos para a correção do solo para o seu plantio.

Esse fator também incide sobre os assentados que optaram pela conversão de seus lotes para a lavoura, como é mostrado pelo entrevistado 41, que teria um rendimento maior não fosse o alto custo do investimento que é direcionado para a correção do solo, através de calagem e fosfatagem. *“Insumos é o maior vilão. O solo aqui precisa de bastante correção. De correção dá em torno de umas 40 sacas de soja prá botar ela em condição de produzir. Ela tem um custo altíssimo”*, afirma ele.

Outro fator que potencializa a desterritorialização na imobilidade dos assentados e que está relacionado ao fator locacional e logístico da região é o deficitário acesso aos mercados e a outras formas de comercializar a produção. Embora a produção camponesa seja apenas parcialmente mercantilizada (PLOEG, 2008), num contexto de baixo acesso a crédito subsidiado, a comercialização dos excedentes produzidos nos lotes é uma fonte de renda fundamental para a reprodução familiar. A produção de hortaliças do PA Pingos d’Água, exemplificada acima, é vendida na feira municipal, que ocorre duas vezes na semana (às quartas-feiras e domingos) em um galpão na região central de Querência. *“Tem pessoa que faz um queijo, que planta uma abobrinha, que planta um negócio aqui e outro ali, aí traz. Principalmente os assentados e outros produtores do entorno. Essa feira de quarta não tinha, foi coisa recente”*, nos conta o entrevistado 26, que afirma que o acréscimo de um dia para a feira foi uma promessa de campanha do atual prefeito do município.

No município de São Félix do Araguaia, cujos assentamentos também estão distantes da sede do município, a comercialização dos produtos também é incipiente. Como nos conta a entrevistada 19,

*“eu sempre falo que a comercialização é um desafio enorme pra nós. Eu brinco que eu preferia que outra pessoa vendesse porque só organizar a produção e a colheita das frutas nesses territórios de assentamentos grandes em que as distâncias são grandes é desafiador. A nossa equipe é pequena”*. (entrevistada 19).

Ela se refere ao trabalho que é desenvolvido pela Araguaia Polpa de Frutas (figura 25), uma importante fábrica administrada pela Associação Nossa Senhora da Assunção (ANSA) que, dentre outras atividades, cuida do escoamento, transformação e comercialização de parte da produção frutífera, principalmente do PA Dom Pedro e do PA Mãe Maria. O trabalho dessa instituição (que já foi brevemente comentado no capítulo 3) enfrenta alguns desafios que estão relacionados com a comercialização. O primeiro deles é, conforme afirma essa

entrevistada, que há uma preferência local pelo consumo das frutas *in natura*, o que reduz a demanda pelo produto processado e, conseqüentemente, diminui o valor agregado do produto recebido pelo produtor.



Figura 25- entrada da Araguaia Polpa de Frutas. Fonte: Lourenço (2018).

A produção e máximo crescimento do valor agregado dos produtos é, de acordo com Ploeg (2008), uma das principais características da agricultura camponesa, que é atingida através do crescimento da base de recursos ou através de um melhoramento da eficiência técnica. Esses dois processos, no entanto, são combinados e não excludentes e, quando alcançados, promovem um melhoramento do nível da comunidade como um todo e um fortalecimento territorial. No caso dos assentamentos atendidos pela ANSA, a possibilidade de escoar a produção para a fábrica, que já possui um aparato tecnológico instalado para a transformação (figura 26) é fundamental para aumentar a renda das 40 famílias que fornecem as frutas e diminuir as suas possibilidades de virem a ser desterritorializadas na imobilidade.

Essas famílias, no entanto, precisam estar organizadas no interior da unidade produtiva, de modo que as metas de entrega sejam alcançadas, correndo o risco da fábrica não possuir matéria-prima para a produção das polpas no momento necessário, uma vez que a produção respeita as frutas de cada época do ano e faz a estocagem para a distribuição ao longo do ano (figura 27). “*Mesmo no mercado regional, na nossa casa, tem que ter uma disciplina na entrega dos produtores e no buscar desse fruto e que, pelo menos eu falo, a*

*minha equipe não tá preparada prá isso”, aponta ela para os desafios nos diversos elos de estruturação dessa cadeia produtiva.*



Figura 26 - maquinários da Araguaia Polpa de Frutas. Fonte: Lourenço (2018).



Figura 27 - armazenamento das polpas de frutas na câmara fria da Araguaia Polpa de Frutas. Fonte: Lourenço (2018).

Sobre a venda do produto já transformado ela afirma que *“o correto seria colocar fora daqui, no grande centro, porque provavelmente as redes de frutos do cerrado iam adorar*

*receber, mas a 1100 km, o frete fica inviabilizado*”, também chamando a atenção para a dificuldade logística vivenciada na região. *“A gente tá tentando vender em Santa Terezinha, Confresa, Porto Alegre, Bom Jesus, Alto Boa Vista. Sempre em municípios onde o ônibus chega num dia, por exemplo*”, completa ela. Mas ressalta que *“vender é uma tarefa muito exigente. É como se no final das contas a gente sempre deixasse isso pro final. A gente não encara a venda com o mesmo entusiasmo que encara a organização da produção*”, identificando um possível ponto fraco na própria instituição que, sozinha, gerencia toda a cadeia de frutas desses assentamentos. Caso houvesse um maior aporte de capital humano e financeiro, poderia haver uma expansão da capacidade de atendimento da organização, abrangendo mais famílias assentadas e fortalecendo não somente a cadeia, mas também os assentamentos e a agricultura familiar do TCBA.

Além da Araguaia Polpa de Frutas, que auxilia no escoamento da produção dos assentamentos de São Félix do Araguaia, o município também possui uma feira quinzenal de assentados do PA Dom Pedro. A viabilidade da participação dos assentados na feira está diretamente relacionada à distância do assentamento e à existência de meios para transportar os produtos sem danos. Segundo a entrevistada 19, a feira de São Félix do Araguaia *“acontece em condições precárias e existe uma queixa das pessoas que compram que nem sempre o preço é muito bom*”, o que está relacionado aos custos para transportar os produtos até a cidade. *“Eles vêm dentro de um caminhão trazendo os produtos, as mulheres ficam cansadas. Eu tô querendo dizer que eles também não têm entusiasmo muito grande, é sofrida a vida deles*”, completa a entrevistada 19, ao comentar sobre as possíveis causas da baixa participação de feirantes e das vendas. Outra explicação para essa queixa sobre o preço dos produtos pode ser extraída da fala de uma das próprias feirantes, que aponta as despesas que, muitas vezes, não são contabilizadas pelo consumidor final, mas que certamente estão embutidas no preço do produto comercializado na feira.

*“Aí a gente vem de 130 km de distância, passa três dias aqui, a gente tem que pagar alguém prá cuidar das nossas coisas lá, nós temos galinha, porco, cachorro. Então a gente paga três diárias prá uma pessoa. A diária lá nossa é 98, 100, 130 reais, é pesado. Então a gente tem que fazer tudo isso”* (entrevistada 45).

Segundo essa assentada, a feira é realizada há mais de 20 anos e conta atualmente com a participação de 12 a 13 feirantes assíduos, mas já teve a participação de mais de cem assentados, ligados ao sindicato dos trabalhadores rurais do município. *“Prá vir nesse caminhão, prá vir metade dos feirantes era disputado no sorteio. Muitos choravam,*

*guerreavam e falavam que não vinham mais (...), daqui a 15 dias tava querendo vir e a gente dava prioridade”,* lembra ela sobre a disputa para participar da feira no seu início. Ela atribui essa redução na participação da feira ao aumento do individualismo que aos poucos foi se instalando no PA Dom Pedro, conforme as pessoas iam melhorando suas condições socioeconômicas. *“Isso aí é outra coisa agravante dentro de um assentamento”,* conclui ela. Estamos inclinados a concordar com essa assentada, uma vez que consideramos que a fragilização dos laços comunitários é um fator de enfraquecimento territorial que pode culminar na desterritorialização dos assentados.

Na percepção dessa assentada, *“a feira não é prá você enricar, ela é prá você viver”.* Ela atribui a qualidade de vida que sua mãe de 83 anos tem a esse trabalho como feirante e seu vínculo com a agricultura família, o que faz com que o assentamento e a atividade rural adquiram valores afetivos para além dos funcionais. Além disso, ela destaca que a frequência na participação da família na feira deve ser entendida como um ato de comprometimento e responsabilidade com o coletivo, o que gera frustrações por não ver o mesmo comportamento em outros assentados. Tal fator, por sua vez, também pode ser desencadeador de rompimento dos vínculos vicinais.

*“Minha mãe já teve feira de não ter o que trazer quando ela estava doente, ela não tinha o que trazer porque não tinha como produzir. Ela já ficou devendo a passagem. Mas vinha prá que essa feira não acabasse. Era prá minha mãe vir na feira? Não. Ela não precisa, ela é assalariada, ela mexe com as coisinhas dela. A minha mãe faz de tudo. E tudo graças a quê? a agricultura familiar, porque ela vive isso. Ela passando troco, ela vendendo, ela organizando as coisas dela, ela vive! Ela não tem doença. Aí você olha na agricultura familiar, pessoas obesas, pessoas com depressão, porque não tem esse vínculo de você falar: eu vou fazer. Não, vive no comodismo”* (entrevistada 45).

Além de Querência e São Félix do Araguaia, Confresa também possui feiras livres que acontecem quatro vezes na semana (às 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e aos domingos) em pontos diferentes da cidade. No entanto, segundo o entrevistado 30, até dois anos atrás a feira só acontecia duas vezes na semana, mas o aumento de dias indica que há uma boa oferta de alimentos e uma boa procura e aceitação dos consumidores, além de ser o município com o maior número de assentamentos da região. Atualmente, 80% dos feirantes desse município são produtores familiares dos assentamentos que, em grande parte, estão associados à Aproveira, associação de feirantes local, que mantém parceria com o Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Confresa para a produção de alimentos de base agroecológica, o que é ameaçado pela deriva de agrotóxicos. Conforme nos conta a entrevistada 48

*“Dentro da Aproveira a gente tem um projeto desde 2011 que é a produção de produtos agroecológicos. A gente não tem certificado, então não dá prá dizer que é orgânico, mas 76% dos feirantes de 2013 a 2016 onde a gente acompanhou mais de perto com o projeto, eles tinham produção agroecológica. E hoje nós temos alguns feirantes que nós acompanhamos que se fosse certificar, eles iam ganhar a certificação, com certeza. É tudo utilizado de dentro da terra e aí quando você se depara com uma deriva dessa é um trabalho que vai por água a baixo”* (entrevistada 48).

Esse movimento em direção a uma produção agroecológica é fortalecido pelos consumidores locais que, de acordo com essa entrevistada, *“sempre procuram aquelas bancas que tem menos produto químico”*. Essa estratégia produtiva é um diferencial que contribui, não somente para o aumento da renda familiar, como também para a conscientização ecológica, a modificação no padrão de consumo dessa população e para uma mudança na identidade socioprofissional desses produtores (SCHULTZ, 2011). No entanto, o cenário de Confresa não é uma realidade em todos os municípios do TCBA, o que leva um dos participantes do curso de agroecologia da CPT a afirmar que *“a gente não tem dinheiro prá comprar orgânico. Quem compra é quem tem dinheiro e quem tem dinheiro aqui é quem vende veneno prá gente”*, explicitando as contradições percebidas por ele entre o uso de agrotóxicos e o consumo de alimentos orgânicos.

Dando continuidade às estratégias encontradas nos assentamentos para o escoamento de produção, nota-se que a venda direta é uma prática recorrente e importante fonte de renda para os assentados. É o caso do assentado 05, do PA Dom Pedro, que produz leite, manteiga, cocada e queijo, este último vendido a R\$10,00 uma unidade de aproximadamente 1kg. Também, neste assentamento, a venda direta é praticada pelo entrevistado 13, cuja principal produção de sua propriedade é a mandioca, da qual é produzida a farinha e o polvilho. Além desses, a entrevistada 40 é outro exemplo de assentada que vende os produtos de seu lote de maneira direta. As galinhas e os ovos são alguns dos exemplos que ela dá de produtos que consegue comercializar, mas o carro chefe de sua propriedade é a produção de banana que, segundo ela, dá um retorno financeiro que a ajuda nas despesas domésticas. *“Eu pego um carrinho de mão, encho de banana e vou vendendo até lá no final do assentamento. Vendo um cacho prá um, uma dúzia pra outra, duas dúzias pra outra e aí vai entrando um dinheirinho. Ajuda muito esse dinheirinho de 200, 300 reais, e vamos aguentando”*, afirma ela, sobre a importância dessa estratégia que dá um retorno imediato. Ela também já se organizou para fornecer banana para as agrovilas de outros assentamentos, o que pressupõe uma disponibilidade semanal de banana para esse público. *“Eu tenho os vendedores nas agrovilas*



*que eu entrego prá eles e eles vendem e eu vendo aqui dentro*”, explica ela como se dá essa organização.

Ela também tem uma grande produção de mandioca que, no entanto, ainda não conseguiu vender por dificuldades em transportar o produto até a feira, o que poderia ser amenizado se, assim como em São Félix do Araguaia, existisse um ônibus para levar os assentados até a cidade nos dias de feira. No assentamento, a venda direta de mandioca é mais difícil, pois, segundo ela, todos seus vizinhos produzem. Mesmo assim, ela demonstra um interesse em agregar valor a esse produto para conseguir tanto vender na feira mais facilmente quanto para prover esse alimento para as suas refeições do dia a dia. Nas palavras dela:

*“Eu vou transformar ela em farinha e vou vender em farinha. Tem um vizinho ali que ele tem uma oficina e ele vai me ajudar. Aí eu entrego a mandioca prá ele e ele faz a farinha e vende na feira pra mim. Aí eu também faço o polvilho prá comer, faço agora na época da seca, aí tem pro ano todinho, uns 4 sacos”*(entrevistada 40).

A assentada 49, do PA Ipê em Vila Rica, afirma que tem algumas formas de vender sua produção de gado de corte, o que é destoante da entrevistada 04, que converteu sua pastagem para a lavoura, pois encontrava dificuldades na venda dos animais. A 49, por sua vez, já consolidou parcerias com atravessadores que compram seu gado e levam para os abatedouros e, além disso, ela consegue negociar diretamente com proprietários de confinamentos de São Paulo, afirmando que essa venda lhe garante *“um preço bem melhor porque aí você vende no peso”*. O gado de corte é sua principal produção, mas ela conta que está iniciando a venda de leite a partir da compra de algumas cabeças de vacas leiteiras, cuja renda também auxilia nas despesas domésticas.

Todavia, é interessante comentar que em nenhuma entrevista, seja com assentados, seja com atores de ONG's ou públicos, o vínculo da comercialização e os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)<sup>90</sup> foi mencionado. Essas políticas são importantes para o fortalecimento e desenvolvimento local, pois, conforme Grisa *et al* (2018), elas atuam no sentido de induzir a demanda pelos produtos, organizam a oferta e criam fóruns e conselhos que priorizam a construção coletiva desses instrumentos. No entanto, as evidências de campo, apontam que a união da dimensão agrícola e alimentar oriunda dessas políticas é ínfima nessa região.

---

<sup>90</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) em 2009.

Para além da falta de crédito e da frágil rede de comercialização da produção dos assentamentos, os assentados também enfrentam dificuldades relacionadas à disponibilidade de maquinário no período de plantio. Em geral, o que se observa é que há uma prática recorrente de alugar máquinas agrícolas para auxiliar no preparo do solo, no plantio e na colheita das produções, quando necessárias. Os proprietários das máquinas são diversos, como as prefeituras e outros assentados e os valores praticados variam de acordo com a época do ano (safra/entressafra) e o tipo de máquina utilizada no serviço.

A prefeitura de São Félix do Araguaia disponibiliza um trator que auxilia os assentados no gradeamento do solo para o início do plantio (figura 28). O valor do serviço do trator é de R\$110,00/hora, mas alguns assentados entrevistados não estão satisfeitos com o serviço do novo motorista contratado que, segundo o assentado 12, “*não sabe andar direito*”, o que encarece o custo do serviço, uma vez que o motorista, às vezes, tem que passar a máquina duas ou três vezes no mesmo lugar para a terra ficar apta.



Figura 28 - trator da prefeitura de São Félix do Araguaia fazendo gradeamento do solo no PA Dom Pedro. Fonte: Lourenço (2018).

O assentado 14 do PA Dom Pedro que, dentre outras produções, possui uma extensa plantação de pequi e de abacaxi em seu lote (sendo um dos principais fornecedores da fruta para a Araguaia Polpa de Frutas<sup>91</sup>), é um dos assentados que possui um trator próprio e que aluga para outros assentados, sob o preço de R\$180,00/hora. Mesmo sendo mais caro, o

---

<sup>91</sup> Ver figura 11, página 158.

assentado 11 afirma que prefere contratar esse serviço, pois o trator é mais potente do que o da prefeitura, o que faz com que o serviço seja mais rápido e, conseqüentemente, mais econômico para o assentado. A aquisição de um trator próprio, muitas vezes é feita com recursos públicos, como é o caso do entrevistado 01, do PA Jacaré Valente, que utilizou o crédito do Pronaf Mais Alimentos para esse fim.

*Durante três ou quatro meses no ano esse trator trabalha em média 300 horas/ano prá terceiros pra formar pasto. Prá fazer a gradagem é 170 reais/hora. A média que a gente faz durante o ano, descontando as manutenções que tem que fazer, dá em torno de 30 mil por ano. Não é muito, mas ajuda muito. Aí você soma a renda do trator e os bezeros e vai sobrevivendo. Eu tô começando a pagar o trator agora e vou pagar em oito anos. Ele paga ele mesmo e a vantagem é que eu faço a minha própria reforma de pasto, sem ter que pagar prá ninguém. Então o dinheiro que eu ganho fora eu consigo comprar adubo e outras coisas prá melhorar a minha propriedade. (entrevistado 01).*

A partir dessa fala, pode-se observar que o assentado encontrou na aquisição de trator, mais uma fonte de rendimentos familiar, além de não depender da contratação desse serviço para preparar a sua terra. Assim como o assentado 14, esse entrevistado possui uma margem de lucro maior proveniente de suas outras atividades (aluguel de duas salas comerciais no centro de Confresa e a venda dos bezeros), o que, no entanto, não pode ser generalizado para o conjunto dos assentados entrevistados que, em sua maioria, precisam pagar por esses serviços.

A prefeitura de Confresa também possui um trator que, seguindo a mesma lógica da prefeitura de São Félix do Araguaia, fica à disposição dos assentados. No entanto, de acordo com a entrevistada 40, essa máquina “*nunca trabalhou prá agricultura familiar. Você pode pelear lá. Você tem que pegar particular*”, ficando ela exclusivamente destinada aos serviços requisitados pela própria prefeitura, como o conserto de estradas. Segundo a assentada, essa prefeitura estabeleceu uma parceria para a aquisição de três novos tratores do modelo T6 para trabalharem para a agricultura familiar na perfuração de tanques para a criação de peixes, fomentando mais uma cadeia produtiva no município. Seu receio, no entanto, é que assim como a já existente, essas três máquinas também não beneficiem a agricultura familiar dos assentamentos.

Segundo a entrevistada 40, que obteve informações sobre como será o funcionamento desse maquinário junto à prefeitura de Confresa, o assentado deverá contribuir com o equivalente a 50% do serviço prestado “*para pagar o óleo da máquina, o operador e o que sobrar vai fazer um caixa pra quando essa máquina der problema, poder ter como consertar*”. Ela considera que essa cobrança “*é justa*” porque “*se a máquina for trabalhar de*

*graça, o cara não vai se mexer até a máquina ir lá e furar um, dois tanques e depois vai ficar parado lá”, estabelecendo ela uma relação entre o pagamento do serviço com a produção em si, pois dessa forma, o agricultor se verá obrigado a trabalhar e a produzir em seu lote para conseguir pagar o serviço e não ter prejuízo. Além disso, segundo ela, “eles vão dar condição de pagamento, vão fazer um acordo prá pagar e vai poder pagar parcelado”, o que irá ajudar os assentados a se organizarem e contratarem os serviços.*

Os entrevistados 30 e 40 também afirmam que a hora de serviço contabilizada para a máquina não é de 60 minutos e, sim, 50 minutos, e alguns modelos chegam a custar R\$400,00/hora. O entrevistado 30 relembra que, para gradar uma parte do seu lote para iniciar o plantio em 2018, gastou o equivalente a R\$6 mil reais, o que afasta essa possibilidade de muitos assentados que não possuem condições de arcar com essa despesa. Assim se estabelece um impasse: caso o assentado não possua o recurso para fazer o preparo do solo no momento certo, como irá produzir? E, por fim, como irá se manter no lote? É nesse sentido que consideramos que o acesso aos maquinários contribui para a desterritorialização, pois ainda que o assentado conte com sua força manual, muitas vezes somente ela não é suficiente para realizar todo o serviço necessário no período certo, ficando uma parte do lote ociosa e, conseqüentemente, sem dar retorno para a família.

Outra forma encontrada por alguns agricultores familiares para acessar o maquinário necessário para o plantio foi através das associações e cooperativas. O papel desses tipos de organizações e sua importância nos assentamentos serão discutidos no próximo item, mas é importante mencionar que através delas as assentadas 40 e 49 confirmaram ter conseguido o uso dos tratores, o que, no entanto, nem sempre ocorre de maneira amigável.

No caso da entrevistada 49, ela afirma que o trator é de uma das associações do assentamento e foi adquirido em parceria com a ANSA e com a prefeitura de Vila Rica, mas o gerenciamento é de responsabilidade da própria associação e do tratorista. Como os demais casos já apresentados, o uso do trator é condicionado ao pagamento do valor que é determinado pela quantidade de horas trabalhadas. Nesse caso, o preço da hora de serviço é de R\$170,00, que são utilizados para abastecer o trator e fazer sua manutenção. No entanto, a principal dificuldade encontrada no uso dessa máquina é que esses pagamentos são depositados pelos contratantes diretamente na conta do tratorista, que não emite qualquer recibo confirmando o serviço. Esse quadro foi agravado no final de 2018, segundo a entrevistada, quando o trator precisou de conserto e não havia recursos em caixa para a manutenção, gerando indignação entre os assentados após a ameaça da prefeitura em retirar o trator do assentamento, o que prejudicaria a todos.

A assentada 40, que afirmou anteriormente ter que pagar para utilizar o trator da prefeitura, nos conta que, em sua propriedade tem um trator que, segundo ela, “*é da comunidade*” e, por isso, o seu uso não requer nenhum pagamento, ficando o assentado responsável apenas pelo seu abastecimento. Esse trator foi adquirido pela associação da gleba Novo Horizonte em 2001 e, com a evasão dos posseiros, o trator permaneceu na sua propriedade, uma vez que ela foi a última a sair de lá. Quando ela se mudou para o PA Independente I, a prefeitura de Confresa ameaçou retirá-lo do assentamento por ser um patrimônio público, mas após negociações, decidiu-se que ele lá permaneceria, mas caso fosse necessário para qualquer serviço, a prefeitura poderia pegá-lo sem aviso prévio. Mesmo assim, o trator, segundo a entrevistada, está sucateado e tem baixa potência, ficando seu uso restrito a pequenos serviços que não demandam muita força.

Essa realidade encontrada nos demais municípios não foi observada entre os assentados que converteram suas produções para lavoura em Querência, como os entrevistados 41 e 04, que possuem seu próprio maquinário. A 04, por exemplo, possui uma colheitadeira e três tratores financiados e, devido ao pagamento desse maquinário, ela ainda não conseguiu plantar por conta própria, ou seja, sem estabelecer o contrato com as empresas de revenda.

Já o 40, possui uma estrutura ainda maior de máquinas que, segundo ele, foram compradas usadas (figura 29). Além das máquinas observadas na imagem abaixo, o entrevistado afirma que outros dois tratores estavam na manutenção e uma outra colheitadeira já estava em funcionamento, uma vez que no momento da minha visita, era o início da colheita do milho. Segundo ele, a aquisição dessas máquinas, “*foi mais pela confiança, não foi pela garantia, sempre foi limitado o crédito*”, se referindo aos benefícios de suas relações interpessoais na cidade, uma vez que ele não possui o título da terra como segurança para o banco. Além disso, de acordo com ele, é imprescindível que cada produtor tenha o seu próprio maquinário, pois é arriscado depender do aluguel de terceiros para colher no momento necessário, sob o risco de não conseguirem encontrar maquinário disponível ou o preço ser muito elevado, reduzindo os ganhos.



Figura 29 - maquinário de um assentado do PA Pingos d'Água. Fonte: Lourenço (2018).

Um último fator que recorrentemente apareceu nas falas dos entrevistados como um agravante da vida no assentamento e que pode levar à desterritorialização na imobilidade relaciona-se à precária assistência técnica aos agricultores familiares. A assistência técnica é garantida como um dos eixos da política agrícola prevista no artigo 187 da Constituição brasileira de 1988 e, segundo Bergamasco et al (2017), as primeiras iniciativas visando uma promoção dessas atividades para o meio rural foram marcadas pelos esforços estatais em atender as demandas de grupos patronais organizados, o que só foi parcialmente resolvido após a eleição do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Apesar disso, o amparo técnico, fundamental para qualquer produção agrícola é um dos principais gargalos que dificultam o dia a dia nos assentamentos do TCBA, conforme pode ser observado a partir da fala das entrevistadas 19, 40 e 45:

*“Assistência técnica é uma coisa que os assentamentos não têm. Assistência privada ela é meramente pra questões de liberação de crédito, essa relação escritório x banco, agora assistência técnica, aquele técnico que pisa na terra e que sabe de técnicas de plantio, dá assistência às técnicas de produção ao combate dos animaizinhos que tão ali, a gente brinca que não são pragas, são seres que cumprem a sua função, isso eles não têm não”* (entrevistada 19).

*“Prá fazer esse plantio aí a assistência técnica é minha mesmo. Eu aprendi a técnica do plantio, plantando e observando. Eu plantei e não deu certo, vou mudar o jeito. Plantei de novo e não deu certo, eu mudo o jeito de novo. Agora deu certo, deu certo. Então o certo é isso. Aí eu continuo”*. (entrevistada 40).

*“Nós não temos ninguém prá olhar pro pequeno produtor. É a grande verdade, não temos. Isso aí é uma questão que eu sofro muito. Eu aprendi um pouco olhando a internet, assistindo globo rural prá poder ver como que faz”* (entrevistada 45).

As duas últimas falas revelam que os assentados buscam desenvolver estratégias próprias para driblar a falta de assistência. A 40, por exemplo, prossegue com os seus plantios por meio do binômio experimento – observação, enquanto a 45 busca, através de outras fontes, algumas respostas para suas dúvidas. Isso faz com que esse déficit impulse os assentados a formarem suas próprias redes de apoio para reduzir os riscos para seus plantios. Por um lado, essas redes ajudam a fortalecer os territórios ao nível dos lotes, mas considerando que nem todos os assentados possuem os meios e a autonomia para isso, é factível pensar que na escala do assentamento, a débil assistência técnica pode ser um fator promotor da desterritorialização na imobilidade.

Além disso, conforme pode ser observado a partir da fala da 19, muitos assentados recorrem a assistências técnicas particulares para fins meramente burocráticos e financeiros, deixando em segundo plano os cuidados rotineiros com os plantios. Isso, no entanto, não é algo que ocorre com os assentados que optaram pela produção de *commodities*. Segundo o assentado 41, na época do plantio, a assistência técnica é feita semanalmente por um consultor particular que faz coleta e análise de solo em diversos pontos das lavouras para detectar possíveis fragilidades e sugerir as devidas correções, garantindo assim um bom rendimento nas produções.

De acordo com o entrevistado 23, a procura pela assistência técnica pública (que, no estado de Mato Grosso é realizada pela Empresa Mato-grossense de pesquisa, assistência e extensão rural – EMPAER), é alta, mas é condicionada ao firmamento de uma ata de aceite dos assentados que optam por esse serviço. Todavia, as condições de atendimento são reduzidas por falta de recursos humanos e econômicos, já que na região do TCBA há somente um escritório regional da EMPAER, localizado em São Félix do Araguaia, para atender treze dos quinze municípios (Ribeirão Cascalheira e Querência estão sob jurisdição do escritório regional de Barra do Garças). Tendo em vista todas as dificuldades logísticas já listadas ao longo deste trabalho, pode-se inferir que o potencial de atendimento a essas demandas é reduzido e se concentra nos assentamentos geograficamente mais próximos a esse escritório.

O entrevistado 23 apresenta o atual cenário da EMPAER e relaciona o precário atendimento fornecido pelo órgão à questão organizacional e produtiva do assentamento, sendo mais um elemento que confirma nosso argumento de que o fator técnico é uma variável fundamental para o fortalecimento ou enfraquecimento do território.

*“A assistência técnica e extensão rural de Mato Grosso precisaria de um número maior de pessoas. (...) Hoje nós temos aproximadamente 104 mil pequenos agricultores familiares em MT e nós somos em 400 técnicos. É muito pouco. Nós*

*precisaríamos de mais pessoas prá nós darmos conta de fazer uma assistência técnica de fato. A gente precisava estar mais presente na propriedade, ir mais vezes no mês, a cada dois meses, prá dar sequência num trabalho. Então precisaria de mais gente. Então às vezes isso dificulta nosso trabalho. E não é só trabalho de campo, tem trabalho de gabinete também. Se a gente fosse mais presente isso poderia refletir na questão da produção e da organização dos assentamentos” (entrevistado 23).*

Esse mesmo entrevistado afirma que na região do TCBA, a procura pela assistência técnica é mais voltada para a pecuária, leiteira e de corte, mas ressalta que esta última ainda é predominante. Além disso, há uma busca constante por parcerias, uma vez que ele entende que o trabalho de assistência técnica não pode ser realizado somente pelos técnicos, tendo que haver um envolvimento dos produtores e de outros órgãos, como prefeituras, secretarias de meio ambiente, sindicatos, ONG's e outras associações.

Para driblar a falta de recursos, a EMPAER que cuida do TCBA tem atuado no desenvolvimento de unidades demonstrativas, como uma forma de comprovar a viabilidade dos cultivos e, assim, aumentar a adesão e a segurança dos agricultores aos plantios da agricultura familiar. Em geral, é escolhido algum produtor, assentado ou não, que tenha uma maior disponibilidade e interesse para o desenvolvimento do projeto e, em sua área, diversas recomendações técnicas são realizadas, como análise, correção e preparo do solo, além do plantio propriamente dito, o que se aproximaria de uma verdadeira assistência técnica. O escritório de São Félix do Araguaia possui uma unidade demonstrativa de mamão em Confresa, outra de mandioca em Porto Alegre do Norte e, em São Félix do Araguaia, foi iniciada em 2018 uma unidade demonstrativa agroecológica sem um plantio específico. Para contornar a falta de recursos, as parcerias, comentadas acima, tem se mostrado fundamentais para o prosseguimento dessas unidades, como bem observado pela entrevistada 21 que, no entanto, ressalta que sem os recursos particulares dos produtores, esses projetos não seriam viáveis.

*“(...) a gente ficou um pouco sem recurso. Então o que a gente tem feito com as unidades? Trabalho em parceria com a prefeitura que tem um caminhão, ou então às vezes junta uns agricultores prá comprar um pouco de calcário, então combina junto, mas é o agricultor que na boa parte do tempo tá entrando com a grana. Em alguns municípios estratégicos, a EMPAER consegue entrar com recurso, por exemplo, Confresa. Confresa é um lugar grande, com muito agricultor, então lá a gente conseguiu um pouco mais de recurso prá fazer a unidade demonstrativa do mamão. Mas é um pouco isso, a gente tem lidado com essa parte da unidade demonstrativa prá ele ver e confiar” (entrevistada 21).*

Ainda no tocante à contratação de serviços de assistência técnica particular, a entrevistada 21 afirma que em muitos casos, as empresas particulares não se interessam por pequenos projetos voltados para a agricultura familiar, pois o recurso financiado é baixo, não



dando retornos promissores para a empresa. Esse retorno, no entanto, não é o objetivo principal da EMPAER, já que é uma empresa de capital misto. Sua principal finalidade é facilitar a produção familiar e assegurar seu sustento e renda, como pode ser observado a partir da transcrição de sua fala:

*“Prá uma assistência técnica particular não é interessante liberar um recurso de 3 mil reais porque ela vai ganhar muito pouco, então essas empresas de assistência técnica não querem nem conversa com esse tipo de recurso. Prá gente da EMPAER é importante porque você pode ver os projetos. Os projetos são assim: é um projeto de agricultura. Ela precisa de um galinheiro, um pouco de água (...) 3 mil reais é pouco, mas dá prá começar. É importante prá família. Como a gente é servidor estatal, independente de quanto a gente libera de recurso e quanto que entra na empresa, claro que a gente tem que ter essa preocupação de que vai entrar, mas se entrar pouquinho, tudo bem, porque esse benefício vai ser muito grande pra família. Então prá mim tanto faz um projeto de 3 mil e um projeto de 3 milhões, o objetivo é o que eu vou poder facilitar prá essa família” (entrevistada 21).*

Todos esses fatores apresentados que listamos como aspectos políticos e econômicos, contribuem cada um a seu modo para o fortalecimento ou para o enfraquecimento do território representado pelo assentamento. Aquele que, a nosso ver, tem o potencial de fragilização territorial mais elevado é, sem dúvida, o arrendamento de áreas para a sua conversão em lavouras de soja, uma vez que somente este mecanismo está atrelado a outros fatores como o uso de agrotóxicos, controle da produção e evasão do assentamento. Isso, por sua vez, enfraquece não somente os laços comunitários dentro dos assentamentos como esvazia a própria política de reforma agrária, favorecendo a reconcentração de terras em áreas que, muitas vezes, já foram disputadas por posseiros e agricultores familiares. Esta disputa é um dos fatores que consolidam os aspectos sócio-identitários que, a nosso ver, fortalecem o território do assentamento e serão discutidos a seguir.

### **5.3.3 Aspectos sócio-identitários**

Em nossa maneira de conceber o território, entendemos que o sentimento de pertencimento e a apropriação simbólica é uma das bases para a sua construção e manutenção (HAESBAERT, 2011a; 2011b; MEDEIROS, 2008). Esses elementos são orientados pelo valor de uso que, de acordo com Ribeiro (2005), pode transformar as lutas de apropriação em caminhos para a transformação do território em obra coletiva. Ler e interpretar o território nessa perspectiva é reconhecer que as territorialidades são, em sua essência, a multiplicidade de formas de apropriação que coexistem – às vezes tensamente – num determinado tempo e

lugar. Nesse sentido, os aspectos sociais, culturais e identitários são imprescindíveis para a compreensão do território representado pelo assentamento.

Consideramos que algumas variáveis podem indicar a pertinência da nossa tese ao se tornarem fatores de agregação ou desagregação, ou seja, indicando um maior ou menor fortalecimento dessas bases territoriais do assentamento. O tempo de moradia no assentamento, bem como a forma de sua ocupação, a existência de relações de parentesco e vizinhança são algumas delas. Além dessas, se, num primeiro momento consideramos que a existência de associações e cooperativas deveria estar presente nos aspectos econômicos e políticos que acabamos de apresentar no item anterior, as evidências de campo nos mostraram que, nos assentamentos visitados, a inexistência ou baixa adesão às associações e cooperativas não se deve ao caráter econômico ou político, e sim às relações pessoais entre os assentados. Certamente, a fragilidade dos fatores político-econômicos incide sobre a formação desses instrumentos, mas no fundo, o que os impede é a falta de organização proveniente da desconfiança generalizada entre os assentados. Nesse sentido, consideramos pertinente inserir essa variável nos aspectos que serão discutidos nesse item, mesmo reconhecendo sua importância nos aspectos político-econômicos.

Segundo Barone e Silva (2009), o associativismo rural é um instrumento de luta dos pequenos produtores em direção à permanência na terra, através da capacidade de inserir a pequena produção rural no circuito econômico. A partir desse instrumento, busca-se superar o individualismo e impulsionar a autonomia dos assentados, ainda que influências externas (Estado, por exemplo) estejam presentes nas decisões. Nesse mesmo sentido, as cooperativas também são formas organizativas dos assentados que se fortaleceram a partir do condicionamento do acesso aos créditos públicos à existência dessas organizações que, de acordo com Melo e Scopinho (2018), transformaram os assentados em operadores das políticas públicas, mas não seus verdadeiros protagonistas.

O funcionamento desses dois instrumentos estão condicionados à capacidade organizativa dos assentados, o que sempre apareceu nas entrevistas como algo gerador de desânimo e de difícil execução nos assentamentos. Embora saibamos que a ideia de homogeneidade dentro do assentamento não seja compatível com a realidade, o fato de terem em comum a condição de 'assentados' poderia desencadear vínculos que repercutissem no território. No entanto, o que foi possível constatar é que somente essa identidade não é fator de coesão entre eles, havendo a necessidade de outros dispositivos que os despertem para as vantagens dessas formas de organização.

O entrevistado 23 afirma que a dificuldade de organização encontrada nos assentamentos da região é fruto do processo sócio histórico de sua formação. *“Como é uma região que veio um pessoal de várias regiões é muito diversificado, então eles não têm muito aquela questão de trabalhar em cooperativismo e associativismo”*, que, em sua experiência, traria muitos benefícios e facilidades para os assentados, sobretudo no que se refere à questão da comercialização dos produtos, o que também é apontado por outra entrevistada 21: *“o tendão de Aquiles nessas questões é a organização”*. E complementa que: *“se eles estiverem reunidos eles conseguem informação, eles conseguem estrada, eles conseguem comercializar, eles conseguem produzir, eles conseguem tudo organizados. Mas não é fácil”*.

Essa perspectiva também é partilhada pela entrevistada 48 que afirma que a dificuldade de organização dos assentados de Confresa impossibilita que eles se organizem em cooperativas e, conseqüentemente, aumentem seus ganhos. Segundo ela, os assentados possuem muito produto, mas lhes falta exatamente a confiança mútua, o que se deve tanto à miscigenação presente na região, quanto ao preconceito regional presente entre eles. Em suas palavras

*“A dificuldade deles de trabalhar junto é porque Confresa foi colonizada por pessoas de muitas regiões. Então tem gente do Sul, tem gente do nordeste que vinha trabalhar na Gameleira, de açúcar e cana e por aqui alguns ficavam e iam constituindo famílias. Aí pessoal do Goiás, Tocantins, Pará e juntou de muitos lugares diferentes, com culturas diferentes, interesses diferentes e aí quando você tenta isso numa cooperativa onde o interesse deveria ser comum é difícil esse relacionamento humano. Essas culturas diferentes geram a desconfiança. O pessoal do Sul desconfia do pessoal do Norte, o pessoal do Norte desconfia da pessoa do Sul”* (entrevistada 23).

A dificuldade de estabelecer boas relações entre os assentados não prejudica somente a dimensão produtiva, mas também a dinâmica social do assentamento, pois a existência dessas organizações poderia viabilizar melhorias por meio do maior poder de alcance das reivindicações. Os casos dos tratores apresentados no item anterior são um exemplo de que quando a associação existe ela traz importantes conquistas para o assentamento, o que, no entanto, depende de um bom gerenciamento, também indicador de boas relações entre os associados.

Dessa forma, podemos atribuir, em parte, à desconfiança decorrente da diversidade de origens dos assentados e de problemas passados, o mau funcionamento e a inexistência de uma maior variedade de associações e cooperativas na região. Outro motivo para a fragilidade nesse tipo de organização é que elas, quando formadas, não se fazem por vontade coletiva, mas sim pela imposição de agentes mediadores para a liberação de créditos para os assentados (MELO e SCOPINHO, 2018; BARONE et al, 2009). Essa dificuldade pode ser corroborada a

partir da fala do entrevistado 47, que afirma que “*associação e cooperativa nessa região não são palavras mágicas, elas são assustadoras*”. E prossegue:

*“A visão da associação hoje é que foi criada pra fazer a ligação nossa com o banco pro banco liberar dinheiro pra gente. E aí quando libera o dinheiro é cada um por si e deus por todos. Isso se perde. Qual é o papel mesmo dessas entidades? Por exemplo, qual seria o papel de uma cooperativa de pequenos produtores? Fortalecer a atividade, comprar melhor, vender melhor, aumentar o espaço de venda desses produtos, trazer produtos mais baratos, facilitar o crédito e tudo isso é assustador pra quem já tá vivendo no individualismo da coisa. Aí se fala que vai ter reunião da associação pra discutir a liberação do custeio, na hora todo mundo vai. Aí fala que vai ter reunião da associação pra discutir a participação do associado no trabalho comunitário, ou na ampliação da rede de energia, ou pra reforma de uma estrada vicinal que é importante pra escoamento, aí eles já falam: “isso aí não é pra mim, é pro governo”. Então eles vão se isolando dessas participações”.* (entrevistado 47).

Esse isolamento, desconfiança e individualismo são características de uma fragilidade das relações sociais que existem no assentamento. De fato, a expressão “*aqui é cada um por si e Deus por todos*” apareceu na fala de vários assentados de diferentes assentamentos, evidenciando que a desunião dentro dos projetos é verídica na região. Tudo indica que as relações se limitam à boa convivência de vizinhança, mas até aqueles assentados que se mostraram mais engajados politicamente e que tem um histórico de liderança dentro dos assentamentos, são receosos em liderar ou participar desses coletivos, como é o caso da assentada 40, que afirma que não faz parte de nenhuma associação atualmente porque já tentou participar, mas sempre “*levou prejuízo*”. Tudo isso, segundo ela, gera um medo generalizado que leva ao isolamento.

*“o povo é tudo isolado. Não se une. A gente tentou uma cooperativa e foi frustrada também. As pessoas não confiam uns nos outros. É por causa dos prejuízos que já tiveram. Você tenta criar uma associação e depois você vê um problema sério lá dentro que são pessoas que entram na associação e querem usufruir daquilo sem esforço, em cima das pessoas humildes que estão trabalhando”* (entrevistada 40).

Dois exemplos concretos de tentativas frustradas de colocar em prática as cooperativas vêm de Querência e podem ser analisadas a partir das falas dos entrevistados 26 e 34. O primeiro entrevistado conta a situação de uma despoldadeira de frutas completamente equipada e regularizada do ponto de vista documental (com licença da vigilância sanitária e licença ambiental) para iniciar as atividades dessa cadeia no PA Brasil Novo, mas, de acordo com ele, os agricultores “*não conseguem se organizar, sentar numa mesa, conversar, tirar demandas e fazer as coisas darem certo*”. O segundo exemplo é de uma cooperativa criada em 2010 para auxiliar a comercialização do leite e de outros produtos da agricultura familiar

do PA Coutinho União. De acordo com o entrevistado 34, havia a iniciativa dos assentados em criar a cooperativa, mas não houve um investimento de tempo e de recursos financeiros adequado. *“Se juntou alguns parceiros com 100 reais, formou a cooperativa e ficou esperando tudo vir do governo federal e estadual. O que aconteceu? Essa cooperativa perdeu força”*, relembra ele.

Outro elemento importante é o vínculo religioso, exercido, sobretudo pelas igrejas pentecostais e católicas dentro dos assentamentos, como afirma a entrevistada 21: *“quando você consegue ter um núcleo familiar dentro da associação parece que ela vai. Outra coisa que funciona também é a religião”*, indicando o fator religioso como um elemento que fortalece a organização interna dos assentamentos.

Duas outras experiências, porém, que deram certo, puderam ser encontradas, uma em Querência e outra no PDS Bordolândia. Como elemento comum entre elas, observa-se que há uma liderança em que os agricultores confiam. Sobre isso é importante ressaltar que é notável a presença de algumas lideranças dentro dos assentamentos visitados. Essas lideranças podem ser devido ao papel que esse assentado desempenhou na construção do assentamento (entrevistado 38 e 55), pode ser o presidente de alguma associação (entrevistado 42), ou então pode ser alguma figura importante e que é referência na luta pela terra na região (entrevistados 40, 45 e 01). Esses assentados aparentemente agregam as expectativas dos demais e conseguem se articular e levar as demandas mais adiante.

O primeiro exemplo é o da Cooperativa Agropecuária de Querência, cujo estatuto é totalmente voltado para as demandas da agricultura familiar do município. Essa cooperativa foi criada em 2009 e atende aproximadamente 35 famílias, majoritariamente assentadas, tendo algumas produção de pupunha e outras produção leiteira. Mesmo sendo um exemplo de êxito, o entrevistado 36 afirma que existem algumas dificuldades no trabalho da cooperativa como: redução na adesão de novos associados e empecilhos políticos locais que não priorizam iniciativas para a agricultura familiar, como a construção de um laticínio no município, o que, segundo o entrevistado, fomentaria a participação de outros agricultores.

Além dessa cooperativa, existe no PDS Bordolândia, a Associação Agroecológica Caminhos da Paz, a ACAMPAZ, cujo núcleo central é formado por um grupo familiar que se instalou no início de implementação do assentamento, quando este ainda não tinha sido totalmente desapropriado pelo Incra. Embora tenha membros que não são oriundos desse grupo, essa característica familiar é um diferencial na organização dessa associação que, segundo o entrevistado 42, foi criada *“prá gente conseguir as coisas pro uso coletivo”*.

Essa associação foi formada em 2011, mas só foi regularizada com essa nova direção em maio de 2019. Ela possui mais de 200 associados, mas apenas 40 estão em dia com os pagamentos e frequentando as reuniões, segundo o entrevistado 42. Esses participantes mais assíduos são definidos por esse entrevistado como sendo “*verdadeiros ambientalistas*”, uma vez que estão comprometidos com os principais lemas da associação que são: agroecologia, preservação e recuperação. É devido a essa característica, que inclusive está presente no nome da associação, que de acordo com esse entrevistado, há poucos membros na associação. Nas palavras dele:

*“Por ser uma associação agroecológica, ela não defende um parceleiro que extrai madeira, ela não defende um parceleiro que todo ano toca fogo na terra dela, que explora APP. Então a associação restringe um pouco a atuação por isso. Por exemplo: tem uma pessoa aqui dentro do assentamento que construiu três tanques de peixe perto das nascentes da propriedade dele. Se ele procurar a associação é negada a participação dele porque ele acabou com as nascentes dele e isso tem um prejuízo coletivo”* (entrevistado 42).

Além disso, ele afirma que outras pessoas têm o mesmo receio apresentado anteriormente pela assentada 40, e a maioria delas, num primeiro momento, se associa querendo tirar algum benefício, mas não querem qualquer responsabilidade. No entanto, conforme ele explica, é preciso que as pessoas se engajem para a formação de um grupo coeso que possa reivindicar melhorias coletivas. “*O nosso trabalho é todo de formação em grupo, pensando no grupo. Busca algum desenvolvimento em grupo*”, ressalta ele, indicando que o trabalho da associação faz parte do fortalecimento desse território, onde a dimensão familiar e de vizinhança foram fundamentais na construção.

Essas duas dimensões também são importantes para o fortalecimento territorial, pois desencadeiam práticas coletivas de reprodução, inovação e gestão dos recursos. Na pesquisa desenvolvida por Leite, Heredia e Medeiros (2004), os autores constatam que as redes de solidariedade e parentesco estão na raiz do processo de organização dos assentamentos analisados por eles e que a manutenção dessas relações é um importante elemento de integração social dessas famílias e se baseia “na troca de informações e de favores e nas formas de ajuda mútua” (p.118). Todavia, o que pode ser observado nos assentamentos do TCBA é que o lugar da solidariedade e das reciprocidades tem se retraído e, em contrapartida, os isolamentos e individualismos têm predominado.

Um importante indicador dessa ruptura dos vínculos de solidariedade nos assentamentos são os mutirões, trabalhos sem remuneração que os assentados combinam previamente para fazer em um lote particular ou em uma área comunitária. Segundo alguns entrevistados, com exceção de alguns casos específicos, é uma prática em vias de

desaparecimento nos assentamentos do TCBA. Conforme nos diz o entrevistado 44, “o pessoal fazia roça comunitária, plantava, colhia junto. Depois da implementação dos assentamentos eu não vi mais isso acontecer. Havia muita troca de serviço, mutirão, hoje parece que o pessoal nem fala mais disso”. E complementa: “o pessoal ficou muito no individualismo, cada um voltado prá si. Se você fala isso, parece que é coisa de comunista, esse negócio de coletivo”. Ele atribui esse crescente individualismo nos assentamentos à heterogeneidade de origens, o que também é uma explicação para a fragilidade das associações e cooperativas da região. Segundo esse entrevistado, “hoje essa forma do assentamento, vem gente daqui, dali, de não sei mais onde, prá juntar esse povo (...) eles têm que criar essa relação depois e o próprio processo não ajuda muito”.

Além disso, um dos participantes do curso de Agroecologia da CPT afirma que “não existe mais roça comunitária, agora é tudo mecanizado”, atribuindo à crescente mecanização e maior disponibilidade de máquinas nos assentamentos a diminuição de espaços comunitários e de convivência coletiva no assentamento. Outro aspecto relevante para entender essa fragmentação social dentro dos assentamentos é que muitos agricultores que estão nos assentamentos não têm vínculos anteriores na agricultura, possuindo um modo de vida mais condizente com o estilo urbano. É como nos conta a entrevistada 37, exemplificando o caso de uma pessoa que recentemente havia vendido seu lote no PDS Bordolândia: “a pessoa quando vem da cidade é difícil ele se estabilizar e dizer: ‘eu quero isso aqui prá vida inteira’. Ele plantou esse tanto de coisa, aí vendeu e foi embora”. Essa perspectiva também é mencionada pela entrevistada 21 que afirma que “é comum encontrar na zona rural aquela pessoa que tá lá, que o avô, o pai nunca foi agricultor e aí ele por uma questão de não ter opção na cidade, ele acabou se aventurando na área rural. E aí ele não tem aptidão pra isso”.

Isso nos leva a entender que o fato dos assentados não terem um vínculo preexistente à ocupação da área dificulta as relações de reciprocidade e solidariedade entre eles. É como pode ser mais explicitado a partir da fala do entrevistado 2, que aponta aspectos interessantes sobre as diferenças entre as bases formadoras dos assentamentos de Querência e os demais municípios.

*“Os assentamentos de Querência eles têm um diferencial de Confresa, de São Félix porque Confresa, Porto Alegre do Norte, teve um movimento social dentro. Então teve um movimento social que apoiou e organizou a luta pela terra. Aqui nunca teve nenhum movimento social de luta pela terra, aqui nunca foi isso. Aqui foi distribuição de terra, não teve movimento organizado que falou: “vamos organizar um assentamento, vamos ocupar essa área”. O que teve aqui foi cortar a fazenda,*

*distribuir e falar: “ô fulano, você quer um pedaço de terra”, “você não tem nenhum parente que quer vir pra cá, não?” (...) nesses outros municípios, os movimentos organizaram e conversaram sobre a função social da terra. Aqui não. Aqui se você perguntar o que é função social da terra ninguém sabe o que é” (entrevistado 26).*

Essa heterogeneidade dos assentamentos também é explicada pelas mudanças demográficas e pela alta rotatividade dos lotes desencadeada pelos diferentes processos de desterritorialização na imobilidade que atingem as famílias, fazendo com que a construção das bases de confiança fique fragilizada, o que pode ser evidenciado a partir da fala a seguir:

*“À medida que os filhos foram saindo, foram ficando só o casal lá, outros iam vendendo, não sei explicar, mas sei que é super diferente hoje em dia. É mais individualista. Antigamente fazia mutirão, tudo era assim. Nossa comunidade foi construída assim, foi construída a igreja, a capela. Hoje tá tudo acabado e a gente não consegue mais reunir as pessoas. Se eu ou ele não pega a enxada prá ir roçar em volta da capela, o mato cresce em cima. O povo não tá nem aí” (entrevistada 49).*

Percebe-se que as variáveis: tempo de moradia, forma de ocupação do assentamento e relações de parentesco e/ou vizinhança são determinantes para a construção desses laços afetivos tão basilares para o território. Neste tocante, é importante considerar duas experiências encontradas nos assentamentos que, além de confirmarem o vínculo dessas variáveis, nos permite afirmar que, embora o contexto mais amplo de fato indique uma fragilidade territorial nesses espaços, ainda é possível encontrar situações que evidenciam o sentimento de pertencimento e confiabilidade nos assentamentos.

A primeira situação é da entrevistada 35, moradora do PA Manah em Canabrava do Norte, que relembra que a prática do mutirão é frequente em seu assentamento, sobretudo nos lotes das mulheres que pertencem à Associação de Mulheres Camponesas Agroecológica (AMCA), atualmente com 18 integrantes. Essa ajuda coletiva é impulsionada pela organização de um consórcio, onde cada mulher contribui mensalmente com uma quantia e, após ser sorteada, o mutirão seguinte é realizado em seu lote, para executar a atividade ou benfeitoria que ela considera importante naquele momento. Nas palavras dela:

*“Cada mês tem uma mulher que ganha o dinheiro. A gente leva todo mês 50 reais, aí sorteia uma e aquela mulher leva o dinheiro pra arrumar as coisinhas dela. Ano passado foi a primeira vez que eu ganhei. Ganhei 800 reais, aí eu investi na horta. Quando a mulher ganha, o próximo mutirão é na casa da mulher que ganhou o dinheiro, prá ir lá e fazer o que ela tiver vontade, se é horta, se é casa de pintinho, se é plantar mandioca, é o que ela quiser fazer. Aí eu ganhei e comprei a tela, a bomba d’água e fizemos a horta” (entrevistada 35).*



Essa entrevista foi realizada em maio/2019 e, segundo essa entrevistada que já é moradora desse assentamento há mais de quinze anos, a prática dos mutirões estava um pouco enfraquecida, pois por motivos particulares a presidenta da associação estava ausente do assentamento. *“Se não tiver o cabeça não vai, mesmo que a gente tá lá, falando, parece que o povo só confia naquela pessoa”*, explica ela, confirmando que a presença de uma liderança é fundamental para o andamento das atividades coletivas, que podem ser os mutirões, as troca de sementes ou os almoços comunitários. As reuniões da associação para decidir os encaminhamentos futuros são realizadas uma vez por mês e, nos períodos em que há muita demanda, sobretudo quando as condições climáticas contribuem, há uma média de 10 mutirões por mês, segundo nos conta essa entrevistada.

Além de fortalecer o território, essas práticas fortalecem as próprias mulheres que se solidarizam e estreitam os vínculos de amizade entre elas, o que pode ser corroborado pela sua fala:

*“Eu gosto muito de tá no meio delas. Menina quando a gente chega no grupo de mulheres, você precisa ver o tanto de risos, fofoca que tem. Fortalece a gente. Tem hora que eu saio lá de casa prá morrer de raiva, quando eu chego lá no grupo, meu Deus, é muito bom. Volto prá casa e nem lembro o que tava se passando lá”* (entrevistada 35).

Não é pertinente menosprezar esses laços na dinâmica territorial exatamente por eles serem considerados a base da dimensão da apropriação, ou seja, do caráter simbólico do território. Mais uma vez nota-se o protagonismo feminino em articular ações coletivas voltadas para a melhoria das condições de vida da comunidade, repercutindo positivamente no fortalecimento do território.

A segunda experiência encontrada relaciona-se mais diretamente aos vínculos familiares na construção e fortalecimento do PDS Bordolândia. Conforme nos conta o entrevistado 38, a chegada com sua família no assentamento foi em 2007, juntamente com outras dezesseis famílias. Eles migraram do município de Guarantã do Norte (norte de Mato Grosso) após o Incra desse município afirmar que lá não teria mais lugar para eles serem assentados, oferecendo como possibilidade o assentamento de todos eles no já reconhecido PDS Bordolândia. No entanto, ao chegarem ao assentamento, foram notificados que o processo de desapropriação ainda não estava concluído, o que os levou a ocuparem uma parte da então fazenda Bordon, onde improvisaram barracas de lona para a moradia e começaram a fazer suas roças. Por uma determinação judicial, eles foram obrigados a sair da fazenda, tendo que pedir permissão para os encarregados para continuarem mantendo seus cultivos, que a essa altura era o alimento possível das famílias. Segundo os relatos de alguns membros

dessas famílias, “*esse período foi muito revoltante*”, uma vez que eles consideravam que a terra atendia a todos os pré-requisitos para a desapropriação que, no entanto, só foi concluída em 2010. A partir disso, as dezesseis famílias puderam escolher o seu próprio lote, o que na perspectiva do entrevistado, “*foi um privilégio que o Incra concedeu prá nós por nós ter permanecido na terra durante todo esse tempo*”.

Isso fez com que essas famílias escolhessem lotes relativamente próximos e criassem no interior do assentamento essa outra comunidade, formada por um grupo fortalecido que se uniu na ocasião da luta pela terra e que lograram as conquistas juntos diante das dificuldades. Tudo isso tornou essas famílias referência no PDS Bordolândia, sendo verdadeiras lideranças comunitárias dentro do assentamento, organizando atividades, participando da ACAMPAZ, buscando parcerias locais que contribuem na melhoria produtiva, cujo tripé leite – frutas – sementes é o carro chefe dessas famílias e no fortalecimento do território.

Essas características também estão relacionadas ao significado que o assentamento adquire para essas famílias, não sendo para elas meramente um lote, ou uma casa, mas sim, o sentido de sua vida de suas famílias e amigos e a reparação de uma injustiça social, como nos falam as assentadas 45 e 40:

*“O assentamento é tudo de bom. É dar a Jó o que é de Jó. Quem era desfavorecido, hoje tem a sua parcela prá poder tirar dali o seu sustento, tá com sua família. Prá mim o assentamento foi uma coisa que veio pra ficar, nós temos que lutar prá não deixar voltar a ser fazenda”.* (entrevistada 45).

*“O assentamento é uma oportunidade muito grande de dar emprego prá família. Porque a terra emprega a família. Aqui tem emprego prá mim, pro Agenor, pros meus quatro filhos, pros meus netos, bisnetos, tataranetos se eles souberem valorizar isso, pessoas que têm onde trabalhar, têm onde produzir, elas têm como se sustentar. Eu vejo assim o assentamento”* (entrevistada 40).

O vínculo dessas famílias com a terra e com o assentamento não é simplesmente econômico, faz parte da essência delas e do que elas sabem e gostam de fazer. Para além da dimensão produtiva, o viver no assentamento e em contato com a natureza é sinônimo de gratidão e de segurança, o que é perceptível a partir das seguintes falas:

*“Eu gosto muito de lá, toda vida eu nunca saí da roça porque eu amo a roça. Você respirar ar puro, não ter poluição sonora, não ter poluição visual, você cuida, você pega cada matinho daquele, é cada árvore que você olha e fala: ‘jesus, que maravilha!’, sabe?! É uma coisa maravilhosa, é um calor, um calor quando tá naquelas épocas calorentas, quando você chega na mata você arrepiá de frio. E a noite, hora do frio intenso lá fora, você pode ir na mata que ela é um cobertor.”* (entrevistada 45).

*“O que eu viso mais com esses plantios não é dinheiro não, é não faltar alimento. Nem só pra mim, como prá pessoas que precisar também. Se uma pessoa não tem, eu tenho. Eu posso fornecer alimento prá você” (entrevistada 40).*

*“Prá mim, eu tendo o meu pedaço de chão eu tenho uma segurança alimentar muito grande, eu tenho um controle dessa área de chão, porque ela é minha, ela não é arrendada e nem alugada. Eu tenho a segurança de fazer esse equilíbrio do meio onde eu vivo. Eu ter a terra, esse espaço é sagrado prá mim, eu tenho controle sobre aquilo que eu quero implantar nesse pedaço de chão. Eu implanto com total segurança (...) Eu espero alguma coisa desse plantio aí, ele tem um sentido pra mim. Eu tenho essa segurança, esse poder de dizer o que eu posso ou não fazer em cima desse pedaço de chão. Eu sou apaixonada demais por plantas, por área coberta, por sombra. E depois disso, eu sei o que eu tô comendo, eu sei o que eu plantei, como eu plantei, como essa árvore tá crescendo e a produção dela que jeito que é” (entrevistada 40).*

*“O assentamento é minha vida. Eu tenho uma vida lá. Quase 30 anos é uma vida” (entrevistada 49).*

O exemplo dessas três assentadas que se dedicam exclusivamente à agricultura familiar se distancia da assentada 04 que converteu seu lote em lavoura. Todo seu vínculo com o assentamento se resume ao aspecto econômico e ao retorno financeiro que o lote pode lhe oferecer. Quando a questiono se ela gosta de morar no assentamento, ela responde da seguinte forma: *“Hoje não mais. Fazenda é muito cansativo, é muito serviço na roça, toda hora tem alguma coisa e você não descansa e fica muito preso (...) ele [o esposo] fica lá eu fico aqui, por mais que eu vá prá lá, a gente fica muito preso, é uma galinha, uma vaca, um cachorro, você não consegue viajar, sair”*. Neste caso, ela nem mesmo reside no assentamento, mesmo sendo o mais perto do núcleo urbano do município. Ela optou por morar na cidade, onde encontra mais opções de estudo para os filhos e o esposo permanece no lote, a que ela se refere de ‘fazenda’, se aproximando da mentalidade do pequeno fazendeiro que comentamos anteriormente. Além disso, ela admite que seus filhos não têm qualquer relação com o assentamento, divergindo da fala anterior da assentada 40. A realidade da 04 é a seguinte:

*“Os meus filhos não gostam de ir prá lá e eu tenho um filho que já tá fazendo faculdade e é em outra área, não tem nada a ver com agricultura. A outra também não se interessa por isso. Eu acho que ali essa coisa da produção vai acabar com a gente. Por isso que eu falo pro meu marido que a gente tem que vender o sítio porque nossos filhos não vão querer mexer com isso não” (entrevistada 04)*

Esses últimos relatos confirmam a heterogeneidade da composição de um assentamento, mas sem dúvidas, alguns deles indicam uma maior fragilidade dos laços territoriais que outros. Resumidamente, procuramos evidenciar a partir dos três aspectos descritos ao longo deste capítulo não somente as dificuldades e contradições de ser assentado numa fronteira agrícola, mas, sobretudo as formas de apropriação simbólicas e controle funcional exercidas por esses atores para se manterem na terra após a legitimação dos

assentamentos no TCBA. Isso faz com que experiências em direção a uma produção agroecológica, as parcerias e redes locais concebidas pelos assentados, seus produtos e produções em acordo com os ritmos da natureza, as trocas e ajudas comunitárias, encontrem seu sentido no fortalecimento territorial e na maior autonomia dos agricultores, afastando-os da desterritorialização na imobilidade. Nesse sentido, concordamos com Santos (1999) quando este autor nos diz que “o saber local e seus sábios devem ser estimulados como uma forma de romper com os monopólios” (p.25), alargando horizontalidades e os lugares das solidariedades, mesmo em um contexto que pressiona de variadas maneiras os agricultores a ou se enquadrarem num modelo destrutivo ou cederem lugar a ele.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar, não somente a existência de uma agricultura familiar praticada em uma região de fronteira agrícola, como também alguns dos seus desafios nessas áreas. Entendemos que esse modelo de agricultura mantém uma relação direta com a segurança alimentar e nutricional das famílias, além de contribuir para a preservação ambiental dos espaços rurais e a sua fragilização permite que outros modelos de agricultura, como aquele representado pelo agronegócio, se instalem. O principal desafio encontrado na fronteira agrícola é a coexistência desses modelos de agricultura praticadas por diferentes atores num espaço onde a luta por recursos assume um caráter simbólico, cultural e ideológico, que justifica a supressão de uma agricultura e a valorização de outra.

No contexto de lutas sociais e reivindicações pela reforma agrária que se territorializava por todo o Brasil na década de 1980, as ocupações de terra, espontâneas ou organizadas por movimentos sociais, formaram o embrião do que viriam a ser os projetos de assentamentos rurais, os quais, em nossa perspectiva, agregam duas dimensões fundamentais para a constituição de um território: a dimensão simbólica, decorrente dessas lutas e do valor de uso do espaço, e outra funcional, caracterizada pelo seu potencial produtivo. Essas duas dimensões asseguram, conjuntamente, o domínio e a apropriação (LEFEBVRE, 2000) do território, representado pelo assentamento, pelos agricultores familiares, de modo que este território passa a ser considerado por eles uma chance de garantir a sua autonomia.

No Território da Cidadania Baixo Araguaia, localizado no nordeste mato-grossense, e recorte delimitado para esta pesquisa, a Igreja católica teve um papel fundamental na organização dessas ocupações e contribuiu na mediação das lutas camponesas, tendo como referência as diretrizes da Teologia da Libertação e a figura de Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia. Dentro deste recorte estão concentrados aproximadamente 25% dos projetos de assentamentos de todo o estado de Mato Grosso (o equivalente a 70 assentamentos), o que faz dele um espaço pertinente para a análise proposta para esta tese, que se debruça sobre a verificação da desterritorialização na imobilidade dos agricultores familiares assentados na fronteira agrícola.

Essa desterritorialização se efetiva quando há um rompimento do controle territorial e uma perda de autonomia do assentado sobre o seu território, seja a nível do lote, seja a nível do assentamento em si, mas é na escala do sítio que a fragilização do assentamento fica mais fácil de ser percebida. Através das entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo e dos dados secundários obtidos, é notável que há um avanço da fronteira agrícola mais incisivo

sobre os assentamentos localizados no município de Querência, o que não quer dizer que os assentamentos localizados em outros municípios não sofram os impactos provenientes desse processo. Em Querência, pode-se afirmar que não há mais uma distinção entre as áreas produtoras de *commodities* e os assentamentos, uma vez que as evidências indicam um *continuum* do agronegócio por toda a extensão do município. No entanto, mesmo com essa homogeneização é possível encontrar alguns lotes e entrevistados que mantêm a produção agrícola de base familiar, sustentando, na escala do sítio, a agricultura familiar nesse município.

No que concerne à autonomia dos assentados observa-se que, aqueles que optam por converter seus lotes para a produção de *commodities*, passam a estabelecer redes cujos centros de comando estão na escala mundial e esta passa a ditar os ritmos produtivos e, portanto, enfraquecem o controle e a autonomia dos assentados sobre o lote. Além disso, outras duas consequências podem ser constatadas quando há a conversão produtiva do lote: a primeira é referente ao aumento da vulnerabilidade dos vizinhos decorrente do efeito dos agrotóxicos e, a segunda, é uma fragilização das relações de vizinhança, uma vez que não há mais trocas de saberes entre os assentados, já que em muitos casos, a família se muda para o núcleo urbano. Quanto aos demais municípios, nota-se que há um progressivo cercamento dos assentamentos pela fronteira agrícola nos últimos anos, o que faz com que seus efeitos também sejam sentidos nesses projetos, ainda que mais distantes do eixo de expansão mais forte. Um desses efeitos é que, diante da redução de áreas verdes decorrente do desmatamento, animais selvagens, como as antas, têm procurado alimento nas roças dos assentados com mais frequência. Outro efeito é a valorização do preço das terras, fazendo com que a rotatividade nos assentamentos seja elevada.

No entanto, diante das informações obtidas ao longo da pesquisa, concluímos que os dois fatores que mais contribuem diretamente para a desterritorialização na imobilidade dos assentados são o aumento dos arrendamentos e a incidência de agrotóxicos sobre as produções dos assentados. O primeiro, além de representar uma clara descaracterização da função do assentamento, uma vez que a legislação proíbe a venda, o aluguel, o arrendamento, a doação ou o empréstimo da terra, privilegia o valor de troca sobre o valor de uso que a terra possui para o assentado. Todavia, conforme mostrado no capítulo 4, vimos que, em algumas situações, o arrendamento é realizado mediante a falta de perspectiva e opções, ou seja, quando o assentado e sua família já se tornaram atores desterritorializados na imobilidade. Nesses casos, é importante verificar como será o andamento do arrendamento, isto é, se a família continuará residindo no lote ou não, e o que fará ao fim do prazo do contrato, se irá

renová-lo ou assumirá novamente o controle do lote, mas em todo o caso, a desterritorialização daquela família específica já está concretizada. Contudo, o arrendamento de áreas muito extensas (como constatado nos assentamentos em Querência) podem levar à desterritorialização de outras famílias que até então conseguiam manter a sua autonomia.

Uma das relações entre o arrendamento e a desterritorialização de outros assentados se efetiva através do uso dos agrotóxicos, que prejudica a produção de assentados que buscam manter a sua produção tradicional de base familiar. Encontramos relatos que vão nessa direção em alguns dos assentamentos visitados, evidenciando que a deriva da pulverização aérea dos agrotóxicos atinge uma escala maior do que a produção para a qual é, de fato, direcionada, acarretando prejuízos econômicos para os produtores e ambientais para o ecossistema, diante da contaminação da água e do solo. Nesse sentido, concluímos que esses dois fatores têm um poder desarticulador dentro do assentamento, o que na abordagem conceitual aqui utilizada, representa um risco ao território. O principal risco proveniente desses fatores é o esvaziamento do assentamento a partir da migração dos assentados diante da perda de autonomia, cedendo áreas para o avanço da fronteira agrícola.

A pecuária é outra atividade que pode contribuir para impulsionar a desterritorialização na imobilidade nos assentamentos. Embora essa atividade, sobretudo a leiteira, seja fundamental para a geração de renda dentro dos assentamentos, é possível estabelecer uma relação entre ela e o desmatamento, o que pode ser observado nos mapas do anexo K. Além disso, através das informações obtidas nos trabalhos de campo, constatamos que em muitos casos essa atividade é realizada desconsiderando boas práticas de manejo do rebanho e do meio ambiente, reduzindo a produtividade da atividade em médio e longo prazo. Esse fator é, inclusive, uma das principais justificativas para a conversão da pastagem em lavoura, uma vez que o assentado não dispõe de recursos para a recuperação do solo para garantir uma renda satisfatória proveniente dessa atividade e, conseqüentemente, sua autonomia produtiva.

Diante do exposto, consideramos que há uma necessidade urgente em endogeneizar os vínculos sociais, produtivos e de geração de renda dentro dos assentamentos, o que permitirá o seu fortalecimento através da valorização dos produtos e saberes locais. Nesse sentido, a articulação com redes locais de produtores, como associações e cooperativas, e a realização de oficinas de capacitação, como a desenvolvida pela CPT e pelo IFMT, são imprescindíveis, pois, além de aproximar práticas produtivas semelhantes e fortalecer os grupos e suas reivindicações, preenchem lacunas deixadas pelo Estado, como por exemplo, a deficitária assistência técnica para os assentamentos e a formulação de canais de escoamento para a

produção. Neste aspecto, vale ainda relembrar o trabalho fundamental da ANSA no incentivo à cadeia de frutas típicas do cerrado, e que consegue articular, não sem dificuldades, produtores assentados, transformação das frutas e comercialização das polpas. Esses atores, por também possuírem vínculos locais, são mais comprometidos com os assentamentos e com a agricultura familiar, e podem auxiliar os assentados a construir outros vínculos simbólicos e funcionais na luta pela permanência na terra.

Numa escala mais ampla, é urgente que a própria política de assentamentos seja repensada como um instrumento efetivo de garantia de direitos e promoção da cidadania para os agricultores familiares, o que carece de vontade política. Para tanto, é imprescindível que a realidade dos assentamentos seja conhecida, de maneira que seus atributos específicos sejam valorizados e fortalecidos. Hoje, o que se tem são projetos de assentamentos, em sua maioria, desestruturados e com pouca dinamicidade socioeconômica no que tange ao direcionamento e aproveitamento de recursos públicos. Além disso, é preciso dotar os órgãos que lidam diretamente com questões relacionadas aos assentamentos (como Incra e Ibama), de recursos de todas as matizes, de maneira que seja possível pensar coletivamente estes territórios e propor iniciativas e projetos que sejam considerados prioritários pela população assentada.

O que se percebe é que, naqueles assentamentos onde existem vínculos simbólicos e afetivos, como os laços de parentesco, a sua estruturação e a execução de atividades coletivas se tornam mais viáveis e com maiores garantias de êxito, confirmando o que já foi discutido por outros autores (LEITE, et al, 2004; MELLO, 2016; NEVES, 2016; MEDEIROS e LEITE, 1999). Outro aspecto que facilita essa dinamicidade é o histórico do assentamento, onde, aqueles que foram conquistados por meio das ocupações, geralmente mantêm um núcleo formado por algumas lideranças que são referência dentro do assentamento, como é o caso do PA Independente I, PA Dom Pedro e PDS Bordolândia. A figura do líder contribui para estabelecer coesão de objetivos e de perspectivas em direção a melhorias coletivas que, em última instância, fortalecem os assentamentos.

Por fim, retornamos ao texto de Milton Santos do ano de 1999, que mencionamos na introdução desta tese. Segundo este autor, em um meio rural com forte presença de uma agricultura tecnificada, o lugar das solidariedades seria reduzido, uma vez que o agricultor se curvaria às demandas e ordens das cadeias produtivas, tendo menos espaço para práticas altruístas. Ao final deste trabalho que analisa um recorte espacial e temporal específico, podemos afirmar que fazer projeções futuras torna-se, no mínimo problemático, quando não uma armadilha, uma vez que depende-se de fatores como o tempo das resistências e a conjuntura política e econômica atual, o que é mutável. O que se sabe é que, embora a



tendência presente na fronteira agrícola seja cada vez mais a incorporação de novas áreas, a coexistência com outras agriculturas é visível e uma realidade.

Por serem territórios da agricultura familiar, os assentamentos também são espaços da existência e resistência da diversidade, que podem ser confirmadas não somente pela multiplicação de feiras livres, como também de práticas como os sistemas agroflorestais, de produções orgânicas, de encontros para trocas e aprendizado coletivo. Se num primeiro momento pode-se atribuir a expressões como “*aqui é cada um por si*” a um maior individualismo dentro dos assentamentos, as experiências coletivas nos mostram que o lugar das solidariedades ainda pode ser encontrado. Por outro lado, é preciso considerar que neste território concretizam-se fluxos de diversas ordens: de capitais, de pessoas, de políticas e que fazem com que dinâmicas conflitivas muitas vezes se instalem. Neste sentido, é urgente que essas práticas sejam cada vez mais difundidas entre assentados, fortalecendo não somente a rede de apoio construída por eles, como também o território do assentamento.

A partir dos resultados desse trabalho, algumas chaves de pesquisa podem ser pensadas para perspectivas futuras. Uma delas está relacionada às particularidades do recorte espacial analisado que, como demonstrado anteriormente, tem um forte caráter histórico de luta pela terra. Seria pertinente continuar o monitoramento do avanço da fronteira agrícola sobre os assentamentos, uma vez que as evidências nos levam a concluir que, em alguns anos, outros assentamentos estarão sendo convertidos em grandes lavouras, a exemplo do que ocorre atualmente com Querência. Nesse sentido, é importante considerar que o Vale do Xingu tem sido preferido para essa expansão em detrimento das áreas alagadas mais próximas ao Rio Araguaia. Ponderar os aspectos físicos é igualmente necessário nessa análise, uma vez que a racionalidade embutida no avanço da fronteira agrícola, a leva a procurar áreas planas e com disponibilidade hídrica.

Outra possibilidade está em um mergulho ainda mais profundo na dinâmica dos assentamentos da região. Nossa pretensão aqui não foi a de fazer um comparativo entre eles, mas de analisá-los no contexto de avanço da fronteira agrícola. Contudo, estabelecer uma comparação entre os assentamentos dessa fronteira com outros localizados, por exemplo, na BR-163, pode fornecer elementos que ajudem a explicar o comportamento dos assentados e as particularidades de cada uma das fronteiras.

Concluimos este trabalho, convictos de que os assentamentos são territórios, cujos significados extrapolam a escala local e os próprios limites definidos espacialmente. Possuem um significado para toda a sociedade na medida em que indicam o início de uma pequena mudança na correlação de forças que determinou durante séculos a manutenção da

concentração fundiária brasileira. Mesmo que careça de melhorias, a política de assentamentos é um verdadeiro trunfo dos movimentos sociais que, ininterruptamente exigem a reparação de injustiças sociais. Exigir assistência técnica de qualidade, a continuidade da desapropriação de imóveis para a reforma agrária e a formulação/melhoria de políticas de crédito agrícola destinadas à agricultura familiar são algumas das formas para o fortalecimento dos assentamentos, em regiões de fronteira ou não. Cabe ao poder legislativo e executivo encorajar tais mudanças, e à sociedade como um todo endossá-las, garantindo, não somente a distribuição igualitária dos recursos, como também a segurança alimentar e nutricional e a preservação ambiental do meio rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992. 275p .

AGRIANUAL. **Anuário da agricultura brasileira**. São Paulo: Informa Economic Consultoria Agribusiness, 296 p. 2019.

ALENTEJANO, P. R. R. A política de assentamentos rurais no governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. IN: **Revista Agrária**, USP, nº 1, 2004, p.2-15.

ARACRI, L. A. S.. **Reestruturação produtiva, território e difusão de inovações no campo: a agricultura de precisão em Mato Grosso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2012. v. 1. 176p.

ARENDRT, H. **On Violence**. New York: Harcourt, Brace & World, 1970.

ARRUZZO, R.C. Ocupando o Vale do Araguaia: encontros e conflitos entre diferentes territorialidades. IN: BERNARDES, Julia e ARRUZZO, Roberta Carvalho (orgs). **Novas Fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**. Rio de Janeiro: ed. Arquimedes, 2009.

AUBERTIN, C.; PINTON, F.. L'invention du biome Cerrado. **Confins** - Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia. Nº17, 2013.

BAMPI, A. C.; DUTRA, M.M; SILVA, C. A. F.; ARANTES, A.; SROCZNSKI, C. I. Expansão da fronteira agrícola capitalista no Baixo Araguaia brasileiro (MT): alterações ambientais e conflitos socioterritoriais. **Estudios Socioterritoriales**, v. 1, p. 29-45, 2017.

BARBIERI, R.F. **A soja em Projetos de Assentamentos em Querência**. Relatório. Consultoria apresentada ao Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Instituto Socioambiental (ISA), 2017. Disponível em: [https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Estudo\\_Soja\\_Assentamentos\\_final.pdf](https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Estudo_Soja_Assentamentos_final.pdf). Acesso junho/2019.

BARONE, L. A.; SILVA, M. E. S.. Associativismo e Organização Produtiva em Assentamentos Rurais: Expressão de Resistência ou de um Rearranjo Institucional? IN: **Retratos de Assentamentos**, v. 12, p. 1-4, 2009.

BARONE, L. A.; MACIEL, M. C. ; SILVA, M. E. S. ; FERRANTE, Vera L S B . O associativismo como estratégia de reassociação e gestão nos assentamentos rurais em São Paulo. IN: **Retratos de Assentamentos**, v. 11, p. 45-70, 2008.

BARROZO, J.C. Araguaia: a nova fronteira da soja. IN: IN: BARROZO, J. C (org). **Araguaia: o (des)encontro de diferentes agentes sociais**. Cuiabá: EdUFMT, 2016. Pp. 171-188.

BECKER, B. O Estado e a questão da terra na fronteira: uma contribuição geopolítica. IN: VIEIRA, I.C.G. (org). **As Amazônia de Bertha K. Becker**: ensaios sobre a geografia e a sociedade na região amazônica. 1ª ed. Vol.1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BERGAMASCO, S. M. P. P. ; THOMSON, C.R. ; BORSATTO, R. S. . Da extinção da EMBRATER à criação da ANATER: os desafios da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural Brasileira. In: BERGAMASCO; S. M. P. P.; DELGADO; G. C.. (Org.).

**Agricultura Familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** 1ed. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017, v. , p. 312-340.

BERNARDES, J. A.. Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova (Barcelona)** v. XIX, p. 1-28, 2015.

\_\_\_\_\_. Modernização: a lógica do capital e o direito dos excluídos. IN: BERNARDES, J; ARRUIZZO, R.C (org). **Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia.** Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. Pp.25-45.

BERNARDES, J.A e SILVA, E.J.M.. Estratégias das empresas comerciais exportadoras da cadeia de grãos na fronteira da BR-163 matogrossense. IN: **As novas fronteiras do agronegócio: transformações territoriais em Mato Grosso.** Rio de Janeiro. BERNARDES, Julia Adão; BÜHLER, Eve Anne; COSTA, Marcos Vinicius Velozo da (orgs). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Nuclamb, Reagri. 1ª ed. p.83- 100. 2016.

BERNARDES, J.A; BUHLER, E.A.; COSTA, M.V.V(orgs). **As novas fronteiras do agronegócio: transformações territoriais em Mato Grosso.** Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Nuclamb, Reagri, 2016. 163p.

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, luta de classes e reforma agrária.** Tese de doutorado, FFLCH-USP. 2005.

\_\_\_\_\_. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.** 1. ed. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária, 2017. v. 1. 296p.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. IN: CORREA, R.L; ROSENDAHL, Z (org). **Geografia cultural: uma antologia.** Vol1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p.279-303.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZY, L. Le lien territorial. Entre frontieres et identités. **Geographie et cultures.** Paris, L'Harmattan, CNRS, 20. 1996.

BORRAS JR, S. La reforme agraire assistée par le marché: le cas du Brésil, de l'Afrique du Sud et de la Colombie et leurs implications pour les philippines. IN: **Alternatives Sud,** v.IX, , nº4, 2002, p.119-182.

BORRAS JR, S.; KAY, C.; GOMEZ, S.; WILKINSON, J. Land grabbing and the global capitalista accumulation: key features in Latin America. IN: **Canadian Journal of Development Studies.** V.33, nº4, p. 402-416. 2012.

BRUNO, R. **União Democrática Ruralista** -verbete. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas- FGV, 1997 (caderno).

\_\_\_\_\_. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias (UFRGS),** Porto Alegre, v. 10, p. 154-189, 2003.

\_\_\_\_\_. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar. IN: **Revista Estudos sociedade e agricultura.** V.24, nº1, 2016. p.142-160.

\_\_\_\_\_. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. IN: Maluf, R.; Flexor, G.. (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas.** 1ªed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2017, v. 1, p. 155-168.

BUENO, A. P. da S.; REYDON, B. P.. Indefinição jurídica da propriedade: aspectos legais associados à propriedade da terra. IN: FAO/SEAD: **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**. Brasília, 378p. p.65-1023. 2017.

CANTUÁRIO, M. R.. Velhos saberes na construção de novos espaços: lavradores de Pontinópolis. IN: BARROZO, J. C (org). **Araguaia: o (des)encontro de diferentes agentes sociais**. Cuiabá: EdUFMT, 2016. Pp. 13-38.

CASALDÁGLIA, P. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Felix do Araguaia, 1971. Disponível em: <[www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br](http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br)>. Acesso em: outubro/2018.

\_\_\_\_\_. **Creio na justiça e na esperança**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1978. 249p.

CASTILHO, A. **Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILLO, R. A.. **Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro**. Investigaciones Geográficas. Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México, México DF, n.55, p. 79-96, 2004.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e logística em áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. Revista da ANPEGE, v. 3, p. 21-27, 2007.

CLAPP, J. Financialization, Distance and Global Food Politics. IN: **Journal of Peasant Studies**, v.41, n.5, 2014.

COELHO, F. “É preciso fazer a mística”: o forjar de uma identidade coletiva sem terra. IN: **Dimensões**, v.26, 2011. P.325-349.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos Conflitos no campo. Vários anos. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso novembro/2018.

COTULA, L. The international political economy of the global land rush: A critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. IN: **Journal of Peasant Studies**, v.39, n.3-, 2012.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Presidente Prudente. Diversos anos. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/>. Acesso em maio/2018.

DEBARBIEUX, B. Territoire, territorialité, territorialisation: aujourd’hui encore, et bien moins que demain...IN: VANIER, M. (org). **Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009. P. 19-30.

DELANEY, D. **Territory: a short introduction**. Malden: Blackwell, 2005.

DELGADO, G. C.. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século: (1965-2012)**. 1a. ed. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2012. v. 01. 142p.

DELGADO, N.; LEITE, S.P.. O PRONAT e o PTC: possibilidades, limites e desafios das

políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: Catia Grisa; Sergio Schneider. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 1, p. 239-260.

ESCOBAR, A. Sentipensar con la tierra : nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Universidad Autónoma Latinoamericana UNAULA, 2014. 184p. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/escpos-unaula/20170802050253/pdf\\_460.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/escpos-unaula/20170802050253/pdf_460.pdf). Acesso em janeiro/2019.

ESMERALDO, G. G. S. L. Singularidades mediadas pelos agentes da reforma agrária. In: SALES, C. M. V.; AMARAL, C. C. G., BARQUETE, P. R. (orgs.). **Terra, sujeitos e condição agrária**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2007.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia**: Peões e posseiros contra a grande empresa. 2a edição (Versão Eletrônica). 02. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. v. 1. 146p.

FAIRBAIRN, M. “Like gold with yield”: evolving intersections between farmland and finance. IN: **The Journal of Peasant Studies**, v.1, n.5, p.777-795, 2014.

\_\_\_\_\_. Foreignization, Financialization and Land Grab Regulation. IN: **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, 2015.

FAO. Tenencia de la tierra y desarrollo rural. IN: FAO. **Estudios sobre tenencia de la tierra**. 2003.

FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. IN: **Revista NERA** (UNESP), NERA/UNESP, v. 1, n.2, p. 1-32, 1998.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. IN: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP. 2008. P.197-216.

\_\_\_\_\_. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. A.. (Org.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica**: propuestas y desafíos. 1ed.Quito: Editorial IAEN,, 2014, v. 1, p. 19-34.

\_\_\_\_\_. Questões teóricas e políticas de um governo em disputa: a reforma agraria no governo Dilma. IN: MATTEI, L.(org). **Reforma agrária no Brasil**: trajetórias e dilemas. Insular, 2017a. p.247-267.

FERREIRA, E. de C.; FERNANDEZ, A. J.C.; SILVA, E. P.. A reconstrução dos assentamentos rurais em MT. MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P.(orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas publicas. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: ed. Universidade UFRGS/CPDA. 1999.

FLEXOR, G.G.; LEITE, S.P. Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. IN: **Contexto Internacional**. v. 39, p. 393-420, 2017.

FREDERICO, S.. **O Novo Tempo do Cerrado**: Expansão dos Fronts Agrícolas e Controle do Sistema de Armazenamento de Grãos. 1. ed. São Paulo: AnnaBlume, 2010. v. 1. 259p .

FREDERICO, S.; BUHLER, E. A. . Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. In: ALVES, V.E.L.. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro- Norte do Brasil:** Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, v. 1, p. 199-226.

GUIBERT, M; GROSSO, S; ARBELETICHE, P; BELLINI, E. De Argentina a Uruguay: espacios y actores en una nueva lógica de producción agrícola. IN: **Pampa**, nº7, p.13-88, 2011.

GRISA, C.; KATO, K.Y.M. ; ZIMMERMANN, S. A. . O rural nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. In: MIRANDA, C.. (Org.). **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros:** implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. 1ed.Brasília: IICA, 2017, v. 22, p. 337-462.

GUEDES, S. R.; FLEURY, R. R.. 25 anos de reforma agrária e a permanência da concentração fundiária no Brasil: hipóteses e explicação. IN: MATTEI, L. (org). **Reforma agrária no Brasil:** trajetórias e dilemas. Insular, 2017. p.269-297.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade:** a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997. 293 p.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 11-24, 2003.

\_\_\_\_\_. Precarização, reclusão e exclusão territorial. IN: **Terra Livre**, Goiânia. Ano 20, n.2, nº23, p.35-52. Julho/dezembro, 2004.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios a multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. IN: SANTOS, M; et al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina. 2011b. 3ª ed.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais. IN: CORREA, R.L; ROSENDAHL, Z (org). **Geografia cultural:** uma antologia. Vol2. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.233-243.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo editorial, 2013. 1ª edição.

\_\_\_\_\_. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: editora Boitempo, 2016. 1ª edição.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. A sociedade e economia do agronegócio no Brasil. IN: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** V.25, nº 74, 2010.

HERVIEU, B.; PURSEIGLE, F. **Sociologie des mondes agricoles.** Paris: Armand Colin 2013. 318 p.

HUMAN RIGHTS WATCH. “**Você não quer mais respirar veneno**” As falhas do Brasil na proteção de comunidades rurais expostas à dispersão de agrotóxicos. Relatório. 2018. Disponível em:

[https://www.hrw.org/sites/default/files/report\\_pdf/brazil0718port\\_insert\\_lowres\\_webspreads.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil0718port_insert_lowres_webspreads.pdf). Acesso em janeiro/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário, 1995, 2006 e 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em maio/2019.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico, 2000 e 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em junho/2019.

\_\_\_\_\_. Produção Agrícola Municipal. Diversos anos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em janeiro/2019.

\_\_\_\_\_. Produção Pecuária Municipal. Diversos anos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2018>. Acesso em fevereiro/2019.

INCRA. Modernização da gestão e novos desafios da política fundiária no Brasil. Brasília, 2018. 169 p.

JEPSON, W. Producing a modern agricultural frontier: firms and cooperatives in Eastern Mato Grosso, Brazil. IN: **Economic Geography**, nº82, p.289-316, 2006.

JOANONI NETO, V.; CASTRAVECHI, L. A. . A permanência na terra como suspeita de atos guerrilheiros em Porto Alegre Do Norte/MT (1970). **Diálogos Latinoamericanos**, v. 26, p. 158-171, 2017.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.. Uma Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. IN: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 105-122, Jan/Mar 2013.

LECOURT, A.; FABUREL, G. Comprendre la place des territoires et de leurs vecus dans les conflits d'amanagement. Proposition d'un modele d'analyse pour les grands equipements. IN: KIRAT, T.; TORRE, A. (org). **Territoires de conflits**. Analyses des mutations de l'occupation de l'espace. Paris: L'Harmattan, 2008. p.21-47.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: ed. Anthropos. 2000.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. S. (et. al). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA); Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). São Paulo: UNESP. 2004. 392p.

LEITE, A. Z. A paralisação da criação de assentamentos da reforma agrária e da homologação de famílias. IN: **Boletim Dataluta**, abril 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto 9.311/2018**: a legalização da especulação das terras carimbadas para a reforma agrária. Florianópolis: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, 2018. (Texto para Discussão 02/2018).

MARTINS, E. **Nós, do Araguaia**. Pedro Casaldáliga: o Bispo da Teimosia e da Liberdade. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.



MARTINS, J. de S.. A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e Poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. IN: **Tempo Social; Revista de Sociologia USP**. São Paulo, v.1 (1), 1989. p.131-148

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec. 1991. P. 43-60.

\_\_\_\_\_. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2012. 2ª ed.

MATTEI, L.. A política agrária no governo FHC (1995-2002): a reforma agrária de mercado. IN: MATTEI, L.(org). **Reforma agrária no Brasil: trajetórias e dilemas**. Insular, 2017a. p.189-208.

\_\_\_\_\_. A política agrária e rural no governo Temer. IN: Maluf, R.; Flexor, G.. (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. 1ªed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2017b, v. 1, p. 167-176.

McMICHAEL, P. Rethinking Land Grab Ontology. IN: **Rural Sociology**, 79, 01. 2014.

\_\_\_\_\_. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE. 1989. 216p.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P.. Introdução. IN: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P.(orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: ed. Universidade UFRGS/CPDA. 1999.

MEDEIROS, R. M. V.. Território, espaço de identidade. IN: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP. 2008. P.217-228.

MEDEIROS, R. M. V; SOSA JUNIOR, D. de O. El proceso de territorialización de los productores asentados en el campo brasileño. In: VELAZQUEZ; Y.; GUIBERT, M.; NEUBURGER, M. (Org.). **Territorios y Actores Rurales Latinoamericanos - nuevas traticas y nuevos modelos de gestión**. 1ed. México: RI Colegio de Michoacán, 2011, v. 1, p. 209-229.

MELO, T.G; SCOPINHO, R.A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. IN: **Revista Sociedade e Estado**, v.33, nº1, jan/abr. 2018. P.63-86.

MELLO, P. F.. **Assentamentos rurais: uma releitura**. Brasília – DF: Embrapa, 2016. 278p.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. IN: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs). **Os atores do**

**desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. P.49-66.

MESQUITA, H. A.. Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia/Brasil, 1995. IN: **Scripta Nova** (Barcelona), v. VI, p. 1-15, 2002.

MERLET, M.. Différents régimes d'accès a la terre dans le monde. Le cas de l'Amérique Latine. IN: **Revue Mondes en développement**, n°151, 2010/3. P.36-50.

\_\_\_\_\_. Grande production ou petite production? La question agraire aujourd'hui. IN: Paoli J.-C., Anthopoulos T., Ben Saad A., Bergeret P., Elloumi M., Napoléone C., Vianey G. (eds.). **La petite exploitation agricole méditerranéenne, une réponse en temps de crise**. Montpellier: CIHEAM, 2017. 328 p. (Options Méditerranéennes : Série A. Séminaires Méditerranéens ; n. 117). P. 107-116.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Brasília, 2018. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio\\_nacional\\_vigilancia\\_populacoes\\_expostas\\_agrotoxicos.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_nacional_vigilancia_populacoes_expostas_agrotoxicos.pdf). Acesso em julho/2019.

MITIDIERO, Jr, M. A.. A Ação Territorial de Uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. **Tese**. (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2008. 502 p.

MITIDIERO, JR. M. A.; FELICIANO, C. A.. A violência no campo brasileiro em tempos de gole e a acumulação primitiva de capital. **Revista OKARA: Geografia em debate**. V.12, n°2, 2018. P.220-246.

MIRANDA, M. E. Assentamentos como território: forjando a identidade do trabalhador rural assentado. **Cadernos CERU/USP**, série 2, v.19, °1, jun/2008. P.181-201.

MONTE, F. C. D. **O INCRA e a política de assentamentos rurais:** um estudo sobre processos político-administrativos de ação pública. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2013. 234p.

MOREIRA, V. M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. IN: **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998.

MORENO, G.. **Terra e poder em Mato Grosso:** política e mecanismos de burla (1892-1993). Cuiabá: Entrelinhas/ed. UFMT, 2007.

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice, editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

NEVES, D. P.. Assentamento e assentado: diversidades contextuais do processo de construção social. IN: **Retratos dos assentamentos**. V.19, n°2, 2016.

NIEDERLE, P.; WESZ Jr., V. J. . **As novas ordens alimentares**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2018. v. 1. 432p .

OLIVEIRA, A. de A.. Critérios de avaliação da qualidade e a consolidação de assentamentos de reforma agrária no Brasil: A experiência do Programa de consolidação e emancipação (auto-suficiência) de assentamentos resultantes de reforma agrária – PAC. **Tese** (Doutorado

em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH, 2007. 184p.

\_\_\_\_\_. **A fronteira amazônica brasileira: grilagem, corrupção e violência**. 1. ed. São Paulo: Iände Editorial, 2016a. v. 1. 475p.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016b, 545p.

OLIVEIRA, L. R. C. **Os grandes empreendimentos agropecuários na Amazônia**. Relatório parcial. Série Antropologia. Brasília, 1992.

OXFAM. **Desterrados: tierra, poder y desigualdad en America Latina**. América Central, México e Caribe. 2016. 99p.

PRADO Jr, C.. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. 7ªed. São Paulo: editora Brasiliense, 1963.

PECQUEUR, B.. De l'exténuation a la sublimation: itinéraire d'une notion et de ses déclinaisons. IN: VANIER, M. (org). **Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009. P. 205-209.

PERONDI, M.A.; SCHNEIDER, S. Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar. IN: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. pp. 2015-220.

PICOLOTTO, E. L.. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. IN: **Revista Espaço Acadêmico**, nº128, jan.2012. p.158-167.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 1. 461p.

POUPART, J.M. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. IN: POUPART, J.M; DESLAURIERS, J.P; GROULX, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. (orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. Série: Temas. V. 29. Tradução Maria Cecilia Franca. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RAMIRES, J.C; PESSÔA, V.L. Pesquisas qualitativas: referências para a pesquisa em geografia. IN: MARAFON, G.; RAMIRES, J.C; RIBEIRO, M; PESSÔA, V.L. (orgs). **Pesquisa qualitativa em geografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, pp.23-36.

RAMOS, P.. O arrendamento nos lotes dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais: Uma possibilidade a considerar? (23 a 27/07/2006). In: **XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural** - 23 a 27/07/2006, 2006, Fortaleza/CE. Anais da SOBER. Brasília: SOBER, 2006. p. 1-19.

REYDON, B. P.. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente. IN: **e-Premissas: revista de estudos estratégicos**. Nº2, jan/jun. 2007.

REYDON, B. P.; FERNANDES, V. B.; BUENO, A. P. da S.; SIQUEIRA, G. P.. Histórico de ocupação de terras do estado de Mato Grosso e os reflexos em sua governança de terras. IN: FAO/SEAD: **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**. Brasília, 378p. p.253-280.

REYDON, B. P.; PLATA, L. E.A. Mercado de arrendamento e parceria no Brasil. In: REYDON, B. P.; CORNÉLIO, F.N.M. (Org.). **Mercados de Terras no Brasil: Estrutura e dinâmica**. Brasília: Nead, 2006, v. , p. 227-265.

RIVIÈRE D'ARC, H.; APESTÉGUY, C.. Les nouvelles franges pionnières en Amazonie brésilienne. La vallée de l'Araguaia. **Études rurales**, nº69, 1978. pp. 81-100.

ROSA, J. C.. Agropecuárias no Araguaia mato-grossense: o caso da instalação da Suiá-Missu do Araguaia, em Mato Grosso. IN: BARROZO, J. C (org). **Araguaia: o (des)encontro de diferentes agentes sociais**. Cuiabá: EdUFMT, 2016. Pp. 131-170.

ROUX, B.. L'agriculture familiale au Brésil. Une présence ancienne mais une reconnaissance très récente par les politiques publiques au pays du capitalisme agraire. IN: **L'Homme et la société**, vol. 183-184, no. 1, 2012, pp. 125-159.

SABOURIN, E. P.. Desenvolvimento da Agricultura Familiar e construção dos territórios no Nordeste Semiárido. In: **IX CISO Norte Nordeste**, Natal. Anais do IX CISO. Natal: UFRN editora, 1999. v. 1.

SABOURIN, E; AVELINE, I; PETERSEN, P; PRA, M. Construcción social del acceso a los mercados por agricultores familiares em Brasil. IN: **Revista de política economica y desarrollo sostenible**. V.3 (1), 2018. P.1-19.

SACK, R.. Human territoriality: a theory. IN: **Annals of the association of american geographers**. V.73, nº1. 1983. P.55-74.

SANTOS, M.. O território e o saber local: algumas categorias de análise. IN: **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro. Nº2, 1999. p.15-26.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2014. 4ª ed.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. 15ª ed.

SAQUET, M. A.. Por uma abordagem territorial. IN: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP. 2008. p.73-94.

SASSEN, S.. **Expulsões**. Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: editora Paz e Terra, 2016.

SAUER, S.. Terra no século XXI: desafios e perspectivas da questão agrária. IN: **Retratos de assentamentos**. V.19, nº2, 2016.

\_\_\_\_\_. Política agrária no governo Lula (2003-2010): compromissos e debates nas políticas agrária e agrícola. IN: MATTEI, Lauro (org). **Reforma agrária no Brasil: trajetórias e dilemas**. Insular, 2017. p.209-246.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória ou de exceção? Decreto regulamentando a grilagem. IN: **Boletim DATALUTA**, v. 124, p. 2-9, 2018.

SAUER, S.; LEITE, A. Z.. MP 759: Descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. IN: **Retratos de assentamentos**. V.20, nº1, 2017.

SAUER, S. ; LEITE, S.P. . Agrarian structure, foreign land ownership and land value in Brazil. In: **International Conference on Land Grabbing Conference**, 2011, Brighton. International Conference on Land Grabbing Conference - Papers. Sussex: IDS (homepage), 2011. v. 1. p. 1-35.

SCHULTZ, G.. Relações com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica. IN: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectiva teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCOTT, J.. **The moral economy peasant**. Rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven: Yale University, 1976.

SILVA, C. A. F. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. IN: SANTOS, M; et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2011. 3ª ed.

SOBREIRO FILHO, J. ; FERNANDES, B. M. ; PEREIRA, D. V. ; RAMOS FILHO, E. S.; LIMA, D. M. D. F. ; IZA, L. ; SILVA, F. A. . O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. IN: **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 2-29, 2018.

SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. IN: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP. 2008. p.57-72.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. v. 1. 319p.

SOUZA, M.M.O; PESSÔA, V.L. O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica. IN: MARAFON, G.; RAMIRES, J.C; RIBEIRO, M;

PESSÔA, V.L. (orgs). **Pesquisa qualitativa em geografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, pp.173-190.

STÉDILE, J. P.. Introdução. **Questão agrária no Brasil**. Espaço e Debate. 11º ed. São Paulo: Editora Atual, 2011.

TEIXEIRA, G.; INTINI, J. M. **Análise sobre a Proposta de Lei Orçamentária 2018** - Os 'Cortes Rasos' nas Ações Estruturantes das áreas Agrícola, Agrária e Ambiental. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2017/09/AnaliseProposta-Lei-Or%C3%A7amentaria2018.pdf>. Acesso em maio de 2018.

TEUBAL, M.. La lucha por la tierra em América Latina. IN: GGIARRACA, N.; TEUBAL, M.. **La tierra es nuestra, tuya y de aquel**: la disputa por el territorio em América Latina. 1ª ed. Buenos Aires: Antropofagia, 2009. P.205-230.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, É.. Agriculture familiale et politiques publiques de développement territorial : le cas du Brésil de Lula. **Revista Confins**, nº5, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B.. Gênese da abordagem territorial no Brasil. IN: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B.; NIERDELE, P. A. (orgs). **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: editora UFPE, 2014. 437p. pp.79-102.

\_\_\_\_\_. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas** – experiências em agroecologia., AS-PTA. 2009. p. 33-45.

WEBER, M.. **Metodologia das ciências sociais** (parte II). São Paulo, Cortez.

WELCH, C. A.. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. IN: **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p. 60-75, set. 2006.

## ANEXOS

### Anexo A - Questionário para atores institucionais

- 1) Nome:
- 2) Função:
- 3) Há quanto tempo trabalha na instituição?
- 4) Qual a estrutura da instituição? Sede própria? Quantos funcionários atuam?
- 5) Gostaria que você falasse um pouco sobre o histórico da instituição, o que ela faz, quais os objetivos, há quanto tempo ela existe, quais as dificuldades e os êxitos, etc..
- 6) Quais projetos ou ações são realizados dentro dos assentamentos? E quais as principais dificuldades?
- 7) Como é a adesão dos agricultores familiares a esses projetos?
- 8) Como o vínculo é estabelecido? Os assentados vão até a organização ou vocês vão até eles?
- 9) É do seu conhecimento a ocorrência de conflitos nos assentamentos atualmente? Se sim, eles são de que natureza?
- 10) Dentro dos assentamentos há produção de soja? Em caso afirmativo, como ela é feita? Há intermediários?
- 11) Você considera o avanço da fronteira agrícola uma ameaça aos assentados e aos assentamentos? Se sim, por que?
- 12) E em relação aos arrendamentos?
- 13) Há muita incidência de abandono de lotes na região? Se sim, saberia dizer os motivos?
- 14) O avanço da fronteira agrícola modifica a relação entre assentado e assentamento?
- 15) Quais os motivos/fatores que levam os assentados a converterem seus lotes para a produção de soja?
- 16) (INCRA) Como se dá na prática o procedimento para a distribuição do CCU e do TD para os assentados?
- 17) (INCRA) A MP 759, convertida na lei 13.465 em 2017, dentre outras atribuições amplia as possibilidades de regularização fundiária em áreas urbanas e rurais e expande o Programa Terra Legal para todo o Brasil. Alguns estudiosos têm chamado essa medida de “MP da grilagem” pela possibilidade de regularização de áreas provenientes de condutas ilegais. Também há uma desconfiança por parte de movimentos, como o MST, de que tal medida pode contribuir para o avanço da fronteira agrícola em função da maior distribuição de títulos de domínio e da possibilidade de arrendamento dentro dos lotes. Com base na sua experiência, como essa medida pode impactar os assentamentos dessa região?
- 18) (INCRA) Na sua opinião, o que significa para os assentados ter o título de domínio da terra?
- 19) Gostaria de indicar contatos ou leituras que possam me ajudar?

**Anexo B – Lista de entrevistados**

<b>Número do entrevistado</b>	<b>Condição</b>	<b>Município</b>
1	Assentado	Confresa
2	Sindicato e assentado	Querência
3	Sindicato e assentado	Querência
4	Sindicato e assentado	Querência
5	Assentado	São Félix do Araguaia
6	Assentado	São Félix do Araguaia
7	Assentado	São Félix do Araguaia
8	Assentado	São Félix do Araguaia
9	Assentado	São Félix do Araguaia
10	Assentado	São Félix do Araguaia
11	Assentado	São Félix do Araguaia
12	Assentado	São Félix do Araguaia
13	Assentado	São Félix do Araguaia
14	Assentado	São Félix do Araguaia
15	Assentado	São Félix do Araguaia
16	Assentado	São Félix do Araguaia
17	Assentado	São Félix do Araguaia
18	Assentado	São Félix do Araguaia
19	Institucional (ONG)	São Félix do Araguaia
20	Institucional (ONG)	São Félix do Araguaia
21	Institucional (EMPAER)	São Félix do Araguaia
22	Institucional (INCRA)	São Félix do Araguaia
23	Institucional (EMPAER)	São Félix do Araguaia
24	Institucional (prefeitura)	Querência
25	Institucional (prefeitura)	Querência
26	Institucional (ONG)	Querência
27	Empresa privada (Agroamazônia)	Querência
28	Empresa privada (Agrológica)	Confresa
29	Institucional (ONG)	Confresa
30	Institucional (secretaria de agricultura)	Confresa
31	Institucional (professor)	Confresa
32	Institucional (professor)	Confresa
33	Institucional (liderança)	Santa Terezinha
34	Assentado e vereador	Querência
35	Assentado	Canabrava do Norte
36	Assentado	Querência
37	Assentado	Bom Jesus do Araguaia
38	Assentado	Bom Jesus do Araguaia
39	Assentado	Querência
40	Assentado	Confresa



41	Assentado	Querência
42	Assentado	Bom Jesus do Araguaia
44	Institucional (INCRA)	São Félix do Araguaia
45	Assentado	São Félix do Araguaia
46	Institucional (INCRA)	Confresa
47	Institucional (IFMT)	Confresa
48	Institucional (IFMT)	Confresa
49	Assentado	Vila Rica
50	Institucional (Igreja Católica)	Querência
51	Assentado	Confresa
52	Assentado	Bom Jesus do Araguaia
53	Assentado	Querência
54	Institucional (ONG)	Porto Alegre do Norte
55	Assentado	Bom Jesus do Araguaia

Fonte: trabalhos de campo; Organização: LOURENÇO (2020).

## Anexo C– Dossiê resumido – a violência da PM, UDR e para-militares contra os sem terra (1989)



### MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Nacional

Rua Ministro Godoy, 1484 — CEP 05016 — SÃO PAULO — SP

Fone: (011) 864-8977 — Telex: (11)82.153 MSTB - BR

São Paulo, 23 de agosto de 1989

As  
Entidades e Amigos do MST

Assunto: Escalada da violência no meio rural, nas últimas semanas

URGENTE

Estimados amigos

Estamos enviando-lhe, em anexo, um breve dossiê :  
"A violência da PM, UDR e Para-Militares contra os Sem-Terra", que resume a gravidade dos fatos da repressão cometida no campo, nas últimas semanas.

Estes fatos devem preocupar-nos não apenas porque - são atentados contra os mínimos direitos humanos dos camponeses mas, sobretudo, preocupa-nos porque estão sendo feitos de forma generalizada, sem que a sociedade reaja a tal situação. As características do profissionalismo e grau de perversidade da violência se espalha atingindo a toda a sociedade e envolvendo diversos setores. Não apenas - os sem-terra e nem só o campo.

Diante dessa situação, pedimos-lhes, encarecidamente:

- 1º) denunciar, de forma o mais ampla possível, através da imprensa e de todos os meios ao seu alcance, para que toda população tome conhecimento;
- 2º) pressionar as autoridades governamentais, especialmente junto a:
  - Ministro da Justiça
  - Governadores dos estados e
  - Supremo Tribunal Federal.
- 3º) pressionar as lideranças partidárias no Congresso nacional;
- 4º) solidariedade e apoio à causa da reforma agrária e à luta pela justiça social no campo.

Seremos muito gratos se puderem nos manter informados sobre os encaminhamentos que puderem fazer. E estamos igualmente à disposição para quaisquer outras informações.

P/ Direção Nacional :

*Isaias*  
Isaias Vedovato

*Egidio Brunetto*  
Egidio Brunetto

*Jose Rainha Junior*  
José Rainha Junior

Fonte: Reforma Agrária em Dados. Disponível em:

<http://reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/dossi%C3%AA-resumido-%E2%80%93-viol%C3%Aancia-da-pm-udr-e-para-militares-contra-os-sem-terra> Acesso em maio/2017.

## Anexo D – A CPT e o PNRA

A. TEX - REFORMA

①

### A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA e o PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA



A questão da Reforma Agrária é uma questão política. No debate que hoje se trava a nível nacional em torno da questão, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, apresenta seus pontos de vista ao governo e à opinião pública.

1. Partimos do pressuposto de que o Governo Federal elaborou e apresentou ao País o Plano Nacional de Reforma Agrária, PNRA, com a intenção de executá-lo, honrando assim os compromissos assumidos durante a campanha da Aliança Democrática para a eleição presidencial no extinto Colégio Eleitoral.

Mesmo considerando as limitações do PNRA ora em discussão, não nos surpreendemos com a onda de reações e ameaças dos latifundiários, veiculadas fartamente pela grande imprensa. O objetivo dessa reação em cadeia, por parte dos senhores da terra, é claro: semear o passionalismo e a confusão, impedindo dessa forma a discussão séria e profunda deste problema central da crise brasileira e o encaminhamento de soluções corajosas e democráticas.

2. Os trabalhadores rurais, o movimento sindical e a CPT junto com eles, conhecem há muito a truculência dos latifundiários. Só no ano de 1984, 116 lavradores e líderes sindicais foram assassinados por seus esbirros em conflitos pela posse da terra.

A gritaria orquestrada contra o tímido PNRA do Governo Federal, revela que a classe dos latifundiários ficou a descoberta. Está isolada na tentativa de manter a qualquer custo - inclusive com a utilização de exércitos particulares - os seus privilégios. Os grandes senhores de terra foram cevados durante 20 anos de regime militar com uma política de incentivos fiscais e de crédito que favoreceu a concentração da terra e fortaleceu o seu poder político.

Hoje, se sentem com forças para desafiar a imensa maioria da nação que exige uma Reforma Agrária imediata que modernize e democratize a propriedade rural no Brasil.

3. A questão da Reforma Agrária no Brasil tem girado, nos últimos anos, em torno do Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964. O PNRA se inspira no Estatuto da Terra, que não responde aos interesses dos trabalhadores rurais.

Reunidos no IV Congresso Nacional, realizado em Brasília, de 25 a 30 de maio de 1985, os trabalhadores rurais fixaram algumas reivindicações que vão além das limitações do PNRA:

- Extinção imediata do GETAT e GEBAM e revogação das exposições de motivos 005 e 006 do Conselho de Segurança Nacional;
- Legalização das ocupações de terra feitas pelos trabalhadores, ouvido o movimento sindical;
- Desapropriação de empresas rurais, considerando que os latifundiários têm usado expediente de oficializar nos cartórios os seus estabelecimentos como empresas rurais;
- Estabelecimento da área máxima para as propriedades rurais como forma de impedir o crescimento do latifúndio;

- Desarmar as milícias particulares, apurar e punir os assassinatos de trabalhadores rurais e líderes sindicais.

Ao fixar essas reivindicações imediatas, os trabalhadores e seu movimento sindical deixam claro que o PNRA deve ser mais arrojado para alcançar o objetivo de democratizar a estrutura fundiária do país, rompendo com o monopólio da terra.

Fazemos nossas as reivindicações dos trabalhadores. Porque entendemos que a terra não deve permanecer concentrada nas mãos de uma classe de parasitas que não a utiliza produtivamente, mas, com fins especulativos. O país, assolado pela fome, deve garantir aos trabalhadores a terra necessária para viver e produzir os alimentos necessários à população.

4. Ao lançar o PNRA, o Governo Federal se dispõe a enfrentar o seu primeiro dilema de vulto. Ou encontra canais para estabelecer o suporte político necessário à consecução da Reforma Agrária e honra seus compromissos de mudança; ou se rende às pressões da minoria de latifundiários que rejeita as exigências do conjunto da Nação e se desmoraliza.

5. Concluimos reafirmando a posição recentemente expressa por nós ao Ministro Nelson Ribeiro: A Reforma Agrária só se faz com a sustentação política; os proprietários são contra, não podem ser convocados como co-autores de um programa de Reforma Agrária. Por outro lado, para contar com os trabalhadores é necessário reconhecer suas conquistas e ouvir suas sugestões, a fim de se conseguir as modificações necessárias na estrutura agrária.

De nossa parte, a contribuição continuará dirigida para reforçar a organização autônoma dos trabalhadores, sempre dispostos a fazer o que for necessário para que os camponeses conquistem a terra de trabalho que necessitam para viver.

Fiéis à orientação de ser serviço aos trabalhadores, de acordo com os documentos da CNBB (especialmente "Igreja e Problemas da Terra", 1980), reafirmamos aqui a nossa disposição de continuar a luta pela democratização da estrutura fundiária do Brasil.

Goiânia, aos 10 de junho de 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA:

Fonte: Reforma Agrária em Dados. Disponível em:

<http://reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/cpt-e-o-plano-nacional-de-reforma-agr%C3%A1ria>  
Acesso em maio/2017.

**Anexo E: Brasil - Indicadores das linhas de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - 2002 a 2017**

Brasil: Indicadores das linhas de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - 2002 a 2017															
Ano	Propostas			Famílias Atendidas			Área (hectares)			Valor Contratado					
	CAF	CPR	NPT	CAF	CPR	NPT	CAF	CPR	NPT	CAF	CPR	NPT	CAF	CPR	NPT
2002	1	117	-	1	2.710	-	8	67.489	-	0	12.207.621	-	0	12.207.621	-
2003	3	198	-	3	4.274	-	40	98.789	-	71.000	19.942.408	-	71.000	19.942.408	-
2004	90	326	-	90	6.029	-	1.384	125.575	-	2.858.315	36.956.289	-	2.858.315	36.956.289	-
2005	1.838	387	-	2.077	7.247	-	22.782	143.085	-	76.963.681	47.932.506	-	76.963.681	47.932.506	-
2006	6.933	483	-	7.664	8.890	-	77.965	174.523	-	281.950.625	57.580.154	-	281.950.625	57.580.154	-
2007	8.119	409	-	10.606	7.444	-	123.091	152.223	-	395.726.477	53.955.059	-	395.726.477	53.955.059	-
2008	6.502	230	-	8.012	4.325	-	106.082	86.185	-	292.536.532	32.497.534	-	292.536.532	32.497.534	-
2009	5.491	35	-	6.097	415	-	90.856	8.684	-	223.794.479	2.924.144	-	223.794.479	2.924.144	-
2010	4.051	178	-	4.298	2.275	-	59.586	43.788	-	160.808.381	24.407.810	-	160.808.381	24.407.810	-
2011	2.913	230	-	2.955	2.963	-	38.927	57.919	-	126.108.306	60.319.421	-	126.108.306	60.319.421	-
2012	2.708	145	-	2.710	1.464	-	123.319	20.587	-	151.743.216	24.084.404	-	151.743.216	24.084.404	-
2013	976	66	12	976	907	12	8.820	12.049	109	56.820.718	9.837.116	844.746	56.820.718	9.837.116	844.746
2014	559	194	133	559	957	133	4.563	15.438	1.195	36.406.782	12.775.255	9.534.289	36.406.782	12.775.255	9.534.289
2015	418	228	216	418	1.516	216	3.359	22.989	1928	27.218.656	26.896.586	15.390.705	27.218.656	26.896.586	15.390.705
2016	248	123	84	248	603	84	1.685	10.869	605	16.836.540	14.250.707	6.174.891	16.836.540	14.250.707	6.174.891
2017	73	59	38	73	186	38	55.768	3719	279	5.232.895	7.097.408	2.842.150	5.232.895	7.097.408	2.842.150
<b>Total</b>	<b>40923</b>	<b>3408</b>	<b>483</b>	<b>46787</b>	<b>52205</b>	<b>483</b>	<b>718235</b>	<b>1043911</b>	<b>4116</b>	<b>1855076603</b>	<b>443664422</b>	<b>34786781</b>	<b>1855076603</b>	<b>443664422</b>	<b>34786781</b>

Fonte: Banco Central do Brasil, vários anos. Organização: Lourenço (2018)

### Anexo F: Fases de implementação dos projetos de assentamentos rurais

Fase	Nomenclatura	Característica
1	Pré-Projeto de Assentamento	Fase em que os imóveis já se encontram selecionados e decretados para a desapropriação, ou pré-selecionados para a aquisição pelos programas de crédito fundiário, sendo preparados sob os aspectos técnicos e jurídicos para receber as famílias classificadas como pré-assentados selecionados para projetos em elaboração.
2	Assentamento em Criação	Aquele cuja clientela encontra-se já selecionada pelos programas de acesso à terra e aguardando a elaboração da Relação do Beneficiário (RB), para ser assentada em imóvel já devidamente identificado, em vias de desapropriação, arrecadação ou aquisição, cujos cadastros estejam disponíveis nos bancos de dados de identificação do governo.
3	Assentamento Criado	Imóvel já sob o domínio ou posse do Incra na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação delas com a assinatura de respectivos contratos de assentamento.
4	Assentamento em Instalação	Projeto criado, cujos beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação.
5	Assentamento em Estruturação	Aquele em que se inicia a fase de implantação de infraestrutura básica: abastecimento de água; eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias.
6	Assentamento em Consolidação	Aquele cujos beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infraestrutura básica, e acesso ao Pronaf-A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf.
7	Assentamento Consolidado	Aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao município ou estado (núcleos urbanos, etc.).

Fonte: MDA/Brasil (2002); Organizado por: LOURENÇO, T.C.M (2019)

**Anexo G: Modalidades, valores e objetivos dos créditos de instalação de projetos de assentamentos**

<b>Modalidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Objetivo</b>
Apoio inicial	5.200,00	Apoiar a instalação no projeto de assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e de equipamentos produtivos.
Fomento	6.400,00 (divididos em até duas vezes de 3.200,00 cada)	Viabilizar a implementação de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda.
Fomento Mulher	5.000,00	Viabilizar a implementação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote.
Semiárido	5.000,00	Apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo nos projetos de assentamento localizados nas áreas circunscritas ao semiárido, reconhecidas pelo IBGE.
Florestal	6.400,00	Viabilizar a implementação e a manutenção sustentável de sistemas agroflorestais ou o manejo florestal de lotes e de área de reserva legal com vegetação nativa igual ou superior ao estabelecido pela legislação ambiental.
Recuperação ambiental	6.400,00	Viabilizar a implementação e a manutenção sustentável de sistemas florestais ou agroflorestais ou o manejo florestal de lotes, de área de reserva legal e área de preservação permanente, degradados até 25 de maio de 2012.
Cacau	6.000,00 (permitida a renovação em até três operações)	Viabilizar a implementação e a recuperação de cultivos de cacau, em sistema agroflorestal.
Habitacional	34.000,00	Viabilizar a construção de habitação rural nos projetos de reforma agrária.
Reforma habitacional	17.000,00	Viabilizar a aquisição de materiais de construção a serem utilizados na reforma e na ampliação de habitações rurais.

Fonte: Incra (2018); Organizado por: LOURENÇO, T.C.M (2019)

**Anexo H- TCBA: Relação dos Projetos de assentamentos com ano de criação, famílias assentadas, fase de implementação, forma de obtenção e município**

<b>Nº</b>	<b>Nome</b>	<b>Município</b>	<b>Criação</b>	<b>Obtenção</b>	<b>Famílias</b>	<b>Forma de obtenção*</b>	<b>Fase</b>
1	PA Bandeirantes	Alto Boa Vista	1995	1987	124	D	6
2	PA Macife II	Alto Boa Vista	1995	1995	259	D	6
3	PCA Vida Nova	Alto Boa Vista	2012	2012	91	R	3
4	PDS Bordolândia	Bom Jesus do Araguaia	2010	2004	597	D	3
5	PE Canabrava I	Canabrava do Norte	2002	2002	93	R	3
6	PA Tabajara	Canabrava do Norte	2002	2000	62	D	3
7	PA Tatuiby	Canabrava do Norte	1997	1996	153	D	6
8	PA Manah	Canabrava do Norte	1995	1994	136	D	3
9	PA Cana brava	Canabrava do Norte	1987	1984	443	D	6
10	PA Bridão Brasileiro	Confresa	2007	2007	361	D	3
11	PA São Vicente	Confresa	2000	1999	347	D	4
12	PA Santo Antônio do Fontoura I	Confresa	1999	1998	513	D	5
13	PA Brasipaiva	Confresa	1999	1998	146	D	3
14	PA Santo Antônio do Fontoura III	Confresa	1999	2002	166	D	4
15	PA Santo Antônio do Fontoura II	Confresa	1999	1998	94	D	4
16	PA Piracicaba	Confresa	1995	1985	211	D	3
17	PA Xavante Figura A	Confresa	1995	1983	96	A	3
18	PA Fartura	Confresa	1995	1993	455	D	3
19	PA Confresa/Roncador	Confresa	1995	1995	1136	D	6
20	PA Porto Esperança	Confresa	1995	1985	59	D	7
21	PA Independente II	Confresa	1995	1994	108	D	3
22	PA Independente I	Confresa	1995	1995	279	D	5
23	PA Jacaré Valente	Confresa	1989	1989	390	D	3
24	PA Cantagalo	Confresa	1989	1989	470	D	5
25	PA Santo Antônio da Mata Azul	Novo Santo Antônio	1995	1981	598	D	5
26	PA Uirapuru	Porto Alegre do Norte	2005	2005	76	A	6
27	PE RP	Porto Alegre do Norte	2002	2002	99	R	4
28	PA Margarida União	Porto Alegre do Norte	1997	1997	240	D	3
29	PE Nova Floresta	Porto Alegre do Norte	1997	1990	130	R	3
30	PA Liberdade	Porto Alegre do Norte	1987	1984	272	A	5
31	PA Canaã I	Querência	2006	2005	42	D	3
32	PA São Manoel	Querência	1999	1998	178	D	3
33	PA Brasil Novo	Querência	1998	1997	297	D	3
34	PA Pingos d'Água	Querência	1998	1998	531	D	3
35	PA Coutinho União	Querência	1995	1993	171	D	7
36	PA Porto Velho	Santa Terezinha	2006	2005	164	D	3
37	PA Reunidas	Santa Terezinha	1999	1998	237	D	4
38	PA Presidente	Santa Terezinha	1988	1986	305	D	4
39	PA Santa Rita	Ribeirão Cascalheira	2009	2008	258	D	3
40	PA Primorosa	Ribeirão Cascalheira	2007	2007	269	D	3
41	PA Santa Lucia	Ribeirão Cascalheira	2004	1997	135	D	3



42	PA Guerreiro	Ribeirão Cascalheira	2002	2001	167	D	3
43	PA Cancela	Ribeirão Cascalheira	1996	1996	165	D	3
44	PA Macife	Ribeirão Cascalheira	1996	1993	1149	D	3
45	PA Maria Tereza	Ribeirão Cascalheira	1995	1995	192	D	6
46	PA Cruzeiro do Norte	Ribeirão Cascalheira	1987	1986	55	D	3
47	PE Vila Rural Tia Irene	São Félix do Araguaia	2005	2005	16	R	3
48	PE Vila Rural Zeca do Doca	São Félix do Araguaia	2005	2005	55	R	3
49	PA Mãe Maria	São Félix do Araguaia	1999	1998	485	D	3
50	PA Dom Pedro	São Félix do Araguaia	1997	1996	448	D	3
51	PA Lago da Pedra	São Félix do Araguaia	1997	1996	43	D	3
52	PA Xavantinho	São Félix do Araguaia	1996	1984	17	A	4
53	PA Azulona Gameleira	São Félix do Araguaia	1995	1984	130	D	7
54	PA Chapadinha	São Félix do Araguaia	1995	1983	118	D	5
55	PA Carnaúba	São Félix do Araguaia	1995	1989	94	D	4
56	PA Olaria	São Félix do Araguaia	1995	1989	45	D	3
57	PA Santa Clara	São José do Xingu	2000	1998	251	D	3
58	PA Yamin	São José do Xingu	1995	1994	96	D	7
59	PA Aymoré	São José do Xingu	1987	1986	72	D	3
60	PA Roncador	Serra Nova Dourada	1995	1984	149	D	3
61	PA Serra Nova II	Serra Nova Dourada	1995	1984	78	A	4
62	PA Serra Nova I	Serra Nova Dourada	1987	1984	43	A	4
63	PA Santo Antônio do Beleza	Vila Rica	2001	2001	220	D	3
64	PA São José da Vila Rica	Vila Rica	1998	1997	197	D	4
65	PA Ipê	Vila Rica	1998	1998	223	D	3
66	PA São Gabriel	Vila Rica	1998	1998	38	D	4
67	PA Colônia Bom Jesus	Vila Rica	1996	1995	59	D	5
68	PA Itaporã do Norte	Vila Rica	1996	1995	158	D	3
69	PA Aracaty	Vila Rica	1996	1006	41	D	6
70	PA Alvorada	Vila Rica	1995	1995	46	D	5

Fonte: Painel de Assentamentos/INCRA (2017); Organização: LOURENÇO, T.C.M (2018)

\*D= Desapropriação; R = Reconhecimento; A= Arrecadação

## Anexo I - Projetos agropecuários aprovados pela SUDAM no nordeste mato-grossense

Empresa	Ano	Localidade	Ocupação (Ha)	Projeto (Ha)	Capital Social Autorizado (Cr\$ em milhões)
Agropecuária Suiá-Missu	1966	S. F. do Araguaia	500.000	217.000	358,0
Cia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara)	1967	Luciara	150.000	81.744	40,6
Agropasa	1967	S. F. do Araguaia	—	48.165	19,2
Agropecuária Porto Velho	1967	Luciara	49.994	49.994	24,0
Agropecuária Foltran	1967	B. Garças	—	13.741	42,8
COREBRASA Col. Repres. do Brasil	1967	B. Garças	—	52.272	16,5
Agropecuária Guanabara	1967	B. Garças	—	25.800	55,0
Tapiraguaia Agropecuária	1967	Luciara	—	21.923	3,4
Agropecuária S. Francisco do Xingú	1967	B. Garças	—	21.000	68,9
Agropecuária São José	1967	B. Garças	—	19.915	32,7
Agropecuária Santa Rosa	1967	Luciara	—	19.360	5,3
Agropastoril Nova Patrocínio S/A	1967	Luciara	—	26.810	4,1
Agropecuária Buritizal	1967	B. Garças	—	30.621	5,3
Agropecuária Três Marias	1968	B. Garças	20.000	20.000	16,2
Urupianga Agropecuária	1968	Luciara	—	50.468	33,2
Agropastoril Couto Magalhães	1968	B. Garças	—	52.676	38,9
Agropecuária Duas Âncoras	1968	B. Garças	—	23.005	14,6
Agropecuária 7 de Setembro	1968	B. Garças	—	18.582	8,0
Agropecuária Médio Araguaia (Agropema)	1968	B. Garças	—	11.370	2,0
Agropastoril Sul da Amazônia	1968	B. Garças	65.340	24.200	5,9
Agropecuária Tabajú	1968	B. Garças	—	19.931	4,6
Rancho Stº Antônio S/A	1968	B. Garças	—	21.780	6,4
Joaçaba Agropecuária	1969	B. Garças	-	9.744	5,8
Agropecuária Alvorada Mato grossense (APAME)	1969	B. Garças	29.703	29.703	5,8
Agropecuária Ema	1969	B. Garças	-	8.952	2,0
Codema Cia. de Des. Agropecuário de-MG	1969	B. Garças	—	9.774	3,1
Agropecuária Sogaúcha	1969	B. Garças	—	26.300	7,4
Santa Luzia Agropecuária	1969	B. Garças	—	4.930	12,5
Fazenda Canguru Agropecuária	1969	B. Garças	33.562	20.000	2,9
Agropecuária Santa Sílvia	1969	B. Garças	—	39.574	59,3
Agropecuária Fazenda Nova Viena	1969	B. Garças	—	29.503	87,4
AGROINSA P. Califórnia Comércio e Indústria	1969	B. Garças	—	29.831	4,3
Agropecuária Local	1969	B. Garças	—	19.680	5,6
Agropecuária Nova Amazônia (FRENOVA)	1969	Luciara	—	68.843	36,0
Agropecuária Duas Pontes	1969	B. Garças	—	8.951	1,1
Didori Agropecuária	1969	B. Garças	—	18.772	8,0
LAGRO Fazenda Presidente	1969	Luciara	29.446	29.446	26,8
ABREULANDIA Cia Agropecuaria Brasil Central	1969	B. Garças	—	12.724	6,7
FAASA Fazendas Associadas do Araguaia	1969	B. Garças	—	10.000	4,7
APEVA Agropecuária Vale do Araguaia	1969	Luciara	—	72.588	30,6
JURUÁ	1969	B. Garças	30.000	18.254	1,9

Agropecuária Tapirapé	1970	Luciara	—	27.614	88,8
Ativa Agropecuária	1970	B. Garças	—	9.671	5,4
Fazenda Nova Kênia	1970	B. Garças	—	29.503	7,7
Agropecuária Brasil Novo	1970	B. Garças	—	27.905	8,0
Agropecuária Kamakavi	1970	B. Garças	40.000	25.000	75,9
Agropecuária Planalto AGROPLASA	1970	B. Garças	—	—	5,9
Agropecuária Barra do Garças	1970	B. Garças	—	9.998	6,4
Agropecuária RONCADOR (Fazenda Jaú)	1970	B. Garças	—	24.251	7,2
APECO Agropecuária Colorado S/A	1970	B. Garças	10.000	5.413	2,0
Agropecuária São João da Liberdade	1970	Luciara	33.081	30.300	82,0
Agropecuária Rio Manso	1970	B. Garças	—	11.502	3,1
Agropecuária S.Judas Tadeu	1970	Luciara	33.618	33.000	8,0
Agropecuária Rio Fontoura	1970	B. Garças	—	14.864	36,8
Agropecuária Tracajá	1970	B. Garças	—	29.880	5,1
Agropecuária Independência	1970	B. Garças	—	9.719	2,0
Norte Pastoral Matogrossense	1970	Luciara	—	25.210	8,0
Agropecuária Atuibi	1970	B. Garças	—	19.936	8,0
Agropecuária Sete Barras	1970	B. Garças	19.360	19.360	32,0
CODESGA Cia. Des. Garapú	1970	B. Garças	9.000	9.000	4,3
Agropastoril Campo Verde	1970	Luciara	64.819	30.000	8,8
CIAGRA Cia. Agropecuária Aruanã	1970	B. Garças	—	39.811	75,4
COLBRASA	1970	Luciara	24.969	24.969	9,2
Agropecuária Bela Vista S/A	1971	B. Garças	36.125	36.125	6,1
Agropecuária Remanso Açú	1971	B. Garças	—	14.160	22,3
Agropecuária Araxingú	1971	B. Garças	—	39.944	6,1
CODESP Cia. de Des. da Pecuária	1971	B. Garças	—	20.000	10,4
Agropecuária Uirapuru	1971	B. Garças	—	32.673	7,3
SAPECA Agropecuária Cajaíba	1971	B. Garças	—	51.511	69,1
Agropecuária Suiá- Xingú	1971	B. Garças	—	20.000	8,4
Agropecuária Industrial Campinas	1971	B. Garças	—	29.889	55,8
AGROVAS Agropecuária Vale do Suiá	1971	B. Garças	—	21.065	10,7
COBRASA Col. Repres. Brasil S/A	1971	Luciara	—	—	12,4
Agropecuária Bonança Açú	1971	B. Garças	—	26.975	47,1
RIMA Rio Manso Agropecuária	1971	B. Garças	—	29.152	5,4
Agropecuária Piraguassú	1971	Luciara	72.341	52.373	71,2
Agropecuária Moreiras	1971	B. Garças	-	26.711	13,1
Tangará Agropastoril	1971	B. Garças	—	10.730	2,3
Cia. Agropecuária União Paulista	1971	B. Garças	—	20.000	9,7
Agropecuária Fazenda Bangú	1972	B. Garças	—	—	42,1
BORDON S/A Agropecuária Amazônia	1972	B. Garças	—	24.210	47,7
IBRAPA Cia. Bras. Agropecuária	1972	B. Garças	—	16.513	50,2
RODEIO Cia. Agropecuária da Amazônia	1972	B. Garças	—	24.200	46,7
Agropecuária Tanguru S/A	1972	B. Garças	—	—	8,4
Almeida Prado Comercial e Pecuária S/A	1973	B. Garças	—	—	22,5
Agropecuária Jica S/A	1973	B. Garças	—	—	21,7
Marruá S/AAgropecuária	1973	B. Garças	—	—	6,9
Agropecuária Continental S/A	1974	B. Garças	—	—	19,5

Cacife Agropecuária Comércio e Indústria	1974	B. Garças	—	—	43,7
Agropecuária Pirumbá	1975	B. Garças	—	—	29,1
AGRONESA Agropecuária Nova Esperança	1975	Luciara	—	—	36,8
A.C.N. Agropastoril S/A	1976	Luciara	—	—	75,4
Agropastoril Barra do Garças	1976	B. Garças	—	—	22,5
Primorosa S/A Agropecuária Indústria e Comércio	1976	B. Garças	—	—	62,2
Agropecuária Stª Izabel S/A	1978	S.F. do Araguaia	—	—	31,7
Brinquedos Bandeirantes Agropecuária	1978	B. Garças	—	—	45,5

Fonte: Oliveira (1992)

## Anexo J- Nota do Ministério Público Federal sobre as tentativas de invasão à T.I. Maraiwãtsédé

INDÍGENAS

17 DE JANEIRO DE 2019 ÀS 14H10

### MPF esclarece quanto a notícias relativas à possível tentativa de nova invasão à Terra Indígena Maraiwãtsédé

A T.I. Maraiwãtsédé é localizada nos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, no Mato Grosso



O Ministério Público Federal em Barra do Garças, por meio do Procurador da República Titular do 1º Ofício, Everton Pereira Aguiar Araújo, diante das recentes manifestações veiculadas por canais de comunicação e redes sociais em relação à revisão da demarcação e articulação para invasão da área da Terra Indígena Maraiwãtsédé, esclarece que:

1. A Terra Indígena Maraiwãtsédé é localizada nos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia. No ano de 1966, cerca de 400

índios da etnia xavante foram retirados de territórios tradicionalmente ocupados, situados onde posteriormente seria demarcada a Terra Indígena Maraiwãtsédé, para permitir a ampliação dos domínios da fazenda de pecuária extensiva Suiã-Missu. Removidos para o sul do estado, os xavantes de Maraiwãtsédé dispersaram-se rumo a outras terras indígenas xavante e, desde então, iniciaram a luta pela retomada de seu território.

2. Em 1992, por ocasião da realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO 92), o grupo empresarial estrangeiro detentor da área comprometeu-se, publicamente, a restituir a área à comunidade indígena, tendo a FUNAI deflagrado os estudos para identificação da área, razão pela qual instaurou-se o regular processo administrativo no âmbito da autarquia indigenista e, em seguida, foi editada a Portaria nº 363, de 30/09/1993, do Ministério da Justiça, reconhecendo a TI Maraiwãtsédé como de ocupação tradicional dos xavantes.

3. A demarcação veio a ser homologada por decreto do Presidente da República em 11/12/1998 (DOU 14/12/1998).

4. Após diversas insurgências e quase duas décadas de intensa e desgastante disputa judicial, no segundo semestre de 2012, deu-se início a execução da desinversão da TI Maraiwãtsédé. A partir de então, uma série de fatos criminosos se sucederam, visando impedir, de todas as maneiras, a ação dos órgãos federais que auxiliaram a FUNAI no plano de desinversão da TI Maraiwãtsédé, todos objetos de denúncia criminal pelo Ministério Público Federal.

Esclarecidas tais circunstâncias, em relação às supostas articulações tencionando a invasão da Terra Indígena Maraiwãtsédé, o Ministério Público Federal assevera que o respeito aos poderes e às instituições constitui a expressão mais pura e simples de um comportamento pautado pelo bom senso e pela percepção de que, com intransigência e radicalismo, não há como manter, nem conquistar minimamente, uma necessária e salutar pacificação do convívio entre diferentes segmentos.

Entende que o direito de protestar contra mazelas ou fazer reivindicações sofre grave desvirtuamento, rompendo com sua raiz democrática, quando exercido com a finalidade, explícita ou dissimulada, de conseguir pela força da brutalidade o resultado prático visado pelo grupo que desse tipo de expediente lança mão.

Alerta, por fim, que eventual tentativa de invasão da Terra Indígena Marãiwatsédé ou qualquer ataque dirigido a este espaço territorial ou aos seus ocupantes receberá resposta enérgica e eficaz dos órgãos e agentes estatais incumbidos legalmente de preservar a incolumidade pessoal, ordem pública e respeito às instituições e suas deliberações, apta, por conseguinte, a coibir e a inibir a prática de atos de que atentem diretamente contra o núcleo formado pelos valores supremos da dignidade humana e a higidez das instituições, com a responsabilização civil e criminal de todos os envolvidos.

Assessoria de Comunicação  
Ministério Público Federal  
Procuradoria da República em Mato Grosso  
[www.mpf.mp.br/mt](http://www.mpf.mp.br/mt)  
[prmt-ascom@mpf.mp.br](mailto:prmt-ascom@mpf.mp.br)  
(65) 3612-5083

Fonte: Ministério Público Federal/Barra do Garças., 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/mpf-esclarece-quanto-as-noticias-veiculadas-relativas-a-possivel-tentativa-de-nova-invasao-a-terra-indigena-maraiwatsede>. Acesso em agosto de 2019.

### Anexo K: TCBA- cobertura e uso da terra nos anos 2000 e 2016

